

ATA 249ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos cinco de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima nona Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Rodrigo Silveira e Souza – CRESS, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Soyla Rachel dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Ivone Pereira Castro Silva – Cogemas, Cristiano de Andrade – Sedese, Janaína Reis do Nascimento – Sedese, Wilson de Sales Lana – SEF, Isac dos Santos Lopes – Federação das Comunidades Quilombolas de MG, Maria Juanita Godinho Pimenta – Federação das Apae's, Luanda do Carmo Queiroga – Fetsuas, Rosália Aparecida Martins Diniz – SEE, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, Patrícia Carvalho Gomes – CMAS Nova Lima, Antônio Hugo Bento – CMAS Juiz de Fora, Cláudia Maria B. Falabella – SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros, Eleniudes Santos Silva – FENEIS, Marleide Marques Castro – CRP, Francielly Ferreira Caetano – Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de BH, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: José Ribeiro Gomes, Gisa Andrade, Gabriele Silva, Ana Cláudia Botelho. **PRESIDENTE:** Bom dia a todas e a todos. Dando início aos trabalhos de hoje, gostaria de parabenizar a Ariadna, aniversário, seja feliz, muitas alegrias. Parabéns, Ariadna, que seja muito feliz. Você é uma pessoa que ilumina com sua alegria, seu sorriso, sua beleza, uma pessoa que realmente nos contagia sim, tá? Parabéns, seja muito feliz. Bem, gostaria de já iniciando os trabalhos hoje também, como a gente está iniciando de formas diferentes, eu gostaria de hoje, basicamente vai ser a nossa penúltima reunião, nós vamos convocar uma extraordinária, mas eu gostaria muito de iniciar agradecendo a todo momento que a gente passou cesse CEAS, tudo que a gente conseguiu consolidar; o que a gente não conseguiu ainda é porque a gente não deu conta de aprender o suficiente, não foi por omissão, negligência, foi porque a gente ainda não caminhou o suficiente, não aprendeu o suficiente ainda para melhorar, mas estamos nessa busca de melhorar sempre. E da certeza que a gente deixa esse CEAS cada um a seu modo, com as contribuições, na perspectiva de uma política pública de direito, protegendo os usuários, protegendo os trabalhadores, entidades, enfim, os gestores, ao sistema que realmente oferte uma política pública de direito. Então sou muito grata por ter participado desse momento, aprendi demais com cada um de vocês. Aproveito para porventura me desculpar, peço perdão pelas minhas falhas, por ter sido às vezes, se algumas vezes eu fui intempestivo, se algumas vezes não consegui entender, jamais foi por maldade, tá? Ou por arrogância, foi porque eu ainda não caminhei, internamente não aprendi o suficiente, às vezes até mesmo a ouvir, né? E a gente vai consolidando, acho que a vida é isso, a maturidade chega com o tempo e eu estou nessa caminhada e tenho certeza, buscando esse aprendizado com muita plenitude e tentando mesmo ser fiel aos ideais. Eu costumo dizer que quem, eu brinco que quem tem no corpo essa marca SUAS, parafraseando Milton, costuma ter estranha mania de ter fé na vida, né? E nós então estamos aqui abrindo mão de muita coisa para buscar o direito, buscar uma política pública de direito. Então, só tenho a agradecer por todo aprendizado que vocês me possibilitaram neste momento, tá? Espero que a gente consiga fazer uma conferência humilde, modesta, bem aquém do que a gente queria e sonhava, mas é o momento que

tem nos obrigado a ser mais resistentes, um momento mais proativos, um momento que tem nos obrigado a ser realmente testar às vezes nossos limites com algumas questões, e a gente está vencendo, nós vamos fazer e vamos consolidar o SUAS em Minas Gerais, pelo menos em Minas Gerais a peteca não está caindo e nós vamos permitir que ela caia. Então é só agradecer mesmo, tá? A todas e todos. Justificativas de ausência, nós temos o Aloísio, questão de saúde, exame; Cecília, questão de saúde; a Sara de Souza, Secretaria de Saúde, viagem a trabalho; Geraldo Amarildo, trabalho; Márcio Caldeira, trabalho; João Vítor, trabalho; Noelle, trabalho; e Damião, questão de saúde. Estimo melhoras para essas pessoas. Nossa pauta de hoje, ah é, Janaína, a equipe da SEDESE, como já havia dito extraoficialmente, agora para registro em ata, está na Cidade Administrativa, então justifica a ausência dos técnicos e Conselheiros da SEDESE. A pauta de hoje, abertura, após verificação de quórum, nós temos quórum, né? Justificativas de ausência. Apreciação da pauta. Informes. Eleição do CEAS/PPAG/COGEMAS e outros. Para deliberação, nós temos avaliação das conferências regionais, relatoria das comissões temáticas, o almoço. Continuação na parte da tarde: continuação das relatorias das comissões; PEAS; conferência estadual; conferência democrática e encerramento. De acordo, Conselheiros? **CONSELHEIRA MARIA JUANITA PIMENTA:** Presidente? Bom dia a todos. Eu queria ver a possibilidade de alterar a pauta, subir com a avaliação do PEAS, porque eu vou estar representando esse Conselho no PPGA na Assembleia a partir de 14:00h, então eu não estarei aqui. Se for possível alterar a pauta para subir o Plano Estadual de Assistência Social. **PRESIDENTE:** Hélder. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Em relação à pauta, Rodrigo, eu também tenho uma questão aqui que já é um trabalho, já temos aqui uma defasagem de cinco anos em relação à proposta da minuta em relação à PAS/BARRAGEM. Essa é uma minuta no qual a gente tem tentado, mas são vários anos que a gente tem mexido, mas sempre tem outros assuntos, e eu não gostaria, presidente, de terminar o meu mandato sem apresentar essa minuta. Eu estou vendo aqui, tem outros pontos e tal, eu gostaria muito de a gente já fazer essa apreciação também. **PRESIDENTE:** Conselheiro, a pauta das comissões inicia agora na parte da manhã, tá? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Exatamente. **PRESIDENTE:** Não vejo problema de a Comissão de Normas ser a primeira não. Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Ontem, a subsecretária fez o pedido, como a SEDESE está tendo essa reunião lá com o governador, que eles vão poder estar aqui para o PEAS, esclarecimentos, todo mundo que participou ontem na reunião só na parte da tarde. Aí ela também, então tem dois pedidos, tem um que é para antecipar e outro para manter. Então trago esse pedido da subsecretária, porque a equipe está lá em reunião, e ontem foi muito rico, a gente ficou na parte da manhã, na parte da tarde toda, com um único ponto de a Comissão de Política de Orçamento para a gente fechar essa questão do PEAS. **PRESIDENTE:** Coloco em discussão. Conselheira Juanita, diante da fala do pedido da SEDESE e fala da Secretaria Executiva com relação ao momento que tivemos ontem, mantém a necessidade de inversão? **CONSELHEIRA MARIA JUANITA PIMENTA:** Eu não estarei aqui, porque estarei representando esse Conselho, aí fica o que esse Conselho deliberar. **PRESIDENTE:** Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** A Conselheira Juanita foi a Conselheira que mais contribuiu no PEAS, né? Eu, por exemplo, participei da reunião de ontem quando Comissão de Política, mas eu não tenho propriedade para poder dizer as observações que a Conselheira Juanita colocou. Então, de repente, vou fazer uma outra proposta, talvez seja interessante a Conselheira Juanita, ela fazer um relato de ontem, dividir o PEAS em duas pautas: um relato das colocações que ela sugeriu e o quê que a SEDESE atendeu ou não e se está contemplado, de repente fazer dessa forma, porque realmente a gente precisa de ambos os atores e eu acho que dificilmente, se só a SEDESE apresentar à tarde, sem a Juanita, teremos

poucas contribuições dos Conselheiros, assim, porque a Juanita fez um estudo enorme, assim. E também de manhã, sem a presença da SEDESE também para participar dessa apresentação, acho que ficaria difícil. Então minha sugestão é essa, dividir em dois momentos. **PRESIDENTE:** Helder, e Alerta na sequência. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Bom, nós temos vários pontos aqui, Rodrigo, e aí eu acho que a ideia da Patrícia, ela vai agregar. O quê que está acontecendo? Não há justificativa de a gente discutir as conferências regionais sem a participação da SEDESE. Não há também justificativa a gente discutir o PEA sem a participação da SEDESE. A gente precisa que eles estejam aqui. Mas o quê que eu acho importante a gente fazer? Aproveitar realmente a colaboração, o estudo que a Juanita fez, a gente faz esse relato e a gente faz esse contraponto na parte da tarde também, e aí a gente anota todas as observações que a Juanita fizer e a gente tenta verificar isso. É uma sugestão. Ou seja... **PRESIDENTE:** Então é uma terceira proposta? Arlete. **CONSELHEIRA ARLETE DE ALMEIDA:** Então, várias vezes ao me pronunciar nesse Conselho, eu tenho trazido muito a questão do aprendizado que a gente adquire aqui. E devo reafirmar com relação a esse aprendizado a contribuição da Conselheira Juanita, com quem eu tive algumas aulas particulares. Algumas dificuldades para entender o orçamento, e às vezes eu saía: “Juanita, eu não estou entendendo isso.”, e aí ela falava: “Não, mas é assim, Conselheira.”, ela tem um jeito assim formal de falar, que eu acho bacana. Eu vejo nisso, assim, um respeito muito grande por cada um e cada uma de nós. E Juanita vem trazendo essa explicação acerca da questão do orçamento e que isso me empoderou muito com relação a isso. Entretanto, eu não tenho ainda condição de dizer que eu posso, que eu estou pronta para fazer esse debate sem você, Juanita. Mas, respeito que nós precisamos encontrar aqui uma saída para decidirmos o que vamos fazer no dia de hoje. Quero dizer também que uma coisa é ouvir uma Conselheira da sociedade civil, outra coisa é ouvir a equipe da SEDESE, embora estejamos alinhados, como foi dito ontem em um dado momento, aqui nós somos uma equipe, e o objetivo da equipe é o fortalecimento do SUAS. O Presidente acabou de dizer aqui, somos SUAS, né? Então, eu estando ou não na hora dessa discussão, Juanita, eu quero agradecer tudo que eu pude aprender com relação ao nosso papel, enquanto sociedade civil, com as contribuições que você tem trazido. Às vezes pego aquele papel, olho e falo: “Meu Deus, o que é isso?”, hoje eu sei, inclusive, algumas nomenclaturas referentes à questão do orçamento em função desse lugar de quem se coloca para aprender. Então eu concordo plenamente que você deve, de fato, pelo menos para mim quem propôs, eu não sei o quê que os outros vão decidir, nos esclarecer quais são as suas percepções em relação ao orçamento. O PEAS, tá? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO:** Olha só, nós da sociedade civil, a gente, pelo que a gente percebe, e eu vejo que aqui, nesse pouco tempo que eu estou aqui no estado, eu percebo da dificuldade nossa em dominar essa parte do orçamento. E quando a gente tem uma pessoa representando a sociedade civil, de acordo como ontem na reunião foi colocado pra gente, nós lá da sociedade civil, como a Juanita colocou, eu percebendo, as pessoas estão me colocando, a forma que está sendo colocada, eu acho que a gente ficaria prejudicado se nós fôssemos debater na parte da tarde, vai votar, até para a gente estar falando com tanta propriedade, podemos dar alguma pincelada, falando alguma coisa, sem a presença da Juanita. Por que? Ela foi a pessoa que ficou debruçada, que viu, trouxe as propostas. O governo, ele já tem isso apropriado, que é dele, ele que está trazendo. Lamento a não presença dele aqui, a gente até entende, mas eu acho que nós deveríamos estar aceitando, sim, essa inversão da pauta, trazendo a pauta agora para essa parte da manhã, até mesmo para que nós tenhamos condições de estar usufruindo desse conhecimento dela e poder aí a gente estar deliberando em relação a isso. **PRESIDENTE:** Consolação e João. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eu também acho que os dois lados são importantes, a gente não pode falar

de plano também sem a presença da Secretaria aqui, mesmo porque a pauta foi divulgada também. A gente também entende que houve uma coincidência de pautas, de representação, que ela também vai fazer na parte da tarde em nome do Conselho, mas a agenda de manhã foi tão importante quanto, porque está sendo definida uma série de coisas, uma reunião com o governador, e há definições também que afetam este Conselho. Então eu acho que a gente tem o caminho do meio, ele sempre é o melhor. E ontem na comissão eu falei isso e vou até aproveitar também e falar, a gente orienta todos os Conselhos Municipais, que Conselho, ele é uno. A gente tem correlações internas, mas o Conselho é o CEAS, e o CEAS para caminhar, ele precisa do governo e da sociedade civil. E nós estamos com essa justificativa que foi dada desde ontem, então existe uma justificativa dessa ausência também, e uma solicitação de compreensão dessa ausência. O que a Conselheira Patrícia trouxe é muito significativo, a gente escutar essa parte da Conselheira Juanita, mesmo porque ontem na reunião me foi dada a tarefa de fazer a resolução com todos os tópicos que foram levantados, tarefa essa que fiz hoje, antes de 7 horas da manhã cheguei neste Conselho, me comprometi e fazer, para que ela, inclusive, tivesse já sabendo dessa questão da agenda dela também, pudesse apreciar antes a resolução e ver se ela contempla toda a discussão de ontem. Então se ela também, se a resolução contempla, contemplar, ou a gente fazer os acordos dela, a gente também já caminhou com a pauta e com as discussões. Então eu proponho, quer dizer, eu reitero a fala da Patrícia, dessas colocações da Juanita. Nós solicitamos que ela veja a resolução, veja se contempla todos os pontos, a gente faz as alterações necessárias. E a deliberação em si, a gente colocaria nessa discussão na parte da tarde. Obrigada. **PRESIDENTE:** João. **CONSELHEIRO JOÃO ALVES:** Aqui, Rodrigo e Consolação, eu vou à linha de raciocínio também do que a Consolação colocou aqui agora, mas eu quero só fazer uma reflexão para quem puder continuar nesse Conselho. Juanita não vai continuar no Conselho no próximo pleito, então a gente vai perder uma grande referência e isso está me preocupando no que diz respeito à questão de orçamento... Não, exatamente, perde assim, eu estou falando perder temporariamente, é lógico que ela pode dar as contribuições, e isso também faz a gente refletir que, em determinados momentos, a gente não vai ter Juanita aqui para fazer essas discussões, então ontem ela já fez os apontamentos na comissão, estavam lá duas comissões, que a reunião foi conjunta. Eu acho que ela já nos ensinou muito. Eu tenho falado que aqui, diante do curso que eu fiz, de Gestão Pública, eu aprendi mais com ela aqui na comissão do que propriamente no curso, mas eu quero dizer, gente, que nós em um momento, nós não vamos ter a companheira aqui, e aí a gente precisa tomar decisões. Não dá para tomar decisões também a gente ouvindo apenas um lado, não é unilateral. É uno, mas é único. Então a gente precisa refletir sobre isso, é só para reflexão mesmo. **PRESIDENTE:** Bem, eu acho que estamos esclarecidos e acho que então nós temos três propostas, né? Manteve-se as três propostas. Então vou colocar em votação. Nós temos a proposta de inversão de pauta, nós temos a proposta de manter a pauta e nós temos a proposta da apresentação dos pontos que a Juanita considera, a gente pode até depois projetar já de antemão também a resolução, e na parte da tarde então seria a deliberação de fato do PEAS, caso a SEDESE queira fazer alguma consideração, mas eu acredito que a discussão já vai ter sido feita. Juanita **MARIA JUANITA PIMENTA:** Eu retiro minha proposta, presidente, até porque, bom, se não vai ter ninguém da SEDESE aqui, eu pensei que era só a subsecretária que não estaria, né? Nenhum Conselheiro governamental, então... Da SEDESE, da SEDESE. Porque, como não tem nenhum Conselheiro da SEDESE aqui, não tem como realmente a gente fazer a discussão do PEAS. Aí eu acho que a proposta da Patrícia. Eu faço as minhas contribuições aqui. A Consolação me pediu para eu fazer a leitura, eu comecei a ler, mas não consegui. Aí vocês conduzem, está bem? **PRESIDENTE:** Então a Consolação está me sinalizando

aqui que retira a proposta de manter a pauta, permanecendo então apenas a proposta da apresentação, com a deliberação na parte da tarde. Mantém a palavra, Wilson?

CONSELHEIRO WILSON LANA: E não mandou também o texto com ou sem as sugestões da Juanita na reunião das comissões de ontem. Eles mandaram ou não mandaram?

PRESIDENTE: Foi ontem, Wilson.

CONSELHEIRO WILSON LANA: Sim, mas...

PRESIDENTE: Não deu nem tempo de preparar, alterar o PEAS.

CONSELHEIRO WILSON LANA: Entendi.

PRESIDENTE: E aí por isso que as recomendações, todas as recomendações...

CONSELHEIRO WILSON LANA: Então quer dizer que não vai alterar? As sugestões dela não vão gerar nenhum tipo de alteração? Foi feita em tempo real?

PRESIDENTE: Apenas para explicar, Conselheiro, vamos lá. Ontem nós tivemos a reunião – para nivelar para todo mundo, tá? – nós tivemos a reunião ontem conjunta da Comissão de Orçamento e da Comissão de Política, foi passado ponto a ponto do PEAS, desde o diagnóstico até os quadros de metas, tá? E a Conselheira Juanita havia feito um estudo com base em uma versão anterior do plano, mandou considerações por e-mail e aí percebeu-se que o plano que foi enviado no domingo, com as alterações que a Juanita já havia pedido, tinha sido enviado no domingo, então não deu tempo de os Conselheiros lerem. Então a gente passou isso ponto a ponto ontem e Juanita e os demais Conselheiros foram fazendo outras considerações. Como de ontem para hoje não dá para alterar o plano, segundo a fala da própria vigilância da SEDESE, não daria tempo de produzir as alterações todas, as formatações, os textos, então decidiu-se por materializar, eles incorporaram, anotaram, vão alterar, se comprometeram alterar, mas para garantia de cada ponto, nós vamos então materializar cada alteração em resolução. Então todas as alterações da resolução estão aqui. Todas as alterações propostas pela Conselheira e pelos demais Conselheiros estão ponto a ponto aqui na resolução, tá? Aí a gente pode projetar, para depois a gente acompanhar, e aí se tiver faltando alguma, a gente inclui aqui, que aí vai na resolução, que aí é salvaguarda para a SEDESE e para o próprio Conselho, que foi alterado. Depois a gente só confere o documento final, mas eles já se comprometeram a alterar. Respondido, Conselheiro?

CONSELHEIRO WILSON LANA: Respondido.

PRESIDENTE: Conselheiros, então estamos de acordo com a proposta de apresentação da resolução e do relato das comissões? Porque já está na pauta mesmo a comissão, então a gente começa com a Comissão de Normas, mas posteriormente a gente pede a Comissão de Política, para então nós vamos fazer os relatos da comissão e projetar a resolução para a gente conferir ponto a ponto. Ok? Mantido? Não precisa votar, não, né? Estamos de acordo? Ok. Ninguém contrário não? Obrigado. Nós vamos, informes. Bem, vou pedir para ser breve nos informes, para a gente ganhar tempo. Mas eu peço licença, porque na última reunião, por questões de saúde, eu estava, eu passei por uma cirurgia, como todos sabem, eu não pude relatar o importante encontro que eu tive com o presidente da Assembleia Legislativa. Fomos convidados, gostaria de antes, de antemão, registrar a presença do Zé Ribeiro, representante do mandato do deputado André Quintão. Obrigado, Zé, leva um abraço para ele e para todos, companheiro do CREAS. Pois bem, nós tivemos então esse encontro com o presidente da Assembleia, e os deputados André Quintão, e Celinho do Sinttrocel, que são, Celinho é o presidente da Comissão de Assistência e Participação Popular, é isso? Trabalho, Previdência e Assistência, tá? Com o intuito de ouvir as demandas, tiveram diversos sindicatos, CREAS, CRP, COGEMAS, CEAS, para tratar da pauta da assistência social, dos impactos, e ouvir o quê que a âmbito de estado é possível fazer. Depois, Zé, se você quiser fazer alguma consideração, o microfone eu abro para você, tá? Então também tirar alguma agenda que a Assembleia pudesse trabalhar daqui para a frente com esse novo governo e chamando atenção aos projetos de lei e uma série de coisas. Então o CEAS, a gente leva alguns pontos prioritários, dentro de tantas coisas que a gente tinha para falar, eram apenas de 3 a 5 minutos de fala, uma coisa bem rapidinha, que foram muitas pessoas mesmo,

tomaram notas de tudo, o Presidente esteve praticamente a todo momento, ele só saiu no finalzinho porque tinha uma reunião com o próprio governador, um almoço com ele, mas deixou sua assessoria terminando de tomar nota das 5 últimas pessoas que ficaram. Dentre as questões que o CEAS levantou, uma foi com relação ao Fundo de Erradicação da Miséria, Fundo 71, dizendo da importância de se destinar um percentual maior e definido para a assistência, porque esse fundo é o que custeava, custeia o (trecho incompreensível) [00:27:20] mineiro, e ele, então, diante da crise, ele foi sendo diminuído para a assistência, porque a arrecadação dele continua caindo, né? Mas, não se estava sendo repassado para a assistência, então, que se legisle, que se faça alguma ação destinando um percentual maior para este fundo, e fixo, um patamar fixo para esse fundo. A outra questão, que também foi, a gente levantou, foi com relação aos recursos de barragem. Tanto na questão que diz de apoio técnico, como cofinanciamento. E aí eu pude rapidamente explicar que o CEAS tem a questão das barragens de aproveitamento hídrico e que existe uma lei, um marco regulatório sobre a questão de barragens para ser discutida na própria Assembleia, mas que o CEAS tem um expertise com essas barragens de aproveitamento hídrico no que toca a assistência social, e aí da importância de que parte deste recurso de multas, de impostos arrecadados com as questões de barragens sejam destinados para o fundo, para o FEAS, para que as ações, que a gente possa então buscar ampliações de ações de cofinanciamento em âmbito estadual, principalmente buscando as áreas de atingidos. Foi meio o que a gente conversou ontem com o PEAS, pensando o quê? Os municípios que tiveram essas catástrofes, ou que tiveram evacuações por causa dessas barragens, mas mesmo os que vão ter barragens implantadas, novas barragens abertas, poderia ter esse plano de assistência social e recursos da assistência para que cofinanciasse uma equipe de produção básica, uma equipe de produção especial, ou outras formas de cofinanciamento que protegessem essas famílias e monitorassem essas questões. É visível, eu estive em Brumadinho, acompanhei um pouco a questão junto à SEDESE dos trabalhos que foram feitos a posteriori com relação ao trabalho de Brumadinho, e aí é incontestável que os rebatimentos da tragédia de Brumadinho e Mariana estão resvalando na assistência social e, em grande parte, na produção social especial. Então é preciso responsabilizar, porque esses recursos estão indo para o caixa geral do estado e sendo aplicados em outras ações, ações diversas, meio ambiente e tantas outras, principalmente meio ambiente, acredito, mas a assistência não tem ficado com nenhuma cota parte desse recurso e tem absorvido a demanda dos prejuízos causados por essas minerações. Então é preciso que a Assembleia se atente a isso e comece a fazer então um movimento com esse recurso. E tente estabelecer uma governança sobre isso. A outra questão foi da questão da lei de barragens, que eu também coloquei, que está lá na Assembleia, que precisa se rediscutir, atualizar e já colocando o CEAS à disposição, dizendo, inclusive, que esse marco, ele foi feito, grande parte, se não todo, acredito, né? Mas, para não ser arrogante, eu falei “grande parte dele” com a participação do CEAS, aproveitando a expertise que o CEAS tem com relação ao PAS, que também é preciso reestabelecer a discussão para que tragédias, igual Mariana e Brumadinho, não mais se repitam. Eu falo que Mariana escancarou um problema, a gente não enfrentou; Brumadinho veio e cobrou o preço pela nossa inércia frente a muita coisa, né? Então é preciso acordar. E a grande questão também foi a continuidade das ofertas de produção social especial em âmbito do estado, porque nós temos, estamos muito aquém do plano de regionalização, nós temos metas ambiciosas, mas que é preciso fortalecer a assistência, inclusive com recursos, e aí chamei atenção deles com relação ao orçamento, para que então eles priorizassem essa oferta, e expliquei rapidamente o que era produção especial – lógico que de forma bem dramática, para comovê-los – e aí para a gente conseguir então a atenção da equipe da Assembleia, da presidência, no que toca o orçamento e no que toca a produção especial.

Então chamei atenção sobre o plano de regionalização e em uma perspectiva de impulsionar. Foi um momento muito rico. Estavam presentes, das pessoas que eu conheço, o Presidente do SINDPREV – como é o nome dele? – Geraldo. O Geraldo, que eu tive o prazer de conhecer, uma pessoa maravilhosa. Não o conhecia, só de nome e de fama, de boa fama. Estava a Andrea Braz; Denise, do CREAS, representando o CREAS; Andrea Braz representando acho que o COGEMAS; tinha mais uma pessoa que eu estou tentando lembrar. Mas, em suma, nós conseguimos então sentar próximos e intercalar nossas falas de forma que – o Sávio – de forma que – representando a Frente Mineira – de forma que uma fala complementou a outra, porque era muito pouco tempo, 3 minutos, como eu disse. Isso tudo que eu estou falando eu tive que falar com 3, eu estendi até 5, eu consegui falar até 5 minutos, então foi muito pontual, muito firme. Vou concluir, tá? Mas a gente conseguiu então complementar a fala. Acredito, a gente, o CEAS, é uma pendência, Consolação, talvez mandar um ofício, anota pra mim, fazendo o favor, diante de todas as pendências a gente resolve isso antes de passar, mandar um ofício para a Assembleia, saber em que pé que está as tratativas que foram levantadas pelo CEAS e a gente recupera o quê que foi apontado, né? Então é isso, tá? Foi um momento maravilhoso, espero que a Assembleia repita, Zé Ribeiro. Leva para mim, por favor, esse pedido para os deputados e para o Presidente. Eu acho que trimestralmente, quadrimestralmente, esse encontro até de prestação de contas da Assembleia para a gente, de escuta nossa para com eles e deles para conosco, seria muito salutar, tá? Então o que eu tinha de informe... Ah não, e outro informe, mas que eu vou tratar isso como ponto de pauta na questão da Conferência Democrática, é que a Frente Mineira me solicitou uma questão para eleição de delegados, e aí nós vamos tratar isso no momento da Conferência Democrática, mas já entra como informe, que terá essa tratativa. Então, obrigado a todos. Mais algum informe? Perdão por ter alongado. Juanita. **MARIA JUANITA PIMENTA:** Bom, a Comissão de Orçamento esteve na Assembleia, no momento de discussão do PPAG para as emendas do orçamento do ano de 2020, e lá estávamos representando eu, a Ivone, o João, o Élerson, do Cáritas, estava, se juntou a nós, no nosso grupo, que é o grupo de assistência social, além do CEAS, estavam entidades de assistência social de Belo Horizonte, de Contagem, população em situação de rua, o Ministério Público por meio do CAO, segurança alimentar também. Então nós levamos aquelas propostas que o CEAS discutiu um dia anterior e lá, juntamente com as demais pessoas, nós efetivamos 10 propostas, conforme eu compartilhei no grupo, e hoje às 14h00 eu vou fazer o relato, que eu fui eleita pelo grupo para fazer o relato das propostas de emenda à LOA para o ano que vem. Nós também conversamos com o deputado André Quintão, para ver com relação às prioridades que o gabinete dele estava trabalhando, a análise que eles tinham feito, para a gente trabalhar muito em comum acordo, e assim o fizemos, e no final nós saímos com 10 propostas, eu vou falar aqui rapidamente sobre elas, muito rapidamente, porque eu já compartilhei com vocês, mas lá eu compartilhei o instrumental que eles dividem pra gente. A primeira, que não é bem uma proposta de emenda, mas é para marcar um projeto de lei que está sendo conduzido na Assembleia, que é vincular recurso do Fundo de Erradicação da Miséria, para Política de Assistência Social. Então isso foi uma proposta do grupo para fortalecer o projeto de lei que está sendo conduzido na Assembleia, é vincular 70% de receitas do FEM para política de assistência social, e lá na nossa defesa nós colocamos que foi uma deliberação da conferência, que acontece desde 2015. Agora já começando as emendas: transferir uma ação, chamada 2081, para o FEAS. A SEDESE, ela tem duas unidades orçamentárias, uma unidade orçamentária é SEDESE e a outra é FEAS, Subsecretaria de Assistência, e a outra é FEAS. E nós identificamos, nós não tínhamos feito análise aqui da unidade orçamentária da SEDESE. Nós identificamos lá uma ação que é assessoramento da política de assistência social, e nós fizemos uma proposta de incluir

essa ação no orçamento do FEAS. A outra emenda é: recompor o orçamento na ação 4131, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, valor de 1.346 milhão, que é da Casa Lar. O valor do orçamento que foi aprovado para esse Conselho foi a menor para a Assembleia, então nós pedimos a recomposição do orçamento. Depois nós pedimos a recomposição da Ação 4132, que é a do piso mineiro, para cumprir uma deliberação da Assembleia, da Conferência também, que é passar o valor do piso, de 2.20 para 3 reais. Solicitamos criar uma ação “Piso de Proteção Especial”, no valor de 3.600 milhões, conforme foi aprovado aqui em deliberação de conferência. Pedimos a recomposição da Ação 4133, que é Apoio ao Controle Social, que foi com valor de 360 mil, nós pedimos mais 760. Uma outra proposta foi: criar ação do piso variável, isso foi uma proposta, inclusive, do Ministério Público, porque a SEDESE juntou os dois pisos, foi aprovado por esse CEAS, mas foi uma proposta do Ministério Público, de desvincular os dois pisos, inclusive para dar visibilidade ao cofinanciamento estadual, no valor de 9.916 milhões, que é o valor que já é do piso variável mesmo. Uma outra proposta, que foi: restaurar a ação da Rede Cuidar; restaurar a ação da Política de Medida Socioeducativa, no valor de 2.700 milhões, e ampliar recursos para o Plano Estadual de Regionalização, no valor de 1.920 milhão, que também foi uma proposta do Ministério Público, por meio do CAO da Criança e do Adolescente. Então foram essas dez propostas que foram aprovadas. Quer falar alguma coisa, Ivone? Eu esqueci? Não? João, você quer falar? Você quer colocar mais alguma coisa? Eu esqueci de alguma coisa? Não? Tá, obrigada então.

PRESIDENTE: Conselheira Juanita, agradeço muito a sua disponibilidade de ir, foi de última hora também o convite. Eu não podia porque estava de repouso, e agradeço demais a sua disponibilidade e dos demais Conselheiros, de ter condição de última hora e ter feito um trabalho tão bacana, eu acompanhei no grupo. Em nome de todos os Conselheiros, mas principalmente, enquanto, Presidente, agradeço demais o apoio que vocês pessoalmente me deram, tá? Ivone.

CONSELHEIRA IVONE FIORE: Bom dia. O COGEMAS, o COGEMAS Nacional, está com agenda para amanhã, que é a audiência lá no Congresso, com relação da recomposição do orçamento. Esse momento é um momento muito crítico, porque nós não temos orçamento para pagar novembro e dezembro os municípios, os repasses. Como diz a secretaria nacional, que eu estive com ela agora no encontro da Granbel, ela colocou: “Não é o problema do financeiro agora, o problema é orçamentário”. Então, é uma agenda importante que o COGEMAS está chamando para amanhã lá no Congresso, e já mobilizou muitos deputados, acredito que vai ser um momento muito importante de recomposição do orçamento. É uma luta, que dia 26 também vai estar sendo articulada no Congresso, porque, em 2020 o orçamento foi pela metade. Estão tentando recompor o orçamento de 2019 para pagar os novembro e dezembro, mas também o orçamento para 2020, que está defasado. Foi metade só. Então, assim, praticamente o colegiado está vestindo essa camisa desde o primeiro momento, e o Zé Cruz está bem empenhado para estar lá amanhã. Dia 3 tem a CIT que possivelmente vai vir pautas importantíssimas para ser discutidas lá. E também o COGEMAS, o COGEMAS de Minas, como também o colegiado nacional vai estar presente discutindo as propostas aí. Praticamente o ano nós terminamos bem, com o II Encontro Mineiro do Colegiado, e estamos aí para iniciar o ano. Vamos estar presentes na conferência nacional livre, estamos na executiva preparando a conferência, e torcer para que de fato seja um sucesso essa mobilização nacional da sociedade civil aí em defesa do SUS.

PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira. Mais algum informe? Não?

CONSELHEIRO HELDER SILVA: Eu tenho só uma dúvida.

PRESIDENTE: Hélder, por favor.

CONSELHEIRO HELDER SILVA: Em relação a isso que a Juanita colocou, só uma dúvida mesmo, porque nós aprovamos aqui um orçamento e aí ele sofreu então alterações no próprio governo ao chegar lá. A gente, eu sei que o controle social não tem controle sobre isso, mas a gente merecia pelo menos uma explicação sobre essa questão

desse corte, desse orçamento não ter sido respeitado pelo pleno, foi uma coisa bastante discutida aqui, trabalhada na comissão junto com a SUBAS. O quê que na realidade aconteceu? Foi a SEPLAG? Eu sei que não tem ninguém aqui – Ah, tem a Marta, né? – mas eu gostaria de entender o quê que aconteceu realmente, porque saiu daqui uma proposta, mas chegou lá uma outra, completamente diferente. **PRESIDENTE:** Bem, eu deletei isso da minha cabeça. Eu meio que perdi então, porque em hipótese alguma o orçamento ele, depois que ele passa pelo Conselheiro, ele pode ser alterado, tá? Porque, o que acontece? Vamos para nivelar para os Conselheiros. O quê que acontece? O PPAG, LDO, LOA é proposto pelo governo, então quando vem para cá, o governo, em seu ato discricionário, já elencou o valor e as possibilidades que ele, e as necessidades. Então, o trabalho do governo já foi feito. Depois que o Conselho aprova, não pode ter alteração no fundo. Na SEDESE é outra coisa, que a SEDESE é maior do que o fundo. A SUBAS é uma pasta da SEDESE. Dentro do FEAS, nós aprovamos o FEAS, eles não podem alterar. Se alterou, está errado, tem que virar ponto de pauta e então nós vamos ter que agir de outra forma, recomendando, representando, seja o que for, não pode ser alterado, nem em valor e nem em metas, e muito menos em ações. Não pode ser incluída e não pode ser suprimida, tá? Então eu não tinha entendido que o que foi para a Assembleia é diferente. **MARIA JUANITA PIMENTA:** Foi. **PRESIDENTE:** Então nós vamos ter que transformar isso em ponto de pauta e deliberar na Comissão de Orçamento **MARIA JUANITA PIMENTA:** Algumas ações foram. **PRESIDENTE:** Então eu peço aos Conselheiros que deliberem, para que a gente transforme em ponto de pauta esse assunto, que na hora da Comissão de Orçamento nós vamos colocar em pauta, e eu queria a apresentação do orçamento aprovada e do que foi, tá? Conselheiros, alguma dúvida? Marta? Marta, depois, se Juanita quiser. Marta e Juanita. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Eu tenho que confessar que eu não acompanhei a peça orçamentária, nem a proposta, eu não estou lotada na SUBAS, eu sou assessora de gabinete, então eu não acompanhei isso, mas eu me lembro, e estou tentando apurar aqui com a subsecretária, tá? Espero que ela traga um esclarecimento para essa plenária à tarde, tá? Porque a SEDESE não tem essa prática. Pode ser que – eu estou supondo – se teve alguma alteração, foi alguma questão que a SEPLAG colocou, foi a SEPLAG e não a SEDESE, porque ao mandar para a SEPLAG a gente ainda está tendo que fazer algumas alterações também, nós vimos que estávamos com problemas, foi até a assessoria de gabinete que demonstrou para as áreas técnicas que nós estamos com alguns problemas e estamos tentando, dentro dos limites, com a SEPLAG, negociar ainda algumas ações, tá? Agora, eu me lembro também que, gente, na plenária, quando aprovou a proposta, aprovou que a gente tinha orçado e tinha um pleito também. Então estou lembrando que quando a gente trouxe aqui, a gente demonstrou, você foi claro, Rodrigo: “Este Conselho está aprovando essa proposta para além dos limites que a SEDESE colocou, mas também o pleito que é o necessário”, a plenária disse: “Temos clareza” e votamos nesse caminho. Então a gente sabia que tinha uma restrição e sabia que o pleito era a luta pela recomposição também, né? Então, só para a gente lembrar desse processo aqui, que o Conselho se posicionou politicamente pela busca do pleito para, no PPAG, isso ser recomposto. É um pouco isso de informação que eu tenho, viu, Helder? **PRESIDENTE:** Juanita. **MARIA JUANITA PIMENTA:** O próprio CEAS tinha feito levantamento do valor divergente que tinha saído daqui e ido para a Assembleia, então quando eu fui para lá, inclusive eu apresentei isso aqui no dia que eu estava indo, do valor a menor do que nós aprovamos e tinha ido para a Assembleia, então nós já chegamos lá com esse déficit em duas ou três ações, e foi isso que nós pedimos a recomposição do orçamento, mas foi a menor mesmo. **PRESIDENTE:** Vamos lá. Se insistirem nisso, eu vou pedir para retomar o áudio da ata e nós vamos ouvir a reunião passada, a parte específica disso, obviamente. Mas eu fui muito claro: Conselho não

aprova pleito, Conselho aprova a necessidade da oferta. Aí insisti: “Ah, que sempre foi aprovado o pleito, que não sei o quê”, eu falei: “Não, a gente aprova capacidade instalada”, a palavra “pleito” entrou lá embaixo, nos quadros que eu insisti para tirar, mas, para não polemizar, beleza, mas ficou na resolução o valor global que estávamos aprovando. Nós não aprovamos, e aí eu tenho certeza, porque isso, gente, isso faz parte do que eu luto diariamente desde a minha gênese no município lá, tá? A gente aprova capacidade instalada, o quê que é necessário para cofinanciar as ofertas pactuadas? 80 e tantos milhões, isso que é o necessário. Ok, então é isso que nós estamos aprovando. A resolução está clara em seu detalhamento, mudou-se lá na hora, beleza, mas nós não aprovamos 56 milhões para ir para pleito o restante, isso não. E a outra questão mais grave ainda é incluir ações sem o deferimento. Eu acredito, Marta. Isso eu tenho certeza que, por conhecer orçamento em âmbito municipal, eu tenho certeza também, ousou dizer que de fato não foi a SEDESE, foi em planejamento e em outras instâncias, eles fazem isso conosco, e é uma luta, isso eu tenho certeza, não tome isso para a SEDESE, tá? Em momento algum, mesmo, tá? Mas, o fato é: aprovou uma divergência, então é hora de iniciar um diálogo, tá? E aí então, para iniciar esse diálogo e quais as medidas que nós vamos tomar com relação a esse diálogo, porque não pode simplesmente as pessoas ignorarem, enquanto não tirar a lei, a legitimidade do Conselho, enquanto não derrubar a gente por lei federal, porque eu acho que é isso que vai acontecer, é isso que está sinalizando para acontecer, nós vamos lutar. Nós vamos fazer com que respeite. Então, Fazenda, Planejamento, eles vão entender, com o tempo eles vão entender, mas é preciso então iniciar esse diálogo, e nós vamos propor esse diálogo, eu vou fazer uma proposta, obviamente, mas, para isso então, a gente precisa de transformar isso como ponto de pauta, porque está como informe. Então nós precisamos transformar isso como ponto de pauta da Comissão de Orçamento. Pode ser que a gente não consiga trabalhar isso aqui hoje, inclusive, que tem que voltar para a pauta da comissão, para a gente tratar isso na extraordinária. E eu vou colocar em votação quem concorda em transformar em ponto de pauta. Quem não concordar, vote contrário, tá? Conselheiros que concordem em transformar essa questão do PPAG como ponto de pauta? Vamos ter que contar. Luanda, Isac, Franciele – Franciele não levantou, desculpa. Luanda; Isac – esqueci o nome dela - Elenilda? Desculpa Elenilda. Tá, obrigado, Marleide. Contrários? Abstenções? Wilson e Marta. Ok, então vai virar ponto de pauta **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA**: Eu quero justificar minha abstenção, porque os colegas da SEPLAG não estão aqui também, então eu gostaria que eles estivessem para a gente poder esclarecer melhor isso, tá? Por isso eu justifico minha abstenção. **PRESIDENTE**: Obrigado, Marta. Ótimo. E a vantagem é que, como é na parte da tarde, então daria tempo. E talvez, como eu disse, talvez não vai ser ponto de pauta, vai ser ponto de pauta para discutir na comissão talvez, né? Não dê para a gente tratar desse assunto em plenitude hoje. Então, dando início às pautas, já que não há mais. Qual informe? Eleições do CEAS. Quem que vai falar? **MARIA JUANITA PIMENTA**: Bom, a comissão eleitoral, nós tivemos aqui no dia 28 de outubro para nós fazermos as análises dos pedidos de habilitação dos representantes da sociedade civil e Conselho municipal governamental para concorrer ao processo eleitoral aqui da CEAS. No total, eu não me recordo quantos foram as solicitações de habilitação, no total eu não me recordo. Bom, aí foi deferido o pedido de habilitação, como candidato de representação da sociedade civil nos Conselhos, e dos Conselhos municipais. Representando entidades de usuários, foi: a APOINME, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; a Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras, ASQUIS; então essas foram as duas entidades representantes de usuários. Representando as entidades de assistência social: Agência Adventista do Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, a ADRA; Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte, ASSPROM; Cáritas Brasileira;

o Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula; Federação das APAES do estado de Minas Gerais; Federação das Associações Sem-Fins Econômicos de Minas Gerais, FACEMIG; União das Associações de Pirapora, UNAPIR. Representantes de entidades representativas de trabalhadores da área foi o Conselho Regional de Psicologia 4ª região; Conselho Regional de Serviço Social e o Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS de Salinas. Representantes não-governamentais dos Conselhos municipais de assistência social foi o Conselho Municipal de Campo Belo, o de Juiz de Fora. Representantes governamentais dos Conselhos municipais de assistência é o Conselho Municipal de Belo Horizonte, de Itabira, de Montes Claros e de Novo Oriente de Minas. Foram indeferidos os pedidos de habilitação, porque não conseguiram cumprir a resolução 675, foi a: Associação Remanescente de Escravos e Quilombolas do Porto Pontal, que é hoje a Cecília, que tem assento aqui; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, FETAEMG; o Fórum Municipal dos usuários do SUAS de BH; Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Esses. Representando entidades de assistência social que foram indeferidos: Associação de Cooperação e Integração dos Portadores de Deficiência de João Monlevade; Congregação de São João Batista e o JH9, é uma organização. Representantes de entidades de trabalhadores que foram indeferidas foram: o Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS. Representantes governamentais dos Conselhos municipais de assistência social foi o Conselho Municipal de Pirapora. Algumas dessas entidades e fóruns e Conselhos que foram indeferidos nesse ato entraram com recurso, se eu não me engano quatro deles, não é, Consolação? Entraram com recurso, 4 ou 5. 5. E eu não sei falar porque eu não participei da análise, que eu estava ontem na comissão.

CONSELHEIRO HELDER SILVA: Ato número 2, nós analisamos, a Juanita, ela não participou, estava no outro momento. Aí eu, a Arlete e o Isac, nós reunimos, verificamos todos os pleitos e aí tem a minuta aqui do ato número 2. A Comissão responsável pela coordenação do processo eleitoral de representação da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência Social gestão 2019/2021, conforme a legislação 2262 de 96 e resoluções do Conselho estadual, 664, 675, 676 e 678 desse ano, decidiu, letra A: corrigir o nome do representante indicado pelo Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paula, apresentado no ato número 1, de 28 de outubro de 2019, publicado no Minas Gerais em 30 de outubro de 2019, onde lê-se: "Representante indicado: Alair José de Oliveira. Representante indicado: Lucas Estevão Ribeiro da Silva", a gente tem os documentos aqui, os pedidos formais sobre isso. B: deferir os pedidos de recurso como candidato por terem sanado as inconformidades relativas à resolução 675 de 2019, inciso I: em representando as entidades dos usuários de assistência social de âmbito estadual: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, FETAEMG, com representante indicado Edvaldo Luiz da Silva; Fórum Municipal dos Usuários do SUAS BH, representante indicada: Anédia Miranda Farias; Movimento Nacional da População de Rua, representante indicado: Daniel Santos da Cruz. Inciso II: representantes de entidades de assistência social de âmbito estadual: a Congregação de São João Batista, representante indicado: Iara da Costa Nogueira Reis. Inciso III: representantes de entidades representativas de trabalhadores da área de assistência social de âmbito estadual, é o Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS, representante indicado: Leonardo Curi Martins. Belo Horizonte, 4 de novembro de 2019. Comissão responsável pela Coordenação do Processo Eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social. E aqui, gente, nós temos todas as correções de dados pedidas, os ofícios, nós temos também os deferimentos, nós temos todos os documentos que apresentaram aqui para poder sanar essa questão dos recursos. Essas foram as entidades que apresentaram recursos. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiros. Juanita, Helder. Todas as vagas estão preenchidas, né? Em tese... Vai ter vacância? Houve recurso. Ah, CMAS vai ter. Então

sociedade civil e CMAS vai ter vacância de suplência, ok, então vai ser um desafio para o próximo mandato sanar essa suplência. Mas acho que vai aparecer, é importante. Então ok. Avaliação das conferências regionais. Entrar no ponto de pauta então, abrindo a pauta, avaliação das conferências regionais. Quem vai fazer o relato? Vamos inverter então, antes da avaliação das conferências regionais, vamos para o PEAS? Conselheiros, pode ser? Não, então tá. Avaliação das conferências regionais então. Quem que vai fazer o relato? Consolidação **ROSALICE ROQUE, SECRETARIA EXECUTIVA:** Bom dia. Eu vou ler aqui o número de participantes no total de cada conferência regional. No município sede, Curvelo, que reuniu as regionais de Curvelo e Diamantina, nós tivemos previsto 270 delegados, tivemos inscritos no sistema que nós abrimos até dia 30 de setembro, nós tivemos inscritos 177 delegados. O total de presentes foram 132. Na categoria de governo, 64 delegados; usuários: 30 delegados; trabalhadores: 15 delegados; entidade: 23. Com os convidados somando 21, deu o total de 153 participantes. Cada conferência regional tirou três deliberações. Essas deliberações, nós vamos estar encaminhando para cada um de vocês. A regional de Araçuaí, que reuniu as diretorias regionais de Almenara, Araçuaí e Teófilo Otoni. Previsto nós estávamos aguardando 390 delegados, inscritos foram 256, o total de presentes: 125; governo, nós tivemos 67; usuários: 20 delegados; trabalhadores: 19; entidades: 19; convidados: 26, no total de participantes 151 participantes. Divinópolis, que reuniu Divinópolis e Passos, tivemos uma previsão de 534 delegados, foram inscritos 300, um total de 158 presentes, nós tivemos 81, governo; 35, usuários; 24, trabalhadores e 17, entidades; com os convidados, 28, dando total de 186 participantes na conferência de Divinópolis. Conferência de Varginha, que reuniu Poços de Caldas e Varginha, a previsão era 678 delegados, foram inscritos 392, o total de delegados foi um total de 214; houveram 120, governo; 38, usuários; 29, trabalhadores e 28, entidades; convidados nós tivemos 55 e totalizou 269 participantes em Varginha. Juiz de Fora, reuniu Juiz de Fora e Muriaé, a previsão era 714 delegados, foram inscritos 416; estiveram presentes 186 delegados, sendo que 102 desses eram governo; 35, usuários; 26; trabalhadores; 23, entidades; 24, convidados; um total de 210 pessoas. Governador Valadares, que foi só a Diretoria Regional de Governador, estavam previstos 408 pessoas, foram inscritos 279, estiveram presentes 118 delegados; governo, 64; usuário, 24; trabalhadores, 16; entidade, 14; convidados presentes, 12; total de participantes: 130. Regional de Montes Claros. Montes Claros reuniu Montes Claros e Salina, a previsão era 528 delegados, foram inscritos 448, o total de presentes, 240 delegados; número de delegados governamentais: 126; usuário, 43; trabalhador, 39; entidade, 32; convidados presentes, 33; no total de 263 presentes na Conferência de Montes Claros. Conferência de Paracatu, Paracatu, que reuniu Paracatu e Patos, Paracatu eram previstos 222 pessoas, estiveram inscritos 149; total presente: 85 delegados; sendo desses, 43, governo; 17, usuário; 15, trabalhador; 10, entidade; convidados, 35; então totalizou 120 pessoas. Conferência de Belo Horizonte. Belo Horizonte reuniu a regional metropolitana e São João Del Rey. A previsão era 702 pessoas, nós tivemos 514 inscritos, no total presente: 295 delegados, sendo desses, governo: 153; usuário, 64; trabalhador; 35; entidade; 43; tivemos 6 convidados, no total de participantes: 301 pessoas. Coronel Fabriciano, que foi a regional de Timóteo, nós tínhamos uma previsão de 402 delegados, foram inscritos no sistema 272 delegados; estiveram presentes 122; sendo que 63, governo; usuário, 25; 14, trabalhador; 20, entidade; 30, convidados; e 162 participantes no total. Uberaba. Uberaba reuniu as regionais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia. Nós tínhamos uma previsão de 294 delegados, foram inscritos 86, no total de participantes, 31, sendo que 13 eram representantes do governo; 8, de usuários; 7 de trabalhador; 3, de entidade; tivemos 18 convidados e o total de 49 participantes. No final de tudo, nós tivemos 1.994 participantes, sendo que a previsão inicial era de 5.142 pessoas. **PRESIDENTE:** Gente, estou assustado, assim, a gente viu, eu fui em algumas conferências, como que caiu e a gente tem que refletir dentro, falar que “Ah, é a crise dos municípios”, isso acho que é pouco satisfatório para a gente justificar uma queda tão grande. Que momento é esse? O quê que erramos? O quê que acertamos? Nós temos que realmente tentar avaliar. É sabido que o orçamento que temos é inegavelmente

insuficiente. Essa estratégia de juntar as regionais, penso eu que pode ter contribuído, porque Minas Gerais é muito grande, então distancia muito para os municípios irem. Eu acho que foi uma estratégia necessária, entendo, mas foi ruim, né? Talvez se tivesse feito as 22, a gente não tinha perna nesse momento, mas eu penso que foi muito ruim. E além disso, o que mais que a gente errou? Eu acho que a gente tem que começar a refletir e avaliar, reavaliar os processos. **Conselheiro Helder. CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Realmente eu senti isso, Presidente, nas conferências regionais que eu estive presente. Houve falhas, sim. Uma das falhas que os próprios representantes dos municípios disseram é que não tinha nada, nenhuma resposta sobre a questão da conferência estadual, não tinha informações direito. Teve reclamações também de que ligavam para o CEAS, isso eu escutei, e que não conseguia falar, e era um momento, assim, muito conturbado. A gente tem que lembrar que o CEAS, ele sofreu, a Secretaria Executiva sofreu alteração no seu quadro, tem pessoas, tem representantes que viajam, tem outros que já tem outros problemas, que não viajam, mas, assim, enfim, houve falhas na comunicação. Os municípios, eles reclamaram que demoraram para poder soltar as orientações, não tinha nenhuma informação sobre a conferência estadual. Reclamaram também sobre a questão de recursos, e aí eles falaram até a questão de combustível, que tem carros parados no município, porque não fazem nem busca ativa, quanto menos encaminhar delegados para conferência regional. E teve outras questões também, que eu acho que a gente precisa levantar aqui, sobre a questão do recurso realmente colocado, uma diminuição também no número de conferências regionais, aglomeração, e eu interpreto essa aglomeração de algumas conferências prejudicial, por quê? Faz com que tenha municípios com uma distância aí, a gente estava até conversando, não sei se a Soyla está aqui, não, né? A gente estava conversando, tem municípios com uma distância, assim, plausível, de 5, 6 horas em relação à regional. Então, todas essas questões, elas infelizmente tiveram impacto ao encaminhamento dos delegados para conferências regionais. **PRESIDENTE:** Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu esperei por esse momento também, da avaliação. Participei de duas conferências regionais e essa sensação do esvaziamento foi a coisa que mais me incomodou e foi bem ruim a gente perceber que todo esse investimento, esse investimento pessoal mesmo que a gente fez, a gente chegava nesse momento da conferência e ela estava esvaziada, e muito esvaziada quando a gente olha aí os números. E aí eu queria apontar algumas coisas, e eu acho que as críticas, elas são sempre construtivas, elas servem para a gente aprender, e aí para os próximos a gente tentar fazer diferente. E aí eu trago então essas críticas no sentido de a gente construir mesmo e amadurecer para as próximas. Foi o primeiro processo conferencial das regionais que eu participei mais ativamente, da vez passada eu participei como FET, de mesa de abertura, de palestra, mas nunca assim tão próxima da organização, e aí eu acho que é importante também eu colocar aqui essa minha visão. Então, a primeira coisa que eu reparei, que foi uma falha muito grande, que a gente já havia exposto aqui, enquanto comissão organizadora, enquanto sociedade civil também, é a questão do lanche da manhã. Isso ficou muito evidente lá em Divinópolis, que não teve o lanche, não teve nenhuma instituição que se responsabilizou pelo lanche. A gente teve um processo de falha na comunicação com a Diretoria Regional, que ele deixou bem explícito que se ele soubesse que não teria lanche, ele teria tentado conseguir junto aos supermercados locais, mas me parece que ele trocou, ele está lá bem pouco tempo, então ele não recebeu a informação de que não teria esse lanche, e aí não teve o lanche, e aí nós tínhamos delegados lá que vinham de cidades muito distantes da sede, de Divinópolis, viajaram 4 horas de carro, saíram de casa às 5 da manhã, e ficaram sem esse provimento aí da alimentação durante toda manhã. E isso é um ponto muito negativo. A gente teve também, em Divinópolis, um problema bem complicado em relação ao restaurante que foi alocado para o almoço, então o restaurante, ele era muito distante do local do evento, apesar de que no contrato com a empresa que fez o restaurante, estava explicitado que ele teria, que o restaurante tinha uma certa quilometragem, se eu não me engano, 2 km do local do evento. Só que, 2 km a pé e no local que a gente estava, era um deslocamento muito grande. E aí, de última hora, e com muito empenho

da equipe da SEDESE que estava lá, conseguiu-se carona, juntar vários carros, conseguiu uma van da Polícia Militar que deslocou os delegados – da Polícia Civil – que deslocou os delegados para o restaurante. Mas foi uma coisa, assim, que eu acho que a gente tem que prestar muita atenção. Esse contrato com o restaurante, ele precisa ser muito preciso. Não com o restaurante, mas com essa empresa, não é? Porque lá o local que foi o evento, é um local mais isolado e era distante, tinha que atravessar ponte, subir rua, era um local mais ermo também e não teria condições de os delegados se deslocarem. E isso também, eu imagino que esses desacertos, eles foram em função mesmo da nossa falta de tempo em conseguir organizar isso tudo. Isso que o Helder falou da sobrecarga de trabalho da nossa Secretaria Executiva no CEAS, a equipe foi reduzida, a Secretaria Executiva está sobrecarregadíssima para dar conta de todos esses eventos, fica muito complicado. Então aqui eu não estou no papel de responsabilizar e nem de culpar ninguém com isso, mas de a gente explicitar esse problema, que é grave, e que a gente precisa solucionar, penso eu, que para as próximas conferências isso não deve se repetir, principalmente em relação ao RH, a quem está ali disponível para trabalhar. E ressalto mais uma vez a questão do esvaziamento e do que eu ouvi entre os delegados muito da dificuldade de deslocamento do município. Então os municípios, eles não têm condições de deslocar, e aí as pessoas não foram, não compareceram às conferências. Os municípios alegam a dificuldade financeira, e aí de a gente pensar isso como um desafio também a ser enfrentado nas próximas. É isso. Se eu lembrar de mais alguma coisa, eu falo depois. **PRESIDENTE:** Ivone. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Primeiro, assim, acho que é muito triste a gente estar fazendo uma avaliação da conferência regional sem a presença da SUBAS aqui hoje. Eu acho que era fundamental que o governo também estivesse presente, estamos aqui a Marta, mas não sei se está... Mas eu acho que era fundamental também o Conselho estar na sua paridade completa. Primeiramente, eu queria dizer que foi um avanço muito grande diante de todas as dificuldades de estar realizando essa conferência, a gente conseguir fazer acontecer todas essas conferências regionais, em tempo planejado, conforme, dentro das dificuldades de planejamento mesmo, mas que aconteceu a conferência, então um ponto muito positivo. Outro ponto que eu acho, assim, muito bom, é que atingiu todas as regionais, independente de ter feito duas, mas conseguimos, três. Não foi por videoconferência, isso já é muito importante, foi presencial e eu queria deixar registrado. Eu participei só de uma, que foi a regional Curvelo, o qual eu avalei muito boa. Nós tivemos a presença da subsecretaria, estava eu e o João. Então, assim, de fato eu gostaria de ter aqui olhar, por exemplo, da regional Curvelo, quantos municípios não fizeram a conferência, qual é o percentual disso por regional. Eu acredito que nós conseguimos fazer quase 80%, nos 600 para 800... Quantos por cento? Uns 80%? Não? 70%? Não, de conferências municipais. Então, assim, nós tivemos um déficit muito grande de municípios que não realizaram as conferências, isso é um ponto eu acho negativo, mas ainda conseguimos fazer que 627 municípios realizassem as conferências. 626? Então, queria dizer que, assim, diante dos pontos, a sociedade civil, pelo que a gente vê ali nos relatos, a sociedade civil não teve condições de chegar até a conferência regional, por qual motivo? Eu acho que é fundamental a gente saber por qual motivo, porque a sociedade civil não conseguiu. O governo sim, a sociedade civil... **VOZES**

1.21.05: Todas as regionais, eu acredito que... Mas nós não temos por categorias. Quanto que era, quanto que era sociedade civil, quanto que era trabalhador... Não tem o quantitativo, é isso que eu não consegui também. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Mas tem o total de participação. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** É. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Olha, nós tivemos do governo 896 no total, e participação da sociedade civil, 810. Foi um pouco mais de governo, como todas as conferências regionais, porque às vezes acontece isso da sociedade, mas eu achei que teve uma participação significativa dessa vez. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** É. Na nossa regional lá, a gente sentiu muito a falta do usuário. Não sei, até foi levantado na hora da conferência, a usuária pegou o microfone e ela falou: “O usuário não está aqui não é porque ele não quis estar, é porque não tiveram

condições de estar vindo para frequentar a conferência.”, porque eu até estava na mesa com a Subsecretária e a gente ficou de trazer para esse pleno essa discussão, porque, pela experiência própria, no meu município até ano passado não se dava diária para usuário e nem para sociedade civil do Conselho. Não se ordenava diária para a sociedade civil. Então, em muitos municípios, eu acompanhei nos grupos de Whatsapp, os gestores falando a dificuldade de estar pagando diária para sociedade civil, para estar comparecendo na conferência, porque eles teriam diárias lá regulamentadas para governo, mas para a sociedade civil eles não tinham como passar diárias, principalmente aonde eles não iam de carro, eles iam com diária própria do município. Então eu acho que essa também é um dificultador na hora de estar, o poder público estar ordenando diária para o Conselheiro. Eu acho que é possível esse pleno, esse Conselho ajudar mais os Conselhos para reavaliar a lei de diária de cada município e estar colocando o Conselheiro, independente se ele é sociedade civil, se ele é governo, como de direito de ganhar, de ter a diária pela lei de diária no município. Isso não é comum, principalmente nos municípios de porte 1, não é comum ter essa abertura na lei de diária. Então, eu me comprometi com a Janaína de a gente trazer essa discussão também e ajudar os Conselhos nisso aí. Uma outra coisa que eu queria trazer é: se nós tivermos baixa de usuário da sociedade civil, então o nosso termo de referência não gastou todo o recurso para cobrir alimentação para todos da sociedade civil. Como que vai ficar esse recurso? Vai ser devolvido? Ou a empresa, foi definido e a empresa vai ficar com esse recurso? Ele não volta? E também lá no tema, eu achei que faltou uma fala mais técnica do tema, ficou mais só os Conselheiros, a SUBAS, não teve uma fala, uma fala técnica, entendeu? Do tema. Eu acho que isso foi pobre também na conferência regional. Na parte do leste nosso, foi nota 10, Diamantina trouxe lanche, que nós lanchamos o dia inteiro, tinha lanche de manhã, de tarde, toda hora, né? Então, foi um sucesso, quero mesmo parabenizar a Secretária de Diamantina pelo esforço que ela fez para estar garantindo o lanche lá na conferência regional. **PRESIDENTE:** Arlete. **CONSELHEIRA ARLETE DE ALMEIDA:** Eu, uma coisa que eu tenho colocado para os governantes, independente de ser aqui CEAS, eu sempre tenho colocado: é preciso conhecer Minas Gerais. Não dá para a gente pensar políticas públicas com a intenção de atingir usuário dessa política sem conhecer esse território, isso é fundamental. Quando se fala aqui nas distâncias para se ter acesso ao local, por exemplo, da conferência regional, há de se considerar todas essas distâncias, as pessoas chegam extremamente cansadas. Eu presenciei pessoas indo embora porque elas estavam tão cansadas, elas falavam: “Eu não vou contribuir em nada e nem vou assimilar nada, vou voltar”. **CONSELHEIRA ARLETE DE ALMEIDA:** Enfraquece a participação e isso nos deixa totalmente sem saber o que dizer para essas pessoas, até porque a gente conhece a realidade da região que a gente mora, né? Uma outra questão que foi colocada aqui é que nós já prevíamos o esvaziamento, e aí eu posso dizer que a nossa região, de certa forma, foi privilegiada porque a gente teve um número, considerando a estimativa e etc., nós tivemos um bom número, nós tivemos uma conferência lotada – não é, Sandra? – Nós tivemos isso lá no Norte, e Ariadna, João, que estavam lá, sabem disso. Entretanto, essa ideia do não financiamento dos participantes, com exceção do governo, que realmente financia as suas representações, isso cria duas situações, aí eu vou falar muito de onde eu moro, o comércio não dá conta mais de financiar política pública. Na minha cidade, oh, é rifa, é pedindo patrocínio no comércio, e vai a uma loja, e vai a um supermercado, tudo que se vai fazer é preciso estar transferindo para a comunidade o pagamento disso, duas, três vezes, porque além dos impostos, ele ainda vai financiar para que a política aconteça. Nós precisamos repensar essas questões. Outra coisa, ontem eu ouvi uma representação da SEDESE aqui, na hora eu fui me inscrever, mas já tinha esgotado o tempo, ela dizia o seguinte: “Nós temos que definir qual é o nosso papel”, oh! Se eles não sabem, e nós? Então, nós também temos que definir melhor quais são os nossos papéis, até para que a gente possa atuar de forma mais qualificada, porque na medida que nós temos uma estrutura já organizada e que nós temos uma representação que diz: “Nós ainda vamos definir o nosso papel.”, uai, tem alguma coisa errada, gente. E eu estou dizendo isso para nós. Eu estou saindo,

né? Está vencendo meu mandato nesse Conselho e eu saio daqui ainda com umas questões que eu coloquei para a sociedade civil desde o início, que nós precisávamos estar mais organizados no sentido da nossa representação, porque nós somos representação, e ninguém representa a si próprio aqui no Conselho. Nós precisamos apresentar aqui o quê que nós andamos fazendo, qual é a resposta que nós levamos daqui para os grupos que nós representamos e o quê que nós fazemos lá para apresentar aqui para justificar a nossa presença aqui, ou então nós também daqui uns dias vamos dizer: “Precisamos definir qual é o nosso papel”. Então, eu quero deixar isso registrado, de dizer dessa minha agonia que a gente chega ao final do mandato ainda com essas dificuldades, e aí eu finalizo esse mandato com mais preocupação de ter uma representação governamental da SEDESE dizendo que ainda vai definir qual é o papel, e isso implica na participação na base e no acesso da política pública e, mais ainda, da efetividade dessa política na vida de seus usuários. **PRESIDENTE:** Obrigada, Conselheira. Hugo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO:** A política, a conferência estava sendo pautada no “Nada para nós sem nós”. Não vou falar aqui, não precisa porque já foi colocado ali em relação ao nosso município lá, Juiz de Fora. A única coisa que eu coloco é que Muriaé está mais de três horas de traslado de lá até chegar Juiz de Fora, então fica muito difícil, até mesmo porque nas conferências anteriores que tiveram lá em Juiz de Fora, sempre foi colocado: “A gente para uma conferência que você não vê o usuário”, que a gente, você vê lá o trabalhador, você vê a entidade e o governo. Então, para que nós tenhamos condições, aí Arlete, até eu queria até estar colocando, solidarizando com você, quando o pessoal da SEDESE coloca, a gente podia até dar para eles uma proposta de eles estarem conversando com esses prefeitos nos municípios, até para poder estar chamando, colocando qual é o papel e chamando as pessoas, deixando que o usuário venha participar, porque eles não têm dinheiro para poder estar deslocando o usuário do seu município até ali Juiz de Fora, mas tem para poder estar dando para o funcionário dele. Aí quando foi, até na época nós organizamos a conferência passada o Fórum do Usuário, quantas vezes que a gente chegou no Fórum do Usuário que você chegava lá e tinha representante do governo o Fórum do Usuário. A SEDESE está conversando, que não poderia, foi indo, foi indo até esvaziar. Hoje, a única pessoa que a gente vê que participa é somente a moça lá de Santos Dumont, assim mesmo porque ela tira dinheiro do seu bolso para estar participando. No mais, foi boa, a alimentação a gente não teve, enquanto muitos tiveram problemas, nós não tivemos, está de parabéns o pessoal da SEDESE por ter organizado lá, entendeu? O que a gente coloca é em relação a essa participação, porque, isso foi muito falado lá, que no município você tira a proposta, e a proposta, ela vem para o estado. Aí eu conversando ontem, a Conceição até colocou que sempre foi feito assim, você pega – Consolação – você tira a proposta no município e ela vem para o estado. E eu acho que seria de bom tom, até mesmo para que nós tivéssemos o estado ter o melhor diagnóstico do que vem acontecendo no estado como um todo, que essas propostas, ao serem tiradas, que elas fossem lá para o regional, porque, na regional, você vai está ali, toda aquela região vai estar discutindo, pode-se fazer adendo, pode suprimir, fazer o que tiver que ser feito, até poder estar organizando, porque aí quando chegar aqui, chega bem melhor, fica até mais fácil para a gente poder estar trabalhando. Os Conselheiros que são eleitos no município para poder estar vindo aqui para o estado, entenderam? Até mesmo para poder estar auxiliando nessa participação efetivamente. Era isso que eu queria estar colocando. **PRESIDENTE:** Sandra. Depois o João. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Então, talvez o que eu vá falar aqui alguns já tenha até pontuado, mas acho importante porque, acho que, eu fui em três conferências regionais, né? Então... A gente então tem que, sinto obrigação de pontuar algumas questões. Primeiro assim, eu penso que todos nós, do CEAS, a Secretaria Executiva, a SEDESE, todos nós estamos de parabéns por ter assumido esse processo conferencial. Acho que foi um desafio, em um momento de escassez de recurso, de Ministério da Cidadania, onde nós estamos alocados como Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, eles dizem “Não” à conferência, eu acho que Minas Gerais, como outros estados, acho que são vitoriosos de

fazer a conferência e ter dado certo, né? Acho que isso é importante. Então, todos nós estamos de parabéns com esse processo aí. E eu percebo, assim, acho que houve sim um esvaziamento da conferência, das conferências regionais. E, sabe, primeiro, essa questão da revogação das resoluções, ela é séria. Teve município que disse: “Eu vou fazer conferência para quê, se não vai ter conferência nacional?”, então eles não contam que a conferência democrática, de fato, ela não é oficial, mas não levaram em consideração esse processo de, talvez, assim, de ser resistência, né? Para vocês terem uma ideia, Uberlândia, que é um município de referência para nós, Uberlândia não fez conferência. Eu coloco, assim, porque é referência. Por quê? Ele está entre os maiores do estado de Minas Gerais, e a gestora disse: “Vou fazer conferência para quê? Não vai ter conferência nacional...”. Então acho que isso é uma questão, sim, é uma questão séria isso daí, também de certa forma pode ter também impactado na decisão do gestor e dos CMAS de fazer ou não conferência. Essa questão do recurso, ela é um fato, sem dinheiro fica difícil de fazer um processo, fazer uma conferência, porque tem gastos, e é fato. O IGD SUAS já tem um tempo que ele não é repassado, que é de onde a gente tem recurso para poder fazer deslocamento, fazer material gráfico, lanches, custear diárias, né? Então é uma questão muito séria essa questão da falta de recurso. Eu, na verdade, assim, tenho essa questão das regionais. Junta as regionais, fica distante para o pessoal ir, o pessoal viaja mais, cinco, seis horas; teve um período de mudanças das diretorias regionais também, a maioria dos diretores estava chegando e entrando ali, tentando assimilar toda essa questão de conferência da assistência, né? Então isso também acho que são elementos que acabam contribuindo com isso. E aí eu só quero dizer o seguinte, que, para mim, todo processo de financiamento da conferência, tanto regional – e nós vamos sentir um pouco, vamos esperar a estadual para a gente avaliar, mas fico até com receio – todo esse processo de não financiamento, ele impacta sim, né? Por exemplo, quando a gente fala, Luanda fala ali do lanche, em uma conferência regional que faltou, nós somos mineiros, gente. Mineiro é o que recebe o povo é com comida, mineiro recebe o povo é com mesa farta. Você pode até ter três tipos de coisa para mastigar, dois bolos e um biscoito, mas é farto, a pessoa come, come e sobra. Mineiro é isso, né? Então, assim, eu sinto que – graças a Deus, lá na região, lá nós conseguimos o CIMANS, que financiou todo o lanche da conferência, e foi bacana porque acabou que ficou para lanche da tarde também – mas isso é sério, as pessoas viajam 5 horas, 4 horas, você não vai oferecer um café para a pessoa? Na casa da gente, quando a pessoa entra é pela cozinha, né? Pelo menos na minha casa é, o pessoal entra e vai direto para a cozinha. Então é isso, isso é característica nossa, do mineiro. É Minas, isso é Minas. Bom, mas aí uma impressão que eu tive, agora é uma impressão assim, né? Eu percebi também o pessoal muito desanimado. Desânimo geral, essa questão é seríssima. Atribuí isso ao contexto que nós estamos vivendo, esse momento está muito difícil, ele não está fácil. Percebo que tem uma crise de identidade de luta, as pessoas estão vivendo uma crise de identidade de luta: “Para quê fazer conferência?”, “Por que nós temos que fazer conferência?”, “Para onde é que vai essas prioridades, essas propostas das conferências?”, “Vamos encaminhar isso para quem?”, “Isso vai ter eco para onde nós vamos encaminhar?”, “Vamos encaminhar para o Conselho Nacional, e o Conselho Nacional, isso vai ter eco quando chegar lá? As deliberações aqui para conferência estadual?”, então, assim, eu senti muito isso no povo, sabe? De uma forma, nas três conferências regionais, duas mais participativas, uma o pessoal mais reticente, não é Rosa? E aí a de Uberaba me surpreendeu muito, assim, o desânimo do povo. Como: “Eu estou aqui por quê?”, parece que foi porque alguém mandou que fosse. Então, assim, eu penso que a gente precisava de uma leitura maior desse momento de crise que nós estamos passando, sabe? Acho que a gente teria que ter alguém aí mais da academia que pudesse trazer para a gente essa reflexão, essa discussão, e que a gente pudesse pensar, inclusive, alternativa de sair disso daí, né? Porque não dá para ficar parado esperando o quê que vai acontecer, né? Esperando que o mundo caísse na cabeça de todo mundo. Muito obrigada

PRESIDENTE: João. CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO: Eu, muito tranquilo, quero falar uma coisa aqui que me angustiou. A gente vai falando aqui das coisas, das pessoas,

da SEDESE, mas vamos falar também agora de nós do CEAS, da Secretaria Executiva, de nós, enquanto Conselheiros, porque, assim, eu me senti muito humilhado na conferência de Montes Claros. Primeiro porque parecia que eu e Irajá não estávamos ali como Conselheiros. A gente, em momento algum foi – não, é verdade, gente. Pô, pode não gostar, mas eu me senti sim, é assim que eu me senti. Eu falei com o Irajá que eu tive vontade de largar a conferência e ir embora, porque parecia que a gente não estava lá como Conselheiro. E aí eu quero saber: se a companheira Arlete não falasse, não citasse o nosso nome lá no microfone, ninguém ia saber que tinha mais dois Conselheiros lá. E isso até pedi para a Arlete falar, ela falou: “Não, João, já está aqui.”, então, o primeiro ponto então, tem que corrigir isso. Se tinha muito Conselheiro na região, que colocasse a gente para ir para outra região. Eu estou desempregado, não estava fazendo nada, poderia ter sido mais aproveitado. Tive medo, tive medo de me comprometer na primeira conferência, por ser a primeira de Curvelo, e tranquilamente, com apoio da equipe que estava lá da SEDESE, e do próprio Conselho – que eu quero agradecer muito – nós tiramos a conferência, fizemos apresentação, assim, ninguém questionou e todo mundo parabenizou a gente. Eu gostei demais da fala da Ivone, mas também o pessoal respeitou. Não teve um questionamento, logo de cara no regimento, porque era a primeira conferência. Eu dei conta. Então eu fico preocupado é que a gente, fica parecendo que alguns Conselheiros aqui têm competência, têm condições, e outros não. Se a gente não tem, então capacita a gente para ter. Eu estou dizendo isso. E, olha, vou ser honesto, estou com desânimo agora de disputar eleição do CEAS sim, porque eu senti isso comigo, eu senti isso. Se Irajá estivesse aqui, ele ia falar a mesma coisa. Então, gente não vai privilegiar ninguém. Eu respeito demais o conhecimento que muita gente tem aqui, é lógico que eu não quero me comparar a muitos, eu não posso discutir orçamento público como a Juanita conhece, não quero discutir a questão da assistência social, porque eu vejo aqui algumas pessoas por quem eu tiro o chapéu e respeito, mas a gente tem como contribuir também, e aí eu senti humilhado nisso sim, eu me senti humilhado. Para mim, era como se a gente não estivesse ali, como se a gente não existisse enquanto Conselheiro. E se tem uma das pessoas que mais defende a interiorização dos Conselheiros nas regionais, eu tenho falado isso aqui o tempo todo. Eu briguei para que a gente não deixasse cair na situação que estão com as URCMAS. Eu queria que a nossa tivesse funcionando, eu senti isso também nas conferências que eu participei, as pessoas nem citavam o nome das URCMAS. É para a gente fazer uma avaliação, nós não podemos dizer aqui só dos erros, dos gestores que não contribuíram. Temos que dizer de nós também aqui. Eu respeito muita gente, aprendi muito com esse Conselho, mas infelizmente eu fico um pouco magoado mesmo, eu estou com desânimo. O mesmo desânimo que estava batendo em muita gente, porque a gente sabe que se tivesse a conferência nacional, as conferências regionais estariam lotadas, aí a briga ia ser diferente porque queriam estar na regional para brigar para ir para a estadual, para brigar para ir para a nacional. Realmente, não tendo a conferência nacional, isso dá um baque, mas a gente precisa fazer uma avaliação disso, gente. Eu tenho condição de contribuir com a minha humilde, com o meu humilde conhecimento, mas tenho. Então, eu me senti, assim, parecia que a gente não existia. E foi inverso, na de Curvelo eu só fui porque eu pedi, eu falei: “Isac está não sei a quantos quilômetros de Curvelo, eu estou a 170, não é justo.”, por que não fez um estudo disso antes? Eu que tive que pedir para ir na de Curvelo, e tive medo de fraquejar porque aí poderia ser motivo de crítica, mas também, graças a Deus, não, porque a equipe que estava lá contribuiu muito. A equipe da SEDESE, a equipe do CEAS que estavam lá, deu conta. Aquilo que a gente errava, ou não errava, porque às vezes a gente tinha dúvida, eles corrigiam, chamavam, e a gente conseguiu. É para isso que serve uma equipe, é para assessorar na hora que precisa mesmo. E isso faz a gente sentir a necessidade da capacitação para os Conselheiros, porque eu não sou obrigado de entender de assistência social, eu estou aqui é como representante é de sociedade civil, eu não estou aqui como representante de assistência social e nem dos trabalhadores, e nem de gestores. O usuário não pode ter o mesmo conhecimento não, gente, mas ele tem que ser tratado igual. Eu represento sociedade

civil, mas represento entidade. É outra coisa que a gente quer discutir, a gente tinha que ter tido nessas conferências momento para falar dos fóruns, pelo menos para dar uma pincelada, para dizer da importância deles. A gente não teve isso não estava nas pautas. Então, assim, tudo bem, a gente não falou sobre isso, nas duas que eu estive a gente não ficou discutindo sobre fortalecimento, do envolvimento deles. A gente pode ter falado: “Ah URCMAS é importante.”, não, a gente tinha que falar do fórum, porque essas coisas eram importantes para nós, porque isso fortalece o Conselho, entendeu? Não, eu estou dizendo aqui aquilo que eu estou angustiado, gente, sabe? Eu vim aqui foi para contribuir, eu vim aqui para contribuir para o Conselho. Se a gente não tem condição de contribuir, a gente até desanima. Essa é minha fala, sabe? Quero agradecer também, muito, a participação do pessoal de Curvelo, da regional, haja vista o problema que é você sair de uma cidade que está quase no Vale do Jequitinhonha para participar em Curvelo. Mesmo assim a gente esperava lá uma quantidade de 170, era mais ou menos em torno de 177 a previsão, nós tivemos em torno de 153 pessoas. Aliás, 132 delegados para um universo de 177. Com os convidados, tivemos 153, então a nossa queda lá em Curvelo não foi tão grande assim. **PRESIDENTE:** Obrigado, João. Helder. Depois, na sequência, Isac e Ariadne. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Primeiro, eu queria parabenizar o Isac, porque eu tive em duas conferências regionais, eu acho que o Isac foram dez? Quatro? Tem certeza? Para com isso, Isac. Não é fácil, não é fácil a gente sair de casa, ficar no transporte durante 5, 6 horas, não ter a certeza de onde que vai ficar, como que é a questão da... Eu sei que ele foi, eu sei que ele foi. E aí, eu vi a Secretaria Executiva, a Consolação não está aqui, mas depois eu transmito isso para lá, fazendo o maior esforço junto com os Conselheiros para que pudesse estar presente nas conferências regionais. E aí eu sou da comissão, eu acompanhei isso de perto, a gente verificou lá a dificuldade, gente, a dificuldade de achar Conselheiros, de achar agenda, não é fácil. Pessoas, por exemplo, que estavam, e a gente sabe que infortúnios acontecem que problemas acontecem na vida. A Soyla é uma das pessoas que também estava presente, não pôde, por questões pessoais, familiares, teve outras pessoas que também estavam no processo e que tiveram que ser retiradas. E a disponibilidade do Isac, ela merece sim esse destaque, porque todas as vezes que a gente colocava: “Oh Isac, você pode?”, “Eu posso”, “Eu posso”, “Eu dou um jeito”. Então, assim, não é fácil, gente. Não é fácil, principalmente nós que estamos em outros municípios, temos outros afazeres, outras atribuições, a gente negociar com os chefes da gente a nossa saída por 3, 4 dias, e às vezes – em um mês eu saí o quê? 6 vezes para o CEAS – isso não é fácil. A gente que tem uma agenda, que trabalha em outros locais, é complicada, e o Isac tinha essa disponibilidade. Quem dera se todos os Conselheiros tivessem. E eu vi, eu acompanhei de perto a Secretaria Executiva, eu acompanhei de perto a mudança, a Regina, Paula, todo mundo, inclusive, o pessoal que não foi a Delmira, o Ângelo, pessoal, assim, se desdobrando para que as conferências regionais acontecessem. Então acho que a gente realmente tem que elencar esses problemas sim que aconteceram, mas ressaltar esse trabalho que teve a Secretaria Executiva do CEAS, que foi, assim, fenomenal, o pessoal não tinha hora para sair daqui enquanto não fechava a agenda. Outra questão também que eu preciso colocar, teve sim esses problemas, eu concordo com a Sandra em relação a questão que mineiro, ele precisa ser acolhido com comida, mas não mais do que isso, o que a Luanda traz, ele é fato, quando uma usuária chegou para mim em Governador Valadares e disse que ela não tinha comido nada, e eu lembro que do hotel eu tinha pego uma maçã, eu não pensei duas vezes, eu dei a maçã para ela. Mas, assim, será que, isso porque ela verbalizou, e quantos usuários não verbalizam? E que estavam realmente com fome, de fato. Gente, como que consegue ficar 7, 8 horas sem alimentar nada, só com água? E aí, eu tenho também que elogiar o pessoal lá de Paracatu. Diferente de outros locais, eu percebi que Paracatu, ele se preocupou mesmo, e eu sei que foi através de você, Soyla. A Ana Amélia, ela destacou a sua presença lá. E a Ana Amélia trouxe outros elementos também que o próprio João trouxe aqui, que há um desânimo geral, as pessoas estão desacreditando do controle social, as pessoas não estão acreditando mais em questão de participação social, e isso está posto, não fomos nós que colocamos.

Agora, cabe a nós saber o quê que nós vamos fazer com isso. Nós acreditamos. Trabalhamos em relação à questão da regionalização das URCMAS dos Fóruns, e a gente vai jogar isso por terra? Eu acho que a gente tem que repensar. E a Ana Amélia, ela trouxe isso, que a Soyla, ela fez um papel, assim, preponderante para a união, tanto o pessoal de Patos, de Paracatu, e eu vi a Soyla com vários problemas lá, emocionais, problemas familiares, problemas pessoais, essa menina, assim, brilhou também. Então, Isac, agradeço a sua disponibilidade; a Soyla, pelo papel que ela desempenhou lá em relação ao lanche. Não faltou lanche, gente. E outra coisa, eu não sei como que vocês fizeram, a água quente que nós levamos para Governador Valadares, vocês gelaram ela. Todos os copinhos de água gelados. O almoço, nenhum, governamental, sociedade civil, sociedade civil já tinha almoço através do contrato, mas nenhuma, gente, governamental e convidada, ficou sem alimentar, e não tiveram que desembolsar nada para poder em relação ao almoço. Então, assim, esse sucesso, essa participação da Soyla, para mim vai ficar como exemplo. Essa questão do Isac também, essa disponibilidade do Isac, para mim vai ficar como exemplo nesse Conselho. E, outra coisa, a forma como que essa Secretaria Executiva articulou para que não faltasse Conselheiro Estadual, e conciliasse agenda, também vai ficar como exemplo, porque eu acompanhei isso de perto e eu vi a dificuldade que é fazer com que o Conselheiro fique afastado do seu município 3, 4 dias. Então, assim, eu gostaria só de destacar esses pontos e parabenizar esses dois, ou melhor, os três, e a Secretaria Executiva. **PRESIDENTE:** Isac, obrigado. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Oh gente, a Sandra eu não acompanhei, eu não acompanhei. Mas eu também tive a notícia. Mas a Sandra, eu estou falando das pessoas que eu acompanhei que foi o Isac e a Soyla. É claro que a gente tem notícia através do próprio Whatsapp, a gente vê lá o papel preponderante, e aí eu via como que vocês se desdobraram. Gente, eu tentei – eu sei que o tempo está passando, né? Ok – mas é isso mesmo, eu vou passar aqui porque a Consolação e Rodrigo pediram para que a gente fosse mais breve. **PRESIDENTE:** Isso. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Mas destacar o papel desses Conselheiros, que foi fundamental. **PRESIDENTE:** Conselheiros, 10h52min, nós temos ainda a pauta do PEAS, questões importantes. Eu peço então que os relatos sejam um pouco mais breve tá? Isac. **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** Bom dia. Oh, Helder, obrigado. Aí depois vou pedir para você repassar essa fala para a minha família lá, porque ficaram reclamando da minha ausência. Bem, na verdade, agradecer pela oportunidade. Eu realmente só não participei das conferências que não tive como participar mesmo, nas últimas horas faltou Conselheiro, mas eu não tinha agenda mais. Bem, eu vou tentar falar aqui coisas, não repetir muito, mas, de certa forma, o que eu vou falar vocês já sabem, eu vou pontuar um pouquinho o que a Luanda disse né? Eu participei de 4 conferências diferentes, então vivi conferência com lanche, conferência sem lanche, conferência com almoço perto, conferência com almoço longe. Vivi bastantes coisas, né? Só destacar que essas dificuldades estruturais, a questão de o restaurante estar longe, a questão de não ter lanche, a questão da distância para o delegado participar, o Helder falou um pouquinho ali, mas todas essas três características, elas são muito mais acentuadas no usuário, porque o usuário de comunidade tradicional, ou qualquer comunidade rural, se o município dele está a 3, a 5 horas da regional, talvez ele está a mais uma ou duas horas do município, então isso é um pouco mais grave. Aí quando a gente olha a questão de não ter lanche, na maioria dos casos as condições dele para conseguir esse lanche, são menores do que a dos outros segmentos. E com relação aos debates, realmente, eu senti um pouco de dificuldade, de desânimo das pessoas em debater. Por exemplo, Sandra viu, teve representante de comunidade tradicional que colocou a situação em cite é a pessoa que não está podendo falar, que está sendo calada. Eu acho que quando o Governo Federal, em um movimento ele desqualifica a conferência, fala que não vai respeitar, e em outro Governo Federal ele desconvoca a conferência, isso é muito grave para nós. E quando eu parabenizo Minas Gerais por realizar a conferência do jeito que conseguimos realizar, eu só gostaria que não esquecêssemos que apesar de nós estarmos de parabéns, nós estamos cumprindo a nossa obrigação, porque Minas Gerais é obrigada a fazer conferência, pela lei. Então

acho que isso não pode, não pode ficar afastado de nossas falas enquanto Conselheiros, enquanto controle social. Agora, dentro disso ainda, na hora que a gente coloca as dificuldades para fazer a conferência e também a gente parabeniza quem ajudou, eu tive falas, eu ouvi falas em conferências, quando a gente vai falar contra o assistencialismo na assistência social, teve conferência que a pessoa chamou a gente no canto e falou: “Uai, vocês estão falando contra o assistencialismo? E a entidade que está doando o espaço aqui para vocês? Como é que vocês vão discutir? Como é que você fala isso? Porque o Conselheiro está lá falando contra o assistencialismo.”, e aí eu senti que a gente estava, nessa conferência, se valendo de um assistencialismo, a gente estava pedindo esmola, eu senti isso, para realizar a conferência, e dizer que a assistência social deve ser responsabilidade do governo do estado, devemos atuar contra o assistencialismo. Essa foi a minha principal preocupação em todas as conferências que eu participei.

PRESIDENTE: Obrigado, Isac. Ariadna, breve, por favor. **CONSELHEIRA ARIADNA SILVA:** Nem peguei o microfone, eu quase não falo, no dia que eu falo você manda... Brincadeira, Rodrigo. Primeiro, ah tá, mais breve porque hoje estou ficando velhinha. Pessoal, uma coisa que muito preocupou que é uma coisa que eu venho comentando muito quando se fala em conferência e foi abordado lá na nossa regional, que eu fui só em uma, porque lá em Pirapora é meio complicado sair do serviço, foi com relação ao desacreditamento das pessoas por causa da conferência de saúde, isso foi abordado lá: “Espera aí, se a saúde, que tinha um orçamento bom, aconteceu do que aconteceu, vocês vão me garantir?”, eu conversei pessoalmente com um usuário que questionou muito isso, e depois nós tivemos algumas conversas. Aí nós fomos explicar para ele: “Olha, nós estamos fazendo a nossa parte”. Só que houve essa, foi toda uma celeuma na hora e tal, ele falou para mim, aí ele falou para mim e falou bem assim: “Você foi à conferência de saúde? Você viu o que aconteceu?”, tipo assim, ele me intimou mesmo, aí eu falei para ele: “Fui, e fiquei de fora da nacional porque eu não tive dinheiro para ir e na hora H o governador falou que não ia dar as passagens mais, no sábado, 3h da tarde, ele mandou um ofício falando que não ia. Só que a gente está falando para vocês que a gente está fazendo o nosso trabalho, nós estamos tentando.”. Então, assim, gente, me preocupa muito isso, as pessoas, elas não estão acreditando, elas não estão, porque todo mundo fala: “A saúde” – que lá em Pirapora a gente tem a mania de falar “prima rica” – “A saúde, que é a prima rica, ela não está dando conta, como é que a prima pobre vai dar conta?”. Então, assim, esse foi um, Sandra, Arlete e seu João estava lá, nós passamos por esse momento. As pessoas estão muito desacreditadas devidas já a esse fato, isso é realidade, gente, isso é fato, todo mundo que eu conversei, inclusive, eu faço parte de um grupo aqui que foi da conferência nacional e a gente continua, as pessoas até hoje comentam isso. Não houve, praticamente, uma conferência nacional, e ela houve uma forma muito estranha, então as pessoas estão com medo. Pessoas, delegados que foram para a nacional, chegaram em mim no dia e falaram assim: “Eu vou para Brasília sem saber. Eles falam que vão dar tudo, mas na hora H e se não tiver?”, teve gente que chegou em Brasília domingo para entrar no hotel terça-feira. Então, a preocupação, a meu ver, a maior preocupação hoje é essa. Ninguém vai sair, eu, por exemplo, abdiquei a ir na Conferência Nacional. As pessoas, elas não querem sair sem ter pelo menos algo fixo, sem ter algo certo. A estadual me desculpa, mas a Conferência Estadual de Saúde, ela foi um fiasco, nós, no último dia, bebemos muita água quente, sentamos no chão, ficamos sem alimentação. Se na regional, que nós estamos todo mundo ali um pelo outro houve esses problemas, as pessoas vão ficar com medo de vir na conferência estadual. As pessoas já não vêm na Regional porque eles estão com medo de ser convidados a ir à Estadual para depois ir para a Nacional. Isso foi uma coisa muito forte que aconteceu. Agradecer, Rosa, que nós comemos pizza com frango caipira, não é Rosa? Comemos pizza com frango caipira, eu, Rosa e senhor João Crisóstomo. E, assim, gente, quando eu falo também de Conselho, aí todo mundo fala: “Ah, Ariadna, mas a saúde é assistência”, no interior, quem é do Conselho de Saúde é o do de Assistência, é do Conselho da Mulher, e é sim. Então as coisas vão passando. Então o medo das pessoas está fazendo isso, porque as pessoas estão vendo o que está acontecendo e eles não estão

acreditando. E, assim, eu levo até uma fala que o Helder falou comigo agora, nós vamos ter que tentar, pelo menos nós aqui entre Conselheiros do CEAS, um motivar os outros, porque a motivação está vindo daqui. A gente vai ter que começar a tentar fazer isso.

PRESIDENTE: Obrigado, Ariadna. Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Concordo com a fala de vários Conselheiros, aproveito para parabenizar a Secretaria Executiva e todo empenho dos Conselheiros que participaram aí de tantas conferências regionais, que foram feitas com muita garra, né? E, assim, diante dessas restrições orçamentárias, do cancelamento da Conferência Nacional, que impactou, Minas Gerais fez, 73% dos municípios mineiros que fizeram a conferência. E aí pegando os dados que foram apresentados ali, a gente tem uma participação, dentre esses 73% que fizeram as conferências, teve 47% mais ou menos de participação do governo, e 43% da participação da sociedade civil, abaixo de 50%, então realmente foi um número muito aquém do esperado. O transporte pesa? Pesa né? Mas aí eu fiquei, na primeira fala do Helder eu fiquei pensando sobre isso, mas a Regional Metropolitana, por exemplo, a de Belo Horizonte tem 50 municípios, também teve uma participação muito pequena, né? E aí não sei até que ponto que foi só isso, que o transporte pesou ou não. Acho que a gente tem que analisar mais dados para poder conseguir rever e aprender com os equívocos para a próxima conferência. E aí o que a Ivone colocou, de ter um percentual por regional é muito importante, e aí eu retomo um pedido meu na plenária passada, de ter por segmento também. Aí quando a gente fala assim: “Ah, a gente não viu o usuário”, a gente teve algumas falas assim. Teve 339 usuários, 239 trabalhadores e 232 entidades, ou seja, 30%, fazendo um percentual aqui por alto, teve 30% mais usuários do que trabalhadores e entidades. Então a gente teve usuário sim, talvez a gente não vê, talvez na hora da inscrição teve uma inscrição de segmento diferente, e aí eu retomo um pouco as reuniões da comissão organizadora da conferência, em que a gente discutiu um pouco sobre isso, assim, às vezes tinha um trabalhador que inscreveu, era de uma escola; era trabalhador do SUAS? Então a gente tem que ver mesmo essa forma de inscrição dos delegados, porque às vezes representa um segmento diferente do dele. Eu fui responsável pela eleição dos trabalhadores de São João Del Rey, outras pessoas ficaram com de Belo Horizonte e eu fiquei com São João Del Rey. Eu me deparei com uma pessoa que ele se declarou trabalhador, aí, depois, ele não conseguiu ser eleito porque ele disse que ele trabalhava no sindicato, depois ele disse uma coisa, depois ele disse outra, era professor da rede básica e tal. Aí terminou a eleição e ele ficou como suplente, porque não daria, o pessoal não votou nele porque não era trabalhador do SUAS. Aí veio me procurar: “Não, mas inscreveram errado, porque eu sou usuário”, aí eu orientei ele e tal, aí já estava passando lá para mesa o nome dos delegados, aí: “Não, espera aí, eu sou do governo.”, e acabou que ele conseguiu ser inscrito como governo. Então, assim, gente, às vezes a gente tem uma participação pequena, e nessa conferência, assim, acho que a gente pegou um pouco no laço assim também as pessoas para serem delegados. Então a gente tem que pensar nisso, como que vai ser essa representação também das pessoas na estadual. E aí eu chamo atenção nisso para quê? Porque na hora da inscrição a gente tem que rever esse método, se vai exigir inscrição de delegado, se for de trabalhador, por exemplo, se tem que ter no CAD SUAS; usuário se tem que ter alguma declaração, alguma coisa, porque em muitas vezes, em anos anteriores eu já vi isso quando eu era delegada representante de trabalhador, eu já vi gestão indo como trabalhador, eu já vi trabalhar indo como gestão, eu já vi trabalhador indo como usuário. A quantidade de usuário que pegava a fala no metropolitano e falava: “Ah, eu sou assistente social.”, mas está na vaga do usuário. Então eu acho que é importante a gente chamar atenção para isso. Eu acho que foi o João que falou, o Hugo, que falou isso sobre compilar as propostas dos municípios. Na regional metropolitana, isso apareceu, um pouco a insatisfação. Eu me lembro de 2015 a 2017 também as pessoas: “Uai, mas e as propostas do município? Eu achei que eu ia vir aqui discutir.”, e aí essa fala também eu endosso ela com a avaliação que o CMAS Nova Lima fez, porque eu represento o Conselho, então a gente fez essa avaliação lá. Então, pessoas, por exemplo, como Débora Davi, que é uma referência na área de serviço social, ela foi professora

universitária lá da PUC e tal, já participou de muitas conferências, umas das avaliações são essas, assim, porque às vezes fica parecendo que foi tempo perdido, porque chegou lá, aí na hora tem apresentação, depois tem momento para as propostas novas. Essa metodologia é a mais adequada? Tudo bem que a gente já fez isso nas últimas conferências regionais, mas é a metodologia mais adequada? Porque aí depois chega aquele tanto de proposta para poder compilar para a estadual, aí você perde algumas coisas também. E no meu, por exemplo, na metropolitana que eu participei, eu achei que ficou muito confuso, porque aí abriu para as propostas, aí muita gente ia lá para fazer uma proposta, aí tinha uma pessoa na relatoria que tinha computador, as outras não tinham, aí por fim foi, assim, uma confusão lá, a gente tentando escutar a pessoa que estava falando no microfone e a gente tentando anotar, e aí na hora que a pessoa da relatoria, muito competente por sinal, ela apresentou, aí o Helder da SEDESE, ele olhava assim, tinha cinco propostas iguais, e às vezes tinha assim, uma frase, um verbo só de diferença. Com um computador só, não deu tempo de conseguir juntar, de fato compilar, entendeu? E aí eu acho que isso também, pelo fato de ser lá na hora, de ter só um computador, então não ter várias pessoas para conseguir compilar, mas também por essa própria metodologia de ser propostas novas, de você, por exemplo, compilar as propostas do município e, tipo assim, nos 50 municípios da região metropolitana de Belo Horizonte foi compiladas essas 50 conferências e vou levar compiladas e aí vou discutir em cima delas e vou priorizar para a estadual? Não sei. Eu acho que tem que pensar um pouco essa metodologia, e eu vi várias pessoas comentando sobre isso. Acho que é só isso então, gente. Fui anotando aqui. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Ah, me deixa falar só mais uma coisa? Desculpa gente. Eu também considere que teve muita pouca reunião da comissão para poder organizar, sabe? Esse negócio assim, realmente o estado está quebrado, a gente tem que otimizar as diárias e tal, mas aí tirou as reuniões da mesa diretora, praticamente, e aí trocou a reunião da mesa diretora para reunião da comissão organizadora da conferência. E aí eu acho que foi complicado para as pautas, foi uma perda para a mesa diretora, mas, mais ainda, para a comissão organizadora da conferência, que às vezes a gente tocava em fazer as coisas meio em toque de caixa, esse negócio aqui da representação, a gente até tentou tocar nisso em uma reunião, mas aí a gente não conseguia assim, porque “Ah, já está quase que na hora de acabar com a reunião, então a gente tem que...”, aí acabou que muitas coisas se perderam. Então eu avalio que, assim, colocar reunião da comissão organizadora da conferência no horário que era destinado para a mesa diretora, foi uma perda muito grande e a gente não conseguia pensar bem nos detalhes, na metodologia, em inovações que eram necessárias nesse cenário novo, que é o cenário dessa restrição financeira total. Então, mais ou menos isso. **PRESIDENTE:** Encerrando a inscrição no pedido do Helder, porque senão a gente não conclui tá? Marta, depois eu, depois Sandra, Fran e Helder. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Rapidinho, Rodrigo... **PRESIDENTE:** Questão de ordem, Conselheiro. Marta, eu, Sandra, Fran e Helder. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Rapidinho, só falar uma coisa, eu não vou falar, é porque, não vou falar, prolongar, é porque eu estou preocupado porque a gente tem umas considerações da Juanita que nós já deliberamos que vamos ouvir essas considerações aqui, e eu tenho também, eu não estou vendo nenhum encaminhamento. Várias falas foram colocadas aqui em relação a almoço e tal, quais são os encaminhamentos que nós vamos fazer para a SUBAS? Eu estou preocupado com isso, é sério mesmo. **PRESIDENTE:** Obrigado pela sugestão, Conselheiro. Como eu te disse aqui, eu anotei alguns. Outros Conselheiros que tiverem sugestões, vão poder falar na hora que eu abrir. Eu já chamei atenção ao tempo com relação a isso, por isso que eu pedi – questão de ordem, Conselheiro, por favor – por isso que eu pedi para serem breves, porque já são 11h10min, e, por isso, que me inscrevi Conselheiro, para dar os encaminhamentos finais. Marta, por favor. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Eu vou tentar ser breve, tá? – Acho que o microfone está desligado. Não, está é baixo, está baixo, vai melhorar – Não, eu só queria fazer algumas considerações. Essa conferência que a gente está realizando é em uma conjuntura muito diferente, todo mundo já falou aqui, mas vale a gente lembrar. Não vou voltar em

questões de estrutura das conferências porque é um ponto que a Patrícia falou. A gente nunca pagou transporte para a Conferência Regional e a participação acontecia só que, lembrando, a gente estava em uma conjuntura diferente, o que o Isac lembrou, a Conferência Nacional passada não foi considerada pelo governo, essa foi suspensa, então a gente nunca viveu também essa experiência. E a desmobilização da participação popular para as conferências, ela é clara, acho que todos os relatos que vieram aqui comprovam. Agora, eu não participei de nenhuma conferência regional, queria pedir desculpas à Consolação por tantos “nãos” que eu disse a ela, mas eu já participo desde a primeira conferência estadual, e tem vez para as pessoas poderem também ter essa experiência, participar no interior do estado, saber o sacrifício que é viajar 12, 8 horas, 1 dia antes, no calor, sem ar condicionado, né? Agora, é isso que tempera as coisas. É isso que dá tempero as coisas, mesmo que seja do sal do suor, mas dá um tempero. É outra experiência para os Conselheiros Estaduais irem para o interior, participarem das conferências, ouvirem as pessoas, saberem como que as regiões são, como é que tudo está organizado. Isso é importante porque é isso que constrói o espírito da conferência estadual também. Então, o que eu queria dizer é que a gente precisa chegar com outro espírito na conferência estadual, este Conselho precisa, a gente não pode chegar com esse espírito de esvaziamento. Então queria conclamar aqui os Conselheiros, a gente faz avaliação, mas vamos construir um espírito mais otimista, porque nós vamos receber, de novo, pessoas do interior, recepciona-las, e eu queria chamar atenção que a gente precisa qualificar o conteúdo da conferência estadual mesmo. A gente, lógico que infraestrutura influencia, participação tem custo, mas militância é importante, nós precisamos construir essa militância. Então eu queria chamar este Conselho, que não é uma coisa, um rito só a ser cumprido, sabe? A conferência estadual esvaziada por causa da conferência nacional, agora que é hora de a gente dizer a que este Conselho veio, o que ele quer para esse estado, né? O que nós vamos trazer para a conferência estadual, que tom que nós vamos levar nas deliberações para o estado, como é que nós vamos construir isso tudo para a gente deixar uma marca dessa gestão para o estado e para as regiões do estado. Então, eu queria senhor presidente, que o senhor concluísse tudo isso também com esse espírito, né? para a gente também qualificar o esforço de todo mundo que foi. Eu sei que foi sacrificante, eu sei que não foi fácil, eu sei que foi atípico, mas a gente precisa chegar na conferência com um espírito mais... Nós ainda temos uma etapa a cumprir, tá bom? **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira, por ter inscrito. Bem, eu concordo com a Marta, é a hora de a gente achar forças mesmo nos ossos, tirar força de não sabermos onde, mas o momento requer isso, não é? Mais do que as dificuldades que nós enfrentamos enquanto próprio estado, nós estamos fazendo, né? Então é importante a gente entender que cenário que nós estamos, porque se nós que estamos aqui na linha de frente desanimarmos, o negócio não vai dar muito bom não. E é importantíssimo a gente recuperar nossas forças, não sabemos de onde, mas recuperar nossas forças para fazer um controle social forte, democrático e participativo. Essa é a primeira questão. A outra, eu notei algumas, fui tomando nota de algumas das dificuldades e para a gente refletir, a distância, a falha de comunicação, CEAS, regional, comissão, entre Conselheiros, falha de comunicação no geral. Não consegui falar do CEAS, não consegui entrar em contato com o CEAS, demora nos atos normativos, de a gente, isso tudo foi falado, diminuição de recurso, não ter a nacional, já a demora da própria nacional, não ter lanche, deslocamento para almoço, falta de RH do CEAS, o tema, não foi financiado, não ter financiamento pelo estado, das delegações; a metodologia; e poucas reuniões da comissão. Isso foi basicamente algumas questões que eu anotei. E aí a gente tem que pensar que a gente fala, muito se falou de discutir modelo, modelo, modelo, mas eu me peguei fazendo o que a gente sempre fez, né? Eu acho que a gente mudou, a gente avaliou, a gente melhorou, a gente aprendeu, mas o formato ainda está o mesmo, e isso para mim ficou muito evidente. Esse ato, esse descrédito... Primeiro porque a gente está em um momento de cultura de não participação e de esvaziamento total das instâncias de participação em todos os âmbitos, isso já é um norte. A outra questão é que, de fato, é um ato cansativo e que as pessoas não veem resultado, então a gente tem que começar a

mostrar o quê que a gente conseguiu através do próprio Conselho, o próprio SUAS é ato de conferência. Então a gente precisa dar visibilidade mais às conquistas do que às derrotas. A gente, às vezes, se critica muito, a gente vai muito a fundo nas críticas com nós mesmos, mas a gente esquece de mostrar para o outro, e aí eu acho que vai muito nesse *vibe* que a Marta coloca, chama a gente para cima. É preciso mostrar que é difícil, sim, mas porquê da dificuldade? E não é que eles não estão sendo ouvidos, estão sim. Esse CEAS está brigando para que as metas, para que as deliberações de conferência... A gente acompanha isso. Então é preciso materializar e é preciso intencionar, porque as regionais, elas servem para isso, para instrumentalizar as pessoas para que eles cheguem – no bom sentido – para que eles cheguem no seu território e cobrem das gestões locais, das gestões regionais, da gestão estadual e da nacional. Então acho que a gente está fazendo um pouco mal, às vezes, o dever de casa. Essa é uma questão que eu queria dizer. Com relação, respondendo a algumas questões que foram colocadas aqui, a questão dos fóruns, ela estava explícita sim, foi trabalhada sim, principalmente no ato de conferir. Estava posto ali. Talvez o que o Conselheiro traz é de um momento mais profundo disso. Não sei se é isso. Mas, eu percebo que a gente tem que valorizar mais, porque a gente fez um movimento lá atrás e a gente não cuidou tão bem dele, né? De uma valorização mais sistêmica, mais profunda. Essa é uma questão. A outra questão, João, e aí te respondendo, não importa eu dizer para você que o sentimento não foi esse, que não foi isso, que momento nenhum quis... Você sentiu assim. E se para mim você sentiu assim, isso é muito sério, tá? Eu penso lógico, tenho certeza de que tudo que eu falei anteriormente, que não foi essa a intenção de ninguém e tal, prevalece, mas o Conselho é plural, e aí nós precisamos, não é só o saber dos técnicos, da gestão, das entidades que tem que prevalecer; o usuário, em sua simplicidade, a gente tem que aprender com ele, porque ele é a voz do que está acontecendo no território. Lembro que especificamente, aí de uma experiência que nós trouxemos para dentro do CMAS de Nova Lima, trouxe uma usuária para dentro, representando a CMAS, simples, uma dona militante. E ela foi, e ela foi representando o CEAS do jeitinho dela, aprendeu muito e levou para a comunidade dela e começou a cobrar ações do CRAS, começou a cobrar ações da transferência de renda. É isso. Então é preciso que nós temos que melhorar o nosso discurso, falamos muito em CRAS, CREAS, PAEFI, FEAS, e a gente esquece do ouvinte, esquece. Então, não é emburrecer o usuário, achar que ele não dá conta, não é empobrecer o discurso, mas é trazer esse discurso, esse usuário para esse discurso. E como? Como que nós vamos fazer isso? Não é uma tarefa fácil, a gente cai na mesmice a todo momento falando, porque a gente parte do pressuposto que quem está na conferência são usuários do CRAS. Quando eu falar CRAS, PAEFI vão entender, e muitas vezes não é assim, porque lá no território, o trabalho ainda não está sendo de referência. Então a gente precisa, pelo menos, assim, são as minhas considerações, tá, Conselheiros? Não estou dizendo que é a verdade absoluta, tá? Estou trazendo questões da minha fala agora, como avaliação, tá? Então a gente precisa valorizar isso com a questão do Conselho plural. A outra questão, a outra resposta que eu tenho, que eu gostaria de dar, e aí é uma falha gravíssima, e eu estive a todo momento, desde o ano passado que a gente vinha discutindo a questão do orçamento, que a gente já sabia que teria corte, Consolação e eu, um movimento, assim, deixei Consolação doida aqui, essa pessoa fez contas e mais contas, e não sei de onde ela conseguiu tirar tanto tempo para conseguir fazer essa conferência. Eu acompanhei, eu estava aqui, eu vi de perto as negociações, as tratativas das conferências estavam acontecendo enquanto Brumadinho estava em lama, e a gente estava lá trabalhando e achando buracos na agenda para fazer essas tratativas. E aí a todo o momento eu disse para a secretaria: “A gente tem que tomar muito cuidado para que o corte orçamentário não vire despesa, porque vai se cortando e, ao invés de fazer um investimento, a gente gasta o dinheiro com a conferência, porque ela não vai ter resultado algum.”. Então a todo o momento eu chamei atenção disso e nós temos que tomar cuidado para que a conferência estadual não vire despesa, vire investimento. As regionais, eu percebo que têm falhas, tiveram coisas boas, mas pelo menos nós garantimos um espaço de fazer. E aí nós temos que tomar cuidado,

é louvável o que cada Conselheiro fez de articulação, porque as conferências, a assistência, ela também é feita com parcerias, mas a gente precisa enfrentar a assistência como política pública de estado. Não ter cofinanciamento para o almoço, não ter cofinanciamento para o lanche... Não precisa ir longe não, gente, eu pego 1 ônibus saindo de Nova Lima, com uma hora, dependendo do trânsito, trânsito ruim, eu estou aqui no Centro. Na conferência passada eu cheguei aqui com fome – tá certo que eu sou gordo, mas não interessa né? – cheguei com fome, descii e fui comprar pão de queijo, porque eu não podia almoçar, porque eu era da metropolitana, tá? Então, achei muito temerário a gente esquecer-se disso. A gente lembrou a tempo, né? Mas poderia ter sido feito como política pública de estado. Então, agradeço a todas as iniciativas, da Sandra, da Soyla, e todos os parceiros que nos atenderam. Não foram poucos, não foram poucos, mas o Isac disse bem, se a gente está combatendo a caridade, a gente usou da caridade agora para enfrentar uma política pública de estado. Não podemos permitir isso mais, isso é muito sério. E aí então, em cima disso, o quê que eu proponho? Primeira coisa, nós temos que avaliar o tema. Nós não fizemos uma ficha de avaliação, muito embora elas deem resultado, às vezes, pouco, mas eu acho que na conferência estadual a gente tem que mudar isso, tem que incentivar essas pessoas a preencher essa ficha. Fazer uma ficha de avaliação, não só da conferência estadual, mas também mencionando a regional, para a gente tentar salvar um pouco o quê que o território sentiu. Eles vão, muitas vezes, vão reavivar isso aqui que a gente falou. Mas, para, além disso, perguntar o quê que precisa mudar. Então, buscar o instrumental, discutir o instrumental, ainda dá tempo de a gente pensar no instrumental, para a gente tentar avaliar isso e mudar para a conferência que vem. Não estou dizendo, quando a gente está falando método, alterar método de conferência, metodologia, eu não estou dizendo em EAD. Não se aproxima de território fazendo conferência virtual. Eu automaticamente, eu aproximo distanciando das pessoas porque eu sou intocável. Não se aproxima. As conferências têm que ser presenciais, tem que ter esse trabalho. Agora, como, a gente pode rediscutir. Precisa de uma palestra? Precisa de um painel? Isso não daria para ser feito de outra forma? Então é hora de a gente sair da caixinha, sair da mesmice e rediscutir a política de assistência, porque nós estamos perdendo território, nós estamos perdendo para nós mesmos porque nós estamos dialogando com nós mesmos. Então, esse eu acho que é o encaminhamento, da gente pensar em reavaliar esse tema, reavaliar essa metodologia e criar um instrumental na conferência estadual. Talvez esse instrumental físico e nós, Conselheiros, buscar também fazer esse corpo a corpo, essa conversa. Vamos conversar sobre isso. Entre todas as coisas que a gente tem que fazer, vamos dedicar à escuta para tentar resgatar isso na estadual. Corpo a corpo. São as duas propostas que eu consegui fazer e pensar neste momento. Se algum Conselheiro tiver alguma outra proposta que a gente possa pensar, de encaminhamento. Talvez, penso, esse resultado vai ser sistematizado, vou passar para a Consolação, a Secretaria Executiva também anotou as pendências para que a gente faça um relatório, envie para a SEDESE cobrando, envie para a Subsecretaria o relatório desta avaliação, pontos fracos e pontos fortes, né? E aí então a gente tentar dar, melhorar para aprender, de fato aprender para a próxima conferência. Sandra. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Então, assim, é porque, na verdade, vou ser bem rápida mesmo, tá? É porque eu senti um pouco na fala do João que parece que o pessoal que veio de fora, os Conselheiros que não eram de Montes Claros, ficaram excluídos do processo da conferência e, na verdade, não foi isso. A conferência, ela tem um antes, tem um durante e tem um depois. O antes, que foi toda a questão da estrutura, não tinha como pedir Pirapora lá para resolver estrutura em Montes Claros, de local, de solicitar lanche, dos parceiros, porque nós solicitamos lanche foi dos parceiros. O CIMANS é um consórcio que trabalha com recurso público, então são parceiros. E, assim, e o antes, que toda essa parte de estrutura, e que inclusive a reunião de alinhamento, ela faz parte do antes, e a Rosa, nós reunimos lá um dia antes com o pessoal da SEDESE, mais o pessoal do CMAS de Montes Claros, mas os Conselheiros que chegaram lá também para a reunião, nós tínhamos um quadro com as atribuições de cada Conselheiro, como todas as conferências regionais tiveram. E aí eu quero dizer o

seguinte, podemos não concordar, mas você contribui com um processo desse não é só quando você vai fazer abertura ou você vai para a mesa temática. A contribuição, ela é também de outras formas, como eu contribuí em vários momentos com outras questões da conferência. E aí o seguinte, todos os Conselheiros Estaduais tinham as atribuições lá na conferência de Montes Claros. E aí eu coloco o seguinte, um evento desse tamanho, dessa proporção, nós temos que ser muito proativos. A gente tem que ficar atento para saber o que é que está precisando e onde está precisando da minha contribuição, né? Chegou o momento que eu tive que pedir o João para me ajudar na questão dos microfones, para levar o microfone até o pessoal, né? Então, é só dizer o seguinte, que, a meu ver, ninguém foi colocado fora do processo não. Digo o seguinte, que bom, eu não lembrei de apresentar os Conselheiros na fala de abertura, mas a Alerete, entendo que é obrigação também, como ela estava compondo a mesa temática, ela fez isso brilhantemente. Então, eu acho que tudo é um processo. Não vou entrar em mais detalhes porque eu acho que é muita questão subjetiva e questão subjetiva a gente não discute. Eu quero discutir as questões objetivas. Dizer que falei muito de fórum e de URCMAS onde eu fui, onde eu fiz palestra eu falei isso daí, porque não tinha como correr, porque no ato de conferir, lá estavam os fóruns e as URCMAS. Então, assim, acho que é importante a gente também dar um contraponto quando vem uma fala nesse nível. Você tem que apresentar o contraponto, né? Mas, é isso, é isso aí. **PRESIDENTE:** Obrigado, Sandra. Fran. Encerrado na Fran, tá, gente? Porque o Helder pulou a fala. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Então, gente, eu vou ser breve e queria dizer que eu concordo com muitas coisas que vários Conselheiros falaram. Realmente do esforço do CEAS de realizar as conferências regionais e agora o esforço para realizar a conferência estadual. Só que eu queria ponderar aí alguma, uma única questão, que é a questão do direito. E aí eu vou pegar muito uma fala do que o Isac falou, e muito na fala do que o Rodrigo falou. Direito, gente, a gente não faz com parceria. Direito a gente garante com política de estado, igual o Rodrigo falou. E eu acho que eu senti muito que nós pecamos nos momentos em que a gente foi definir o que corta o que não corta. Eu acho que na próxima fica uma lição, uma reflexão para mim também como Conselheira, de que direito a gente pega ele e coloca-o lá no cantinho só. Isso aqui é direito, isso aqui a gente vai ter que garantir. O que é *plus*, o que dá para fazer, a gente põe aqui nessa coluna aqui. Eu acho que nesse momento não teve. E alguns direitos que eram dos delegados, dos usuários nas conferências, esses direitos não foram garantidos. Por exemplo, alimentação, o deslocamento. Eu acho que isso não é uma decisão política, não é uma decisão do CEAS. Para mim, isso é um direito e ele precisa ser garantido. Pode ser que para outras pessoas não sejam, mas eu, como Conselheira e como trabalhadora dessa política, eu vejo que muitas coisas que a gente talvez não garantiu e dependeu muito de parceria, estava muito no campo do direito mesmo. Eu queria fazer uma pergunta, que é uma dúvida, aí é dúvida pela falta de conhecimento mesmo, teve um recurso, e as regionais, elas estavam esvaziadas, né? Foi fechado um pacote, por exemplo, o almoço. O quê que acontece com esse recurso? Você fecha com a empresa para 50 almoços, e aí ela forneceu 20, por exemplo. O quê que acontece com esse recurso? Como que é essa negociação? **PRESIDENTE:** Vamos lá. Primeiro, o Helder havia pedido para fazer um encaminhamento. Ah, foi contemplado? Ah, tá. Consolação, você que é gestora da parceria, você esclarece, por favor? Gestora do contrato. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Nós estamos fazendo levantamento daquilo que foi utilizado. As informações passadas, a gente tem um limite de pagamento, a gente não pode falar “Ah, eu não vou pagar, só aquilo que foi consumido”, então a relação passada, a gente paga. Tem um limite de pagamento, esse limite eu ainda estou fazendo a conferência dele, mas é da listagem que a gente encaminhou. Não vai ser o total previsto de participação, mas a lista encaminhada dos inscritos, porque a gente julgou o termo de referência, a gente fez em cima de um total. Na hora que a gente encaminha para a empresa, a gente encaminhou já com um corte de inscrição. E aí agora a gente, nós estamos fazendo levantamento da prestação de contas, que vai ser verificado esse percentual de quebra que a gente tem o direito, que eu não me

lembro se vai ser 10, 20%, tem um percentual ali de quebra. Mas a gente vai pagar a mais do que foi utilizado, ok? Porque a gente tem esse mínimo, comprando o serviço você paga mais do que aquilo, independente de ter sido ou não, porque houve um gasto do restaurante. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Presidente, só para esclarecimento, então vai ser feita a prestação e ela vai ser enviada por e-mail para a gente? Porque visto que a gente não tem mais plenária, tem a extraordinária, mas aí já ficou como aquelas pautas. A prestação seria enviada por e-mail para a gente ver? É isso? Vai ser apresentada, vai ser deliberada? Como que é essa prestação? **MARTHA:** Só falar. Toda conferência estadual, a gente traz a prestação de contas para esse Conselho, isso já é um rito, tá? É, porque depois que fecha a conferência estadual, porque é o processo conferencial. Pois é, estou dizendo, vem para este Conselho. Ela falou assim: “Vai para o outro mandato?”, falei: “Como a gente vai fechar o processo conferencial da conferência estadual, possivelmente vai ser para o próximo mandato, porque tem que fechar todo o processo de prestação de contas. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Teria como... Como é outra gestão, teria como ficar deliberado o envio da prestação, pelo menos, para o nosso e-mail? Já que, visto que foi na nossa gestão. **PRESIDENTE:** O Conselho é soberano, esse pleno é soberano. Se assim for deliberado, se você estiver fazendo uma proposta para que seja enviado para os Conselheiros anteriores, é possível. Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eu não vejo nenhum motivo para deliberação não, gente. A informação, ela é pública. A única que eu estou falando, até falei aqui com o Helder, a informação é pública, posso mandar para todos os Conselheiros, a gente geralmente não põe esse tipo de dado nas resoluções, a gente põe em resolução e ata, mas eu não vejo problema nenhum de mandar informação, ela é pública. A única coisa que eu falei com o Helder é que nós estamos no meio da organização da estadual, eu estou também no contrato da estadual, então não sei se eu vou conseguir finalizar, entendeu? Eu tenho que correr com isso. Mas se eu vou conseguir finalizar antes da estadual, que, inclusive, nós já temos aqui a sinalização da data, eu já tenho notícias para trazer, que a gente já está negociando tudo aquilo que aqui foi falado, eu não sei se eu consigo, por exemplo, até a próxima plenária, plenária extraordinária. Eu não sei. É só isso que eu estou dizendo. Mas, tendo a informação, não há problema, eu acho que não precisa nem ser deliberado. Insisto de novo, é recurso público, gasto público, isso é dever, a informação, ela é pública. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Não, para mim está tranquila a prestação após conferência estadual, acho que fica mais até coerente, né? De você ter a prestação de todo global. **PRESIDENTE:** Vejam bem, eu entendo o que a Consolação colocou, a informação é pública, mas certamente a prestação de contas será no próximo pleno, no próximo mandato. Então, para evitar, eu acho assim, a gente pode deliberar sim a questão do envio via e-mail para os Conselheiros antigos, não tem problema, tá? Então está feito o compromisso, a Consolação falou: “Já me comprometi e vou enviar”, estão todos de acordo com o envio? Ok, então será enviado, mesmo que a informação seja pública, está no Portal da Transparência, também serão enviadas as planilhas de prestação de contas para este mandato, tá? Via e-mail pessoal dos Conselheiros. Ok. Então, avaliações feitas, encaminhamentos feitos. Se, porventura, ao longo do dia a gente lembrar de algum outro encaminhamento, não há problemas, chega para mim, me passa, a gente vai tentando dar os informes e encaminhando, com isso, para a gente agregar os encaminhamentos aqui. Vamos fermentar isso, porque acho que o importante é realmente a gente aprender e melhorar sempre. Marta. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Eu só queria chamar atenção, que eu tenho certeza que a Fran ia propor isso, propôs isso dentro de um espírito público, porque eu não gostaria que ficasse nessa gestão qualquer dúvida com relação ao cuidado que a Secretaria Executiva ou equipe da SEDESE tomou em relação ao isso, ao processo dos gastos públicos. Acho que eu gostaria que a gente entendesse que está dentro de um espírito público, e não que haja qualquer dúvida na gestão desse dinheiro ou na aplicação desse recurso, que eu tenho certeza que todo mundo se empenhou para que ele fosse maximizado, tá? Então eu queria muito que ficasse registrado esse espírito e esse tom, porque senão fica parecendo que nós ficamos

uma sensação ruim, nós duvidando de nós mesmos, porque nós é que somos responsáveis por isso. Então queria que a gente fizesse, queria fazer esse registro para não ter quaisquer dúvidas em relação a isso. **PRESIDENTE:** Até porque a gestora deste contrato é a Secretaria Executiva também, uma das gestoras. Foi a gestora, né?

CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA: Como eu já fui ordenadora de despesa, eu sei a responsabilidade que a Consolação está tendo, sabe? **PRESIDENTE:** Bem colocado, Marta. Bem, gente, vamos iniciar então a apresentação. Já começa a questão do PEAS, por favor, enquanto Juanita toma pé e já começa a projeção ali para a gente, nós vamos dar a notícia, a ótima notícia que temos com relação a estadual, e aí eu passo a palavra para a Secretaria Executiva, Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Foi acordado na última plenária aqui, até a Fran fez essa solicitação do dia 18 e 19, que fosse, eu falei que eu estaria defendendo essas datas, entre ontem e hoje, em contato com a empresa que ganhou, que foi o Mundo de Ideias, que foi a empresa que fez a conferência em 2015 e 2017, a mesma empresa, então ficou acertada 18 e 19 de novembro a conferência estadual. Ainda, a empresa me perguntou, a gente teria duas opções de local para realização da conferência e nós listamos para os e contras em relação a isso, o contrato, ele previa que fosse à região metropolitana, não necessariamente em BH. O SESC, colocou-se o SESC e o Hotel Actual para a gente verificar que nesta data, inclusive o Hotel Actual tem essa data. E aí eu queria validar com esse Conselho hotel, por que? O SESC foi levantado aqui inúmeros problemas no SESC Venda Nova. Teria que adaptar o ginásio, teve problema em relação à acústica, teve problema em relação ao calor. Olha o que nós estamos passando aqui de calor. O teto é de amianto, tem uma série de coisas de insalubridades. Actual... É, acessibilidade do SESC é complicado. Então, eu já queria, eu quero, eu peço ao presidente o encaminhamento de acordar com... Eu estou colocando para vocês essas opções, eu tenho que informar a empresa. Eu vou pessoalmente ao Hotel ACTUALL essa semana ainda, ver todo o problema, é em Contagem, tá? Ok? O presidente vai comigo. E é isso, gente. O hotel tem ar-condicionado, tem toda a logística interna, e acessibilidade. E nós fizemos a previsão de transporte também, de BH, da rodoviária para o hotel, quem vai estar hospedado, e durante o dia também, de levar outro dia um horário de ônibus para os delegados, inclusive, governamentais, que porventura não estiverem lá hospedados, ok? Então, assim, eu queria, peço ao presidente para colocar isso, por favor. **PRESIDENTE:** Conselheiros, eu não vou colocar agora, está como informe, por enquanto, porque o Helder tem fala, já me pediu, e aí a gente abre a discussão, porque a extraordinária vai ser dia 20, então, como acordado, tá? Haverá uma reunião extraordinária do Conselho no dia 20. Sei dos problemas, aí nós vamos abrir para discussões, mas vamos para o PEAS, tá? Gente, por causa do PEAS, eu preciso... Qual que é a questão, Conselheira Patrícia? Por favor, microfone. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Conselheiro João perguntou que momento que a gente vai poder discutir sobre isso, pelo que eu entendi, não é, João? É às 16h, na hora da conferência estadual, porque agora a gente tem que passar para o próximo ponto de pauta do Conselho da Conselheira Juanita, né? **PRESIDENTE:** Ah, ótimo. Então, vamos. Nós vamos abrir para discussão. Se der, a gente faz isso antes do almoço, a gente já adianta uma parte para a gente olhar já a questão, mas também tem os Conselheiros governamentais que não estão aqui, está marcado para as 16h, como a Conselheira chamou atenção, a gente aprovou a pauta. Então é apenas um informe, para a gente já começar a divulgar nos grupos a data da conferência, ok? Juanita, vamos lá?

PEAS.JUANITA PIMENTA: Conforme solicitado, eu vou apresentar aqui a análise e todo o processo que a gente teve ontem nas duas comissões que foram conjuntas, de Orçamento e de Política, para analisar a nova, a terceira visão do PEAS. Então, o PEAS foi encaminhados para nós, Conselheiros, em setembro a primeira versão, depois, a segunda versão em outubro, e a terceira versão no domingo passado, que eu não tive como ler, mas eu fiz uma leitura ontem à noite, o Rodrigo me emprestou o impresso dele. Bom, eu compartilhei com vocês a minha análise do PEAS e as minhas contribuições também no grupo e, de uma forma geral, assim, como eu não vou estar aqui à tarde, o PEAS apresentado pela Subsecretaria de Assistência, ela não continha as deliberações

da conferência; o diagnóstico era um pouco incipiente, não dava para a gente ver onde estava os problemas do estado para a gente identificar se as metas propostas minimizavam ou erradicavam aqueles problemas. Aí nesse contexto, eu fiz várias contribuições – alguma desculpa – algumas contribuições que eu compartilhei no grupo e, na terceira versão, eu vi que a SEDESE, ela incluiu no grupo praticamente todas, principalmente com relação ao diagnóstico. Todas as minhas sugestões foram acatadas pela SEDESE, e aqui eu gostaria de registrar que isso é muito importante, porque você tem um processo de correalização do instrumento que vai conduzir as ações da gestão e o nosso controle social nos próximos três anos. O PEAS, de uma forma geral, ele está dividido, ele estava dividido em 18 metas, divididas em 5 eixos, que a SEDESE chama de eixos estratégicos. Aí eu fiz as sugestões para a SEDESE, no PEAS que ela encaminhou, praticamente todas as sugestões do diagnóstico, ela veio e eu, nessa leitura aí, identifiquei mais três que eu esqueci de colocar, mas eu vou falar aqui, porque eu nessa leitura que eu fiz ontem à noite eu não vi, esqueci de colocar na resolução, mas aí as únicas coisas que a SEDESE não incorporou no plano, eu gostaria de deixar registrado aqui. De acordo com a SEDESE, ela encaminhou um ofício para o CEAS informando sobre as deliberações da conferência, qual que não seria incorporada, como é que estava o andamento, foi falado ontem na comissão que veio um ofício para cá, eu não tive acesso a esse ofício, mas, pela minha análise do PEAS que foi mandado no domingo, somente as metas de financiamento da deliberação da conferência não foram incorporadas. E os que não foram, eu registrei ontem e a subsecretaria falou que ia encaminhar, que a gente poderia fazer uma resolução com esses indicativos, e foi assim que a Secretaria Executiva fez. É eu que vou fazer a leitura, Consolação? Pode? “Resolução 679 de 2019, dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 13 da lei estadual 12.262, e pela norma operacional básica do SUAS, e considerando a deliberação da 249ª Plenária, realizada no dia 5 de novembro de 2019, resolve: aprovar o Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, PEAS MG 2020 a 2023, com as recomendações e pontos destacados nessa resolução.” Aí eu acho que não é com as recomendações, porque isso foi acordado lá na reunião, então, assim, não é recomendação, foi acordado pela SUBAS e pelas duas comissões, então não é recomendação. A SEDESE só falou que não teria tempo, não teria tempo hábil para fazer as discussões que foram feitas por nós. Fica. **VOZES**[01:21:49]. **MARTHA:** Aspectos ficam bons? **JUANITA PIMENTA:** Fica. **VOZES** [01:21:59] **JUANITA PIMENTA:** “Artigo 2º: Deverá ser incorporado no PEAS, apresentado pela diretoria de vigilância da SUBAS, da SEDESE ao CEAS, dados do CadSUAS em relação à pessoa com deficiência, por tipo e região; regionalização da subdivisão administrativa apresentada no plano, bem como todas as tabelas e mapas constantes no mesmo, inserindo coluna com número de municípios das regionais”. **MARTHA:** Posso fazer uma pergunta. **JUANITA PIMENTA:** Claro. **MARTHA:** Eu não entendi o que é regionalização da subdivisão administrativa **JUANITA PIMENTA:** É porque as informações que a SEDESE apresentou não era por regional da SEDESE. Aí, na última versão, ela já incorporou a maioria das planilhas e mapas regionalizados, mas alguns não estava, e nem algumas planilhas. Aí a ideia é que todas foi pactuado ontem nas duas comissões, é que todas venham discriminando as regionais. E nas planilhas, que tem varias colunas, a gente está pedindo para colocar uma coluna com número de municípios que é vinculado àquela regional, para a gente ter uma análise do que é que foi e o que é que não foi. Como as planilhas não vieram assim... **MARTHA:** Posso então estar sugerindo uma redação? **JUANITA PIMENTA:** Pode. **JUANITA PIMENTA:** Olha o microfone. **MARTHA:** Então, poderia ser: “padronização das tabelas e mapas constantes no PEAS, considerando a divisão, área de abrangência das diretorias regionais da SEDESE”, pode ser? Porque você falou que alguns têm e outros não. “Padronização das tabelas e mapas” está lá frente, Consola, nem precisa escrever só tira “da regionalização”, isso. Padronização das tabelas, inserindo coluna com número de municípios vinculados, considerando a área de abrangência das diretorias regionais da SEDESE, “inserindo”,

pode, pode, é possível, “de abrangências das diretorias regionais da SEDESE”. Acho que número de municípios vinculados, precisa disso? Precisa explicitar? **JUANITA PIMENTA:** Aham. Que ela não pôs. **MARTHA:** E o número de municípios vinculados... Na área de abrangência. E o número de município a elas vinculado. Não precisa ser coluna. Se não é tabela, pode ser mapa, né? Então tem que ver qual é o instrumento, é isso. **JUANITA PIMENTA:** Padronização das tabelas e mapas do plano, considerando a área de abrangência das diretorias regionais da SEDESE e o número de municípios... **MARTHA** A elas vinculados, que a gente já se refere que é as diretorias regionais. Deu clareza, Juanita? **JUANITA PIMENTA:** Sim. A Secretária Executiva já fez essa resolução ontem à noite. Vinculados. Inciso III: A regionalização das informações relativas ao BPC. Na verdade, é: “as informações do BPC por”, da mesma forma também, “por diretoria regional”. **MARTHA:** Então não precisa. O de cima já contempla o de baixo, não? Padronização de todas as tabelas que seja por diretoria regional. **JUANITA PIMENTA:** É porque a do BPC não veio por regional, veio só o número macro do estado, entendeu? **MARTHA:** Eu estou perguntando se o inciso II não resolve isso tudo, se padroniza, então todas as tabelas e mapas... **JUANITA PIMENTA:** Aí fica a critério de vocês. **MARTHA:** Fica implícito que aí é o BPC também, entendeu? É implícito. **JUANITA PIMENTA:** Regionalização das informações vocês acham que tira ou põe? Deixa lá no inciso I, II ou mantém destacado em III? **MARTHA:** Ou então a gente pode dar uma redação: “informações, tabelas e mapas”, porque, “dos serviços, benefícios e programas”, não é isso? “Do SUAS MG” **JUANITA PIMENTA:** Não é só serviços, é todas as informações de trabalhadores, unidades. **MARTHA:** Então tá. Porque eu ia falar assim: “BPC é benefício”, entendeu? **JUANITA PIMENTA:** Sim Aí já dava uma redaçãozinha geral. **JUANITA PIMENTA:** Mas não é só serviços. Nos outros já tem, o BPC só tem em número geral do estado. “A regionalização das informações relativas ao BPC com relação a pessoa com deficiência e pessoas idosas”, coloca vírgula ali, Consolação. Porque está o número geral do BPC. Essa ação intersetorial do BPC na escola, Consolação, eu vou te pedir para tirar porque ela já foi inserida nas metas, porque ela não é no diagnóstico, ela é nas metas. “Nome das regionais nos mapas apresentados”, já foi colocado lá no inciso II, porque tem mapa que tem nome da regional, mas outros não têm. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Então tira também. **JUANITA PIMENTA:** Para mim não tem problema, não. “Regionalização das informações do ID Acolhimento. Aprimoramento da visualização relativa às informações sobre o controle social”, ah tá, é a numeração, Consola, tem dois 3. **MARTHA:** O que é isso, visualização **JUANITA PIMENTA:** Então, na verdade, eu não sei. Com relação ao controle social, é só questão dos trabalhadores da Secretaria Executiva, aí eu não sei porquê que veio essa informação “aprimoramento da visualização relativo às informações do controle”, lembra? (Áudio não identificado – fora do microfone). [01:28:47]. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Falou que não estava, ela não era visual. A gente teve que explicar o quê que significava a diferença dos dados da tabela. **JUANITA PIMENTA:** Na verdade, a SEDESE apresentou no diagnóstico as informações com relação ao ID Conselho, estrutura física, só que ela colocou no geral como um todo. É isso, não é isso? O mapa está ali, mas eu não me lembro o nome do mapa, aí eu não sei se colocando assim. A SEDESE fez todas as anotações, aí na hora de discutir a resolução, vocês podem esclarecer com elas com relação a essa questão. **MARTHA:** Se ficar só assim: “Aprimoramento das informações sobre controle social”, resolve? **JUANITA PIMENTA:** Sim, né? Não resolve não? Eu não estou me recordando. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É porque é o seguinte, o jeito como ficou o gráfico mesmo, ele impresso a gente não consiga perceber dado nenhum, porque as cores, então o negócio é a visualização mesmo, é o modo como está disposto lá, entendeu? Então a palavra “visualização” acho que tem que continuar, né? **JUANITA PIMENTA:** É, esse quesito eu não me lembro. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É, porque tinha os limites, só que a gente não via. Então a gente não via nada no gráfico, a gente não conseguia deter informação por essa questão visual mesmo. Então é mais visual do que tudo. **MARTHA:** É de contraste? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Isso, por isso que acho que tem

que ficar assim, para eles entenderem que é da questão da visualização. Aí se você tiver uma proposta de redação melhor. **MARTHA:** Vou tentar. **JUANITA PIMENTA:** Inciso VI, revisão dos títulos das tabelas. VII metas progressivas para os anos no planejamento das ações. Alínea a): capacitação, apoio técnico e gestão do SUAS a partir de 2021, 6 mil; 2022, 6.660; e 2023, 7.200. Vocês lembram que nessa discussão veio a meta do PPAG e diminuiu das metas que atualmente a SEDESE incorpora na prestação de contas para o CEAS. Alínea b): proteção social especial de média complexidade e alta, as metas do plano de regionalização distribuídas nos quatro anos; c): apoio ao controle social, aumentar a meta dos anos de 2021 e 2023 em função da realização das conferências estaduais e inserir 10 encontros para fóruns e URCMAS. A questão da meta aí é referente à meta financeira e à meta física também, né? Que tem uma meta que é 24, que é só 24, aí foi conferido só a CIBE e o CEAS. Nós pedimos para colocar URCMAS, duas por ano, e fóruns para cada segmento, duas por ano. **VOZES[00:03:02].** **JUANITA PIMENTA:** Isso. Aproximação SUAS: Usar outros indicadores como índice de GINI além do IGD. Inciso... **PRESIDENTE:** IDH. **JUANITA PIMENTA:** Do IDH. **PRESIDENTE:** Volta lá para ver. Aí, tá. Não é IGD não, é IDH. E outros índices. **JUANITA PIMENTA:** IDH. **PRESIDENTE:** Não é só índice de Gini não, e outros. Índice Gini e outros. **VOZES [00:03:27].** **JUANITA PIMENTA:** Inciso VIII: nos eixos estratégicos – que aí é a questão do SUAS Estratégia em Minas Gerais – alterar os prazos, por serem ações continuadas de 2020 a 2023, incluir percurso formativo no eixo 1 e alterar o prazo para 2020; incluir os Conselhos estaduais no eixo 2 – é no eixo 1, Consolação. É, porque lá só está “Conselheiros municipais”. Inserir no eixo 2 meta de criar plano de enfrentamento de pobreza no campo e realizar ações de apoio técnico e financeiro. Inserir, no Eixo 2, meta de criar um plano de enfrentamento à pobreza no campo, e realizar ações de apoio técnico e financeiro que visem promover a equidade e a inclusão da população rural nos serviços e benefícios socioassistenciais. Isso é uma meta da conferência, que não tinha sido incluída. Eu coloquei só para vocês lembrarem. O inciso é: “Retirar das metas”, na verdade é “retirar dos eixos”, Consolação, exceto “eixo um: as metas de capacitação”, retirar: “dos eixos, exceto o eixo 1, as metas de capacitação, considerando estar...” só isso, as metas de capacitação. Lá em “capacitação” você exclui. Aí. Porque a SEDESE, nos cinco eixos, ela colocou meta de capacitação e que era a mesma meta do eixo 1, que é de educação permanente. (Alínea f): inserir no objetivo estratégico 6 a Lei do Suas, acórdão do TCU, principalmente no que se refere à composição do Conselho. Tem uma meta que a SEDESE colocou que é 100% dos municípios com a legislação atualizada, e nós estamos com a Lei do CEAS desatualizada, então foi inserida ali a lei do SUAS estadual, Consola. É a lei do SUAS estadual, viu? Letra g): Incluir a Mesa de Negociação do SUAS e a Mesa de Gestão do Trabalho, também deliberação da Conferência. Incluir o BPC na Escola, Consolação, no eixo, estava tudo separadinho por eixo, eu acho que você esqueceu, porque senão fica confuso. No eixo 4, que é da proteção social básica, inserir ação intersetorial do BPC na Escola e do Bolsa Família. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Está embaixo. **JUANITA PIMENTA:** Ah, então pode tirar essa aí, Consola. Tá. Pode tirar também “mesa de negociação do SUAS, que nós já colocamos lá”. Construir fluxo e protocolo de referenciamento de definição de competências entre o SUAS e Sistema de Justiça, também é uma meta de conferência. Ah tá, a lei do SUAS Estadual está aqui embaixo. Incluir 100% dos municípios mineiro com normativas desatualizadas com SUAS regulado, e o SUAS estadual até 2023. Então aquela meta lá em cima do SUAS Estadual, você pode tirar porque ela veio aí. Aquela lá. Isso, aí. **VOZES 00:07:22].** **JUANITA PIMENTA:** Vocês trabalharem depois, né? Tá bom. Tá. É porque tem um eixo que é específico para esse, aí eu coloquei qual que era. O eixo três, no j, o eixo 3 precisa ter incorporado as metas da... Ah, não, aí já pode tirar esse também, Consolação, porque as metas da conferência... Na verdade, o Eixo 3, pessoal, é o Eixo do Financiamento do SUAS. Vocês lembram que a SEDESE falou que não ia colocar por questões de financiamento. Então as metas de financiamento que foi deliberado pela conferência é: ampliar o valor do piso de 2,20 para 3; criar o piso de proteção especial e... Nossa. Tem três metas que a SEDESE lá na reunião falou que era

impossível incluir no plano estadual. Item, onde que eu estou? k. Realizar... Ah, não, no Eixo 4, j, no Eixo 4: 100% dos municípios desenvolvendo, pelo menos uma ação intersetorial do BPC do Bolsa Família e do BPC na Escola. Isso aí, esse Eixo 4 é da proteção social básica. Também no Eixo 4, Consolação, coloca “Realizar encontros regionais de apoio técnico de acompanhamento familiar”, porque vocês lembram que foi tirado as metas de capacitação daí e jogado lá para o Eixo 1. Letra J, ter 100% de monitoramento dos planos de providência e planos de apoio. Isso também é no Eixo 4. É realizar, né? No Eixo 4. Copia lá. A SEDESE, Diretoria de Proteção Básica, não? **MARTHA:** A gente já superou a questão do Plano de Providências há algum tempo, porque ele era muito punitivo e pouco, a gente sentia que era de pouco apoio técnico, sabe? Então, assim... **JUANITA PIMENTA:** De que forma que a básica faz o monitoramento?

MARTHA: Apoio técnico, é apoio técnico mesmo. Não precisa vincular plano de providências. **JUANITA PIMENTA:** Tá. Então volta lá. Não, Consola. Aí está certo. Eixo 4. É, aí como é que vai ficar na proteção básica? Ter 100% de monitoramento e apoio técnico? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eixo quatro, né? **JUANITA PIMENTA:** É. Deixa-me ver como é que a SEDESE apresentou. **MARTHA:** Eu já tenho uma redação para aquele pedacinho, viu, Luanda? **JUANITA PIMENTA:** Na verdade, isso aí foi contribuição minha, mas como a SEDESE não realiza plano de monitoramento, ontem foi falado isso e a SUBAS não questionaram. **MARTHA:** É, mas “monitoramento”, e não plano de providência. **VOZES [00:10:34] JUANITA PIMENTA:** Pois é, mas foi falado isso ontem lá nas comissões e a SUBA não questionou. **MARTHA:** a gente não trabalha com o plano de providência. **JUANITA PIMENTA:** Aí vocês veem como que ficou, porque isso tinha sido acordado com a SUBAS ontem, né? Está aí só o que foi acordado com a SUBAS. **VOZES [00:10:53] JUANITA PIMENTA:** Aí já é no Eixo 5, Consolação, da Proteção Especial. “Realizar ações intersetoriais entre o PPCAAM, Segurança Pública, Defesa Civil, Mulher, Pessoa com Deficiência, Criança, Adolescente, LGBT e Negros.” Porque tem ações intersetoriais na base que não é especial, esse é no Eixo 5 da Proteção Especial. Então, é. Isso. “Fomentar a criação de serviços regionalizados de alta complexidade”, também a deliberação de conferência é no Eixo 5. “Inserir as metas do plano de regionalização”, também é no Eixo 5 porque é da média e da alta complexidade. Aí esse parágrafo único: “Parágrafo único: recomenda-se a SEDESE que busque em 2020 o aumento das metas de capacitação, considerando a utilização da modalidade EAD.” Foi uma sugestão do Rodrigo. Não é, Rodrigo? **PRESIDENTE:** Perdão. **JUANITA PIMENTA:** Está contemplado ali? “Parágrafo único: recomenda-se à SEDESE que busque em 2020 o aumento das metas de capacitação, considerando a utilização da modalidade EAD.” **PRESIDENTE:** Isso. **JUANITA PIMENTA:** “Artigo 3º: inserir ação específica na proteção social especial de média complexidade para referências técnicas e CREAS regionais nas áreas atingidas por mineradoras, em especial da Vale. Parágrafo 1º: A ação mencionada no caput deste artigo fica condicionada à recursos específicos provenientes das multas de mineradoras estipuladas pelo Ministério Público.” Está correto, Consolação. Isso refere-se a esse caput, eu entendi que era à resolução toda. “Parágrafo 2: O CEAS MG solicitará ao Ministério Público a destinação de percentual dessas multas mencionadas no parágrafo anterior. Artigo 4º: A SEDESE deverá, junto com o CEAS, estabelecer fluxo de atualização das informações e dados contidos no PEAS. Parágrafo único: as metas do PPAG deverão ser anualmente revistas considerando o PEAS. Artigo 5º: As prestações de contas de 2020 deverão considerar o PEAS em sua apresentação pela SEDESE e análise pelo CEAS.” Isso aí foi uma solicitação da Subsecretária Janaína. “Artigo 6º: O CEAS MG e a SEDESE devem buscar articulação, fazer gestão junto à Assembleia e outros órgãos para conseguir aporte de recursos para o FEAS. Parágrafo único: Buscar percentual maior do Fundo de Erradicação da Miséria para o FEAS. Artigo 7º: Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Então todas as minhas contribuições foram colocadas aí para vocês fazerem a discussão na parte da tarde, a SEDESE já tem conhecimento dessas contribuições, porque foram discutidas

conjuntamente conosco ontem. Obrigada. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Posso já tirar essas deliberações (inaudível) [00:14:24] entre parênteses? **JUANITA PIMENTA:** Vocês que sabem. Acho que é para lembrar, né? Mas aí na hora de fazer, tira. **MARTHA:** Pode voltar lá, na redação? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** A onde? **MARTHA:** Aquele “aprimorar”, “Item 5: aprimoramento da visualização”, é, é. Aprimoramento da apresentação gráfica de tabelas, gráficos e figuras”. De tabelas, gráficos e figuras. Relativas à controle social, acho que permanece, tá? Porque isso até tem norma da ABNT. **JUANITA PIMENTA:** Consolação, lá no Diagnóstico, na parte de cima, eu vi, lá em cima, aí já é as metas, lá em cima, aí, eu vi depois que, eu relendo de novo faltou no diagnóstico. Desculpa. Inserir lá no diagnóstico para ver se a SEDESE consegue crianças e adolescentes em acolhimento institucional, por idade, pelas regiões SEDESE, no diagnóstico. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** A onde? No artigo? **JUANITA PIMENTA:** Não, mais um inciso aí no diagnóstico. Lá no 1, coloca 2, depois você numera novamente. Aí. “Criança e adolescente em acolhimento institucional por idade pelas regiões SEDESE.” Pode colocar aí pessoas idosas também, porque tem um outro que é “pessoas idosas”, aí já pode juntar tudo, né? “Em acolhimento institucional, por idade, pelas regiões” não, tem da pessoa com deficiência. Criança, adolescente e pessoa idosa a SEDESE não trouxe não. “Por regionais SEDESE”. Depois, “trabalhadores lotados na SUBAS, por escolaridade e contratação”, porque ela trouxe só... “Trabalhadores lotados na SUBAS por escolaridade e contratação”. No diagnóstico veio só trabalhadores gerais nos municípios, não trouxe específico da SUBAS. E também da Secretaria Executiva do CEAS, Consolação, que faz parte da SUBAS, né? Mas precisaria da, para conhecimento de todos. E, por fim, “trabalhadores da rede privada, da rede socioassistencial pública e privada, por formação por regional SEDESE.” Na verdade, a SEDESE apresentou geral, trabalhadores. Eu acho que é importante a gente conhecer por segmentos. “Trabalhadores da rede socioassistencial,” vírgula, “pública e privada, por formação, por regional SEDESE.” Acabou. **MARTHA:** Ali não teria que ser também nas regionais? **JUANITA PIMENTA:** É, por regionais. **VOZES 00:18:07:** SUBAS. Não “por trabalhadores lotados na SUBAS, diretorias regionais, e Secretaria Executiva.”? **JUANITA PIMENTA:** Eu não pensei por regional não, porque a regional, na verdade, não é só SUBAS, né? Regional tem direitos humanos... “Por regionais SEDESE.” “Trabalhadores da rede socioassistencial pública e privada, por formação, por regional SEDESE.” Acabou. **PRESIDENTE:** Vejam bem, então as considerações que estão na resolução, óbvio, a gente não, preciso de um esclarecimento. A princípio não é para colocar em votação ainda, mas são essas as considerações que foram feitas, muito embora ontem todas as ponderações foram acatadas em plenitude pela SEDESE. Eu agradeço muito, inclusive, a disponibilidade da equipe da vigilância, da Subsecretária, etc., em poder acolher as demandas que o CEAS traz e considerações no PEAS. **VOZES [00:19:35]** **PRESIDENTE:** O que? Então eu acho que a gente podia minha sugestão, a gente aprova o resto e coloca em discussão só os pontos em destaque. Como é que é, Conselheira Patrícia? **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Presidente acho que a gente vai discutir isso à tarde. Mas aí eu depois queria fazer só uma, mas à tarde, a gente deixa para de tarde, tá? Se isso, porque ela leu, não necessariamente isso é, ela está dizendo, é uma minuta de resolução e a gente pode discutir a resolução à tarde, não é isso? **PRESIDENTE:** Não, vejam bem... **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Só os aspectos que nós estamos discutindo. **JUANITA PIMENTA:** É porque eu pedi, Marta, na verdade você não estava aqui, de manhã para subir o PEAS, porque eu não estaria aqui à tarde, na Assembleia. E aí acabou que a SEDESE falou que não estaria também – SUBAS, desculpa – não estaria, então ficou acordado aqui que a Secretaria Executiva ia apresentar a minuta da resolução que foi discutida ontem lá e a gente ia fazer a leitura só para os demais lembrarem tudo que foi acordado. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Não, presidente, eu não quero adiantar a parte da tarde, mas eu me questiono se o CEAS vai fazer uma resolução com esse número de recomendações, entendeu? Acho que a gente poderia ter outro instrumento e a gente limparia um pouco mais o corpo da

resolução. Só isso que eu estou ponderando. Mas a gente discute isso à tarde, tá? Não é o mérito da resolução, eu estou falando... **PRESIDENTE:** É, é, é, podemos já pontuar isso, né? Que acho que os Conselheiros estão aqui, da sociedade civil, todos, inclusive a Conselheira que contribuiu enormemente para o plano. Vejam bem. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Isso. Entendi o que você falou, e as recomendações ficam asseguradas. Não necessariamente elas têm que estar no corpo da resolução, a gente pode achar outro mecanismo, tá? É isso que eu estou dizendo, vamos discutir isso à tarde. **PRESIDENTE:** Ok, por mim, acatado. Não tem problema nenhum. A gente discute, acho que até mesmo para ser o que a gente combinou com a Secretaria, para não parecer que a gente buscou subterfúgios. Acho que a gente está construindo uma relação, uma parceria, é um momento muito melindroso mesmo. Nada, como diz vovó, muito melindroso. Acho que a gente tem que tratar a questão com o zelo que ela precisa. Vamos lá. Então, estamos de acordo, Conselheiros, com a questão de a gente deliberar? Foi pontuado todas as questões, ontem foi feito um debate muito rico com relação ao plano, como eu disse, ponto a ponto, e na parte da tarde então a gente só discute as questões em vermelho e a questão que a Conselheira Marta traz, ok? Ah, sim, à tarde, vamos lá. Rapidamente, são 12h17min, nós temos duas propostas trazidas por mim, uma: vamos para o almoço e voltamos 1h; duas: a gente já fala a questão da data da conferência, porque Consolação tem que dar um retorno para a empresa, não é isso, Consolação? Eu acho que nós temos que discutir isso antes do almoço. Pode ser, Conselheiros? Vamos fechar, né? Que aí a gente, já era primeiro, que aí já, você já tinha pedido antes, Conselheiro. Que aí a gente já zera essa questão. Então, Conselheiro Helder. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Não, é só mesmo saber da Secretaria Executiva se isso pode ser, porque a Sandra já fez essa colocação, a gente já discutiu isso, por quê? Na sexta-feira, dia 15, é feriado. A Secretaria Executiva, ela vai ter menos três dias úteis antes da realização da conferência. E tem uma outra colocação também, que a Sandra chegou a colocar, como que ficam os municípios, por exemplo, questão de carro? Será que os carros, eles poderão se deslocar em um domingo? E a gente teme que esses problemas, de acontecer no início da semana, porque se a gente fizer um histórico com relação às conferências estaduais, elas sempre acontecem no meio da semana, e não no início da semana. Então, assim, é só realmente verificar se vai ter perdas e se a Secretaria Executiva vai estar preparada para fazer todo processo de qualquer tipo de infortúnio que acontecer entre 15 e dia 18, vai dar tempo? É só isso. **PRESIDENTE:** João. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Eu, assim, a mesma linha do que Helder está falando, mas eu vou um pouco mais além, porque o nosso questionamento, ontem não deu para falar sobre isso lá durante a comissão de conferência, mas eu já vinha lembrando: "Gente, nós temos um problema que é histórico. Algumas pessoas chegam aqui um dia antes, porque são pessoas que moram lá no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas, ou até no sulzão de Minas", e aí como é que fica a questão de eles chegarem para eles se hospedarem? Porque eu falei, em média histórica, são umas 100 pessoas, não chega a 100, lembra que eu já falei isso antes, até na nossa comissão. Então é só para eu tirar dúvida, porque além dessa questão do feriado, além de ser no domingo, eu tenho uma preocupação é de eles chegarem no domingo, por exemplo, como é que esse pessoal, que vem de tão longe, se hospeda? Só isso. **PRESIDENTE:** Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** A minha é uma consideração em relação ao local. Nós temos um Conselheiro no CMAS que é diretor do PSIND também, ele fez essa discussão com a gente lá, foi o SESC Venda Nova, onde que aconteceu a conferência municipal de Belo Horizonte, né? E aí ele explicou tudo que ocasionou aqueles problemas que tiveram lá. Então, em primeiro lugar, foi porque não ficou explícito, parece, no contrato com a empresa de que a conferência precisaria acontecer no auditório, porque o SESC Venda Nova, a gente sabe que tem uma estrutura muito boa para receber eventos, só que não ficou claro isso, não ficou explícito no contrato, e aí a empresa, como modo de economizar, alugou a quadra e transformou a quadra em um grande auditório. Só que a quadra não tem estrutura de auditório, né? A quadra é de telha de amianto, eles tiveram que improvisar cadeiras, e aí esse foi o grande

problema que teve lá. Se tivesse sido acordado que o auditório seria alugado, não teriam esses problemas, a conferência não teria passado por isso. Então, dizer assim, que o SESC Venda Nova é um bom lugar, é um lugar que pode ficar hospedado, tem a estrutura. Isso. Ah, tá, que não tem acessibilidade, isso, tá. Só que a gente...

CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA: A gente conhece lá o auditório, são cadeiras presas, não é fácil para trabalho de grupo. A gente fez muita conferência lá, né, Juanita?

CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA: Eu estou trazendo uma avaliação. Dá para fazer grupo, mas, dá para fazer plenária, mas não dá para fazer trabalho de grupo, né?

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Deixa eu terminar minha fala, eu estou terminando. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Desculpa Luanda.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Eu só estou trazendo avaliação que foi feita pelo Conselheiro Municipal, nessa relação que foi feita entre a empresa e a contratação desse auditório, que as pessoas passaram mal, desmaiaram, sentiram, foi uma coisa horrorosa, tá? Então é isso. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira. Eu estava lá, eu acompanhei parte, eu estive na abertura. Quase infartei de tanto calor na abertura, tá? E olha que

tinha dois ar condicionados virados para a gente. Eu passei realmente muito sufoco, e a sorte que eu estava de camisa branca, para não absorver. Sofri mesmo no que seria a mesa de honra, porque não teve mesa. Foi até muito bacana, gostaria de parabenizar BH pela ousadia de fazer uma conferência, uma abertura muito diferente, foi interessante a abertura deles, gostei bastante. Mas, eu acompanhei e, durante o processo, vários Conselheiros, Márcio, a Francielly e outros Conselheiros puderam relatar, e eu fui acompanhando os relatos do dia a dia da coisa. E o SESC Venda Nova, apesar do auditório, apesar do ar condicionado do auditório, dos quartos, das acomodações, da piscina, apesar de tudo, não tem acessibilidade para o restaurante. É aquele calçamento chamado mineiramente de pé de moleque, né? E aí ele dificulta, mesmo tendo ônibus de acessibilidade, eu vi ônibus do MOB-SUAS. Se não em engano vi ônibus da APAE lá fazendo transporte, mas, mesmo assim, nós presenciamos cenas muito difíceis com relação à acessibilidade. Então, antes mesmo, quando se ventilou a hipótese, isso já ganhou o mundo e falou: “Não, que não pode ser lá, que não sei o quê”, falei assim: “Gente, vai ser licitado, calma. Nós vamos olhar. Não pode nem falar que vai ser lá, a gente não sabe”. Então a proposta, eu não conheço o hotel, mas por isso que eu falei que eu faço questão de ir lá neste hotel, na parte da tarde, viu, Consolação? Porque eu trabalho de manhã, por favor, por gentileza. Mas, se for preciso, eu tento inverter. Mas faço questão de ir lá para acompanhar e ver as acomodações pessoalmente. O CEAS historicamente tem uma comissão de acessibilidade, gostaria de convocar uma comissão para isso, a comissão organizadora. Acho que tem que ser com Conselheiros aqui da metropolitana, para facilitar o acesso, porque vai ter que ser na hora que der. Então, alguns Conselheiros que se disponham, e aí eu até gostaria já de indicar a Juanita como membro, porque lida com pessoa com deficiência. Então, se puder, Juanita, você coloca seu nome à disposição para essa comissão, para ir lá fazer visita. Essa semana ainda. Provavelmente. É.

JUANITA PIMENTA: Eu já estou, eu vou viajar amanhã e volto na sexta, então acho que não vai ter jeito, vou ficar 4 dias ausente. **PRESIDENTE:** Entendi.

Tá. Aí a Juanita justificando talvez a impossibilidade. Mas a gente pensa em uma estrutura, né? A gente chama isso. A gente olha essa questão. Conselheiro Hugo.

CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO: Não, é que em relação, ontem nós já conversamos, e muito, em relação a essa conferência. Eu lembro que eu relatei você, como não tinha muitas dessas pessoas que estavam aqui, foi só naquela comissão que estava ali reunida, que eu salientei em relação ao dia. Fiquei satisfeito quando a Consolação traz que conseguiram estar fazendo dia 18 e 19, por quê? Primeiro porque no dia 20, a gente sabe que, infelizmente, embora a população negra seja a maioria da população do país, e não é diferente aqui no estado, as pessoas passam despercebido as coisas, e no dia 20 nós temos nossas atividades. Eu havia até colocado de a dificuldade mesmo de a gente estar indo, uma vez que vários municípios vão fazer suas atividades, e Juiz de Fora não está fora disso. Fica até difícil a minha participação, porque eu gostaria de estar é lá, entendeu? Aí fiquei até satisfeito quando a Consolação coloca no dia 18 e

19, que isso aí não vai inviabilizar a nossa participação. Então, em relação ao transporte, eu já participei de conferências aqui, vindo o pessoal da região e que a gente saiu daqui no domingo, e tinha carro da prefeitura levando. Basta fazer, como já tem a data agora tudo certo, estar comunicando esses delegados para eles estarem conversando lá nos seus municípios para ver se o transporte vai ser usado pela prefeitura, estar viabilizando isso, uma vez que no dia 15 vai ser o feriado, entendeu? Era isso que eu queria estar colocando. É isso. **PRESIDENTE:** Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É o seguinte, eu estou comentando aqui que, às vezes, eu fico confusa e não entendo o Conselho e as decisões, sabe? Assim, eu sei que a gente repensa as coisas, pode voltar atrás, é normal, é do ser humano. Mas, na última plenária, isso foi discutido sobre a data, eu me comprometi em plenária, 18 e 19, que eu ia fazer todo mundo falar: “Então tá, é isso”, até bateram palma, “então vamos conseguir 18 e 19”, aí eu trago a data e a data “Não, espera aí, tem que ser essa data?”, sabe? Assim, desculpa gente, o desabafo, mas eu quis fazer, porque, sabe? É um processo que a gente fica assim, é dia a dia ganhando mesmo, é negociação aqui, você senta, e eu estou ligando, “Não, reserva, reserva”, a outra vaga é 21 e 22, que é a data que ninguém queria, então nós conseguimos a data que todo mundo queria. Bom, realmente, 19 e 20, aí teria que ser talvez em outro local. Em relação ao SESC Venda Nova. Estão reservados 18 e 19. No SESC Venda Nova eu já realizei junto aí à Marta, outras pessoas deste Conselho, várias conferências estaduais lá. Para 800 pessoas não tem auditório. O auditório maior lá é de 600 pessoas, ele não tem esse de 800. Por isso vai para o ginásio. Nem se a pessoa quiser não tem, não tem cadeira, a estrutura do auditório de 600 pessoas, ela é até razoável. Não é o ideal, porque ainda não tinha acessibilidade para o palco, eles estavam fazendo até algumas reformas em relação a isso ainda, ok? Então, assim, ele não tem, seria no ginásio. Fazer no ginásio, nós já fizemos para minimizar efeitos do ginásio, pano no teto para acústica, treze, até vinte ventiladores daquele furacão com umidificador, várias coisas. Com esse calor que nós estamos vivendo, nós não passamos por esse calor, que é atípico. Nós estamos vivendo uma era com que o aumento exacerbado da temperatura, todo mundo está lendo sobre isso. Então, assim, ainda é um calor a mais do que a gente já enfrentou. Lá teria que ser uma adaptação. Soma isso à falta de acessibilidade, por isso inclusive tem no termo também, porque a gente não sabia aonde ia ser a circulação interna. Quer dizer, a gente ia ter carros ali circulando, tentar – são tentativas – banheiro acessível, tinha que ser banheiro biológico na porta do auditório. Então, essa é a logística. Saber a logística, eu sei qual que é a necessária no SESC. Eu sei de cor, falar, assim, o quê que precisa. Então, agora, isso atende? É o confortável? A minha opinião: não. Eles conseguiram um hotel que tem ar condicionado, banheiro acessível, falaram para a gente ir lá visitar, ver as salas, é em Contagem. O SESC Venda Nova, desse local em que nos encontramos, ele fica a 16km. O Hotel ACTUALL, daqui fica a 14 km, então 2km a menos. Consta do nosso termo de referência, lá da licitação, o transporte, então a gente tem o transporte, o ônibus que sai do centro, de quem não estiver hospedado, para ir ao Hotel Actuall. A sociedade civil, consta na nossa resolução que o transporte para a sociedade civil, da rodoviária até o local do evento, está garantido, ok? Então, assim, nós teríamos alimentação lá de acordo com a empresa, me mandou aqui, ela tem condição de fazer uma alimentação melhor, porque logicamente, gente, o nível do Hotel Actuall, ele é melhor do que o do SESC, então se a gente pensa no conforto, a gente fala tanto isso, no conforto, para quem vai estar trabalhando isso é importante, lógico que é. Se você levanta no lugar que você está trabalhando, se você vai ter o café mais perto, se você tem elevador, lógico que isso é melhor do que chegar: “Levantei.”, cada um em um horário: “Oh, chama o carro para vir aqui me buscar, porque eu estou...”, tem aquelas casas que eles chamam os chalés: “Eu estou no chalé número e tal vou descer para alimentação.”, é o carro que vai descer com a pessoa com deficiência. Então, assim, são essas realidades. Aí quando me apresenta um hotel, lógico, eu, na experiência, eu sou muito a favor de um hotel, que você está lá todo mundo fechado. Outra, não tem como as pessoas estarem saindo para vir ter uma concentração, aproveitar o tempo é muito maior, você não tem outros tipos de atrativos, né? Quer dizer,

eu acho que ele atenderia melhor. Logicamente eu falei: “Eu quero ver.”, né? Eu quero ir lá, a gente tem que fiscalizar, a gente tem, de novo, eu sou gestora do contrato, então eu quero, logicamente, ver tudo que está no termo de referência, para a gente conseguir. Então, eu pondero junto ao Conselho essa questão de ser realmente no hotel, e a questão de ser o dia 18 e 19, mas, logicamente, é a minha ponderação e é vocês que decidem. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO:** O hotel é aqui mesmo em Belo Horizonte? **PRESIDENTE:** Contagem. Vamos lá, Conselheiros. Vejam bem, então, 18 e 19 é a conferência, né? E dia 20 então é a extraordinária. E aí, Hugo, eu entendo a questão, até porque eu já fui assistente social da Coordenadoria de Igualdade Racial. Como foi dito ontem, a igualdade racial, foi até dito pelo Conselheiro Isac, salvo engano, ela é lembrada em vários aspectos durante o mês inteiro, então, o marco é dia 20, mas os municípios fazem eventos, festival de turbantes e várias coisas de comidas, do samba da meia noite, são vários eventos que lembram a cultura afro e a questão da igualdade racial durante todo o mês. Infelizmente – já fica o convite para que você compareça à plenária – mas entenderemos se você não puder participar, mas eu preciso convocar essa plenária dia 20, e aí enquanto Conselho também, é óbvio que a gente vai, de alguma forma, lembrar e enaltecer essa data. Eu pedi à Rosa, ela conseguiu, tem a foto do Hotel Actuell aí para vocês verem mais ou menos. É um hotel bacana, me parece, tá? Então, só para que vocês acompanhem. Olha, gente, é óbvio, a gente também tem que lembrar que esse ano não tem Minascentro, o Otton fechou, é? A gente tem um monte de coisa para... Então, assim, vamos fazer. Vamos receber com qualidade, é isso aí. Olha que bacana. Não sei quantas estrelas, mas é um hotel que me parece ser um hotel muito bom. Você olhou as avaliações, né, Marta? São boas. E nós vamos lá. Ainda assim nós vamos lá para acompanhar. Então, será lindo, será uma conferência proveitosa, e não vamos deixar o desânimo tomar conta da gente, vamos avançar. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Rodrigo, oh Rodrigo. **PRESIDENTE:** João. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Eu perguntei só porque, assim, eu falei sobre a possibilidade de o pessoal que vem de muito longe chegar aqui um pouco antes. **PRESIDENTE:** Ah, sim. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** É isso que Consolação não me respondeu. **PRESIDENTE:** É isso, João, bem lembrado. Eu vou pedir para que ela responda. Por favor, Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Está garantido duas diárias, tá? Então, significa, pode entrar no domingo e tem que sair na terça-feira. São duas diárias. Isso é o que está no termo. Não mais que isso, ok? Inclusive o jantar também no dia que chegar, tem uma refeição garantida também, a do jantar no domingo, entendeu? Isso tudo entrou no termo, tá? **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** É só também, Consolação, com relação a questão da convocação para a reunião extraordinária no dia depois, aí como é que fica nosso caso também? **PRESIDENTE:** Bem, aí agora você trouxe uma ideia, né? Tem que ver a viabilidade disso, que de repente a gente já negocia todo mundo vai receber diária e já fica por lá mesmo, divide quarto, não sei. Mas é uma coisa a pensar, talvez vai ser até mais fácil para a Secretaria Executiva do que deslocar. Muito embora acredito que não, porque o CEAS está vivo aqui, os arquivos, está tudo aqui, muito embora Consolação tenha tudo no celular dela, no pen drive dela, que eu sei que tem. Mas, vamos estudar a possibilidade, ver o que é que vai ser melhor em termos de logística, tá? Eu acho que não dá para fechar isso não, Conselheiro. Eu estou errada, Secretaria Executiva? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Não, é complicado assim, porque o termo, ele fecha a conferência, eu não consigo negociar. Sim, mas a conta própria é utilizar espaço de reunião. Espaço de reunião não é cedido para quem hospeda, é cedida uma contratação de evento. Então, infelizmente, entendeu? Eu não tenho como estender esses espaços. É isso. **PRESIDENTE:** Conselheiro Hugo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO:** Oh Presidente, pode ficar tranquilo, eu estava até conversando com o João aqui, quando a gente fala, a gente está pensando, olha só, eu sou uma pessoa, aí nesse dia 20, quando eu me coloquei, até referindo a mim, que tem outras pessoas lá de Juiz de Fora que vão estar nesse evento. Eu, com certeza, tenho que respeitar o Conselho, que foi o Conselho lá de Juiz de Fora que me

indicou para estar aqui. Eu não estou aqui por minha livre vontade, tá? Então eu vou estar aqui, mas só que eu estava até comentando com o João aqui, que no dia 20, quantos delegados que não vão estar aqui, que não querem estar na sua cidade no dia... Foi só por isso, tá? Mas dia 20, pode ficar tranquilo que eu estar aqui sim, em nome de Jesus.

PRESIDENTE: Obrigado. Vamos lá Conselheiros, então, votando. Conselheiros que aprovam a data e o hotel. Estamos esclarecidos? Podemos? Conselheiros que aprovam a data 18 e 19 e o Hotel Actual em Contagem? Com a condição da visita ainda, da aprovação da visita. Contrários? Contrários? Juanita. Abstenções? Abstenções? Então, ok, data aprovada, divulgue-se então. Divulgue-se data. E o hotel, gente, cuidado ao divulgar o hotel, porque coloca uma ressalva: que depende ainda da vistoria do CEAS, tá? Mas, por enquanto já se divulga. Obrigado, vamos para o almoço então. 13h30min de volta. 13h40min, tá, de volta, porque é 12h40min, 13:40. Permanece a reunião aqui, tá, Conselheiros?

RODRIGO: Boa tarde a todas e a todos. Desculpe o atraso, a gente estava com problema técnico aqui, então a ata já está sendo gravada. Vamos dar sequência então. Decidimos a questão da conferência, bastante coisa já, atualizando a equipe da SEDESE. Então agora nós vamos continuar entrar nas comissões temáticas, Comissão de Normas primeira.

HELDER SILVA: A Comissão de Normas, ela trabalhou nos últimos meses aí a respeito de uma, ou melhor, nos últimos anos, tem 5 anos aí que nós estamos com uma defasagem de uma minuta em relação à PAS/Barragem, e isso estava até nos colocando em uma situação, assim, perigosa, porque a gente tinha uma resolução falando sobre o PAS/Barragem, a 317, que foi revista, e a 318 não, que ela dispõe sobre processo de análise, dos procedimentos relativos aos Planos de Assistência Social para as populações de áreas inundadas, mas esse aí eu vou deixar por último, para a gente apresentar aqui a nossa minuta, que a gente já termina os outros. Nós analisamos algumas pendências, e aí a gente entregou para a Subsecretária, a Janaína, porque nós temos algumas pendências na Comissão de Normas que a gente não vai conseguir vencer, uma delas é a revisão da legislação, 12.262, a gente tem que pensar o momento correto de a gente rever, a Consolidação até nos chamou atenção para isso, e o cuidado que a gente tem em relação a essa legislação, que também, obviamente, vai modificar a legislação do FEAS, e aí a gente tem que repensar e ver qual que é o cenário melhor para poder a gente estar propondo essas alterações. Essa é uma das pendências. Outra pendência que tínhamos é a questão do fluxo de denúncias que chegava aqui ao CEAS, e aí a gente percebeu que era o momento de encaminhar aqui para o pleno, e aí a gente encontrou, se debateu em relação ao artigo que a gente também não conseguiu entender o sentido desse artigo, e a gente resolveu rever. Fomos muito prejudicados com a ausência, gostaria até de registrar isso, de vários Conselheiros que não estiveram presentes. As justificativas, elas foram apresentadas à Secretaria Executiva, mas isso também prejudica o trabalho. Mas, enfim, a gente conseguiu vencer essas etapas aí. Temos também que destacar aqui uma participação em relação à questão das denúncias, a Marta, ela nos ajudou, ela participou de uma reunião no dia 17 de setembro com a Ouvidora Kathleen Garcia, que é Chefe de Gabinete; a Luciene Soares e três técnicas da OGE. Deixamos, dando uma devolutiva sobre essa questão da reunião, deixando bem claro que nós não temos esse caráter de ser ouvidores, a nossa tratativa em relação às denúncias é mais no sentido de suporte, de apoio, de orientação, e aí a OGE esclareceu que a Ouvidoria deles é um canal que recebe sim denúncias de várias áreas, que incluem ambiental, educacional, fazenda, patrimônio, licitações públicas, saúde, sistema penitenciário, e com a reforma do estado, tem a previsão de ser criada mais quatro Ouvidorias especializadas. Aí fez vários questionamentos a respeito de como são tratadas as nossas denúncias, como que é a devolutiva das nossas denúncias, e ficou acordado que a OGE faria uma análise da nossa, do nosso fluxo de denúncias, lembrando que o CEAS, ele é um órgão autônomo, que ele tem esse caráter de colaborativo e não de fiscalizador, né? Que algumas questões, elas devem ser diferenciadas quando for feita a análise, e aí a gente ficou esperando esse retorno da OGE, o que não teve. Discutimos muito isso na comissão, e o encaminhamento que a gente propõe é de sugerir, presidente, um ofício do CEAS solicitando à Ouvidoria Geral que apresente esse estudo,

se eles fizeram esse tudo, porque foi acordado que eles fariam essa análise da nossa legislação, dos nossos fluxos de denúncias, mas só que a gente não teve nenhuma devolutiva quanto a isso. Em discussão. **RODRIGO:** Não, você quer que... **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** O encaminhamento que a comissão está propondo é: encaminhar um ofício à OGE solicitando realmente se ela fez esse estudo, se pode nos apresentar para que a gente possa verificar como que vai ficar o fluxo das nossas denúncias. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiros, alguma consideração, Conselheiros, a respeito desse encaminhamento? Não? Então, Conselheiros que aprovam o encaminhamento, vamos votar um a um, né, Helder? Que são votos específicos. Conselheiros que aprovam o encaminhamento do ofício para a OGE. Contrários? Abstenções? Unânime. Próximo, Helder, por favor. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** O outro ponto de pauta aqui é em relação a posto de geração de energia de Fortuna 2, que foi instalado em Virginópolis e Guanhães. O PAS de Fortuna 2, ele foi aprovado pelo Conselho Estadual em 2007, tem uma resolução, o empreendimento, ele foi instalado nos municípios, entre os municípios de Dores de Guanhães e Virginópolis. Em Guanhães, não Dores de Guanhães. E com o posto de atendimento social, foi instalado no centro de Virginópolis. E aí, para a construção, foram atingidos parcialmente 17 estabelecimentos rurais; 12 localizados na margem esquerda do Rio Corrente Grande. Verificamos durante o processo, os documentos, eles foram avaliados pelo CEAS, houve a implantação realmente do PAS em 2015, das ações propostas pela pós-barragem. Elas foram cumpridas pelo empreendedor, processo de negociação, reassentamento, escritura da propriedade em nome do atingido, instalação do posto de atendimento social do município de Virginópolis, isso tudo realmente aconteceu. Em 2015 houve visita local aos atingidos, e aí houve a emissão também do parecer positivo do CMAS de Divinópolis e também de Guanhães – e não Dores de Guanhães como eu falei no início – e também o Conselheiro, que eu acredito que seja o Hermellis, ele fez uma relatoria em relação à implantação do PAS/Barragem, e essa relatoria, ela foi apresentada na plenária e foi aprovada aqui em 10 de outubro de 2015. Após isso, teve o relatório conclusivo das ações desenvolvidas, tiveram também a implantação por meio da resolução 541, que foi datada em 11 de novembro de 2015. No artigo 2º dessa resolução, foi determinado que o posto de atendimento instalado em Virginópolis, permanecesse funcionando com atendimento diário, até 6 meses após a geração de energia. E ainda nesse disposto, está escrito o seguinte: “A equipe do posto de atendimento social avaliará os impactos pós geração de energia e, ao seu término, encaminhará o relatório avaliativo ao CEAS e ao CMAS de Guanhães e Virginópolis”. A licença, ela foi obtida em 23 de fevereiro de 2018, e o enchimento do reservatório, ele ocorreu em 18 de março do ano passado. A usina, ela é composta por três unidades geradoras, e a liberação, também houve liberação da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, em 11 de janeiro de 2019, esse ano. O quê que nós compreendemos? Compreendemos que houve o cumprimento da resolução do CEAS, que o empreendedor, ele protocolou o relatório avaliativo em julho desse ano, exatamente 6 meses após o início da geração de energia, conforme disposto na resolução, e ainda, como determina a resolução 318, “O Conselho publica a resolução e informa ao órgão ambiental do CMAS dos municípios atingidos”, o CMAS, como órgão do Controle Social local, deverá acompanhar e fiscalizar, sem qualquer tipo de negociação, intermediação ou implantação da PAS/Barragem, encaminhando a manifestação sobre os relatórios ao CEAS. E, assim, o CEAS, ele solicitou aos municípios, tanto de Virginópolis como Guanhães, em 5 de agosto de 2019, manifestação sobre o relatório referente aos 6 meses pós geração de energia. O município de Virginópolis, ele apresentou uma proposta em 19 de setembro, e o município de Guanhães emitiu um parecer em 23 de outubro e encaminhou depois, no início desse mês, dia 1º de novembro. No relatório pós-geração de energia, constam ações da realização referente aos impactos, programa de mobilização, desmobilização, as ações do posto de atendimento. E, como foi informado, os Conselhos municipais de assistência, tanto dos dois municípios, eles emitiram os pareceres e aí a comissão se deparou que esses pareceres se conflitam. O CMAS de Guanhães, ele aprova e comprova, por meio de um parecer das suas comissões, a

regulamentação e as informações apresentadas do relatório conclusivo. Então ela vai de acordo com o que o empreendedor apresentou. Mas já o de Virginópolis, não. O de Virginópolis fala que duas áreas foram atingidas e que essas duas áreas, elas não estão contidas no Plano de Assistência Social. E aí teve um momento também que o de Virginópolis cita o seguinte: cita que “De acordo com o CEAS”, o CEAS considerou realmente que essas duas áreas foram, não foram incluídas no plano e que deveriam, mas só que eles não apresentaram quando que o CEAS falou, porque o CEAS emitiu um parecer sobre isso, o CEAS encaminhou, através do Conselheiro Hermellis, apresentou aqui o relatório, o relatório foi votado, deliberado, aprovado, gerou uma resolução e em nenhum momento, a Rosa teve todo esse cuidado de verificar o histórico, em nenhum momento essas duas áreas, elas aparecem, o que traz uma preocupação para a gente. E aí eles encaminham um e-mail falando o seguinte, “Que a Guanhães Energia, o empreendedor, justificou que não incluiu a comunidade de Caetés como área atingida pelo fato de no Plano de Assistência Social de Fortuna 2, aprovado pelo CEAS em 2007, a respectiva comunidade não foi considerada atingida.” Ele ressalta também que o Conselho, ele contesta essa justificativa e reafirma que o Caetés é uma área atingida, e aí está em risco são os direitos dos moradores, direitos que foram negligenciados pelo empreendedor. Apesar de várias intervenções desse Conselho, de gestores municipais, nada foi feito em relação a essas áreas. Ressalta ainda – o Conselho, né? – a indignação da justificativa, por tratar em um plano aprovado há 12 anos, e era imprescindível atualização desse plano, por ocasião do início das obras. Ressaltou também que foi verificado, aí que entra essa parte que a gente não localizou isso, foi verificado o histórico dos empreendimentos em nosso território, que encontraram registro que o CEAS exige considerar como área atingida duas comunidades rurais, mas, gente, deixando bem claro, nos registros nossos, não existe isso. E eles também não apresentaram nenhum anexo que comprove que o CEAS especificou que essas áreas deveriam ser incluídas. Bom, diante desse impasse, apenas em relação ao município de Virginópolis, qual que é o encaminhamento que a comissão propõe aqui a esse pleno? A gente constatou realmente que as ações, elas foram desenvolvidas, que elas foram concluídas, que não há impactos na comunidade, que não há pendências, e assim poderia encerrar o posto de atendimento social instalado no município de Virginópolis, a gente entende isso. Mas, ao mesmo tempo, a gente também não pode ignorar, porque não existe uma questão de sobreposição, a gente tem que respeitar as considerações do Conselho, a gente acha e acredita que o controle social lá deve ser respeitado, mas só que temos um impasse, temos um impasse em relação à Virginópolis, porque toda documentação, ela comprova a execução do plano e aí a gente apresenta ao encaminhamento, presidente, de a gente verificar *in loco*, fazer uma reunião e aí também chamando o município de Ganhões, e aí com acompanhamento também da técnica, para que a gente verifique essa situação *in loco*, converse com eles, se for possível, que eles apresentem para a gente esse relato que o CEAS falou que deveria incluir, porque todo nosso histórico do processo aqui não fala sobre essas duas áreas. A gente tem algumas suposições, mas não vou levantar suposições aqui porque a gente precisa realmente averiguar a situação *in loco*, verificar o quê que aconteceu, e a gente acha prudente acompanhar isso no território.

PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro Helder. Eu quero entender. Só para ver se eu entendi. Em 2015 inicia esse processo, aí vem o PAS, e em documento nenhum fala dessa área? Não tem no relatório do relator não fala dessa área? Quem está contestando agora é o município de Virginópolis, alegando...

CONSELHEIRO HELDER SILVA: Conselho.

PRESIDENTE: Conselho?

CONSELHEIRO HELDER SILVA: É, Conselho.

PRESIDENTE: Conselho de Virginópolis está questionando, depois de 12 anos. Mas esse processo ainda não foi finalizado? Não foi votado, finalizado ele aqui no CEAS ainda não?

CONSELHEIRO HELDER SILVA: Não.

PRESIDENTE: Pode, Rosa, por favor. Porque, igual aquele outro lá de Braúnas, que a gente votou, concluindo o processo. Eu quero saber, ele foi cancelado? Cancelado, assim, perdão, ele foi concluído e votado a conclusão? A outra pergunta que eu já vou te fazer é: eles alegam que tem um documento do CEAS, foi pedido esse documento a eles? A cópia desse documento a

eles? **ROSALICE ROQUE, SECRETARIA EXECUTIVA:** O quê que acontece? Em 2015 esse processo foi avaliado como aprovado a implementação do Plano de Assistência Social. Como toda resolução do CEAS, a gente pede que durante 6 meses após o início da geração de energia, é mantido o posto. Esse empreendimento só recebeu o direito de gerar energia agora em 2019, por que acontece isso? A ANEEL, ela tem esse processo mais moroso que o nosso, então desde 2015 ele vem com posto de atendimento social atendendo as demandas que vão surgindo, realizando as ações. Agora eles já estão gerando energia. Nesse período de 6 meses, não há impacto, não houve alteração nenhuma da realidade. O Conselho Municipal de Virginópolis, junto com Ganhães, em 2015, em reunião dentro do Virginópolis, junto com o Conselho Municipal de Virginópolis, com o Presidente, enfim, com o secretário municipal, até então não tinha falado dessas duas comunidades, dentro do plano. E agora, quando a gente fala em fechar o posto de atendimento social, que é o momento agora do posto encerrar suas atividades, eles colocam que eles, durante esse período, eles vêm negociando, conversando com o empreendedor, que não é papel do Conselho Municipal, estão deixando bem claro que a nossa resolução já fala isso, mas eles falam que já vêm solicitando ao empreendedor que acrescente essas duas comunidades nas ações do posto, nas ações do Plano de Assistência Social. Só que, durante esses 12 anos, nunca chegou nada aqui no CEAS sobre essas duas comunidades, e é isso que a gente tem que estar verificando *in loco*. Eu não sei se o Conselho sabe a região de Guanhães, Dores de Guanhães e Virginópolis é uma região que tem um grande número de PCHs. Dores de Guanhães tem 6 PCHs, Virginópolis também tem um número considerado de PCHs, então há essas questões dentro desses três municípios, então é bom a gente estar verificando *in loco* qual que é a situação dessas duas comunidades junto com o Conselho Municipal de Guanhães e com o Conselho Municipal de Virginópolis, com os seus gestores também. **PRESIDENTE:** Com a indicativa de 13/11, tá. Vejam bem, eu não sei em que medida, eu não vou nem entrar em outras questões, mas a minha dúvida, tá, Conselheiro? Não sei quem iria, quem seria, acredito que teria que obedecer a lista de relatoria, né? Do PAS, me corrija se eu estiver errado, Rosa. Eu acho que teria que seguir que chamar um relator. Como é barragem, você teria que chamar um relator pela lista que a gente votou. Então, fala no microfone, Conselheiro, por favor. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Nós analisamos essa proposta, presidente, que ela trata – mas é pertinente à sua colocação – a gente, houve uma questão de uma análise da comissão, se seria realmente uma nova relatoria, coisa que não é, é uma denúncia. A denúncia que o Conselheiro apresenta é: “Não foram contempladas as áreas que nós pedimos.” E aí, só que onde que eles pediram? Que relato é esse? É relato, é documento? Mas que documento é esse que o CEAS fala? Não tem, não existe e eles não apresentaram. E para uma relação de cordialidade, de respeito às considerações do controle social, e diante do tempo, aí o quê que nós da comissão propomos? Eu sei que o tempo, ele urge, né? E eu não gostaria de deixar, enquanto coordenador dessa comissão, mais pendências. As pendências que a gente está deixando são pendências que dá para que o próximo Conselho, ele reavalie. A sugestão que nós colocamos é: como não se trata de uma nova relatoria, eu e a técnica, a Noelle também, ela demonstrou essa disponibilizado, nos colocaríamos à disposição para irmos ao município no dia 13 de novembro, fazermos esse levantamento. Eu não sei se há tempo hábil e tal, mas a gente fez a estimativa de distância, como que pode ser feito, então a gente teve todo esse cuidado. E aí eu gostei muito das ponderações da Noelle, a Noelle, ela não participa muito do Conselho, mas ela fez algumas considerações muito pertinentes, e aí a gente faz essa proposta, presidente, de encaminhamento, de irmos ao local, de verificarmos a situação de denúncia, apurarmos realmente de fato o quê que aconteceu, e aí tem algumas contradições, porque eles falam o seguinte: ao mesmo tempo em que eles falam que o CEAS, ele desconsiderou essas áreas, eles falam assim: “Olha, mas vocês basearam em um plano que deveria ser revisto”, né? Então, assim, parece que é um pedido deles de revisão do plano, e aí deixamos bem claro: “Gente, o plano, ele já foi apresentado aqui, já foi aprovado”, e aí a gente tem que ter um respeito até pelo Conselho que era formado na época, até pelo Conselheiro que se dispôs a ir, que

aí eu até citei o nome dele aqui, eu faço questão que conste isso em ata. Então, em relação a isso, vamos verificar a denúncia, né? Vamos propor o que pode ser feito. Foi nesse sentido, presidente. **PRESIDENTE:** Tá. Essa denúncia, ela chegou alguns dias? Não tem muito tempo não? É uma pergunta. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Deixa-me ver aqui, ele apresentou sua resposta no dia 19 de setembro. **PRESIDENTE:** Tá. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Mas aí, lembrando que a gente não teve tempo hábil de analisar isso no último. Não teve quórum na comissão. **PRESIDENTE:** Sim. Eu estou querendo pontuar algumas questões, para a gente tentar ver um encaminhamento, o quê que dá para fazer, Helder. Porque, até onde eu entendi então, o pedido oficial para o município, dessa documentação, dessas alegações, dessas pactuações de ata de reunião de Conselho, nada disso foi pedido pela comissão ainda? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Não, não foi pedido ainda. **PRESIDENTE:** Tá. E aí, qual que é o grande problema? Eu fico preocupado, gente, porque dia 13/11, ok, nós temos um processo conferencial aí. A dificuldade que já está marcada a conferência dia 18, né? Então, é um dia de ida, um dia para estar lá e 1 dia para voltar, porque os carros não viajam à noite, né? Tem esse problema. Aí a grande questão para, além disso, é: vai iniciar um processo que não vai concluir, que é um outro pleno que vai concluir. Então a minha dúvida é: não cabe – e aí eu estou jogando para discussão e para a comissão avaliar – não cabe um contato com esse Conselho, uma conversa, que seja por telefone, videoconferência, um ofício formal solicitando essa documentação para juntada de documentos e, no novo Conselho, no novo pleno, a técnica Rosa capacite então a comissão para que faça essa visita? Não seria mais proveitoso? Porque aí é um Conselho, pegaria uma pessoa que pode demandar outras visitas. Isso, pelo que eu estou entendendo, dificilmente acaba em uma única visita. Eu acho que vai demandar mais. Então, por mais que você e os demais Conselheiros – estou falando “você” porque você se colocou à disposição para ir – e a outra Conselheira se disponibilizem a vir aqui para discutir voluntariamente é diferente, eu acho que a pessoa, vai ser uma outra visita que vai ter que marcar, entendeu? Às vezes com o mesmo objetivo. Então, estou jogando para ponderação da comissão e para discussão do plenário. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** A comissão, eu vou falar, mas se os outros membros quiserem falar, ela acolhe o que o pleno decidir. A gente realmente queria agilizar alguns processos e deixar realmente menos pendência. A gente já passou, mas aí eu posso refazer a nossa planilha de pendência para passar para a Subsecretária e para... **PRESIDENTE:** Passar para a presidência e vice-presidente. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Mas, é bom deixar bem claro porquê que eu falei, eu poderia falar a Conselheira Janaína, mas eu passei para a Subsecretária Janaína porque existem pendências que são comuns à SUBAS, né? Aí, exatamente, então a gente refaz a nossa planilha. Não foi isso, Janaína, que a gente tinha combinado? Porque eu acho que era interessante a SUBAS estar sabendo quais são as pendências que nós, conjuntas, que a gente tem, e as pendências também em relação ao CEAS, exclusivamente. Mas a gente, claro, a gente vai entregar à presidência. E aí gente, a gente faz essa ponderação, se os outros membros quiserem apresentar. Aqui, da discussão realmente de fato sobre isso, só tem a Elenildes. Só. Não, que discutiu isso ontem, só a Elenildes. Então, aí – é, só ela – então aí se ela quiser apresentar. Eu, para mim, não vejo nenhum problema de a gente pedir que o município, ele apresente isso, já que ele afirma que há registro, mas que registros são esses? Não teve nenhum anexo. E a gente pode deixar para o próximo Conselho. Eu, Helder, não vejo nenhum problema, só se a Elenildes quiser manifestar contrariamente a isso. **PRESIDENTE:** Eu peço uma questão, antes de passar, a Consolação havia pedido inscrição, eu peço atenção da comissão, Rosa e demais Conselheiros da comissão, viu, coordenador? Todas as pendências do Conselho estão sendo elencadas para que seja feita uma apresentação e uma entrega oficial para o próximo pleno. Então, peço, por favor, que encaminhem as pendências para a Secretaria Executiva, para que ela possa, a gente possa concluir essa apresentação. Durante essa semana eu venho aqui para a gente concluir isso e contribuir com outros processos do CEAS, para que a gente possa então fazer a entrega oficial do CEAS para o próximo plenário. Ok vocês terem mandado, mas... **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Posso falar

rapidinho? **PRESIDENTE:** Os processos, eles têm que tramitar internamente primeiro.

CONSELHEIRO HELDER SILVA: Só deixando bem claro, Presidente, eu vou reforçar isso, não há nenhum desrespeito à presidência, você me conhece e sabe sobre isso. Nós não fizemos isso formalmente ainda à presidência, à Secretaria Executiva, porque eu dependo de alguns encaminhamentos que vão ser dados hoje, né? É nesse sentido.

PRESIDENTE: Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É só fazendo um coro aí com a questão do Rodrigo, e lembrando a nossa resolução de apuração de denúncia, porque o primeiro encaminhamento, antes de uma visita mesmo, ela parte dessa análise documental. Então a gente tem que estar munido de todos esses documentos até para que depois: “Não, não foi apresentado, não foi pedido ao município que apresentasse...”, então, é porque chegou um documento, a primeira parte dentro da resolução de denúncias é que a gente faça o quê? A gente notifica, o Conselho notifica as partes para escutar, inclusive, escutar o outro lado também, o empreendedor tem que apresentar. Lá fala: você escuta as partes, aí depois que você tem toda essa documentação é que é feita uma checagem *in loco*. Então a gente, que está dentro da própria resolução que trata sobre isso. E a preocupação, perguntei aqui para a Rosa, o posto não está fechado, então isso significa que o CEAS pode se manifesta – aí, no caso, a presidência – de que o posto não feche até que essa situação seja resolvida. Eu acho que é esse... **PRESIDENTE:** Então a proposta de a gente oficial formalmente essa questão. Então, na hora que eu colocar em votação, fiquem atentos a isso, porque eu vou colocar esse ofício para o empreendedor, que aguarde o posicionamento do CEAS com relação ao fechamento do posto de atendimento, tá, Conselheiros? Cristiano, por favor. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Na verdade, fui contemplado pela Consolação, porque a observação que eu iria fazer é justamente isso, se pudesse enviar o ofício para garantir que as pessoas não fiquem desassistidas, é, para o empreendedor. **PRESIDENTE:** Conselheiros, então. Oi? Ah, tá, e dar conhecimento ao Conselho, sugestão da Conselheira Marta, lá de trás, fora do microfone. Ah, é suplente, mas suplente tem voz, viu, Marta? Aliás, todos, enquanto eu estiver aqui. Não, é que eu gosto. É a PEC, gente, é a PEC que está rodando aí, né? Matou, acabou com o fundo, acabou com tudo. Depois nós vamos conversar sobre ela. Depois nós vamos falar sobre ela, ainda hoje. Mas vamos lá então, Conselheiros, vamos votar o encaminhamento então? A comissão mantém o pedido de viagem, ou vocês tiraram essa proposta? Microfone, coordenador. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Já retiramos essa proposta. **PRESIDENTE:** Ok. Então, o encaminhamento de mandar ofício – lê ali, gente, não enxergo não. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Ofício solicitando ao CMAS de Virginópolis a documentação que comprove a exigência do CEAS em considerar como área atingida duas comunidades rurais, localizadas à base do barramento, sendo Caetés e distrito de Sapucaí de Guanhões. Sapucaia de Guanhões. Manifestar ao empreendedor que aguarde posicionamento do CEAS para fechar o posto de atendimento social, e dar conhecimento ao CMAS Virginópolis e Guanhões. **PRESIDENTE:** Manifestar ao empreendedor que aguarde o posicionamento do CEAS para fechar o posto de atendimento social. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** O que eu estou dizendo é que não é só isso, não é só que ele aguarde, vai ter que perguntar para ele sobre essa situação, ele também tem que falar que sim ou que não, a gente vai aproveitar, porque você pega toda documentação dessa situação. **PRESIDENTE:** Então... **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Não seria interessante isso após análise documental do próprio município, do CMAS de Virginópolis? Para que a gente possa verificar? Ou a gente já fala com o empreendedor para poder apresentar? Ok, então. **PRESIDENTE:** Bem, minha opinião é que a gente ganha tempo, tá? Então, Conselheiros que aprovam o encaminhamento da comissão, já lido pela Consolação e discutido? Contrários? Abstenções? Computado. Unanimidade. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Não, teve uma abstenção. **PRESIDENTE:** Não vi. Ah, Isac. Abstenção do Isac. Levanta aí para eu ver, tá? Por favor. Próximo ponto, Conselheiro? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Até que enfim. 5 anos de defasagem, mas vamos lá. Essa é a minuta proposta, eu quero destacar a colaboração da SUBAS em

relação a essa minuta. Algumas dúvidas com relação, e aí é na pessoa da Joana, a Joana ajudou muito da última vez a gente a compreender algumas questões de artigo. Nós, apesar de ter formação no curso de direito, o Márcio também termos – os dois Márcios, né? – a gente teve algumas dificuldades para poder lidar com alguns artigos, incisos, alíneas, e qual que é a outra preocupação que a gente teve? De fazer uma resolução, um fluxo limpo, sem muitas arestas. Então a gente teve essa preocupação toda, e a Joana ajudou a gente a fazer esse tipo de trabalho. Minuta da Resolução 2019, ela dispõe sobre o processo de análise e os procedimentos relativos aos Planos de Assistências Sociais para as populações de áreas inundadas por reservatórios PAS/Barragem. “O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas nas Leis Estaduais n.º 12.262, de 26 de julho de 1996, e n.º 12.812, de 28 de abril de 1998, alterada pela Lei n.º 15.012, de 15 de janeiro de 2004, conforme deliberação de sua Plenária Ordinária, ocorrida no dia de 2019, e Considerando: - A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei Federal n.º 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; considerando a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS n.º 145/04, que busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado; considerando a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução do CNAS n.º 130/05, que disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no Brasil, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, e em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis; e considerando a resolução n.º 498/2014 do CEAS/MG, que dispõe sobre o Plano de Assistência Social para as populações de áreas inundadas por reservatórios PAS/Barragem, resolve: Artigo 1º Definir o processo de análise e os procedimentos relativos ao Plano de Assistência Social às Populações de Áreas Atingidas por Barragens – PAS/Barragem. Artigo 2º O PAS/Barragem é o instrumento de planejamento de gestão que tem por finalidade organizar, regular, nortear, monitorar e avaliar a execução de ações de proteção social voltadas para garantia de direitos e condições dignas de vida para a população direta e indiretamente atingida em razão da construção de barragens. Parágrafo 1º: A elaboração do PAS/Barragem é obrigação do empreendedor e a sua aprovação é prerrogativa do CEAS. Parágrafo 2º: o PAS/Barragem aprovado poderá ser alterado, desde que previamente autorizado pelo CEAS para garantir os direitos socioassistenciais. Capítulo I - Do procedimento para análise do PAS/Barragem Artigo 3º O PAS/Barragem será analisado por técnico da Secretaria Executiva do CEAS e, posteriormente, por um Conselheiro que o relatará na plenária seguinte para deliberação.” Alguém está anotando? “Parágrafo 1º: O Conselho elaborará, mediante sorteio, uma lista sequencial, de ordem crescente, de Conselheiros-Relatores, a ser aplicada na distribuição de processos”. Parágrafo 2º: Em caso de impedimento do Conselheiro-relator, mediante justificativa fundamentada e aprovada pela plenária, este será substituído pelo Conselheiro-tutelar subsequente, conforme parágrafo 1º deste artigo. Artigo 4º: Ficam estabelecidos os seguintes procedimentos de análise e deliberação relativos ao PAS/Barragem: I – O empreendedor deverá solicitar oficialmente a presença do CMAS dos municípios atingidos e do CEAS para audiência pública, referida no artigo 4º da resolução 498/14, no prazo de, no mínimo, 20 dias antes da sua realização. II – Após a realização da audiência pública estabelecida no inciso I, o empreendedor protocolará o Plano de Assistência Social, anexando cópia de comprovante de quitação do documento de quitação do Documento de Arrecadação Estadual – DAE relativo à taxa de expediente prevista na Lei 15.012/2004; III – Somente serão avaliados PAS/Barragem que cumprirem o disposto na resolução 498 do CEAS.”, faltou o ano, né? “IV - O técnico da Secretaria Executiva do CEAS, em até 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo do último documento componente apresentado, analisará o PAS/Barragem e emitirá parecer, que fará parte do processo e compreenderá as seguintes ações: a) Análise, à luz da

Resolução n.º 498/2014 do CEAS, do conteúdo e dos documentos do Plano, incluindo complementos apresentados ou solicitados; b) Reunião técnica com os Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios atingidos; c) Reunião com órgãos administrativos e entidades da sociedade civil, com ações na área de assistência social local dos municípios atingidos; d) Reunião com o empreendedor, quando necessário; e) Visita técnica às áreas atingidas e entrevistas com as famílias, podendo ser por amostragem ou reuniões coletivas, com acompanhamento de membros dos CMAS e da Administração Pública local; f) Elaboração de Parecer Técnico e sua posterior juntada aos autos. V – Havendo a necessidade de complementação documental dentro do prazo estabelecido no inciso III, este poderá ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) dias a partir da data do protocolo da documentação complementar. VI – O Conselho Estadual, em plenária, encaminhará o processo devidamente instruído ao Conselheiro-relator, conforme lista prevista no parágrafo único do Artigo 3º desta resolução. VII – O Conselheiro-relator analisará todo processo nas dependências do CEAS, podendo retirar a cópia apenas do parecer técnico. VIII – O Conselheiro-relator fundamentado apenas em documentos e fatos constantes no processo e a luz da Resolução n.º 498/2014 do CEAS, analisará o processo, realizará visitas *in loco* e requisitará complementação de informações, devendo esta ser cumprida em até 30 dias, conforme as seguintes diretrizes: a) Os pedidos de diligência e suas respectivas respostas serão anexados ao processo, passando a integrá-lo; b) A diligência não atendida ou parcialmente atendida poderá motivar nova solicitação, com prazo para atendimento; c) O descumprimento de prazo nas respostas às diligências desobriga o Conselheiro-relator a apresentação da relatoria na plenária seguinte a da distribuição. IX – Os prazos começam a ser contados a partir do primeiro dia útil após a data de protocolo ou de publicação de deliberação, ou de entrega do processo ao Conselheiro-relator em plenária, considerando prorrogado prazo até o primeiro dia útil seguinte. Se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente, ou este for encerrado antes do horário normal de funcionamento do órgão da administração pública. X – O Conselheiro-relator encaminhará à Secretaria Executiva do CEAS seu relatório com assinatura e especificação de voto, para juntada aos autos, e apresentação da plenária subsequente. XI – Na plenária de apresentação de relatoria, havendo impossibilidade de comparecimento do Conselheiro-relator, o parecer será lido pelo seu suplente. XII – Será apresentada, em plenária, o processo, contendo os seguintes dados: a) Identificação do processo, contendo nome do empreendimento e responsáveis técnicos por esse e pela elaboração do PAS/Barragem, municípios envolvidos, objetivo do Plano, data de protocolo e parecer final Conselheiro-relator; b) Diligências solicitadas, com as respectivas fundamentações, respostas e análises, conforme inciso IV deste artigo; c) Análise e parecer do Conselheiro-relator. XIII – Caberá à plenária: a) Apreciar o processo; b) Solicitar esclarecimentos ao relator, se necessário; c) Conceder visitar ao Conselheiro titular, que solicitar; d) Retirar de pauta o processo objeto de pedido de vista, com sua inclusão na pauta da plenária seguinte; 1º: O processo objeto de pedido de vistas deverá ter o seu parecer apresentado na plenária seguinte; 2º. O pedido de vistas poderá ser feito por mais de um Conselheiro em uma mesma plenária, podendo o parecer ser individual ou coletivo; 3º: O processo ao qual tenha sido concedido vistas não poderá ser objeto de novo pedido em plenárias posteriores. e) Votação nominal dos Conselheiros; f) Conferência dos votos e emissão de deliberação da plenária; g) Expedição de Resolução de deliberação do PAS/Barragem. XIV – O Conselho Estadual publicará a resolução de deliberação e dará publicidade aos Conselhos de Assistencial Social dos municípios atingidos. Parágrafo Único: Após deliberação do CEAS, será concedido acesso ao processo aos Conselheiros e às partes interessadas, mediante solicitação formal, seguindo os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011. Artigo 5º: A deliberação do CEAS relativa ao PAS/Barragem poderá ser objeto de recurso em até 30 (trinta) dias contados da data de publicação da resolução, devendo este recurso ser analisado pelo mesmo Conselheiro-relator. Parágrafo único: os prazos para apreciação de recurso são iguais aos do processo, conforme artigo 4º dessa resolução. Artigo 6º: O CMAS como órgão de controle social local, deverá acompanhar e

fiscalizar, sem qualquer tipo de negociação ou intermediação, a implantação do PAS/Barragem, encaminhando manifestação sobre os relatórios elaborados pelo empreendedor, de acompanhamento, monitoramento trimestrais ou semestrais, ao CEAS, conforme deliberações desse Conselho Estadual, a contar da data da publicação da resolução de aprovação do PAS/Barragem. Artigo 7º: As eventuais denúncias referentes ao empreendimento apresentadas ao CEAS serão apuradas, buscando-se as necessárias intervenções, e, não sendo estas sanadas, caberá ao Conselho Estadual revogar a Resolução de aprovação do PAS/Barragem, informando sua decisão aos órgãos competentes. Artigo 8º: Fica o empreendedor obrigado a instituir o posto de atendimento social nos municípios atingidos pelo empreendimento, conforme deliberação do CEAS, iniciando suas atividades operacionais imediatamente após recebimento do Alvará de Funcionamento fornecido pela municipalidade local. Parágrafo único: o empreendedor deverá comprovar para o CEAS o funcionamento do posto de atendimento social referido no caput deste artigo até 10 (dez) dias após recebimento do Alvará de Funcionamento, conforme disposto na resolução 498 de 2014, artigo 6º.” Parágrafo único ou artigo, Sandra? “Artigo 9º: Poderão ser consultados para obtenção de informações e pareceres específicos órgãos da administração pública direta e demais entidades da administração pública indireta, bem como representantes da sociedade civil que possam contribuir para a solução das demandas previstas nessa resolução. Capítulo II – Da Aprovação da Implantação do Plano de Assistência Social Artigo 10º O empreendedor, bimestral, trimestral ou semestralmente, conforme deliberação do CEAS, contados da data de aprovação do PAS/Barragem, apresentará, ao CEAS e CMAS de municípios atingidos, relatório das ações desenvolvidas e em desenvolvimento para monitoramento dos direitos da população atingida.” Sandra e Marta. “Parágrafo único: deverá conter nos relatórios informações individuais das famílias do processo de negociação”. Artigo 11º: O empreendedor apresentará ao CEAS no final das obras de construção e antes do enchimento da barragem, um Relatório Conclusivo de Comprovação de Implantação do PAS/Barragem. Parágrafo único. A análise do Relatório Conclusivo de Comprovação de Implantação segue a mesma sistemática” tem um ‘da’ a mais aí, né? “... do PAS/Barragem prevista no artigo 4º dessa resolução. Artigo 12º: O processo de denúncia referente à execução de ações previstas no PAS/Barragem será distribuído, preferencialmente, ao Conselheiro relator do processo de aprovação deste. Artigo 13º: A plenária poderá determinar a manutenção do funcionamento do Posto de Atendimento Social, bem como de projetos, nos mesmos padrões, aprovados ou com alterações necessárias a situação vigente, por até um ano, após concedida a aprovação de execução do PAS/Barragem, para dar suporte a população atingida, ou em qualquer situação que o CEAS delibere como necessária. Parágrafo único: no encerramento das atividades do Posto de Atendimento Social, os documentos relativos aos atingidos, como diagnósticos, formulários de atendimento social, pareceres individuais e familiares, entre outros, devem ser encaminhados ao órgão gestor da política de assistência social, e mantidos arquivados pela equipe técnica de nível superior, podendo as informações serem compartilhadas com os técnicos dos CRAS e CREAS para possíveis intervenções ou inserções de usuários nos serviços, programas, benefícios já existentes no municípios. Artigo 14º: O relatório conclusivo deverá comprovar a melhoria ou a manutenção da situação socioeconômica dos atingidos. Parágrafo único: A aprovação da implantação do PAS/Barragem pressupõe o disposto no caput desse artigo. Das disposições finais, capítulo III, artigo 15º: Todo documento relativo ao PAS/Barragem protocolado no CEAS deverá ter a sua respectiva cópia entregue pelo empreendedor aos CMAS dos municípios atingidos, impressa e digitalizada. Parágrafo único. As observações, contribuições, denúncias e indagações dos CMAS relativas aos documentos mencionados no caput desse artigo, deverão ser encaminhadas ao CEAS. Artigo 16. A vigência do PAS/Barragem será até a data da sua total implantação, desde que constatadas as ausências das pendências sociais. Parágrafo único: O PAS/Barragem poderá ser estendido em caso de necessidade, por deliberação do CEAS. Artigo 17º: Esta Resolução entra em vigor na sua data de publicação. Artigo 18. “Fica revogada a Resolução n.º

318/10 do CEAS.” Destaques. **PRESIDENTE:** No artigo 3º, né? Vejam bem, eu acho que é um excesso de preciosismo, mas a gente tem que pensar nisso. Eu entendo quando coloca “técnico da Secretaria Executiva” está dizendo técnico de nível superior, mas eu não sei como está no organograma, no entendimento da tramitação do estado. Se eu poderia, por exemplo, colocar uma pessoa de nível fundamental ou de nível técnico para ser técnico, né? Então eu acho que aí, buscando uma expertise, servidor de nível superior da Secretaria. E aí, eu ainda sugiro o seguinte: talvez colocar preferencialmente, ou alguma coisa, eu não gosto muito de “preferencialmente” não, eu gosto de serem coisas mais afirmativas, taxativas, porque eu acho que tem coisa que a gente não pode abrir mão. No Conselho de Assistência Social, por exemplo, eu não acho que a gente pode permitir que seja um técnico alheio ao SUAS. Então eu acho que tem que ser “Técnico de nível superior inscrito como trabalhador do SUAS, preferencialmente assistente social e psicólogo”, ou então, podemos... Porque, o que acontece? No rol das profissões de trabalhadores do SUAS, nós temos economista, nós temos pessoas que não dialogam com a política, muito. Nós temos pessoas... Vamos lá, Conselheiros. Vejam bem. No rol da resolução do CMAS, nós temos profissões inscritas que não dialogam ainda com o SUAS, por exemplo, economista. Lógico, eu estou generalizando, mas é óbvio que pode ter, mas, por exemplo, eu já tive experiência de ter um economista chefiando a vigilância, e sofremos muito porque a cultura é outra, o entendimento é outro, e aí a gente tem que se aproximar mais, não é ser corporativista, mas também não é abrir mãos de uma expertise que conquistamos, tá? Então essas são as minhas considerações. Eu coloco em questionamento, mas eu acho que a questão de ser de nível superior, eu não gostaria de abrir mão. Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É só o termo “trabalhador do SUAS”, porque, por exemplo, hoje a pessoa que faz, ela não é considerada trabalhador do SUAS, não pela formação, mas porque ela é cargo comissionado. Se a gente usa o termo, estou falando assim, na prática, eu estou conceitualmente inviabilizando a análise, entendeu? É isso, é só essa observação. **PRESIDENTE:** Com certeza, todo sentido. Porque eu tinha entendido que a recusa seria com relação às profissões inscritas. Então a gente acha que a gente tinha que arrumar uma forma talvez de colocar essas profissões como prioritárias, mas, de fato, a gente não pode colocar como “trabalhador do SUAS”, porque comissionado realmente não o é. Alguém tem uma sugestão para me ajudar nisso? Podemos colocar boa, Consolação. Colocar lá: “com formação em uma das profissões”, isso, da resolução 17 CMAS. Tá. Preferencialmente assistente social e psicólogo. Eu não gosto, mas, assim, eu não gosto, por mim coloca assim: “sendo assistente social ou psicólogo”. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Se está falando ali que é uma das profissões descritas na resolução do Conselho Nacional, já está dizendo lá quais são. Se você vai falar que preferencialmente, ou que seja psicólogo e assistente social, você já limita demais, porque nós temos uma resolução a nível nacional que vai dizer quem são os profissionais da área da assistência social, entendeu? **PRESIDENTE:** A ideia é isso, Sandra. Eu concordo com você. Aí talvez a ideia fosse tirar então a parte da resolução e deixar só, elencar as profissões que poderiam. Gabi. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Desculpa gente. É só porque eu peguei um pouco a discussão ali no meio do caminho, essa questão do conceito de trabalhador do SUAS, realmente, a questão do cargo em comissão, a pessoa não deixa de ser trabalhador do SUAS. Eu só queria fazer, ela deixa de poder representar o Conselho na representação de trabalhador. Eu acho que, assim, na verdade eu queria só um esclarecimento com relação a isso, porque o entendimento do FET, né? Tá, então eu queria, só mais um ponto, eu queria um esclarecimento com relação a isso. Segundo ponto, é porque o que o Rodrigo está falando, eu acho, que aí tem a ver, porque a gente tem os trabalhadores da gestão e do serviço. Por exemplo, o administrador, ele pode trabalhar na gestão, mas não pode ofertar serviço, o serviço é assistente social, psicólogo ou advogado, no caso do CREAS. Então talvez se fizer essa distinção ali, já vai para o assistente social, psicólogo, e aí são os profissionais das equipes de referência dos serviços, aí pode ajudar talvez na redação. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Pode ir? Então, só para dar esse esclarecimento, todos somos classe trabalhadores, isso é

inegável, né? Não tem como negar. Mas, para o SUAS, a gente tem duas resoluções do CNAS, que vão descrever o quê que é o trabalhador do SUAS, para todos os fins, tanto para o Conselho, quanto para a qualidade de trabalhador do SUAS, e aí essas duas resoluções, a 06 de 2015 e a 11, a outra eu esqueci, mas eu posso resgatar aqui, as duas vão dizer das profissões que compõem o SUAS e o quê que delimita a condição de ser trabalhador do SUAS. Então a gente tem as profissões de nível superior, os técnicos de nível superior, a gente tem outras profissões de nível superior, a não ser psicologia, serviço social e direito, que estão lá elencadas nessas resoluções, e temos os trabalhadores de nível médio e fundamental, que também estão descritos lá na resolução, além da NOB-RH, que vai dizer também. Mas essa resolução vem reforçar para dizer quem é trabalhador do SUAS. Porque a gente entende que, enquanto classe trabalhadora, somos todos, em um conceito abrangente. Mas, trabalhador do SUAS, tem uma delimitação sim, e aí não inclui cargos comissionados. **PRESIDENTE:** E nem de gestão e nem análogos. Como é que fica? Tá, aí talvez seria assim, aí, “Com formação que compõe equipe de referência dos serviços socioassistenciais, conforme resolução 17” blá, blá, blá. Tá. “Com profissões que compõem a referência dos serviços socioassistenciais”, “as equipes de referência de serviços socioassistenciais”. Não? Fala no microfone. Veja bem. Aqui, vamos lá, o parágrafo 3º, não, oh, artigo 3º: “são categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: assistente social, psicólogo, advogado, administrador, antropólogo, contador, economista, economista doméstico, pedagogo, sociólogo e terapeuta ocupacional. As categorias profissionais preferencialmente poderão atender as especificidades dos serviços: antropólogos”, pois não, Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** 2011, ali está 2015. **PRESIDENTE:** Veja bem, talvez então eu acho que o ideal seria a gente tirar a resolução, não mencionar ela, mas já determinar quais seriam as profissões, eu acho que poderia ficar mais fácil, porque abre uma gama de profissões, musicoterapeuta, seja nos serviços, seja na gestão, abre para uma série de profissões que ainda são alheias ao SUAS. Lá na frente, quando elas se aproximarem, já vai ser o momento talvez de repensar essa resolução, daqui uns 10, 20 anos, né? Então, a gente, porque o inciso não está avançando, nós estamos na desconstrução, entendeu? Então, assim, brincadeiras à parte, obviamente, mas eu penso que talvez então, para ficar mais fácil e não polemizar, a gente tiraria essa questão, eliminaria então as profissões. Sandra, e Helder depois. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Então, é isso aí, Rodrigo, vai direto nas profissões então, ó: “Nível superior da Secretaria Executiva do CEAS, com formação em Serviço Social e Psicologia”. Eu estou fazendo uma proposta, entendeu? Aí... **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** É uma dúvida, viu, Consolação? Eu queria só compreender isso. Eu fico preocupado, e você chegou a colocar isso, Rodrigo, a gente estaria colocando uma obrigação a uma questão administrativa, então teria que ter uma vinculação, e a gente tem competência para poder falar sobre isso? Por exemplo, quais são os cargos que estarão dentro da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social. É uma prerrogativa do Conselho ou a gente estaria ferindo? Eu só queria, eu estou fazendo essa pergunta por que já houve propostas semelhantes no Conselho Municipal de Assistência Social do meu município e a gente verificou que a gente estava ferindo uma prerrogativa do próprio executivo, e a lei, ela não dava essas prerrogativas para que a gente pudesse, a não ser de recomendações e colocando a questão da palavra “preferencialmente”. Eu não sei, eu estou colocando essa dúvida aqui, viu, Consolação? Porque eu não sei se a gente teria essa competência para poder especificar uma questão de uma estrutura organizacional de recursos humanos que não passa por aqui. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Oh, Rodrigo. **PRESIDENTE:** Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu perdi uma parte da discussão, mas por que ao invés de colocar “servidor de nível superior”, a gente não coloca “técnico de nível superior”, não especifica a formação, porque aí os técnicos de nível têm diversas formações no Conselho e estão capacitados para tal. E aí a gente deixa assim: “será analisado por técnico de nível superior” e aí depois o restante, “posteriormente, um Conselheiro que o relatará na plenária seguinte”. Técnico de nível... Não, mas estava só

“técnico”, não estava “de nível superior”, então, “técnico de nível superior”, porque aí englobam as profissões que compõem os técnicos de nível superior da Secretaria Executiva. **PRESIDENTE:** Conselheira, essa foi a... **PRESIDENTE:** Em tese, isso satisfaz. Mas, buscando garantir um diálogo permanente com o SUAS e um trabalho que vá, que chegue de fato à comunidade, porque é muito diferente, gente. A visão das profissões, elas são muito peculiares. Então, assim, foi uma, eu penso que é uma tentativa. E eu vejo que, sim, Helder, eu entendo que você está colocando a questão do que é discricionário do gestor de RH da Secretaria Executiva. Contudo, isso aí diz um processo interno do CEAS de PAS/Barragem, que tem uma lei estadual, e aí, para começo de conversa, eu nem vejo a palavra técnico, quando a gente se refere à técnico, já está se referindo a nível superior. Eu iniciei minha fala dizendo que era um preciosismo, é pecar pelo excesso de zelo, né? Era só nesse sentido, porque o futuro a gente não sabe como será. Hoje a gente tem uma esfera de diálogo, mas o futuro a gente não sabe, e é uma resolução que fica por muito tempo, então foi nesse sentimento. E a questão de elencar as profissões foi isso, Conselheira Luanda, em uma tentativa de salvaguardar as expertises, as acumulações que as categorias profissionais fizeram para se aproximar do SUAS e que as outras ainda sequer chegaram a dialogar. Wilson. **CONSELHEIRO WILSON LANA:** Era só reforçando isso, que, para o estado de Minas, quando você fala “servidor de nível técnico”, ele tem que ter formação superior, é até a Constituição parece que prevê isso também. Você pode acumular dois cargos de nível técnico, quando fala “técnico”, é porque tem uma formação superior, apesar de existirem cursos que não são de nível superior e que recebem a denominação, não é tecnólogo, mas vou dar um exemplo, na Secretaria de Estado da Fazenda, tem um cargo Técnico Fazendário, só que, para você fazer concurso para técnico fazendário, não exige formação superior. Então, assim, não é um cargo de nível superior, apesar da nomenclatura dele. Então, tem umas questões assim que são confusas mesmo, mas, para entendimento, se fala que é de nível técnico, é porque é nível superior sim. **PRESIDENTE:** Helder. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Pessoal, uma sugestão que a gente pode utilizar, não sei se vocês conhecem o material da NOB-RH do SUAS Anotada, ela traz o perfil do coordenador, mas ela não define, e aí ela coloca como diretriz pessoas que tenham habilidades e capacidades de gerenciar e tal. A gente pode trazer alguns elementos, pessoas que tenham uma experiência em projetos, programas e serviços das assistências sociais do Sistema Único de Assistência Social. Aí você, não, igual a NOB-RH do SUAS Anotada, ela traz esses elementos do perfil do coordenador, mas ela em nenhum momento ela direciona se é Psicólogo, Assistente Social. Ela só coloca isso, que tem que ter esse perfil. **PRESIDENTE:** Eu gostei muito, Helder. Talvez abrir um parágrafo então, colocando como parágrafo isso, pegando esse pedaço da NOB, “que tenha comprovada expertise em SUAS”, né? Não só gestão, mas coloca assim: “que tem comprovada expertise no trato com a política do Sistema Único de Assistência Social”, né? Aí significaria só o técnico de nível superior, Rosa? Tirando a resolução 17, isso tudo, e abriria um parágrafo. Eu tinha falado “no trato”, mas eu não acho que assim fica legal não, mas expertise com a política de assistência social. Não, eu acho que ficou mais coerente, Helder. Obrigado, Conselheiro, pela ajuda. E lá em cima ficaria só “técnico de nível superior”, isso. Acho que ficou ideal. Obrigado pela ajuda, Conselheiros. Eu tenho um gancho no seu também, viu, Marta? Não sei se é a mesma coisa, mas... **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Só porque ficou confusa a redação, e até fui esclarecer em cima o que estava escrito, está assim: “O técnico da Secretaria Executiva, em até 60 dias, contada a data do protocolo do último documento componente apresentado analisará o PAS e emitirá parecer que fará parte do processo e compreenderá as seguintes ações”, então ficou confuso, como se fossem os documentos e o processo, e o que técnico ia fazer vai para além da análise dos documentos do processo. Então, interessante era: “do processo,” vírgula, “além de executar as seguintes ações.”, porque fica parecendo que o técnico está só fazendo análise do processo. Isso, isso. Aí tem todas as outras ações que ele vai fazer, porque ele faz análise e complementa a análise dele com essas ações. **PRESIDENTE:** O outro destaque é meu, na alínea c. É excesso de preciosismo também.

A lei fala “entidades da sociedade civil”, aí, entidades da sociedade civil me dá uma visão de institucionalização, e aí eu acho que vale a pena pecar pelo excesso, “entidades e movimentos da sociedade civil”, ou “entidades da sociedade civil e movimentos sociais”, “entidades socioassistenciais”, mas talvez não só, porque às vezes, é mais, é porque reúne às vezes com associação de pescador, de esportes radicais, né? Não, ali “entidades da sociedade civil” mesmo, e “movimentos sociais”, porque eu entendo que, de certa forma, os movimentos fazem parte dessas entidades, estão normatizados, mas a palavra “entidade” me dá noção de uma institucionalização, me dá noção de CNEAS, me dá noção de CNPJ, né? Então movimento é mais do que isso. Pode, às vezes, ser um grupo de jovens, meio ambiente... Mas aí é outra coisa, aí é entidade da sociedade civil, sim. Não só assistenciais, isso. Agora, a questão também da inclusão de movimentos sociais, em função de pegar ações, por exemplo, grupo de jovens que pode entrar, entendeu? Ótimo. Então é isso, obrigado. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** É só o seguinte, a gente está fazendo uma norma, a gente não pode ter ou, ou, ou, ou. A gente tem que estabelecer um prazo, porque para quem vai observar a norma, vai ficar confuso de depois você aplicar. Então, é, aí trouxe várias coisas, no outro artigo também tem isso, então a gente precisa definir qual prazo que começa a contar, porque senão para quem está com o processo, fica difícil ele analisar, então a gente precisa definir ali qual que vai ser o primeiro dia útil após o quê. **PRESIDENTE:** E aí só pegando um gancho da Marta, ali está falando “horário normal”, né? Não é isso? É, do “horário normal de funcionamento”, eu acho que tem que ser “horário regular de funcionamento”, esse “normal” eu não gostei não. Horário regular, nem é comercial, porque pode funcionar fora do horário comercial, né? Pode fazer mutirão, sei lá, plantões. Mas, horário regular de funcionamento. Pode. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Oh Rosa, contribuindo, eu acho que só separar “os prazos começam a ser contado a partir do primeiro dia útil após a data do protocolo para tal fim”, isso é uma coisa. O prazo para o outro fim, que eu entendi que são três momentos, então é a separação desses momentos, ou então você pode colocar assim: “os prazos vão ser contados”, aí você coloca: “alínea a, para fins disso, tanto tempo; alínea b, para fins disso, tal prazo; e alínea c, o outro”. **PRESIDENTE:** E aí, Rosinha, eu sei que você estava tentando decifrar aí, volto a dizer, minha sugestão: “No horário normal”, a minha sugestão é trocar a palavra “normal” por “regular”. **SANDRA:** agora volta a Consolação **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É, se você quiser deixar, a gente pode redigir isso depois, só separar, porque vai ter que construir alínea a, b, e c nesses aí, tá? **PRESIDENTE:** De acordo, Conselheiros, com a técnica separar isso depois? Conselheiros? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** A gente não conseguiu, na hora, vislumbrar isso que a Consolação apresentou, mas a ideia é essa. **PRESIDENTE:** A gente fica envolvida, né? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Não é alternância, não é opção, é simplesmente... **PRESIDENTE:** Delimitar os prazos. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Isso, é. **PRESIDENTE:** A gente fica envolvido no processo, muitas vezes a gente não vê. É isso mesmo, parabéns à comissão pelo trabalho. Próximo, Rosinha. **MARTHA:** Então, olha só, aí também é um inciso dentro do artigo 4º, que começa com alíneas que se referem às competências da plenária do Conselho, primeiro apreciar o processo, solicitar esclarecimentos ao relator, conceder vista ao Conselheiro, retirar de pauta o processo, depois a gente fala em que situações o objeto de pedido de vista deve ser considerado, então tem número 1, número 2 e número 3, aqui a gente está com problema de técnica legislativa, depois a gente resolve isso. Só estou chamando atenção, você pôs um inciso, com uma alínea, com uma numeração dentro. Mas não fala, ele se refere a duas, duas alíneas, mas ele se refere a duas alíneas, não ficou claro, ficou confuso. Depois volta as competências da plenária. Porque depois a gente volta com as alíneas falando da competência da plenária, que aí a gente vai ter que voltar para o verbo do infinitivo também. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Ah, tá, porque a gente sempre colocou “apreciar”, “deliberar”, tal. **MARTHA:** Entendeu? Então tem um problema aqui que precisa ficar claro, então, por exemplo, na alínea E, já vou consertando, tá? “Proceder a votação nominal dos Conselheiros”, tá? Na alínea F, “conferir os votos”, não é isso?

Depois “expedir resolução de deliberação”, ok, resolvemos o problema de redação. Agora, como é que a gente vai tratar isso aqui, porque ele se refere a duas alíneas, e não a uma. É isso que eu pensei, tem jeito de abrir um parágrafo? Mas é um parágrafo dentro de um inciso? É, então vamos melhorar. Um artigo, sei, lá. **MARTHA:** As alíneas... É, tem que correlacionar, porque não está claro. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eu acho que a gente pode melhorar a redação, mas não está errado, tá, gente? Abaixo de alínea é número mesmo, a gente volta, que é outra subdivisão. Em termos da redação, aí a gente pode melhorar a redação, tá? Aí só acho que a gente pode ficar com essa tarefa também, só para a gente não pensar, porque todo mundo está um pouco cansado de pensar uma redação melhor. Pode ser? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Sim, e eu dou outra sugestão também em questão de visualizar, a gente dá um recuo nesses números, entendeu? Para poder mostrar que abaixo deles está se referindo à letra d, por exemplo. Então fazer um recuo, porque aí dá uma ideia de continuação. É uma sugestão. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Pode até ter um parágrafo, gente, embaixo, colocando assim: “O processo objeto de pedido de vista terá os seguintes procedimentos”, aí a gente pode entrar isso em um parágrafo, porque o parágrafo, ele é para mostrar algumas coisas que estão explicando o que já foi dito, porque essas alíneas e incisos, elas são do caput. Aí eu posso criar um novo parágrafo. Isso, um novo parágrafo. **PRESIDENTE:** Corrige isso depois, porque não vai alterar o texto, vai alterar a forma, né? Eu não vejo problema não. Pode ser? De acordo, Conselheiros? **PRESIDENTE:** Então vamos para o próximo? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** “Artigo 7º: as eventuais denúncias referentes ao empreendimento apresentadas ao CEAS serão apuradas, buscando-se as necessárias intervenções”, tudo bem, “e não sendo essas sanadas, caberá ao Conselho revogar a resolução”, aí eu acho que não é a medida, porque a gente tem que analisar todos os casos. Nós recebemos uma denúncia agora, nós vamos apurar e a denúncia, depois de 12 anos, a gente não anula um plano. O plano foi aprovado, a gente não anula, a gente pede correção. Nós estamos com um processo de Candonga, que fez mediação depois de 10 anos. É, esse foi o primeiro que eu citei, aí tem Barra de Braúnas, que também tem... Então não se revoga, porque se revogar um plano significa que você está revogando tudo aquilo que já foi executado naquele período. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Traz uma insegurança jurídica também. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Não, é, não existe, entendeu? Não existe. Aí a questão a gente tem que falar, tem que ser depois dessa apuração, tem as intervenções. Já está lá: “buscando-se as intervenções necessárias” e só, e parar aí, porque não pode revogar. **PRESIDENTE:** Microfone. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Você vai “Artigo 7: as eventuais denúncias referentes ao empreendimento apresentadas ao CEAS serão apuradas, buscando-se as intervenções necessárias.”, ponto. Não. Ah, tá. As intervenções necessárias, ou então pode continuar: “E não sendo estas sanadas, caberá ao Conselho analisar ou deliberar sobre este”. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aí não pode ser direto. Se for isso, a gente termina: “intervenções necessárias.”, aí põe um parágrafo único: “Caso não sejam sanadas, a plenária do CEAS deliberará por outro encaminhamento”, alguma coisa nesse sentido. Aí a gente pode fazer depois. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Vamos as deixar fazendo a redação, gente? Aí a gente vai passar aqui para o próximo. Posso Presidente? **PRESIDENTE:** Por mim... **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Artigo 10º, a Sandra fez destaque. “O empreendedor, bimestral, trimestral ou semestralmente, conforme deliberação do CEAS, contados da data de aprovação do PAS/Barragem, apresentará ao CEAS CMAS de municípios atingidos, relatório das ações desenvolvidas e em desenvolvimento para monitoramento dos direitos da população atingida”, foram a Sandra e a Marta que fizeram destaques nesses dois. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** É só para definir se é bimestral, se é trimestral ou semestral. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Aí o CEAS vai deliberar, a gente pensou nisso, porque a gente não sabe da complexidade do caso, que pode ser... **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Entendi. **PRESIDENTE:** Então o relator que – me corrija, Rosa, se eu estiver errado – é o relator

que determina a periodicidade, porque, igual o Conselheiro Helder falou, de acordo com a complexidade, às vezes têm planos muito simples, das pequenas centrais, né? Então às vezes é um atingido, então dá uma flexibilidade para o relator. Marta. Quem fala o período do relatório é o relator. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Aí acho que podia tirar, porque se isso está em cada caso, a gente não vai de novo ver quais são os casos, tira aquilo ali “O empreendedor, conforme deliberação do CEAS, contar da aprovação, apresentará ao CEAS aos municípios o relatório. **VOZES [00:21:10].** **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** É, não, Então a gente não precisa, já está na deliberação, a deliberação já prevê qual o prazo, pronto. **PRESIDENTE:** Então tira. Mas eu acho assim, que tem que, no meu entendimento, eu acho que tem que colocar que vai ter uma periodicidade, quem que vai dizer dessa periodicidade? É o relator **MARTHA:** É a deliberação do CEAS. **PRESIDENTE:** Mas o relator, ele aponta uma periodicidade. Joana. **JOANA LOPES, SEDESE:** Só conversando com a Rosa, eu perguntei para ela só o seguinte: essa deliberação do CEAS é definida aonde? Aí ela me falou: “Em plenária, por meio de resolução.”, então, aí a gente pode colocar: “O empreendedor... conforme definido em resolução deliberada pelo CEAS” pelo prazo que é definido, não é? Então, pode colocar o prazo, pode deixar, como pode remeter ao artigo também que fala lá em cima desse prazo bimestral, trimestral, semestral definido pelo CEAS. Se a gente falou isso em artigo anterior, a gente pode remeter. **PRESIDENTE:** Pega o artigo lá, por favor. Vejam bem, eu entendi o que a Rosa falou, que é definido em plenário, porque é óbvio que quem decide as questões, é a plenária. Mas, eu posso estar equivocado, eu queria entender agora, porque no relatório que eu fiz, com a orientação da Secretaria Executiva, é: no final lá a gente apontou a periodicidade, então, o relator aponta a periodicidade para ser o indicativo, que vai ser aprovado em plenária. Então não é a plenária. É a mesma coisa... **CONSOLAÇÃO:** Uma coisa é a proposta, mas quem defere **fora do microfone 23.50** **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** ...do voto, e a periodicidade, aí especifica, entendeu? Não é artigo, é inciso. Ah, tá. Deixa eu ver aqui. Do artigo 4º, inciso X. Aí eu coloco, eu estou falando, eu estou preocupado em relação, já que você falou que é o Conselheiro relator, aí ele coloca essa periodicidade, e aí fica subentendido que...**PRESIDENTE:** Indica-se a periodicidade **(inaudível) [00:24:55].** **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** É, é uma sugestão. “Encaminhará à Secretaria Executiva do CEAS o relatório com assinatura, especificação de voto e proposta de periodicidade”, tal, tal, tal. **CONSOLAÇÃO:** Do relatório. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Isso. **PRESIDENTE:** Gostei. Entendeu? Rosa, artigo 4º, pega o artigo 4º, artigo 4º, inciso X, por favor, Rosa. Inciso X, vamos lá: “O Conselheiro relator encaminhará à Secretaria Executiva do CEAS o seu relatório com assinatura, especificação do voto e indicativo de periodicidade de entrega do relatório”, entendeu? Compreendeu? Não? “Periodicidade de entrega do relatório de monitoramento de execução de atividades”, “da execução de atividades do PAS/Barragem”. Ok, vamos aguardar então. Microfone, Rosa. Joana, por obséquio. Então lê para mim. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** O empreendedor apresentará ao CEAS e ao CMAS de municípios atingidos, relatório de ações desenvolvidas e em desenvolvimento, para monitoramento dos direitos da população atingida, bimestral, trimestral ou semestralmente, conforme periodicidade definida pelo”, ah, tá, melhorou, “para o monitoramento dos direitos da população atingida, conforme periodicidade definida pelo CEAS em plenária aprovado por resolução.”, pronto. **PRESIDENTE:** Compreenderam Conselheiros? Acompanharam a discussão? Compreenderam? Precisa que releia? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Marta, 12º artigo. **PRESIDENTE:** Calma, senhor Conselheiro. Conselheiros, estamos de acordo? Ok. Então, 12º, Conselheira Marta, por favor. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Não, é só lá no final, gente, “desse”, “aprovação desse” o que? Então, é “o processo de sua aprovação”, se a gente está se referindo ao processo, “de sua aprovação”. É, porque a gente já disse, é, ele está se referindo a quê? Aprovação ou processo? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Tá. Melhorou. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** E aí eu já posso emendar no 13? Ah, tá. Nas duas. **PRESIDENTE:** Pode falar. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Então é só o seguinte, “a

plenária poderá deliberar pela manutenção do funcionamento dos postos”, e lá no final: “necessária e fundamentada”, e não o CEAS delibere, “pela manutenção do funcionamento do posto, bem como dos projetos, dos padrões aprovados”, isso. E lá no final, Rosinha, aí não precisa “delibere”, “como necessário e fundamentada”, porque senão fica parecendo que é a bel-prazer. Tira o “delibere”. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** “E necessárias”, **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** É. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Ah não “em qualquer situação necessária e fundamentada.” **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Isso. Que evidencie como necessárias ou aponte como necessárias e fundamentadas, porque não é a bel-prazer, a gente não tira da cartola. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** O meu é o seguinte, ter até 1 ano, é tirar isso, porque eu acho que a gente não determina, pela experiência de processos que estão vindo aí com um período longo, né, gente? Eu acho que, e até apuração de uma denúncia, a gente põe prazo para a gente mesmo, isso pode virar. Então, assim, por exemplo, nós vamos começar a aprovação dessa que entrou em setembro, nós estamos falando que o que tem que continuar, vamos dizer que o Conselho novo, até aquele período da apuração, ele não consiga. O prazo máximo é de 1 ano da situação, então eu acho que a gente não tem que colocar prazo. O CEAS vai vendo isso à medida... Então, deixa a abertura, mas sem a definição. Presidente, para condução, por favor. **PRESIDENTE:** Questão de ordem, na ausência do Presidente tem outro, tá? Estava ali pegando, tomando um cafezinho uai. Qual que é a questão? Perdão, gente, brincadeiras à parte. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** A gente tiraria esse “1 ano”, porque... **PRESIDENTE:** Microfone. Então já está certo? É isso? De acordo, Conselheiros? Então próximo destaque. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** “A vigência do PAS/Barragem será até a data de sua implantação, desde que constatadas as pendências.” Não. O PAS/Barragem, ele não tem validade, ele vai valer, é a mesma coisa, chegou Barra de Braúna agora, o cara querendo pedir, pois é, mas aí ele vai, ele fala assim: “Eu quero que revogue aquele plano”, não, não, reveja, que revogue não. A validade daquele plano é a validade que foi dada do plano, entendeu? Se você deu como implantado, o plano tem a validade e foi implantado, ele não perdeu a validade dele, entendeu? Ele não perdeu a validade, senão, por exemplo, em Candonga, todo o processo que nós fizemos do Ministério Público, o Conselho tinha dado uma resolução falando que tinha sido implantado e foi constatado, por denúncia, que não. Se já deu como implantado, então eles poderiam entrar e falar: “Mas isso aí já deu como implantado”, acabou a validade daquele, não posso fazer mais nada. Então, assim, não tem validade, a gente não pode colocar. Ele é válido, o plano foi aquele aprovado, implantado, e aí a gente vai... **PRESIDENTE:** De acordo, Conselheiros, com a supressão do artigo? Entenderam a questão? Vamos lá, só para entender... Lê para mim? Luanda. Aproveita e lê o artigo, Luanda, por favor. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Tá. Artigo 16: “A vigência do PAS/Barragem será até a data de sua total implantação, desde que constatadas as ausências de pendências sociais”, aí eu só queria ver uma coisa, que a Consolação citou, não é possível rever, solicitar revisão do plano se a gente percebe que ele não está funcionando? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Mais um motivo, se você fala que ele tem uma vigência também, eu não vou rever se você já apresentou, entendeu? Eu não posso falar de uma vigência. Ele foi aprovado pelo Conselho. Qualquer denúncia é atemporal, senão a gente está falando que até as nossas ações em relação à Candonga, Barra de Braúna, foram ilegais, porque a gente já tinha, inclusive, aprovado um plano, e nós estamos apurando denúncia daquilo que ainda não foi ou não surtiu efeito necessário planejado, eles não atingiram o objetivo. **PRESIDENTE:** Veja bem, a minha preocupação, eu entendi e concordo, pela estabilidade jurídica que a gente tem que ter com relação a esses processos. E aí, eu fui vítima de um processo de contestação de um processo que já dura, já concluiu há mais de 15 anos – me corrija se eu estiver errado – não é, Rosa? O PAS em questão que eu estou dizendo, há mais de 15 anos que ele foi concluído nesse CEAS. E aí, em que medida um caso que ficou alheio, que passou despercebido – somos humanos – inclusive pelas organizações à época, movimentos sociais e tudo, em que

medida não pode ser reconsiderado? Eu não sei. Me corrija, Rosa? Me ajuda nessa, por favor? Se tiver. E aí, eu queria dar o encaminhamento com relação a essas falas também, de pedir para que uma das primeiras capacitações do próximo pleno, gostaria que entrasse como pendência talvez. Pendência não, uma sugestão, que tivesse um processo de capacitação dos Conselheiros, mas não em plenária, que tivesse um dia inteiro, extenso, de capacitação, que seria o dia talvez do próprio sorteio, né? Mas que tivesse uma capacitação no início e, sempre que entrar um novo Conselheiro, ser obrigatório passar por essa capacitação. Gente, isso é muito sério. E do Código de Ética, tá? Por quê? Primeiro que são vidas, e a gente, tem Conselheiros com várias expertises, com vários ciclos de vida, com vários acúmulos, como diz? Com várias cicatrizes em suas mãos e seus rostos, né? E aí é difícil demais. A minha vivência não é a mesma vivência da Dona Arlete lá em Buritizeiro, com as questões da água, da seca, de não sei lá o quê. Não é a mesma. O meu olhar não é o mesmo, mas é preciso então que a gente chame atenção. Quando eu fui no PAS, fui olhar o empreendimento que eu relatei, Comendador Levy Gasparian e outros, Belmiro Braga e Simão Pereira, isso ficou muito evidente. A minha sorte, primeiro, que além de ser assistente social, eu também tenho uma formação em técnico em meio ambiente e, para além disso, eu vivi na pele o processo de Candonga. O vilarejo que foi inundado, eu subi naqueles pés de manga, então isso tem um pertencimento. Quando o usuário diz para mim que há 80 anos ele mora lá naquela área e que ele vai ter que sair daquela área, isso é um peso muito grande, então é preciso mostrar, sensibilizar o Conselheiro relator, trazer essas finezas para o Conselheiro relator, sabe? Trazer esse sentimento, trazer a importância daquele ato dele, o ato de escuta, porque senão pode vir empreendedor muito sério, mas pode vir empreendedor picareta, que tem um canto, que tem uma lábia e que nos seduz: “Não, que nós vamos fazer, que nós vamos acontecer, que nós estamos fazendo isso, que nós estamos fazendo aquilo”, mas na prática a família está sendo é desprotegia. Então é preciso pôr o pé no chão, é preciso conversar com as pessoas, é preciso ter muito cuidado para não prometer, né? Então, é muita, é muita especificidade que não dá para simplesmente mandar o Conselheiro para uma visita. Então eu peço que isso entre como uma recomendação. A outra questão que eu gostaria de colocar, que eu não vi nessa resolução, é com relação à articulação com o CMAS. Eu não sei se eu comi mosca, se eu perdi. **SANDRA:** Está lá em cima. **PRESIDENTE:** Está lá em cima? Ah não, nós vamos discutir, eu vou voltar. Não, tá. Então tá, vamos lá, artigo 16, a proposta é de supressão desse artigo 16? Lá em cima a Rosa havia dito que há uma previsão de revisão do PAS. É isso, Secretária? Ok. Então o que está lá em cima é o suficiente, Rosa, para atender as especificidades? Atende, então ok. Entenderam, Conselheiros? Joana. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Ela está propondo que não seja suprimido, para também não ficar sempre para processos abertos. Então, ela está propondo assim, a implantação do PAS/Barragem – não é isso? – será feita até a total comprovação de que não há pendências sociais decorrentes do plano, pronto. Quando é que se acha implantado? Implantou tudo, então a implantação – não, tira a vigência – a implantação do plano será até... Entendeu? **VOZES 00:39:34].** Mas o que está escrito ali é o PAS, e não o processo. Aí PAS/Barragem pode ser estendido, a vigência do plano, mas ela acha que não precisa, senão vai ficar “processos indefinidos”. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Uma coisa é o processo, aí você analisa o PAS que chegou, os documentos, as diligências de Conselho Municipal, as análises, quem você escutou, a comunidade, a visita técnica, isso é processo. PAS/Barragem, ele chama: Plano de Assistência Social que foi encaminhado pelo empreendedor, que define as ações dele para aquela comunidade atingida, é um plano, aí eu estou falando que esse plano tem vigência, então não é vigência do PAS. O processo se encerra quando da apuração, o processo, não validade de plano, entendeu? **JOANA LOPES, SEDESE:** Na verdade, o que eu estava falando com a Marta é o seguinte eu entendo que o PAS/Barragem, o plano, que eu estava perguntando o que é que tem no plano. As recomendações, implementações, ações, então, mas isso tem que ter um prazo para a gente implementar, ele tem que ter um vigência, mas o PAS teria que ter uma vigência, porque ele tem que

ter uma vigência de implementação, isso não significa que posteriormente ele pode ser a qualquer momento. Aberto. O fato de ele ter vigência não significa que ele não possa ser, a posteriori, para você não ter um plano *ad eternum*. Pois é, mas um plano, aí seriam questões técnicas, mas eu entendo que o plano, ele tem um vigência específica, seja um plano que exige plano decenal, seja um plano estadual, ou seja, todos os planos, para mim, tem uma certa vigência, não significa que futuramente possa ter análise por órgão de controle, possam ter revisões, pode ser aberto, mas é porque existe um plano de implementação. É só isso. **ROSALICE - CEAS** Conselheiros, é claro para todo mundo o processo de Licença de Operação e Licença de Instalação, onde é inserido esse plano? Que esse plano, ele faz parte de um processo, algo que vai um pouquinho além do CEAS? É claro para todo mundo que existe uma lei que está acima dessa resolução, que é a 12.812, que determina que o CEAS avalia o plano para que o empreendedor, como um dos requisitos para que o empreendedor tenha a sua Licença de Instalação, ou seja, para ele iniciar a obra. E ele tem que apresentar durante a implementação da obra a construção que, no final, quando ele vai obter a Licença de Operação, ou seja, para ele começar a gerar energia, o CEAS tem que comprovar que aquele plano que ele aprovou, ele foi implementado e com qual qualidade que aquilo foi implementado? Que só assim o empreendedor, a partir dessa aprovação dessa comprovação do CEAS, só assim que o empreendedor recebe a sua licença de operação, ou seja, ele tem a autorização de começar a gerar energia? Isso é claro para todo mundo, né? É só para eu... porque isso aí não foi falado em momento nenhum, que existe uma lei, então algum Conselheiro pode ter dúvida disso. Então isso é claro? Então tá bom. **PRESIDENTE:** E aí, Conselheiros? Vai suprimir? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Bom, tem essa proposta dentro da supressão e essa outra proposta. **PRESIDENTE:** Vamos lá. A comissão tem algum posicionamento? **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Não, está dividido, está dividida a comissão. **PRESIDENTE** Vamos votar, gente. Então vamos votar. Conselheiros que votam pela manutenção do artigo 16. Contrários, Conselheiros que votam pela supressão do artigo 16. Abstenções? Rodrigo, Patrícia, Wilson e Janaína, e Arlete. Artigo suprimido. Ok. Então agora, vamos, correções feitas, vamos colocar em votação então a resolução com as propostas de alteração, sabendo que vão ser feitos ajustes na forma, não no conteúdo, tá? Não alterará o sentido da redação, mas sim a forma. E aí eu peço atenção no português, para que não altere o sentido, né? Conselheiros que aprovam então a minuta de resolução que dispõe sobre processo de análise de procedimento de relatórios aos processos, ao PAS de assistência social, PAS/Barragem. Conselheiros que aprovam? Contrários? Abstenções? Unanimidade. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Com isso, agora sim, Presidente, mostra o ponto 4 para nós, Rosa. Tem, claro que tem. Não. Acabou a minuta. Com isso a gente consegue te mandar, Rodrigo, ainda hoje, a questão das nossas pendências. Então aí essa resolução, ela sai da nossa pendência, eu vou pedir a Rosa para poder fazer isso, e aí fica como pendência a resolução 12.262, a relação do FEAS e a questão da OGE. Essa é a pendência da comissão. Obrigado aí, gente, pelos trabalhos. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro. Parabéns à comissão pelo árduo trabalho de 5 anos. Só para esclarecer também, Conselheiros, essa semana eu venho ao CEAS mais vezes do que o habitual para a gente poder despachar as questões administrativas e olhar essas pendências para apresentação e entrega do CEAS, mas eu entrarei em contato com cada coordenador de posse das pendências, para a gente conversar um pouquinho, tá? Então não farei nada unilateralmente não, tá? Para que aí eu possa entender e talvez até mesmo dar algumas sugestões, alguns encaminhamentos na apresentação, tá? Ótimo, obrigado, Conselheiro. Próxima comissão então é o PEAS, comissão, isso. Não, nós temos... **SANDRA:** Tem a Comissão de Apoio. **PRESIDENTE:** Nós temos ainda: conferência estadual, conferência democrática e PEAS. **CONSOLAÇÃO:** E a Comissão de Apoio? Ela trabalhou ontem. **PRESIDENTE:** Quantos pontos de pauta? Quantos pontos de pauta tem a Comissão de Apoio? **CONSELHEIRO ISAC:** Comissão de Apoio tem um ponto de pauta, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Então, Conselheiro Isac, o que se trata a Comissão de Apoio? Rapidamente, só para a gente ver. **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** Comissão de Apoio, o ponto de pauta que vamos

apresentar é sobre levantamento de dados produzidos pela Diretoria de Vigilância Socioassistencial do Estado, sobre a questão dos municípios, Conselhos municipais, aí é só um encaminhamento que a gente pretende, relacionado, vamos falar, falhas nos Conselhos municipais e o que a gente encaminha. **PRESIDENTE:** Então inicia, vamos lá. **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** É muito rápido. **PRESIDENTE:** Ótimo. **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** Então, bom dia novamente. Eu não vou ler os detalhes, mas, assim, na outra reunião em que apresentamos os dados sobre a situação dos Conselhos municipais, houve um choque na plenária por causa da quantidade de irregularidades que foram apresentadas relacionadas aos Conselheiros Municipais. Então foi feita uma conferência de dados pela equipe de Vigilância do estado, e essa conferência de dados, ela não mostrou grandes diferenças do que a gente já tinha visto do nacional, então, ou seja, a situação dos Conselhos é difícil mesmo, principalmente com relação à paridade entre sociedade civil e governo, entre outras coisas, não vou ler os pontos, vou passar para o encaminhamento que a gente pensou, que foi: considerando o número elevado de municípios que não atendem a questão de paridade, poucos consideram a proporcionalidade, e ainda a necessidade de atualização das normativas que regem o Conselho, faz-se necessário uma orientação específica para o funcionamento dos CMAS. Urgência em promover a correção da paridade na composição dos CMAS em cumprimento ao determinado pelas normativas, isso ainda levando em consideração a exigência do acórdão 2404 de 2017 do TCU, que poderá impactar diretamente nos recursos recebidos pelos municípios. Então, lembrando que esse acórdão, ele condiciona o repasse de recurso para os municípios, ao funcionamento regular dos Conselhos municipais, então a gente pensou em avisar esses municípios, para que eles tomem ciência disso, principalmente pegando essa questão da condicionalidade de repasse de recurso aí para ver se eles conseguem fazer essas atualizações necessárias. Aí vou passar para a Soyla complementar. **PRESIDENTE:** Soyla. **CONSELHEIRA SOYLA PEREIRA:** É importante dizer que a gente fez um comparativo, porque aí mostra dados do CENSO SUAS 2018, e nesse momento os municípios estão pleiteando CENSO SUAS 2019, então os dados que nos foram apresentados, e esses dados são apresentados pelo estado, tá? O estado fez esse levante para nós, mas a gente tem os dados do Conselho Nacional, que foi levantado para nós, que são dados piores, tá? Os números são maiores. É porque a gente não tá... Desce um pouquinho aí. Sobe um pouquinho, na verdade. Sobe um pouquinho. Então, os números são mais desastrosos ainda, entendeu? Quando você avalia do Conselho Nacional. Quando você avalia, olha lá: possui Secretaria Executiva? 72% sim, 28 não. Se eu não me engano, são 65% no Conselho Nacional. Então, assim, os dados que a gente compreende que os dados atuais do Conselho Nacional são mais atuais do que os nossos, do CENSO SUAS, no sistema agora está mais atualizada, apesar de a gente saber dados que os municípios estão alegando que está difícil acessar o CAD SUAS e atualizar os dados, os dados são muito complicados, a gente imaginar que os municípios, olha lá, não tem paridade, não tem proporcionalidade. Seria pior se a gente verificar a questão não só da paridade e proporcionalidade, como também, olha lá, 328 CMAS paritário, 507 não. Então, nem a qualidade colegiada pode se dizer que esses Conselhos tenham. Então, assim, quando a gente pega esses dados, e a gente tem que tomar uma atitude meio complicada, que é a atitude, o quê que a comissão pensou? Pensou de a gente estar informando esses Conselhos através de um ofício, através de um e-mail, da necessidade de eles estarem atualizando esses dados e entrando na conformidade da lei, já que tem um acordão, né? Acho que é uma situação muito complicada que a gente tem que verificar com urgência, estar resolvendo isso, estar orientando os municípios a estar resolvendo isso. É isso. **PRESIDENTE:** Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eu questiono o levantamento, baseado na participação da Francielly na reunião do Conselho Nacional. Se lá ela detectou que depois foi visto, eles mandaram um comunicado que eles refizeram a avaliação, porque dentro do cadastro eles consideram "governamental" os servidores da Secretaria Executiva. Então, o CEAS de Minas, ele foi tido como não paritário, né? E aí ela conseguiu, depois ela mesma pode falar aqui, mas ela já deu esse relato aqui na

plenária, por isso que eu estou falando, viu, Francielly? Ela já deu esse relato aqui, ela conseguiu mostrar que não era verdade. Baseado nessa participação, eu questiono, porque quem coloca esses dados, às vezes a forma que a gente coloca ali, e eu posso mostrar para vocês com senha, para vocês verem, não fica muito claro mesmo não, você é obrigado a colocar a ligação, sabe? E aí a diferença é não ter mandato, a única diferença é isso, mas ele obriga, para fechar o cadastro, que seja colocado “governo ou sociedade civil”, então todo mundo marca governo, como técnico, todo mundo fala assim: “eu estou trabalhando, estou ligado a”, todo mundo coloca governo. E isso em todos os, eu até perguntei os outros Conselhos estaduais, a gente tem um grupo de secretários executivos dos Conselhos estaduais, então isso também aconteceu nos outros. Então, assim, eu questiono os dados. Antes, eu acho que a orientação sua é pertinente, eu acho que só uma orientação, talvez a gente já começar a fazer esse levantamento: “Favor informar ao Conselho”, a gente fazer, eu não digo agora imediato, mas depois da conferência, eu acho que deixar os indicativos, a gente colocar no ar uma pesquisa para os Conselhos municipais, que eles possam preencher, mandar para a gente, que seja a lei, para a gente analisar essa paridade, sabe? Acho que a gente começar aquilo que a gente fez no início do processo da descentralização, a gente recebia as leis, a gente analisava, para ver e até a gente fazer um levantamento do quê que é necessário essa intervenção mais objetiva. Não impede, logicamente, a orientação, viu, Isac e Soyla? Mas, só somar e a gente ir com cautela nesse susto a princípio, porque pode ser erro de, vocês vão ver, não sei se vai ser nessa plenária ou na outra, eu também fiz a minuta do CENSO SUAS, de novo, o CEAS, eu não tenho opção de Conselho municipal. Se eu for fazer lá: “representação: governo, usuário, entidade e trabalhador”, vai perder porque não tem representação de Conselho, então estou jogando ou no usuário ou no trabalhador. Ou vou jogar mais para o outro lado. Então, assim, às vezes a conformação das leis que são específicas no município, como é no caso de Minas, não tem abertura de informação dentro do que é posto no CENSO. **PRESIDENTE:** Isac. **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** Só informar, gente, que esse levantamento de dados que foi feito pela Vigilância do estado, foi exatamente porque foi levantado a discordância dos dados vindos do Conselho Nacional, então continua discordando também da Vigilância do estado, é isso? Aí pensando nessa dificuldade na apuração de dados, acho que também a gente vai ter que pensar medidas para ajudar os municípios nesse sentido e ajudar eles a aprimorar o mecanismo de apuração de dados. **PRESIDENTE:** Você quer falar, Soyla? **CONSELHEIRA SOYLA PEREIRA:** Só falar uma coisa, vale afirmar também que essa informação, veio um ofício do Conselho Nacional, e a gente tem que dar uma resposta, mas a gente questionou o Conselho Nacional, a gente mandou um e-mail para eles, né, Paula? Cadê a Paula? Um e-mail solicitando a eles maiores detalhes e informações dessa pesquisa, desses dados, entendeu? E é no Conselho Nacional não nos respondeu ainda, entendeu? O que vale é a orientação aos Conselhos, é isso que a gente pensou em um primeiro momento, mas a gente está aguardando uma resposta do Conselho Nacional também. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Eu acho que é muito no intuito do que a Soyla já disse, primeiro a gente recebe esses dados. Na verdade, o primeiro contato que a gente teve foi em uma apresentação que foi realizada lá na CGU, no dia do lançamento do curso de controle social, até a Patrícia que realizou essa apresentação, e aí lá tinha dados dessa pesquisa lá do CNAS de que em Minas Gerais tinha 30% de Conselhos inexistentes, uma coisa assim. E aí a partir desse dado que a gente teve acesso, a gente até questionou: “Consolação, de onde vem esse dado? Qual é a fonte dessa pesquisa do CNAS?”, e aí a gente foi entender, aí ela colocou a questão que a Fran já tinha questionado, que os dados vieram... Realmente, na hora que a gente abre a planilha, não tem fórmula de cálculo, não fala se é CAD SUAS de qual data que foi extraído, não fala o quê que foi considerado. Então, nesse sentido, o CEAS nos solicitou informações. A base de dados que a gente tem disponível é a do CENSO SUAS 2018, como a Soyla falou. Então essa é a disparidade, como a gente está em tempo de preenchimento do CENSO SUAS 2019, o CAD SUAS está completamente diferente já do CENSO SUAS de 2018, então primeiro ponto. O segundo ponto, quando a gente manda a

apresentação e o levantamento no e-mail, acho que eu mesma respondi o e-mail, a gente até sugere que o CEAS officie o CNAS perguntando da fórmula de cálculo, o quê que foi considerado, porque é justamente essa questão que a Consolação colocou, a representação ser obrigatória para Secretário Executivo, isso é um erro do CAD SUAS. Então muito do que está errado na pesquisa são erros do próprio CAD SUAS, como a Consola já falou também. Então é só pra, assim, a gente não pegar somente os dados, porque são do CENSO SUAS 2018, e a gente precisa realmente entender o quê que eles vão considerar proporcional e paritário. **PRESIDENTE:** Vejam bem, esse ofício já foi feito, a gente já notificou dizendo desse descompasso, assim que a Conselheira Francielly relatou em plenária, a gente tomou essa providência, mas eu penso que a gente pode notificar de novo, falando que foi feito esse estudo pela comissão e pela vigilância do estado a partir da mesma base utilizada, e que apresenta discrepâncias grandes ainda com relação ao dado. Que apresente então, além da memória de cálculo e com base em quê que eles extraíram, mas que questionam esse encaminhamento. A outra questão, que aí eu me perdi, comissão, e aí eu peço desculpas se eu estou sendo redundante, mas que eu acho que a gente tem que notificar o CNAS, as secretarias municipais, os gabinetes de prefeito e, ousou dizer, que essa mala direta do acórdão, ela já foi feita, já fizemos rodas de conversa, já fizemos algumas coisas, e ainda assim nós estamos tendo problemas. Penso eu, eu particularmente acho que é uma estratégia muito exitosa em âmbito do município, mas eu coloco em discussão, que nós devemos também notificar as câmaras municipais, porque eles são os reais fiscalizadores do executivo, não é? Então a gente aciona o CNAS, que é nossa responsabilidade, mas também comunica à câmara deste acórdão e da discrepância que os municípios estão tendo. É minha sugestão de encaminhamento. Soyla. **CONSELHEIRA SOYLA PEREIRA:** Então seria interessante também essa sugestão da Consola, de estar fazendo essa pesquisa. Após a conferência, depois que a gente, vocês estiverem mais tranquilos, estar elaborando realmente essa pesquisa com os Conselhos, seria um censo que a gente ia estar organizando, sei lá, alguma coisa bacana para a gente estar organizando. Agora, eu vou aproveitar, Rodrigo, levantar uma questão aqui, antes de a gente, esses municípios começarem a preencher um censo, igual o CENSO SUAS, gente, aquilo ali é um absurdo para se preencher. Muita coisa está em desacordo e os municípios falam uma coisa e é outra. Igual a Secretaria Executiva, muitas vezes partilha com 4, 7 Conselhos o mesmo Secretário Executivo, porém, oficialmente aquele Secretário Executivo é só do CMAS, né? Então, assim, são muitas questões. E, assim, antes de tudo, a gente percebeu nas conferências municipais e a regional que o usuário não sabe que é usuário e entidade não sabe que é entidade e trabalhador não sabe que é trabalhador (trecho incompreensível) [01:01:52] ele é não. Então, assim, eu até me irritei, peguei o microfone, né, Helder? E falei, porque uma usuária de Paracatu não sabia que ela era usuária não. Eu falei: “Dona Maria, a senhora é usuária”, ela arregalou o olho para mim, acho que ela pensou: “usuária do quê?”. Então, assim, enquanto a gente não fizer um trabalho de base com esses Conselhos para eles entenderem o que é representação, a gente não vai ter fórum fortalecido, a gente não vai ter Conselho fortalecido. Então, assim, eu espero que quem fique gere as sementes disso que a gente está falando, sabe? E floresça, igual ipê, porque o trem está feio. Não se sabe o que é usuário, o que é entidade, o que é trabalhador, e nem o que é governo, tá? **PRESIDENTE:** Eu gostaria, não sei, aí eu gostaria de colocar a discussão a questão dos encaminhamentos gente, que eu incluí, pode ser? Comissão, estamos de acordo? **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** De acordo. **PRESIDENTE:** Ok, então a gente oficia esses entes, tá? Oficiar CNAS, secretarias municipais, gabinetes de prefeitos e câmaras municipais, e a pesquisa. Essa pesquisa, isso, também a questão do CNAS, e essa pesquisa. Essa pesquisa, se não me engano, a gente já havia pensado, não sei se formalmente ou informalmente, alguma coisa de fazer. Mas é possível colocar como sugestão para o próximo pleno, que construa uma questão junto à vigilância da SEDESE, né? O como é que vai executar isso aí. Aí deixa como sugestão para a próxima. Consolação, eu te agradeço demais, viu? Vamos lá. Então é isso. Comissão, só esse ponto? Então, Conselheiros... Desculpa Isac. **CONSELHEIRO ISAC LOPES:** Apenas

esse ponto. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiros então que aprovam os encaminhamentos da Comissão de Apoio, com as inclusões? Contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Então o próximo ponto de pauta, lembrando, aí eu peço, Conselheiros, que já são 16:30, nós temos o PEAS, que vai ser um pouco longo para apresentar, mas nós temos a questão da conferência estadual, que algumas questões são sérias, que a gente precisa de pactuar, e a questão da Conferência Nacional Democrática, que existe um pedido da Frente Mineira, e nós temos que pactuar hoje. Então eu peço tolerância se a gente tiver que estender um pouquinho o horário, de a gente ter um pouquinho de tolerância, e vamos ser breves. Luanda. No microfone, Hugo.

CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO: Estou acostumado não. É que a gente compra passagem para a gente poder estar deslocando, e se a gente perder o horário, a gente vai ter que comprar outra passagem. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro.

CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO BENTO: É complicado isso aí de ficar, acho que tinha que ter um trabalho de ter um estudo de as pessoas, porque ficou duas horas só em uma comissão. Aí não dá nem para a gente discutir direito a pauta que vai ter que discutir. **PRESIDENTE:** Pois é, vamos ser breves nos nossos comentários, nossas falas, objetivos. Se o outro já falou, a gente está contemplado, não precisa pedir fala. Luanda.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Eu só queria fazer uma pergunta... **PRESIDENTE:** A culpa não é do Conselheiro, viu, Conselheiros? É do tempo.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Eu só queria fazer alguns questionamentos em relação à Comissão de Política. A gente, desde setembro, está com pautas a serem apresentadas na plenária. Na plenária de setembro, não teve tempo, a gente fez um acordo de que estava com outras pautas prioritárias, não apresentamos. E aí o rito que a gente sempre fez na comissão era de que os ofícios que a gente emitiria, passariam para deliberação na plenária, né? E aí acaba que a gente teve aí, depois de setembro até agora, alguns ofícios acabaram que foram enviados e eu queria perguntar isso, porque aí eu fiquei confusa mesmo, porque eu tinha para mim que todos os ofícios tinham que passar por deliberação de plenária. E a gente tem aqui também na Comissão de Política, desde a pauta de setembro, alguns pontos que são de encerramento de processos de denúncia, mas aí eu fico também com a pergunta de que se a gente for fazer uma plenária extraordinária, eu não vejo problemas de que esses pontos sejam discutidos na próxima plenária, mas a gente precisa encerrar esses processos da Comissão de Política, até para deixar para o próximo pleno do CEAS algo já sinalizado, mas são muitos pontos. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira. Isso foi deliberado inclusive ontem no grupo de trabalho na Comissão de Política e Orçamento, que teria uma extraordinária e nós deliberamos hoje a extraordinária para o dia 20, com relação justamente a questão de política, com as comissões, para a gente poder tratar. E aí como nós vamos executar isso, nós vamos preparar aqui, mas a Comissão de Política será alvo da extraordinária, como a gente combinou ontem.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Aqui em relação aos ofícios, Rodrigo... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É isso que eu vou te responder. Quando é um processo de denúncia, ele já tem um rito da comissão, então esses encaminhamentos, eles não precisam necessariamente passar pela plenária, tá? A gente passa, faz encaminhamento, tanto é que não há uma discussão desse tipo de encaminhamento, porque você está no processo de apuração. Para encerramento de processo, só pode com deliberação da plenária, ok? Mas, a apuração em si, a medida em que ele foi distribuído para a comissão, a comissão pode fazer os encaminhamentos da apuração. Nem todo processo de apuração nesse fluxo tem que passar pela plenária não, encaminhamento de ofício pode, você vai "Ah, esse não respondeu", faz outro, reitera, porque tem que continuar o processo, tá? É isso. Agora, uma atitude, um posicionamento, que aí requer a fala do Conselho, passa na plenária. Por exemplo, quer um veredito, fala assim: "Olha, então apuramos, eles são responsáveis, e aí as medidas são essas", tem que passar pela plenária, ok? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É porque algumas numerações de ofício eram encaminhamentos para finalizar o processo, por isso que eu fiquei em dúvida... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Finalizava? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Sim. Por isso que eu fiquei em

dúvida. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Isso tinha que passar por aqui. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Por isso que eu fiquei em dúvida. **PRESIDENTE:** Eu tenho um encaminhamento, Conselheira. Vamos tentar o PEAS e zerar esse ponto. Se possível a gente volta nesses pontos específicos ainda hoje. Pode ser? Para a gente tentar zerar essa questão. Então vamos para o PEAS? PEAS, por favor. Vejam bem, ontem nós tivemos uma reunião conjunta com a Comissão de Política e de Orçamento, foi feita uma leitura pormenorizada, uma apresentação pormenorizada pela equipe da SEDESE, do plano, e aí a Claudinha vai apresentar o relato. Não sei se é preciso apresentar o plano todo, né? Calma, Conselheiros, é preciso, vocês, acho que a maioria estava na comissão ontem, né? É preciso apresentar o plano? Vocês querem que apresenta o plano? Ou a Claudinha pode ir no relato, e a gente já vai direto para resolução? Que inclusive nós discutimos a resolução hoje de manhã, né?

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Só trazer aqui que, na parte da manhã, houve uma solicitação de inversão de pauta, e aí chegou-se a um consenso que tanto a parte da SEDESE era importante estar aqui para a discussão do PEAS, quanto a Conselheira Juanita, que foi a que mais contribuiu. Então a Patrícia fez um encaminhamento de que já que a Conselheira Juanita não poderia estar aqui presente na parte da tarde, que a gente lesse a resolução e discutisse os pontos dela, que ela apresentou, e pudesse esclarecer, sendo que ela é a que mais contribuiu para o PEAS, na consulta, ela que fez os relatos, então pediram que ela fizesse esse relato aqui, e aí a gente leu uma resolução. Foi entendido por mim, e aí a própria Conselheira, que a resolução constasse tudo que foi discutido. E foi essa a resolução na parte da manhã lida aqui, e com a inserção de outros pontos que a Conselheira foi recuperando. Então teve uma apresentação de uma minuta de resolução. Ela não foi deliberada, porque inclusive a própria Conselheira reconheceu depois, retirou a proposta dela de inversão porque ela falou: “Eu não tinha entendido que a SEDESE não estava aqui.”, pensou que era só você que não estaria. Então ela falou: “Não, todo mundo não está”, então ela retira a proposta dela e ficou, abrimos a discussão da resolução, e que esse ponto viria à tarde então, logicamente respeitando a pauta, para deliberação, ok? Mas é só para iniciar que houve uma discussão prévia com os presentes, em cima dessa apresentação.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Consolação, só para complementar que a Juanita está em uma agenda do PPAG representando o CEAS, né? Então, o compromisso dela lá também é com o CEAS, né?

CONSELHEIRA JANAÍNA DO NASCIMENTO: Obrigada pelos pontos, Consolação e Rodrigo. Acredito que a gente pode então dar segmento a essa pauta e ao relato também da Comissão de Orçamento. A Cláudia então vai fazer as ponderações iniciais e, em seguida, a gente também traz a Gabriele para fazer um breve relato, e aí a gente segue para o novo, considerando agora que estamos todos os Conselheiros reunidos, a gente seguir para esse ponto de encaminhamento e deliberação, tudo bem?

PRESIDENTE: Então, Claudinha, por favor. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Ontem, como o presidente já disse, a gente reuniu, Comissão de Política e de Orçamento, para poder receber, vir ao CEAS receber as contribuições. O PEAS foi previamente encaminhado ao Conselho e na nossa reunião a gente recebeu contribuições valorosas ao documento, que é um anseio tanto da SEDESE quanto dos Conselhos, porque é um documento que vai nortear os nossos trabalhos do exercício de 2020 a 2023. As considerações da Conselheira Juanita realmente foram muito importantes para o documento, essa foi a conclusão que a gente chegou na nossa análise, né? Mas eu acharia importante, como diz a Gabriele, ela conduziu, ela foi praticamente a mentora do plano, juntamente com a equipe toda. A gente vive dizendo que ela brilhou demais na elaboração do instrumento, obviamente contando com a equipe, com a Subsecretária, com todo mundo, mas esse mérito a gente tem que dar a ela, que, inclusive, foi quem apresentou para todos ontem da comissão. Então eu acharia interessante que ela desse um breve relato de como as coisas chegaram ao Conselho, do que, dos encaminhamentos que foram tomados, inclusive porque o documento veio em dois momentos ao Conselho para apreciação. A gente também vai fazer a leitura da resolução, que recebendo a resolução a gente também já leu e fez algumas considerações, mas isso

a gente vai discutir acredito no momento da leitura da resolução. Gabi. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Então, acho que a Claudinha já deu um pouco do panorama, a Consolidação também, e o Rodrigo, na verdade, né? Então, a gente apresentou o PEAS pela primeira vez aqui, a gente abriu ele para consulta para os Conselheiros, para contribuições de 10 a 16 de setembro; aí a gente veio para plenária de setembro, então no dia 19 de setembro a Comissão de Políticas e de Orçamento se reuniu, também foram coletadas várias contribuições durante a comissão, e a principal mesmo contribuição foi da Conselheira Juanita. Aí a gente já incorpora essas contribuições no PEAS, e aí de 14 a 18 de outubro ele foi aberto novamente para as contribuições de todos os Conselheiros. A gente também recebeu retorno da Conselheira Juanita com as contribuições. Então, aí na sexta-feira, antes dessa plenária de hoje e da comissão de ontem, a gente incorporou os pontos que a Juanita trouxe por e-mail, e aí a gente foi passando ponto por ponto ontem. Então, a principal contribuição dela era no diagnóstico, a gente foi folheando o diagnóstico para ver se atendia ou não os pontos que ela tinha contribuído. E aí muitos deles, eu lembro do texto da resolução, muitos desses pontos a gente achou que já tinha vencido ontem, então a gente fez um indicativo de página, acho que quando a gente for lendo a resolução a gente pode ir passando ponto por ponto, porque muitos deles já estão no plano ou já foram contemplados ontem, e aí a gente vai incorporar ao documento. Aí a gente pode, na verdade, passar o texto da resolução, porque acho que muita coisa que está aqui eu não sei se é matéria de resolução, aí a gente pode avaliar. Por exemplo, uma das coisas que eu mesma fui falando enquanto eu fui lendo, que: “Ah, tem tabela que está com número errado, tem tabela que está com título errado”, porque no e-mail que a gente manda para o Conselho, a gente fala que a diagramação vai ser feita posterior a todas as contribuições, então eu acredito que padronização, formatação de tabela não é uma coisa de estar em texto de resolução. Assim, são alguns exemplos, ali o primeiro, o artigo 2º fala: “O PEAS elaborado pela diretoria de Vigilância também”, na verdade foi um trabalho conjunto de toda a SUBAS, com muita contribuição inclusive dos Conselheiros. Então também seria um destaque ali, mas a gente pode ir passando ponto por ponto, da forma que vocês acharem melhor a condução. **PRESIDENTE:** Antes de passar à resolução, eu gostaria de saber se os Conselheiros estão contemplados com a explicação e com a própria questão do plano. Quer algum esclarecimento alusivo ao plano? Cristiano? **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** A Gabi fez uma introdução, a Claudinha também, mas eu queria só reforçar e lembrar algumas coisas, que é isso, foi feito um esforço muito grande de que, desse governo de apresentar em 2019 já, no primeiro ano de governo, o Plano Estadual de Assistência Social. A gente debateu aqui nesse Conselho, foi falado para todos os Conselheiros, isso é público, de que desde 2015 a gente, o estado, não tem um Plano de Assistência Social. Então a gente está há 4 anos, a gente passou toda a gestão anterior sem um Plano de Assistência Social. E esse ano, ontem Rodrigo lembrou bem, no início, a gente teve um ano bastante tumultuado, e aí por parte do governo, parte de todo mundo, porque todo mundo sofreu as consequências, direta ou indiretamente, que foi toda a situação de calamidade pública que a gente vivenciou em Brumadinho e em todos os outros municípios, que durou praticamente até agora, né? A gente ainda recebe lá na SEDESE telefonemas e presta apoio técnico para municípios, como Barão de Cocais, por exemplo, que ainda está vivendo uma situação de emergência. Então, mesmo assim, e aí de novo também eu queria deixar isso claro, como técnico, o trabalho feito pela Diretoria de Vigilância e pela Superintendência de Vigilância e Capacitação, porque, no meio desse tumulto todo, foi feito um esforço muito grande das equipes técnicas de todas as superintendências da SEDESE, que ficaram plenamente envolvidas nisso, de construir um documento que tivesse tanto a ver com o planejamento que a gente pretende para os próximos anos, que tivesse a ver principalmente com aquilo que a gente está desenhando e apresentou, está apresentando na Assembleia, que está na PPAG, quanto aquilo que é possível, sem criar uma expectativa de algo que a gente não vai conseguir fazer. Então, o plano expressa isso. E aí, como foi falado pela Claudinha e pela Gabi, a Gabi apresentou as etapas, nós estamos desde outubro, setembro que foi a primeira versão, e em todos os momentos a gente foi, trouxe o

documento para esse Conselho, para esse Conselho analisar e dar as contribuições. Então, assim, é só para que todo mundo tenha essa consciência e faça essa reflexão, que o documento que a gente tem hoje em mãos foi um documento construído coletivamente com a participação do Conselho. A Gabi citou a Juanita, que foi a principal colaboradora, mas o documento foi aberto para todos os Conselheiros, todos tiveram a oportunidade de ler e discutir. O diagnóstico, que foi uma das questões apresentadas pela Juanita, ele está um diagnóstico bastante robusto. Os pontos todos que foram apresentados ontem de destaque foram incorporados, então a equipe, ela trabalhou até muito tarde para conseguir trazer um documento que pudesse ser, incorporar todas essas contribuições. Então é só lembrar disso, porque a gente vive um momento, o tempo inteiro a gente faz esse relato nessa comissão, do momento que estamos vivendo, das dificuldades a nível federal, dos riscos para o Sistema Único. E nesse estado a gente vem discutindo desde o início do ano, em todas as reuniões do CEAS a gente sempre fez questão de trazer todos os pontos para discussão aqui nesse Conselho. Então acho que a gente precisa pensar bem e analisar tudo isso que a gente está propondo o tempo inteiro e sendo bastante transparente em todas as questões. Então, assim, eu queria, assim, deixar publicado e registrado aqui todo esse esforço feito pela equipe, pelos Conselheiros, na análise desse documento.

PRESIDENTE: Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Você me fez lembrar, Cristiano, que a Conselheira Juanita, quando ela iniciou a fala dela aqui, a primeira coisa que ela fez foi parabenizar a Secretaria, todo mundo. Ela falou que essa abertura de incorporação das propostas, ela elogiou isso, inclusive, que isso materializou uma construção coletiva, tá? É só porque vocês não estavam aqui, é bom a gente lembrar que foi a primeira fala dela antes, então, isso, e ela frisou isso, que materializa, ela usou, inclusive, mais ou menos isso, essa questão dessa incorporação, dessa construção coletiva, como que tem que ser o processo. Então, primeira, antes de qualquer coisa, ela falou sobre isso, tá? E aí também foi colocado, né, Presidente? Aí você me corrija, que foi você falando, a própria resolução, ela traria aquilo porque não daria tempo da incorporação de vários aspectos, de ontem para hoje, e, por isso, que a resolução, ela trouxe vários itens assim pormenorizados, tá?

PRESIDENTE: É isso. Ontem no grupo de trabalho, até mesmo para salvaguardar as discussões e materializar isso, porque a gente, inclusive, achou desumano de ontem à noite, que já era tarde, exigir que, eram questões, às vezes, pontuais em princípio, mas mudam, mudam às vezes uma análise, mudam, às vezes, um texto, a formatação, então, diversas coisas, então o que ficaria no corpo da resolução. Agora, se foi trazido já para a equipe, a dificuldade vai ser de avaliarmos o quê que isso foi incorporado, porque a gente não tem o documento final, né? Então vamos avaliar e aí à medida que a SEDESE, a equipe achar que necessita de ponderação, a gente coloca em discussão, ok? Marta.

CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA: Presidente, é só porque eu tinha pedido mesmo, quando esse ponto viesse de novo à plenária, que depois a gente discutisse, não sei se a gente vai entrar direto no conteúdo da resolução, então eu queria, propor porque mesmo que haja algumas dessas ponderações, para mim elas não são aspectos que devem constar em resolução. Eu acho, de certa forma, delicados algumas coisas que estão ali e que eu entendo que são recomendações, digamos assim, e aspectos que o CEAS está colocando para melhorar o documento. Mas que não devem constar na resolução, tá? Porque eu acho que são aspectos que ultrapassam o técnico, são aspectos muito de organização do documento, de informações do documento, que eu queria propor que isso constasse de um ofício, que na resolução conste das recomendações contidas no ofício, e que a gente chegasse na conferência estadual com o PEAS aprovado, e acho que isso seria um ganho muito importante para a gente chegar também com essa notícia. Boas notícias.

PRESIDENTE: Vejam bem, Conselheiros, nós vamos fazer exatamente isso que a Marta está falando, nós vamos discutir agora e colocar em discussão ponto a ponto, é igual a gente fez de manhã. Alguns acréscimos nós vamos discutir agora, senão for pertinente, vamos usar de argumentos e a gente vota. Luanda. Tá? Senão eu acho que a gente alonga. Então vamos à resolução. Claudinha, por favor. Joana. **JOANA LOPES, SEDESE:** Reforçando o que a Marta falou, é porque é o seguinte, a questão da

aprovação, o que está sendo colocado ali no artigo 2º não é matéria de resolução, é matéria que poderia ser encaminhada via ofício para a Secretaria, para que a gente pudesse fazer essa adequação dos pontos que a gente vai passar ponto a ponto aqui do que já foi contemplado ontem ou que já está contemplado desde antes, ou as novas contribuições. Então, assim, isso não é matéria de resolução, resolução, inclusive, tem um custo para o estado. Toda resolução publicada, cada letra a mais é sempre um custo para o estado. Além do que, a resolução, essas recomendações, elas vão ao contrário do artigo 1º, porque se aprova e tem as recomendações, eu não vislumbro... **PRESIDENTE:** Só uma ressalva, Joana, não são recomendações, são apontamentos para que faça, né? São aprovação do Conselho, não são recomendações. Só essa questão. Ivone, Claudinha e Janaína. Oh gente, vamos... **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Eu entendo assim, na verdade, esse pleno não está desaprovando o PEAS, mas está aprovando o PEAS com todas essas inclusões. E não tem como, aonde você vai garantir as inclusões? Se não está no PEAS? Então, primeiro o PEAS tem que ser apresentado com todas as inclusões para que o pleno aprove a resolução aprovando o PEAS. Ou se não está no PEAS, tem que estar na resolução, não sei como ou aonde vai estar. Porque poderia estar no PEAS, já deveria estar no PEAS para que a gente possa aprovar o PEAS do jeito que está as recomendações. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Gente, eu penso que a gente deveria partir para a leitura da resolução e a gente coloca os nossos destaques aonde que a gente acha que tem que colocar e chega em um consenso, porque a gente entende que aquilo tudo que foi dito na resolução, vai para o plano. A gente tem que, não está tendo consenso é de como ele vai para o plano, então a gente vai ler, vai destaques até chegar em um consenso. **PRESIDENTE:** É isso. Então vamos para a leitura? Obrigado. Claudinha, por favor. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Resolução número 679/2009, CEAS/MG. Dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, PEA MG. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da lei no. 12.262 de 23 julho de 1996, pela norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social 2012, NOB-SUAS, e considerando a deliberação da 249ª Plenária Ordinária realizada no dia 5 de novembro de 2019, resolve: Art. 1º: Aprovar o Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, PEA MG, 2020/2023, com os aspectos destacados nessa resolução. Art. 2º: deverá ser incorporado no PEAS e apresentado pela Diretoria de Vigilância da SUBAS e da SEDESE ao CEAS. **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Também. Quem está anotando os destaques? **PRESIDENTE:** Fala o nome. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Cláudia, Janaína. Eu acho que o destaque vai ser comum nosso. Inciso I: Base do CAD-SUAS em relação à pessoa com deficiência, por tipo e região. Inciso II. **PRESIDENTE:** Você vai destacar o artigo inteiro? Ah, então tem que ser um a um? Tem que ser os incisos. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Inciso II: Criança e adolescente, pessoas idosas em acolhimento institucional, por idade e por regionais SEDESE. Inciso III: trabalhadores lotados na SUBAS e na Secretaria Executiva do CEAS, por escolaridade e contratação; trabalhadores da rede socioassistencial pública e privada, por formação e por regionais SEDESE. Inciso IV: padronização das tabelas e mapas constantes no plano, considerando a área de abrangência das diretorias regionais da SEDESE e números de municípios a eles vinculados. Inciso V: Regionalização das informações relativas ao BPC, com relação às pessoas idosas e com deficiência. Art. 6º: regionalização das informações do acolhimento. Inciso VII: Aprimoramento da apresentação gráfica de tabelas, gráficos e figuras relativas às informações sobre controle social. Inciso VIII: revisão dos títulos das tabelas. Inciso X: metas progressivas para os anos do planejamento das ações, capacitação, apoio técnico, gestão do SUAS 2021, 6 mil; 2022, 6.600; e 2023 7.200. b) proteção social especial de média complexidade, de alta complexidade; metas do plano de regionalização distribuídas nos 4 anos. c) apoio ao controle social; aumentar a meta física e financeira dos anos de 2021 e 2023, em função da realização das conferências estaduais e inserir 10 encontros para fóruns e Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social, URCMAS. d) Aproximação SUAS, usar outros indicadores, como

índice de Gini além do IDH. **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Inciso X: Nos eixos estratégicos, a) alterar os prazos, por serem ações continuadas, 2020-2023; b) incluir percurso formativo no inciso I e alterar o prazo para 2020; **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** c) incluir os Conselheiros estaduais no eixo um; d) inserir no eixo 2 metas de criar um plano de enfrentamento à pobreza no campo e a realizar ações de apoio técnico e financeiro que visem promover a equidade e a inclusão da população rural nos serviços e benefícios socioassistenciais; deliberação de conferência; e) retirar dos eixos, exceto o eixo 1, as metas da capacitação; **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** f) inserir no objetivo estratégico 6 a Lei do SUAS Estadual, acórdão do TCU, principalmente no que se refere à composição do Conselho; **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** g) incluir a mesa de negociação do SUAS e a mesa de gestão do trabalho; h) construir fluxo e protocolos de referenciamento de definição de competências entre o SUAS e o sistema de justiça; deliberação de conferência; i) incluir 100% dos municípios mineiros com normativas atualizados com SUAS, regulado no SUAS estadual, até 2023; **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** j) no eixo 4, 1: ter 100% dos municípios desenvolvidos pelo menos uma ação intersetorial do PDF e do BPC na escola; 2: realizar encontros regionais de apoio técnico de acompanhamento familiar; **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** 3: ter 100% de monitoramento dos planos de providência e planos de apoio; **RODRIGO:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** k) no eixo 5, 1: realizar ações intersetoriais, PPCAAM, segurança pública, defesa civil, mulher, PCD criança adolescente, LGBT, negros e etc.; **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** 2: fomentar a criação de serviços regionalizados de alta complexidade; 3: inserir as metas do plano de regionalização. Parágrafo único: recomenda-se à SEDESE que busque em 2020 o aumento das metas de capacitação considerando a utilização da modalidade EAD. **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Rodrigo. Artigo 3º: inserir ação específica na proteção social especial de média complexidade para referências técnicas e CREAS regionais nas áreas atingidas por mineradoras, em especial da Vale. **PRESIDENTE:** Destaque. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Parágrafo primeiro: a ação mencionada no caput deste artigo fica condicionado a recursos específicos provenientes das multas a mineradoras, estipuladas pelo Ministério Público. Parágrafo segundo: o CEAS solicitará ao Ministério Público a destinação de percentual dessas multas mencionadas no parágrafo anterior. Artigo 4º: A SEDESE deverá, junto com o CEAS estabelecer fluxo de atualização das informações e dados contidos no PEAS. Parágrafo único: as metas do PPAG deverão ser anualmente revistas considerando o PEAS/MG. Artigo 5º: As prestações de contas de 2020 deverão considerar o PEAS em sua apresentação pela SEDESE e análise pelo CEAS/MG. Artigo 6º: O CEAS/MG e a SEDESE devem buscar articulação, fazer gestão junto a ALMG e outros órgãos para conseguir aporte de recurso para o Fundo Social de Assistência Social. Parágrafo único: buscar percentual maior do Fundo de Erradicação da Miséria para o FEAS. Artigo 7º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. **PRESIDENTE:** Vamos lá. Artigo 1º, Janaína. Ah, é a Gabi? Então tá, artigo 2º, Gabi. Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Não, assim, é só para a gente ponderar, sabe? Porque, assim, a gente sabe que são reuniões bastante cansativas, a gente está vindo de reuniões bastante cansativas nos últimos meses, que a gente tem ficado aqui até 8h da noite, são temas super complexos, o PEAS mesmo a gente fez essa mesma ação em outras reuniões. A gente vai começar aqui mais de dez destaques e, assim, de novo eu vou repetir o que a gente falou antes, tem questões aqui que, sinceramente, isso aqui é ofício, gente. Questão de formatação, assim, isso é só para a gente tomar esse cuidado, porque a gente vai iniciar de novo aqui uma série de questões para a gente pensar bem, tá? **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Isso já foi dito. Gabriele pediu destaque, questão de ordem, vamos seguir os destaques. Ah, é, coordenação da Comissão de Política, pode. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É só para a gente ponderar até, Cristiano, porque

isso foi uma coisa acordada nas comissões ontem, então nós acordamos que seria apresentado assim, na Comissão de Política junto com a Comissão de Orçamento, que viria dentro da resolução, então acho que não cabe a gente... E aí, para a gente não polemizar mesmo, vamos voltar para os destaques, entendendo que isso daqui já é fruto do trabalho dentro da comissão, das duas comissões. **PRESIDENTE:** Gabi, por favor. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Então, na verdade a gente participou da comissão também, e o que a gente entendeu era realmente isso, que o PEAS seria com indicativo de aprovação mediante as inclusões, né? Aí se isso vem, dependendo da matéria, se isso vem em resolução, se isso vem em ofício, isso eu acho que a gente não discutiu, mas, bom, eu não lembro, tá, gente? Desculpa. Eu não sei se a gente precisa nesse nível de detalhamento. Mas, assim, de toda forma, alguns pontos, a minha sugestão seria que o artigo 2º virasse um ofício, mas mesmo se não, tem alguns pontos que estão ou com algum errinho, ou com coisas que já tinham sido contempladas anteriormente. Então eu vou passando um por um. Pode ir todos os incisos? **PRESIDENTE:** Vejam bem, estão pedindo inscrição. Arlete está inscrita, Consolação está inscrita. Nós vamos nos destaques. Questão de ordem, tá? Foi encaminhado que a gente faria os destaques e nós vamos seguir os destaques. Defesas e contrários. Destaque primeiro, Gabi. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Então, eu destaquei o caput do artigo 2º, aquilo que eu tinha dito, né? Deverá ser incorporado ao PEAS, apresentado pela SEDESE ou pela Subsecretaria de Assistência Social, porque foi um trabalho conjunto mesmo, na verdade eu nem sou, represento só a Diretoria de Vigilância, represento a superintendência de vigilância e capacitação, então só redação, colocar Subsecretaria de Assistência Social. Alguém já está fazendo as alterações? **PRESIDENTE:** Oh Gabi, isso não é questão de ordem, Conselheiros. Aí eu vou chamar o regimento então. Questão de ordem são matérias que ferem o regimento. Nós estamos seguindo o regimento, tá? Me aponta onde há uma questão de ordem aqui, Consolação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Quando a fala da Conselheira é a questão de um acordo da comissão, é do regimento que a plenária, ela é soberana, inclusive, para analisar a matéria. Quantas vezes nós fazemos revisão de matéria aqui do que é acordado na plenária? Não é uma, nem duas, nem do que vem de comissão. Não, eu estou falando isso, porque falou assim: "Foi acordado", tudo bem, eu só estou lembrando aos Conselheiros que esse momento, a gente vai estar discutindo se foi entendimento de um de um jeito, do outro, do outro, vamos achar um caminho do meio de conversar e ver o que é melhor para o Conselho. **PRESIDENTE:** Não é questão de ordem, Consolação, uma vez que ninguém aqui está tirando autonomia da plenária. Nós estamos simplesmente seguindo o rito que nós pactuamos ao iniciar a comissão. Então, agora, se é uma proposta, entendimento de ontem, não é questão de ordem. Se a gente não entendeu, entendeu diferente, isso não é questão de ordem. Questão de ordem fere regimento. Não ferimos o regimento aqui em momento nenhum. Eu ousou dizer, eu gostaria de colocar depois, terminado esse ponto, em votação, que a partir de agora as reuniões de comissão comecem a ser gravadas, porque eu tenho isso muito claro porque foi uma fala minha, tá? Que as incorporações, as sugestões viessem como matéria de resolução. Então eu tenho muita lucidez ainda em minhas falas. Pena que com relação ao pleito que foi dito com relação a PPAG, eu tenho áudio da reunião para recuperar. Aí, se preciso for, nós vamos recuperar o que eu disse, em gravação. Agora, ontem não tem, infelizmente. Então eu gostaria de... **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Tem a presença de todos os Conselheiros. **PRESIDENTE:** Exatamente. Microfone, Francielly, por favor. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Mas tem, não tem gravação, mas tem a presença de todos os Conselheiros que estavam na comissão, e ficou muito claro que deveria vir no plano ou em resolução, tanto que a Consolação ainda virou e falou assim: "Eu peço que seja na parte da tarde, porque agora eu levei um susto quando fiquei sabendo que deveria vir em resolução", então a gente está entendendo que o formato a ser apresentado hoje aqui na plenária é em formato de resolução. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É em formato de resolução, mas pode não ser desta forma. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Mas vocês nem deixaram deliberar, nem se deliberou, nem se colocou em

votação, nem se discutiu os destaques. **PRESIDENTE:** Mas é o que a gente está fazendo agora, não? Depois é Arlete, Patrícia e Helder. **CONSELHEIRA JANAÍNA DO NASCIMENTO:** Eu queria só trazer um ponto também de esclarecimento, eu fui uma das Conselheiras, vou pedir só silêncio para que a gente possa estar todo mundo na mesma página. Eu sei que é um processo extenuante, estamos em processos extenuantes tanto aqui no Conselho quanto nas nossas rotinas na atividade de assistência social, então é normal que estejamos cansados, então a gente fez esse esforço extra de silenciar e aí sempre fazer exercício de escutar o outro ativamente, tá? Vou pedir gentilmente isso. E aí só retomando, como também Conselheira, vice-presidente e membro da comissão também participante ontem, eu trago o meu relato de que não foi esse o meu entendimento. O meu entendimento foi justamente esse: precisamos absorver estes pontos no Plano Estadual de Assistência Social. Isso para a gente é consensuado e pacificado. Agora, a maneira como isso seria pactuado, isso não ficou claro, não ficou claro para mim, eu trago aqui como relato, e eu acredito que isto também não ficou claro para outros Conselheiros. Então, dada essa realidade, como a gente tem como prerrogativa nesse Conselho, ter o diálogo, ter o entendimento, ter a ponderação entre a justa medida, eu queria trazer essa perspectiva, para que ficasse claro para todos que, eu, como relato, não compreendi. Isso também não ficou claro para outros Conselheiros, tá bom? **PRESIDENTE:** Nós temos Arlete, Patrícia, Helder, Marta. Você está Luanda? Não. Arlete, por favor. **CONSELHEIRA ARLETE DE ALMEIDA:** Então, eu havia entendido que a gente tinha feito uma leitura com alguns destaques e que esses destaques agora seriam discutidos, para sim ou para o não, para melhorar ou suprimir. Esse foi o meu entendimento quando começou essa discussão aqui. Logo ao término da leitura com os destaques, aí já se começou uma defesa ou não daquilo que não foi discutido, eu fiquei surpresa até, porque eu quero colocar aqui a minha, a minha dificuldade, não sei se é mesmo esse o termo, de ter o empoderamento de dizer o quê que pode e o quê que não pode em uma resolução, por isso que o Conselho é composto de várias pessoas, porque é uma ajudando a outra. Mas se na hora que começa uma discussão que vai tomar uma decisão que é o controle social, e antes de tomar decisões a gente começa defesas e não defesas, eu não estou entendendo qual é o nosso papel, e eu trago de novo a fala que teve ontem, que vai resolver ainda qual é a função. Então a gente continua nessa pauta de saber quem é quem e o papel de cada um. Agora, o que eu entendo também é que se não pode ficar aqui, a gente tem que definir aonde vai ficar. **PRESIDENTE:** Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Pelo que eu entendi ontem na reunião das comissões, a maioria dos pontos, eles tinham sim sido consensuados e pactuados, né? Então a grande questão é se esses pontos, eles vão para a resolução ou para o ofício. Eu entendo que se for para o ofício, não é garantido, né? Resolução que é uma garantia, que é uma deliberação. Então, eu proponho que, Presidente, coloque como encaminhamento primeiramente isso, se os pontos vão para deliberação, como deliberação na resolução ou como ofício, porque no meu entendimento, se for só como ofício, então a gente não tem que aprovar o PEAS, a gente tem que fazer um ofício com essas recomendações e depois que for incorporado ao PEAS, aí o próximo mandato, ou este mandato ainda na próxima reunião extraordinária, dia 20, aí analisa o PEAS e aprova com as inclusões. Mas, assim, aprovar o PEAS sem essas considerações, e as considerações indo só para ofício, eu acho que é um pouco inviável. **PRESIDENTE:** Helder. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Só a título de contribuição à fala também da Patrícia e outras falas aqui, a questão de uma resolução, gente, eu estou no Manual do Técnico Legislativo aqui do Senado, ela é uma norma jurídica, são atos administrativos, normativos, disciplina sobre uma matéria que não pode entrar em divergência em relação ao regimento interno e outras normas. E na técnica legislativa no manual, ele fala o seguinte: que as resoluções, elas podem apresentar ressalvas, elas podem apresentar outras determinações no final do próprio texto, mas ela tem esse caráter realmente que a Patrícia colocou. As recomendações, essa é uma técnica legislativa aqui, mas aí fica a critério do pleno a decisão, ela vem ao final do texto, e com as recomendações ou determinações, mas lembrando que não podem ferir as outras normas superiores. É só

para explicar essa questão de resolução, se ela pode ter esse caráter ou não.

PRESIDENTE: Bem, nós temos duas inscritas ainda, a Marta e a Sandra, e a gente fecha então na Sandra. E aí, eu acho o seguinte, Conselheiros, não dá nem para a gente colocar em votação se vai para o ofício ou resolução porque a gente nem ouviu os destaques e nem discutiu os negócios ainda. Eu estou tentando entender qual que é o problema, qual que é a questão disso, sendo que ontem nós fizemos um trabalho belíssimo de pactuação, está posto. O mais difícil a gente conseguiu, que é pactuar com vocês, com a SEDESE. Então, assim, qual é a grande questão? Não estou entendendo, juro que eu não estou entendendo. Marta. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Não, porque, assim, não é não, é calor demais, muito calor. Isso é uma pauta que eu estou trazendo para esse Conselho, então eu estou assumindo que desde manhã eu estou insistindo nisso, eu não estive ontem, respeito os pactos, respeito as relações, mas eu acho que com tantas recomendações, a gente já teve orçamento, a gente já teve algumas recomendações, mas são recomendações. Isso aqui é muito grande o que está sendo colocado. Eu acho que a Gabriele pode, inclusive, dizer para a gente assim: “Olha, gente, isso aqui nós resolvemos, eu demonstro que na página tal”, isso já está resolvido, ou se pode mandar isso por escrito, a forma não importa, mas o que eu acho é o seguinte: neste Conselho, quando as coisas não estão muito maduras, a gente recua, né? E, assim, eu não estou falando, eu sou uma suplente, eu sou uma pessoa que estou há um tempo, mas estou falando para a minha titular e os outros representantes do governo: eu também entendo o que Patrícia entendeu. Não está claro, não está maduro, a gente pode adiantar o que a Gabriele vai dizer ali do que ela, nós entendemos do que foi atendido ou não. Nós podemos responder isso por escrito, mas eu deixaria para a próxima plenária do dia 20, mesmo que a gente não chegue na conferência com isso, eu adoraria, seria uma ótima notícia, mas é melhor a gente ser ponderado do que a gente fazer uma resolução com tantas ressalvas, que a SEDESE só não deu conta de resolver porque foi feita ontem, só por causa disso, só por questão temporal. Não deu conta de incorporar no documento, tá? Então eu queria que a gente postergasse isso para a plenária extraordinária do dia 20. **PRESIDENTE:** Ok, então existe uma proposta de retirada de pauta. É isso? **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Rodrigo, Rodrigo, só uma... **PRESIDENTE:** Gabi. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Mesmo que seja retirado de pauta, mesmo que, assim, porque o que a Fran também falou aqui, e a Luanda também, os pontos destacados ontem seriam incorporados no plano ou em forma de resolução, então a gente pode tirar de encaminhamento que o que o Conselho escreveu aqui nessa resolução/ofício e isso seja incorporado ao plano para depois ele vir para deliberação, que eu acho que é o melhor encaminhamento. Mas, ainda assim, eu preciso passar os destaques para vocês entenderem do quê que eu estou falando, e, às vezes, assim, porque às vezes eu vou achar que eu incorporei e vocês vão achar que não, porque da forma que está escrito aqui, ficou dúvida entendimento, e ontem a reunião foi tão dispersa, assim, em alguns momentos, porque a gente ficou até 5h, depois de 5h, que, às vezes, eu falava, a Juanita falava: “Pessoal, está contemplado?”, “Tá”, mas aí a coisa aparece aqui de novo. Então só para a gente fechar esses pontos, para a gente realmente incorporar todos no plano, porque acho que é isso que tem que ser discutido aqui, não é a forma, não é, a gente está perdendo tempo, sendo que a gente já acordou que vai incluir. Então acho que é só rever o entendimento, porquê da forma que está escrito aqui, para a gente ficou um pouco confuso. **PRESIDENTE:** Então, eu acredito que nós não vamos decidir nada hoje. Você vai apresentar as suas argumentações para o destaque. Essas argumentações, nós vamos pegar, vamos receber o plano corrigido e vamos confrontar com as argumentações, com as questões, e aí vota no dia 20, ok? Estamos de acordo? Vai ser dia 20. Não entendi. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Ontem foi uma longa discussão porque não tinha tempo para colocar as pautas da comissão. **VOZES 00:43:15].** **PRESIDENTE:** A pergunta da Conselheira é se a reunião de 20, extraordinária, as pautas que têm, se vai ter tempo para a gente discutir, era só isso. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** É só isso. **PRESIDENTE:** A reunião extraordinária de setembro foi convocada, porque tem muito problema, muita coisa. **CONSELHEIRA**

CLÁUDIA FALABELLA: Eu posso falar? **PRESIDENTE:** Claudinha, por favor.

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: Aqui, o que eu penso, oh gente, eu entendi, tá? Que o que se quer levar para o plano, já está definido ali. Eu não entendo que quando a gente voltar com o plano do dia 20 de novo, nós vamos ter que começar uma nova discussão. O que eu entendo que a Gabriela está pedindo ali é porque tem pontos ali que o Conselho pediu que a gente incluísse no plano, mas que às vezes já está. Então é: definisse tudo que está ali é o que a gente realmente conversou ontem, definiu ontem, corrigir e levar para o plano, o plano vai voltar só para saber se o que foi pedido pelo Conselho... Porque se voltar para outra discussão, nós não vamos conseguir aprovar, né? Penso eu.

CONSELHEIRO WILSON LANA: Oh gente, desculpa, tá? Wilson, Fazenda. Eu não consigo confirmar presença no dia 20 não, tá? E nem sei se meu suplente vai poder vir. Então já estou adiantando isso, porque eu não vou poder estar aqui no dia 20, não.

PRESIDENTE: Então vamos, Gabi? Para o relato do destaque.

CONSELHEIRA JANAÍNA DO NASCIMENTO: Eu queria só trazer uma questão, que é um ponto também de histórico, de histórico esclarecimento. A gente está fazendo essa discussão do PEAS desde setembro, de maneira muito cuidadosa, colaborativa e junto com o Conselho para que a gente chegue a um plano que seja real, que seja viável. E olhando também para uma consideração, Conselheiros, que é a questão do acórdão do TCU. A gente tem até o dia 29 de outubro para ter o Plano Estadual – de novembro, obrigada – para ter o Plano Estadual de Assistência Social aprovado, sob risco, na perspectiva da União, de não ter repasse ao FEAS para o ano de 2020. Eu queria inclusive que a gente registrasse isso em ata como um ponto também de atenção para nós, tá?

PRESIDENTE: Veja bem, aí eu vou colocar uma questão rapidamente. Quem está tirando de pauta, a gestão, não é por divergência do plano. O plano, a discussão, foi feita ontem, o plano está bacana, foi construído a várias mãos, desde setembro, a gente consensou. A única divergência é essa, isso vai para a resolução, e aí eu não vejo problema inclusive de isso ir para a resolução, se for incorporado no plano amanhã, Gabi, pronto, a SEDESE manda ofício “deliberação incorporada”, pronto, acabou. Eu não estou entendendo até agora, mas vamos aos destaques, Gabi, por favor?

GABRIELE DA SILVA, SEDESE: Pode ir? Eu posso ir direto no artigo 2º? Porque são coisas pequenas, e aí eu acho que vai ser rápido. Então no artigo 2º, Consola, já está colocando ali, a questão da Subsecretaria, ok. No inciso I, CadSUAS não tem dado de pessoa com deficiência, então é CadÚnico, cadastro único. Então é só erro mesmo. No inciso II e III são contribuições novas, que não tinham aparecido ontem, mas tranquilo, isso é coisa que está incorporando no diagnóstico, diagnóstico é vivo, a gente incorpora, não tem problema nenhum. Quanto ao inciso, Rodrigo, por favor, o inciso IV, o VII e o VIII, para mim eles falam das mesmas coisas. Na verdade, foi uma contribuição minha na hora que eu estava lendo e, por exemplo, a gente olhava o mapa, lembra? O mapa por regional, aí a Juanita falou: “Eu acho melhor vocês colocarem o nome da regional, para facilitar a visualização”, então, assim, isso é uma coisa de diagramação, de padronização de tabela e gráfico, que vocês colocaram em três incisos, que eu não acho nem necessário estar aqui, mas se vocês acharem necessário estar, que seja um inciso só. Isso, inclusive, foi uma contribuição minha também durante a discussão, então eu não vejo nem sentido de estar aqui. Aí, tranquilo, revisão dos títulos das tabelas. Isso aí eu acho que é muito pequeno, não sei se vocês concordam. Esse do inciso IX, letra d, eu acho que foi uma contribuição sua, que eu entendi que era para o programa, para o Programa Aproximação SUAS, utilizar outros indicadores, e não para o PEAS, porque o PEAS não define indicador do programa, então acho que isso aqui também ou melhora a redação, porque isso é uma contribuição para o programa, e não para o PEAS, então não sei como que isso seria incluído no PEAS, não sei se é matéria de resolução. No X, letra a, eu também acho que, assim, a questão dos prazos também foi uma questão de padronização, quando a gente, às vezes, colocava 2023, o plano é 2020-2023, então também entendo que foi alterado lá na hora, eu entendo que não precisa, mas, enfim. A letra b foi uma contribuição da Juanita, são os percursos formativos. O conceito de percurso formativo da resolução CEAS número 643 de 2018 e da Política Nacional de Educação Permanente, os percursos formativo são: gestão do

SUAS (trecho incompreensível)[00:49:05], serviços, benefícios e controle social, isso está incorporado no PEAS, a não ser que ela quis dizer outra coisa com “percurso formativo”, então era uma coisa de esclarecimento também, porque, para mim, já está no plano, no percurso formativo, letra b do X. Aí tem alguns outros destaques que eu fiz, que já está incluído, por exemplo, a letra c, incluir os Conselheiros estaduais no eixo 1. Foi até na página 103, ela perguntou se nos 230 servidores que estavam lá, a gente já estava contabilizando Conselheiros, eu falei: “Vou ver com quem fez a memória de cálculo”, e está, nos 230 já estão os Conselheiros. Então também é só inserir a palavra “estadual” lá, porque os Conselheiros já estão contemplados naquele número. Tá. Incluir os Conselheiros estaduais no eixo 1. Pelo que eu me recordo, isso foi apresentado quando a gente estava discutindo a página 113 do PEAS, porque lá falava capacitação para os servidores estaduais. E aí ela falou: “E cadê os Conselheiros estaduais? Eles estão aqui?”, eu falei: “Vou verificar se eles já estão contemplados nesses 230”, e estão. Então, assim, é inserir a palavra “estadual” aqui, mas enfim, é só um esclarecimento. Lá na tabela na página 113. **PRESIDENTE:** Inserir no PEAS. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Isso. **PRESIDENTE:** É do PEAS. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Isso. Porque eu estou com ele aqui. **PRESIDENTE:** (Inaudível) [00:50:27] se pode ser retirado daqui? **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Na minha concepção, sim, porque eu ia verificar se foi incluído e, de fato, está. Tá. Estou acabando, que eu sou muito rápida. Então, foi uma sugestão também, a gente até, isso aqui foi no finalzinho, então ficou meio estranho para mim, assim, o Conselho sugerindo de retirar, na letra E, retirar dos eixos, exceto o eixo 1, a meta de capacitação. Então, assim, eu acho que ou a gente melhora a redação, ou a gente explica, porque o que foi discutido é que a gente separasse o que a Educação Permanente faz, o que a Básica faz, o que a Proteção Especial faz, então não é retirar as metas de capacitação, então acho que essa redação aí, da gente melhorar ou também retirar. A questão da composição do Conselho, ok. A letra H, construir fluxos e protocolos de referenciamento e definição de competência entre o SUAS e o Sistema de Justiça. Já está contido, eu tenho a página aqui, é o 17.2 da página 121, é exatamente essa ação que já estava lá. Então na hora que foi sugerido, a gente falou: “já está contemplado”, e aí eu entendi que já tinha sido contemplado. Aí vocês estão com o documento aí, se quiserem olhar, eu estou com ele aqui. Incluir 100% - letra i – incluir 100% dos municípios mineiros com as normativas desatualizadas, com (trecho incompreensível) [00:51:55] até 2023, também já tem esse texto na página 116. Aí eu não sei se é para mudar o texto, porque já estava contemplado inclusive ontem. Número 2 da letra J, realizar encontros regionais de apoio técnico para acompanhamento familiar. É a ação 13.3 da página 119, só que ao invés de “acompanhamento familiar” está escrito “trabalho social com famílias”, então também já está contemplado. A questão do número 3, os planos de providência, que a gestão, desde a gestão anterior já não usa mais esse instrumento do plano de providência, então também não sei se teria que estar aqui. E só. Na verdade, as minhas contribuições são mais com relação ao artigo 2º, que algumas coisas eu achei que a gente já tinha vencido, e voltaram aqui. Não sei se por quê na hora do relato, entendeu? E o que foi novo, que eu não anotei ontem, por exemplo, inciso II, inciso III, que foi contribuição de hoje, aí eu já estou levando para contemplar também. **PRESIDENTE:** Veja bem, Gabi, todas essas propostas, igual você falou, já tinham vencido, venceu na discussão. E aí, como nós acordamos, ia materializar na resolução. Já estavam, né? Tá. Eu vou te pedir então, por gentileza, e aí eu peço à Secretaria Executiva que marque de cor diferente o que já está incorporado e coloque a página, falando as páginas, vai falando o artigo, inciso, pode, pode ser... Eu já corrigi. É só questão de nome Então marca de cor diferente, por favor, que aí a gente acompanha. **[00:53:31]: (Áudio não identificado – fora do microfone).** Tá. **[00:53:38]: (Áudio não identificado – fora do microfone).** Ainda nós temos então um destaque do Conselheiro Wilson. Tá. No inciso X, o artigo 2º, inciso X, alínea f, ah, tá. Um “r”. Deixa só a Consolidação concluir com a Gabi ali. Vai. Cristiano. Então eu vou falar do meu, tá, Cristiano? Pode? O meu é rápido também. No parágrafo único está: “Recomenda-se à SEDESE que busque em 2020 o aumento de metas de capacitação considerando a utilização modalidade EAD”. Nós ontem pactuamos, a bem

da verdade, não é uma recomendação não, é que aumente a capacitação na modalidade EAD, e aí, inclusive, a gente associou isso, a discussão perpassou pelo Núcleo de Educação Permanente para 2020 criar os arcos, os módulos aproveitando a tecnologia, e aí em 2021 sim aumentar a capacitação. Então não é uma recomendação, para a gente conseguir, inclusive, garantir aquelas metas que a gente tinha pactuado anteriormente, e aumentado aí, é lógico, a gente fez a discussão do PPAG, por isso que a gente colocou a questão do PPAG ser revisado, né? Foi exatamente nesse momento que a gente falou da revisão do PPAG para o aumento da meta, e isso foi consensado ontem. Então não é uma recomendação. A questão do Índice de Gini, aí eu já vou falar, vou concordar com a Gabi porque, de fato, gente, não é uma recomendação do plano, porque como foi bem explicado ontem pela Secretária, o Aproximação é uma ação de governo e a Aproximação tem uma perna, um braço na Assistência, uma função que é da Assistência. Então, o indicador está definido por uma instância maior da SEDESE, e aí sim é uma recomendação, né? Então eu peço que tire essa questão do Índice de Gini, peço, inclusive, desculpa porque eu deveria ter observado isso hoje pela manhã, já feito essa discussão, mas não é de tudo perdido, não vejo maior problema sobre isso. Eu peço que tire essa recomendação e que sim a gente faça um ofício específico, nem é no corpo das outras questões que a gente porventura for, é um ofício específico para o Gabinete da Secretária, da Subsecretária, que indique adoções de novos índices, sugerindo inclusive Índice de Gini comparando com o IDH, e outros índices para que torne mais eficiente, ontem inclusive eu citei o exemplo da cidade a qual eu sou concursado, que é Nova Lima, que tem o maior IDH do país, né? É o primeiro do país, mas que quando você vai para detrás dos muros dos condomínios, você vê a pobreza instalada lá, né? A fome estrutural que estamos vivendo, as áreas de recuperação irregular, e todas as outras mazelas possíveis. Então, não é verdade o IDH de Nova Lima. O IDH não é um bom indicador, não é? Então é sim um ofício específico, tá? Cristiano, você fez no, vamos lá, no artigo 2º, inciso X, no item, na letra k, alínea k, item 1. Pelo menos que eu anotei, viu, Cristiano?

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Sim, e eu fiz um outro, acho que no artigo 3º também, posso emendar?

PRESIDENTE: Pode, por favor.

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Nessa letra k, que está assim: “Realizar ações intersetoriais PPCAAM, Segurança Pública, Defesa Civil, Mulher, PCD, Criança e Adolescente, LGBT, Negros, etc.”, ficou bastante amplo. No plano tem diversas ações, na hora que entra na parte das metas e das ações, que é a partir da página cento e... A parte da especial está a partir da página 121, e aí tem muitas ações. A proteção especial, na verdade, é uma das que tem mais ações. E aí, a opção que a gente teve é trabalhar com ações específicas voltadas para públicos prioritários, então você vai ver lá ações voltadas para Criança e Adolescente, pessoa em situação de rua, pessoa com deficiência, tem ações específicas do PPCAAM, porque a gente tem uma parceria muito estreita com a Subsecretaria de Direitos Humanos, inclusive, uma das ações que estão no plano, a gente já vai conseguir bater ela agora nesse ano de 2019 ainda, tem ações voltadas para adolescente (trecho incompreensível) [00:58:48], tem ações para trabalho infantil, e as outras ações dos públicos que estão de acordo com os serviços tipificados. É só, assim, porque se a gente for detalhar as ações específicas para cada um dos públicos, e aqui não tem muito um padrão, tem tanto criança e adolescente, negros, LGBT, então, assim, são públicos da proteção especial desde que haja uma violação de direitos, e desde que esse público já venha sendo acompanhado pela Proteção Especial. É só porque senão, assim, pegando primeiro, só para dar um exemplo, a gente tem na proteção especial lá no plano, a gente tem três objetivos estratégicos, tem o objetivo estratégico, é o número 17, que tem 12 ações, tem o objetivo estratégico que é o número 18, que tem 25 ações, e tem ainda um objetivo estratégico, que é o 19, que tem 7 ações. Então, é tudo da Especial, são todos da Especial, porque se a gente for discriminar na Proteção Especial todos os públicos e todos fenômenos de violação de direitos, não tem como. Então, assim, o público atendido pelo PAEF e o público vítima de violação de direitos conforme o perfil identificado pelas equipes, essa ação já está contemplada no plano, que é tanto de apoio técnico para proteção especial de média complexidade, para alta complexidade, e

também aquilo que já foi também solicitado de incorporações de expansão da Proteção Especial. Outro ponto, que é o artigo 3º, que até foi uma contribuição do Rodrigo, aí eu queria só pensar aqui em relação à redação, porque, assim, o artigo 3º está assim: “Inserir ação específica da proteção de média complexidade para referências técnicas e CREAS regionais, nas áreas atingidas por mineradoras, em especial da VALE”. É só lembrando que, assim, Minas Gerais possui mais de 400 barragens, a maior parte delas são barragens de mineração, mas não só, as barragens de mineração estão em alta agora por causa de todo processo que a gente viveu em Mariana e Brumadinho, principalmente, tudo que veio depois de Brumadinho, mas é só lembrar que não é só mineração e não é só VALE, porque, por exemplo, Itatiaiuçu, que era um dos municípios que entrou em nível de segurança de barragem lá, a barragem lá era da Arcelor. Então, assim, não é só mineração e não é só a Vale, e eu acho complicado nomear um empreendedor em uma resolução, porque aí é bastante complicado, né? Então, assim, em relação à questão do atendimento aos municípios em situação de emergência devido a situações de emergência por barragens ou outras situações, porque tem isso também, tem que lembrar que as situações de emergência não é só barragem, a gente tem situações que a gente está vivendo agora por causa da chuva, granizo, seca, estiagem, então no... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** [...] estratégico só para tratar de barragem, o objetivo 19 é: “Promover ações e articular ações intersetoriais e interinstitucionais, coordenadas de atuação socioassistencial, em situações de emergência e calamidade pública.”, e aí tem várias ações lá, inclusive, de fortalecimento voltados para, tem uma ação que é a 19.4: “Promover ações de fortalecimento da rede socioassistencial junto aos municípios da Calha do Rio Doce, atingidos pelo rompimento da barragem da Mina do Fundão, em Mariana.” Em relação aos CREAS regionais, é aquela notícia que eu dei ontem, está em negociação, mas a gente preferiu, para não, que como é uma coisa que não está na nossa governabilidade, a possível expansão de CREAS regionais para atendimento desses municípios da Calha. **PRESIDENTE:** Oh, Cristiano, eu concordo com você, inclusive eu tinha até, Consolação e eu já tínhamos conversado, a gente, eu até achei que tinha sido suprimido. De fato, não acho legal nomear um empreendedor, porque são vários, e também eu acho que dá uma visibilidade ruim, eu acho que é desnecessário né? Via de regra. Se não me engano, essa questão foi da busca de recursos, da responsabilização da questão dos mineradores, foi aquela hora que eu falei da busca de recursos das multas de mineração, né? Não é isso, Consolação? Então, talvez, não está claro aí, talvez colocar que essa estratégica... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Mas você não acha que seria, por exemplo, isso seria uma recomendação? Só para isso, entendeu? Que aí... **PRESIDENTE:** Não, a gente pode fazer outros instrumentos também que mencionem. Igual, eu fiz o relato hoje de manhã, que vocês não estavam, e eu não relatei mês passado por causa da questão da cirurgia, mas eu tive uma reunião com o presidente da Assembleia e a Comissão de Previdência Assistência e – esqueci o nome da outra coisa – Trabalho, trabalho. Trabalho, Previdência e Assistência, que é presidida pelo Celinho da SINTTROCEL, e pelo André Quintão. Aí não sei se é primeiro secretário, não sei a organização, mas estavam esses três Deputados, o Presidente e esses dois Deputados, e aí na ocasião eu pude falar dessa questão dessa multa, da importância de atentar a isso em função dos rebatimentos, sobretudo que a Proteção Especial está sofrendo, e aí é óbvio da sensibilidade dos Deputados, foi bem acolhida a demanda, e até aí a questão do próprio Deputado André, por causa de ser assistente social, então ele entende bem e a coisa deu um direcionamento bem interessante. Então eu já falei isso lá, então, o Conselho tem que fazer outras ações também, né? Mas é preciso materializar no PEAS ações e... estratégicos só para isso? Não, poderia ser objetivo estratégico, poderia, não tem problema. Não vejo nenhum problema com relação a isso não. E aí talvez, eu não sei se ficou claro, inserir ações específicas de proteção especial, eu não sei se ficou claro. Ah, tá, é porque aqui em baixo no parágrafo 1º vem explicando o quê que se trata as ações, que aí é o que eu falei. Então, está claro, aí eu acho que é só suprimir a questão da empresa mesmo, mineradoras, deixar “mineradoras” e outras, mas tirando a empresa

Vale. Obrigado, Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** (Inaudível) [00:03:29] os artigos...**PRESIDENTE:** Eu teria que reavaliar. É porque essa discussão a gente fez ontem. Então, como acordado, ela veio para a resolução na discussão de ontem. Então, talvez, aí é que está a grande questão, Conselheiros, que eu acho que eu não vejo problema nenhum ficar aqui e na versão que chegar ler e tirar, é só, ok? Tarefa dada, tarefa cumprida, entendeu? O mais difícil a gente fez ontem, que foi a pactuação. Concluiu Gabi? Aí, vejam bem, eu pedi para destacar... Pode Marta. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Eu estava aqui pensando se a gente pode encaminhar nesse sentido porque a gente precisa de que a legislação tenha uma previsão de que as multas aplicadas sejam direcionadas para a Assistência Social, o que hoje não é. Então, eu estou me sentindo assim, fiquei me perguntando se a gente pode assegurar isso no PEAS, ou se a gente encaminha ações junto à Assembleia Legislativa, entendeu? Eu queria depois que vocês pensassem um pouquinho nisso, porque não é. Quem aplica multa ou é o poder judiciário, ou então é o sistema de SISEMA, que é do meio ambiente. Eu estou até lá em uma comissão que é recursal, sobre multas, não sei mais o quê. O negócio não é simples, entendeu? Mas eu queria só ponderar se a gente entra com a questão de multas ou se a gente assegura igual o Cristiano falou as ações pertinentes à Assistência Social de forma muito clara no PEAS, tá? O financiamento acha que... Tá? **PRESIDENTE:** Veja bem, veja bem, Marta, é porque ontem você não acompanhou a discussão e aí a ação estratégica que se refere a essa ampliação, foi dito por mim para que coloque uma ressalva, que depende do recurso, do aporte do recurso, mas que tem previsão que só vai ser implantada mediante essa conquista, que coloque isso como ressalva no PEAS, entendeu? Mas eu acho bom que isso tenciona isso é um documento, isso dá visibilidade. Então é esse o esclarecimento, eu entendi sua preocupação, inclusive, o seu zelo com o trato disso, eu entendi perfeitamente, mas eu tomei esse cuidado, tá? De deixar claro, para não colocar a gestão em confronto com uma coisa que não está na governabilidade dela. Eu tomei esse cuidado ontem na discussão, tá? Wilson. **CONSELHEIRO WILSON LANA:** É porque, gente, o direito tributário, ele é bem, ele é bem claro no sentido de falar que multa não é um recurso vinculado, tá? Então, assim, multa, ela não é um recurso vinculado, tá certo? Então, assim, o direito tributário, ele traz isso de uma forma bem explícita. Se vocês quiserem que eu leia aqui para vocês a legislação para mostrar para vocês. Eu não sei, teria que mudar a Constituição para poder fazer isso que vocês estão querendo, fazer com que uma multa seja um recurso vinculado, tá? Dentro do direito isso passa por uma questão que não está dentro do... Nem o governador pode fazer isso se ele quiser, entendeu? **PRESIDENTE:** Não disse vinculação não, Wilson. Eu disse "destinação", tá? **CONSELHEIRO WILSON LANA:** Destinação é vinculação. É você falar que aquela multa vai ser utilizada para essa finalidade, isso é uma vinculação. **PRESIDENTE:** Vejam bem, eu não sei, e aí eu queria então que você me esclarecesse como é que ficam as multas que a FEAM aplica, que o IBAMA, IGAM, que são órgãos que eu tenho tratativas com eles. **CONSELHEIRO WILSON LANA:** Eles caem em caixa único, cai no caixa único, é recurso não vinculado. **PRESIDENTE:** Vincula. IEF. Inclusive tem multas que vão específicos para compra de material do Corpo de Bombeiros. Exatamente, são condicionantes... Condicionantes ambientais. Está lá, eu estou acostumado com isso. Marta. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** No caso mais recente, por exemplo, então vou citar aqui Brumadinho. Teve, o estado entrou com uma ação, o Juiz concordou do bloqueio dos recursos, e cada pedacinho do recurso é submetido ao Juiz com a preposição de como é que vai ser gasto. Então, é nesse sentido, não é uma multa, entendeu? Só para esclarecer, porque às vezes a gente sabe dessa notícia. É. Mas, assim, foi um bloqueio de recursos, não foi multa, é outra coisa, tá? Só para a gente não confundir também. **PRESIDENTE:** Aí é outra seara. Bloqueio de recurso, multa, nós temos chamamento público do próprio judiciário que não pode mais destinar. Tem uma série de coisas. Nós temos marco regulatório, nós temos outras coisas. Cada coisa é uma coisa. Vamos lá. Conselheiros, então, eu pedi para que a Gabi destacasse o que ela colocou como já incorporado no plano e que poderia ser suprimido, né? Não foi isso, Gabi? Item verde. Então, vamos avaliar os verdes, podemos? Aí eu,

antes disso, eu gostaria de uma outra questão, diante do que foi apresentado nas discussões que nós estamos pondo aqui, mantém-se a retirada do PEAS, o pedido de retirada? Porque eu tenho que colocar em votação. É possível então manter a pauta? Ok. Artigo 2º então, eu vou pedir que alguém me ajude, que eu não enxergo direito. Apresenta Gabi, então? Por favor. De novo. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Posso ler? **PRESIDENTE:** Pode, por favor. **CONSELHEIRO HELDER SILVA:** Artigo 2º: deverá ser incorporado no PEAS/MG, apresentado pela SUBAS da SEDESE ao CEAS: Inciso I – dados do CADÚNICO em relação à pessoa com deficiência, por tipo e região. Leva o microfone para a Gabi. Deixa-a lendo, ela mesma lê. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** O caput do artigo, ele tinha: apresentado pela diretoria de vigilância. Não é isso, não é esse nome mais, mas foi apresentado pela Subsecretaria, então pediu-se para retirar a diretoria, então foi só retirar a diretoria, então está pela SUBAS. Inciso I estava “CADSUAS”, é “CADÚNICO”, entendeu? É só isso nesses dois, ok? Tá. Seguindo, no e-mail que a Gabriele mandou para todo mundo com o plano, estava contido que, ela já mencionava a realização da correção, padronização, visualização, a diagramação, seria a revisão do texto, né? Isso tudo faz parte da revisão do texto. Então ela pede a supressão desses itens, porque, inclusive, dá uma impressão, né, gente? Nós, profissionais da área, se você falar que a gente não sabe fazer uma correção, isso até depõe em uma resolução você falar que você tem que fazer uma revisão de padronização, essas coisas. Então, assim, a sugestão de supressão. **VOZES [00:11:29]: CONSOLAÇÃO:** Isso. **[00:11:31]: VOZES GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** É porque isso não é, eu entendo que isso não foi contribuição. Inclusive, assim, foi dito ontem inclusive por mim, e no texto eu já tinha esclarecido que a diagramação, formatação, título, se eu inserir uma tabela dessas aqui que foram solicitadas, muda a numeração toda de novo. Então isso não é matéria, isso não é nem recomendação, isso é obrigatório depois na hora de formatar o documento final. Então eu acho que isso é supressão mesmo. É dos 4, do 7 e do 8. Pode encaminhar assim? Como é que a gente faz? O 4, o 7 e o 8, supressão. **PRESIDENTE:** Vejam bem, Conselheiros, eu pedi Gabriele para marcar aqui, ela foi sinalizando uma série de questões que já, ou não é matéria, porque é obrigação, igual ela está falando, de formatação, que pode virar um ofício, ou que já estava no plano, inclusive, ontem na discussão, que foi às vezes alguns equívocos, igual, por exemplo, a questão do índice que eu pedi para suprimir. Eu penso o seguinte, ela está colocando a questão, se toda questão a gente ter que ficar votando um por um, a gente não vai sair daqui hoje não. Vamos, à medida que ela for colocando, se a gente não concordar com a supressão, dê o grito, por favor. Levanta a mão: “não concordo” e por que não concorda. Está esclarecido, Cristiano? **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Por enquanto é o quatro. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** 4, 7 e 8, que versam sobre a mesma coisa, que é a padronização e diagramação final. Então, pronto. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** 1 3 e 3 mantém? **PRESIDENTE:** Mantém. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** 1, 2 e o 3 foram novos, não foram abordados ontem, a gente está contemplando agora. Pode passar? Alguém quer... **PRESIDENTE:** Então sairia 4, 7 e 8, é isso Gabi? **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiros? Já vai riscando então, Consolação, colocando aquela marquinha de riscado lá, oh. Que aí é para suprimir. Fazendo favor. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Aqui. Eu acho que o texto, ele pode falar da padronização, mas o que a gente discutiu lá é que tivesse a padronização da regional SEDESE e com o número de municípios, e tal e tal, e elas vinculadas, que o plano viesse nesse nível, não é... **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Já tem né? **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** É nesse sentido, quer dizer... **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Mas isso já foi contemplado no plano. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Foi contemplado ontem, então tinha que apresentar o plano ontem e hoje, se está contemplado, não precisa entrar na resolução. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Não, gente. Eu acho que ontem, quando a gente foi passando tabela por tabela regionalizada, ela foi falando que estava contemplado, todo mundo foi vendo que tinha dado regionalizado por regional SEDESE por município. **PRESIDENTE:** Eu vou recordar, inclusive, a discussão, Gabi, porque ela ainda pegou

minha cópia e aí ela viu que a versão que ela tinha era anterior, e aí essa versão foi enviada no domingo à noite, domingo, não sei, à noite, eu que estou falando à noite, mas domingo. Então ela foi falando e anotando. Eu penso o seguinte, as supressões que a gente está fazendo, eu posso em algum momento avaliar e enviar em um ofício caso a gente, haja necessidade. A gente manda via ofício, caso não comprometa a questão, entendeu? Podemos encaminhar assim? Ok. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** O D você mesmo suprimiu né, Rodrigo? **PRESIDENTE:** Sim, isso. Aí eu estou pedindo para suprimir o D, que, de fato, não faz sentido estar no PEAS. Isso é um ofício específico. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Tá. A letra d do X foi aquela questão, pelo conceito de percurso formativo, ele já está contemplado também, então, para mim é supressão ou explicar o que se quer dizer com percurso formativo aqui, que pode ser outro entendimento. O que está na PNEP já está... **PRESIDENTE:** Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu acho que ontem, durante a discussão que a gente avaliou, é porque o prazo lá não começa em 2020. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Eu estou falando da letra b, a letra é vamos manter. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Não, então, a letra b mesmo, “incluir percursos formativos no eixo 1 e alterar o prazo para 2020”, aí só, porque eu estou com a versão só aqui no celular, sem ela impressa, e fica difícil localizar rápido. Mas aí, Gabi, se você puder falar para a gente se lá no eixo 1 esse prazo começa, desse percurso começa em 2020 ou se ele é após isso. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Eu entendi que todos os objetivos estratégicos era para alterar o prazo, é a letra A, era para alterar o prazo de 2020/2023. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Isso. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Então essa alteração a gente está fazendo em todos os objetivos estratégicos. Então eu acho que se for o prazo... **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Ah, tá. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Essa letra c, se for a questão do eixo 1 na página 113, os Conselheiros estaduais já estavam incluídos naquele número lá de capacitação para servidor estadual. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Oh Gabi, aí nesse ponto eu gostaria que você me ajudasse a localizar a página, só para eu ver. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** 113, aí é o objetivo estratégico número 2, foi questionado se nesses 230 servidores, se estavam contemplando os Conselheiros estaduais. Eu verifiquei a memória de cálculo, está contemplando. **PRESIDENTE:** Oh Conselheira, só para reforçar... **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Então eu gostaria de sugerir que nesse pedaço explicitasse que dentre esses 230 estão contemplados os x números de Conselheiros estaduais, para a gente ter isso mais explícito aqui no quadro. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Separar o tipo. **PRESIDENTE:** Então se não está no plano ainda, tem que ficar mantido na resolução, né? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Espera aí, mas é uma coisa diferente do que ela está falando. Fala de novo, Luanda, por favor, porque aí eu posso até mudar a redação para contemplar isso. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É, por que da discussão de ontem a gente perguntou se nessa parte da capacitação dos servidores estaduais, a gente poderia incluir os Conselheiros. Aí a Gabi já pesquisou e viu que esse número, ele já inclui os Conselheiros estaduais, só que ele não está colocado aqui no plano de forma explícita, então explicitar que desses 230, X são Conselheiros estaduais, X são os outros servidores do estado. Deixar isso explícito. Então, a gente altera a redação aí da alínea c colocando a especificação. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É isso, então? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É isso. **VOZES [00:18:50]** **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** O nome do eixo é “Educação permanente”. O E é uma questão assim, retirar dos eixos, exceto eixo 1, as metas de capacitação. Eu quero entender se é isso mesmo. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Aí eu acho que foi um problema de redação também, que aí eu me recordo ontem na comissão que a gente conversou sobre o papel do estado em relação às ações de aprimoramento, de apoio técnico nos outros eixos, que o eixo 1 é o eixo de capacitação, e que os outros eixos, como tem as ações específicas deles, a Juanita propôs – isso eu estou dizendo do que foi discutido – não precisava que se ficasse repetindo, que a ação era de capacitação porque a capacitação já está colocada lá no eixo 1 e as ações dos outros eixos têm as coisas específicas, então essa foi sugestão

dela, talvez ficou muito genérico aqui o texto, por isso incompreensível. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Mas, assim, foi uma sugestão, mas isso não compromete o texto, não é de inclusão nem nada, então não precisa estar na resolução. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Na verdade... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Compromete? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu entendo que compromete porque é de exclusão de alguns itens nos demais eixos. Então eu entendo que sim, pela discussão de ontem. Eu estou só lembrando aqui o que a gente discutiu ontem. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** É, e aí, queria só fazer uma ponderação, que é isso: pegar lá as metas, aí eu não sei se dá tempo de fazer isso, mas na hora que a gente pega todos os eixos lá, a gente vai ver tanto no eixo de educação permanente diversas ações de apoio técnico e capacitação, quanto em cada um dos eixos as proteções também têm várias ações de apoio técnico das proteções. Assim, é só porque senão corre o risco de a gente alterar bastante uma estrutura que está contemplada no plano, assim. Tem metas de capacitação já no plano, que aí era tirar de todos os eixos e colocar tudo em um eixo só, aí eu acho que... **PRESIDENTE:** Não era isso não, não é isso não, é porque tem questões que eu acho que em cada eixo... Repete Luanda, por favor. Não é isso não, Cristiano. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É. É por que o que a Juanita colocou ontem na discussão e que a gente percebeu é que o eixo 1, ele está lá voltado para a capacitação e já tem todas as ações de capacitação lá no eixo 1. Os outros eixos, como são esses de apoio técnico, são eixos que vão dizer lá de outras ações, não necessita ficar falando de capacitação neles, e sim de explicitar quais são as outras ações que serão feitas nos outros eixos, porque tem ações específicas dos outros eixos. E aí senão fica colocando que serão feitas capacitações em todos os outros eixos, sendo que a gente já tem o eixo da capacitação, o eixo um. Então foi essa a discussão, a problematização, e eu entendi que ela era importante para a gente poder deixar explícito o quê que é, o que ficou ali como meta em eixo por eixo. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Não seria então explicitar a cada eixo? É isso que você está falando, no final das contas? O quê que seria? Não seria retirar, porque isso pode constar, eu estou entendendo que ele ficar não é o problema, o problema é ter explicitado isso que você falou que está faltando. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** É porque capacitação aparece lá em todas as metas, em todas. Só que a gente discutiu em todas as metas de todos os eixos, e a gente discutiu que já tem um eixo que fala especificamente de capacitação. E aí já tem as metas de capacitação. Os outros eixos, eles vão dizer de metas que têm a ver com aprimoramento técnico, mas a gente não tem que ficar colocando que vai ter capacitações nos outros eixos, porque os outros eixos da capacitação, ele contempla ações de capacitação, então os outros eixos, eles têm que vir com as metas que são relativas ao assunto dos outros eixos. É isso. **PRESIDENTE:** Ana, por favor. **ANA CLÁUDIA BOTELHO:** Boa tarde. Eu entendo da competência de organizar os processos de capacitação, de revisar, organizar os conteúdos, elaborar esse material, ter um setor específico para isso e, diante desse entendimento, a gente tem construído muito de forma integrada, mas quando a gente coloca, por exemplo, quando a gente na básica coloca lá, prevê ação de capacitação, é porque a gente está executando a ação, a gente, existe um setor que junto com a gente avalia as metodologias, avalia os conteúdos, mas a gente está executando a ação, a gente não está contratando profissionais externos, são os nossos próprios profissionais da assistência que estão elaborando os textos; recentemente a gente teve um curso à distância sobre o acesso SUAS, nossa própria equipe elaborou o texto, nossa própria equipe elaborou os exercícios, foram nossos profissionais que tiveram fazendo a videoconferência junto com as regionais, com as UAITECs, então, assim, é nessa perspectiva, entendeu? Existe um setor que eu acho que ele tem a competência de sistematizar, formular, apoiar tecnicamente a gente no processo, mas a gente acaba que a gente está executando diretamente. É muito nessa perspectiva que ficou. Mas, se entender que tira, tudo bem. Mas só esclarecendo. **PRESIDENTE:** Cristiano. E depois Wilson. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** É só para ver se a gente está entendendo, que eu talvez não

tenha entendido direito. É só para dar um exemplo, por exemplo, no eixo lá da Proteção Especial do plano tem uma ação que é assim, oh: “realizar capacitação e apoio técnico sobre a oferta da proteção social especial de média complexidade, aos municípios com menos de 50 mil habitantes que não possuem oferta de serviço de média complexidade, nem são abrangidos por CREAS regionais.” Então é uma ação muito específica de capacitação que é voltada para um grupo muito específico de municípios e com uma temática muito específica, que é a proteção especial de média complexidade. Então ao longo dos eixos a gente vai ver algumas capacitações que não são, além de serem, de ter a ver com educação permanente, qualificação profissional dos técnicos e tal, tem a ver com assuntos que são muito específicos, tanto da proteção básica quanto da proteção especial. Então é por isso que eu estou entendendo da dificuldade de repente de, não sei se é isso também. **PRESIDENTE:** Wilson. **CONSELHEIRO WILSON LANA:** Só para registrar em ata aí, gente, eu queria pedir desculpa a todos, porquê, o que acontece? Existem tributos vinculados e tributos não vinculados. Os únicos tributos que podem ser vinculados são as taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios. Então, assim, no primeiro momento acho que por causa do calor, eu falei assim: “a multa não pode ser vinculada”, mas o que acontece é o seguinte, gente, multa não é tributo, tá? Então, assim, eu me confundi aqui, eu peço desculpas a vocês por isso. **PRESIDENTE:** Luanda, a Marta está me esclarecendo aqui que a educação permanente são aqueles cursos de 40 horas com certificação e tal. Essas capacitações são ações menores, de orientações, questão menor entendeu? Qual que é a sugestão, Conselheira, então? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** A sugestão da Gabi é excluir, a gente vai votar o eixo. Acho que é isso. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Oh Ana, vê se esse texto que a Consola colocou atende? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** lembrar as metas capacitação e apoio técnico. Porque, em verdade, gente, nesse quesito eu acho que a Juanita tinha falado ontem, e salvo engano foi nisso, que tem determinadas questões que são opções também do elaborador, do técnico, de colocar ou de demonstrar aquilo dentro de uma ação. Isso não fere a execução da ação, é isso que eu estou entendendo. Não fere. Agora, tem que deixar explicitado o que não ficou claro, é isso que eu estou entendendo, Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu acho que se a gente desmembrar o que é apoio técnico, o quê que é capacitação, talvez atenda, mas aí eu também estou falando pela Juanita, não posso dizer. **MARTHA:** Deixa eu só esclarecer? Assim, acho que a opção de quem elaborou... **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu só queria que a gente não rendesse muito nesse ponto, gente, porque nós estamos com prazo e eu só coloquei o que foi discutido ontem na comissão, e se não ficou clara a discussão na comissão, a gente deveria ter discutido mais em comissão. **PRESIDENTE:** Eu tenho uma proposta, Conselheira. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Então, eu só fiz a ponderação aqui porque isso foi discutido exaustivamente na comissão, e aí foi levantado aqui de novo, claro, para a gente poder conversar, mas quem estava na comissão ontem discutiu isso. **PRESIDENTE:** Vamos fazer o seguinte, eu tenho uma proposta e aí, se for o caso, a gente coloca em votação. Minha proposta é: nós suprimimos esse item da resolução, tá? Vamos entender isso melhor, vamos conversar tentar resgatar na memória, e até mesmo com os demais Conselheiros, entendendo que é uma ação que deveria ficar assim, que é desse jeito, melhorando a redação, eu faço um ofício endossando a resolução, mencionando a resolução: “Acrescente-se à resolução, o entendimento da resolução, essa questão”. Pode ser? É lógico que, um ofício da presidência também após deliberado em plenária, ele também tem peso, né? Não é a mesma coisa de estar na resolução, eu entendo, mas porque senão nós não vamos conseguir vencer. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Desmembrar as metas. Capacitação e apoio técnico. Isso já vai dar visibilidade. Se você retira, você fica... **PRESIDENTE:** Ótimo, então deixa, e aí a gente melhora isso talvez em ofício, o entendimento em ofício. A gente garante o eixo e melhora o entendimento em ofício. Conselheira Luanda pode ser? A gente coloca a proposta que a Consolação está fazendo para garantir o eixo, e aí melhora o entendimento em um ofício, pode ser? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Pode

ser. **PRESIDENTE:** Ivone. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Eu não sei, mas eu acho que o entendimento nosso tem que ver se não vai alterar nesse sentido da capacitação, ele já é, já está em algum eixo. Está em todos? Para mim, assim, o que nós temos que preocupar na resolução aquilo que não é assegurado no PEAS. Então, aquilo que não está assegurado no PEAS, aí sim merece matéria de resolução. É isso que eu estou querendo avançar, para não ficar muito gastando tempo, uma vez que ele está lá. Se ele está em um eixo, se ele está em outro eixo, mas está garantido. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Podemos continuar? Podemos? **PRESIDENTE:** Pode. Ser assim? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aí manteve essa redação, desmembrar as metas de capacitação por apoio técnico. Aí, o f, você falou que estava, você não achou. O f está, permanece, viu, gente? Porque a gente, estava só para o município, não estava para o estado, e aqui está estadual, ok? Esse permanece. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Então vou até tirar aqui. Agora aqui, “construir fluxos, protocolos, referenciamento, definição de competência entre o SUAS e sistema de justiça” já está contemplado na página 121, item 17.1. Olha aí, Luanda, por favor. 17.2. **PRESIDENTE:** Já estava. Então está aí, Luanda, com você. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Não, gente, mas a discussão que a gente fez ontem na comissão, eu estou sendo chata, mas é porque ontem eu presidi a comissão, né? **PRESIDENTE:** Não é chata, você está sendo Conselheira. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Isso. A discussão que a gente fez é que do jeito que está aqui, a gente não conseguiu deixar. Não deixou, não ficou claro esse objetivo, essa meta de conferência. Então, talvez a gente, porque aqui está falando: “envolvendo a relação entre o SUAS, sistema de justiça”, então a gente, a gente, ali está falando para a gente construir fluxo e protocolos, aqui está falando “elaborar material técnico”, é diferente, então é para a gente elabora fluxo? Protocolo? Estabelecer relações formais? Isso seguindo a deliberação da conferência. Aqui está falando só do material técnico, que é diferente, né? Oi? Isso, e aí... Ah. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Vai completar, Luanda? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Na verdade, porque quando a gente fala de fluxo e protocolo, essa é a discussão que a gente fez ontem, a gente previu uma ação de continuidade dessa política de diálogo com esses sistemas de garantias de direito, que é o que está na deliberação, né? Então, é só para manter, talvez a gente mantenha esse texto. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** É só para tentar contribuir, vocês todos aqui devem estar acompanhando, a gente vem participando de várias discussões, em várias instâncias, sobre essa relação do SUAS com o sistema de justiça. E aí eu queria colocar dois pontos, primeiro ponto é que é o seguinte: a SEDESE assinou um Termo de Cooperação interinstitucional com o Ministério Público, na verdade com o CAODCA, que é o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2017. Tem uma questão, Luanda, que é o seguinte: que é uma das discussões que a gente fez inclusive na última reunião, no encontro do COGEMAS. Não existe em âmbito estadual um Conselho do Ministério Público, não tem. Tem em âmbito nacional, Conselho Nacional do Ministério Público. E em relação ao poder judiciário, também é a mesma coisa, só existe em âmbito nacional, Conselho Nacional da Magistratura. Em âmbito estadual, não tem. O que a gente tem em âmbito estadual são CAU, Centros de Apoio Operacional, e aí tem dos direitos da criança, da educação, da pessoa com deficiência, idosos, e por aí vai. Então por isso que a gente precisa continuar fazendo essas discussões, porque não teria como a gente pensar um fluxo, aí assim, eu estou falando uma das reflexões, não tem como eu pactuar o estado, por exemplo, pactuar com o Ministério Público um fluxo ou um protocolo estadual, porque os promotores das comarcas, eles são autônomos, então a gente precisa continuar essa discussão para pensar, por isso que a ação é elaborar material técnico, e a ação anterior é promover ações de fortalecimento e capacitação da rede socioassistencial, porque a gente não tem hoje uma forma de pactuar com o Ministério Público, em âmbito estadual, fluxos e protocolos. O máximo que a gente pode fazer, como já houve, que é um acordo interinstitucional com uma vara, uma área específica que é da criança e adolescente.

Então, assim, estou colocando essa discussão porque não é simplesmente, não estou dizendo que é isso a proposta, a proposta é muito válida, só que, assim, a gente hoje não tem como fazer, estabelecer fluxos e protocolos em âmbito estadual. A gente tem outras ações que a gente precisa fazer, e aí a gente propôs essas duas ações no plano para fortalecer essa discussão, inclusive, ela tem que ser nacional. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Inclusive essa discussão você entrou, ontem você colocou essa mesma explicação, acho que colocou... Não, não, mas não tem problema, que é bom que registra em ata, inclusive, não tem problema algum. E aí a gente venceu isso. Talvez é o verbo, porque eu entendi o que você está colocando que é questão de autonomia mesmo do Ministério Público, a gente sabe disso. Então não é construir, talvez, é propor ações. E a bem da verdade, o quê que você vai fazer? Eu estava até conversando com a Janaína aqui na hora que você estava explicando, é trazer o processo de trabalho de interlocução e tudo isso que está sendo feito, para dentro do PEAS, como ações que você vai materializar com outras instâncias, porque nós temos problema do setor de identificação, nós temos problema, não, não é, entendeu? No que compete, tá? São exemplos aleatórios. Nós temos problemas com judiciário do Disque 100, nós temos problemas... Aquilo tudo que a gente vem discutindo, da roda de conversa que nós fizemos colocar o CRAS e CREAS para fazer ações do MP, então, e aí a gente sabe da dificuldade, mas é buscar, propor fluxo, aí eu acho que contempla, talvez é o verbo. E trazer esse processo de trabalho, a interlocução aqui para dentro para as outras varas. Como é que é, Cristiano? **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** As duas ações que já estão (inaudível) [00:36:51]. **PRESIDENTE:** Eu não tenho ontem a gente entendeu que não, e aí o que acontece? Isso vai, vai voltar para o plano, vai trazer o plano, você vai revisar o plano no que for possível e vai apresentar justificativa do que não for, entendeu? Para que a gente... Vai lá, Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** “Propor construção integrada de fluxo e protocolos de referenciamento e de definição de competência entre o SUAS e sistema de justiça”, colaboração aqui da Ana, da Gabi. **PRESIDENTE:** Vamos, vamos então? Vamos lá. Estamos contemplados com isso? Depois a gente vota. A gente vai votar os destaques que foram feitos. A gente já tá... Oi? Ah, sim. Não, no estado, a gente está falando de ações estaduais, mas pode colocar para redundar, acho que pecar pela redundância é bom. Próximo, Gabi, por favor. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Incluir 100% dos municípios mineiros com normativas desatualizadas com o SUAS regulado, e o SUAS estadual até 2023. Já está contemplado, página 116. Já tá. **PRESIDENTE:** É isso, coordenadora da comissão? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Pode tirar? **PRESIDENTE:** Aí marca de riscadinho, não deleta ainda não. É isso, coordenadora? Ok? Nada a declarar? Então vamos para o próximo. Tem mais verdinho aí? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** A 2 também é verdinho, que ela achou aqui também, é página 119. Realizar encontros regionais de apoio técnico com acompanhamento familiar, página 119. **GABRIELE DA SILVA, SEDESE:** Na ação 13.3 essa ação já estava descrita ontem, mas só que ao invés de acompanhamento familiar, estava escrito “trabalho social com famílias”, então é sinônima a ação que já estava, inclusive, na versão de ontem. Por isso a supressão. **ANA CLÁUDIA BOTELHO:** Na verdade, o acompanhamento familiar, ele é uma parte do trabalho social com famílias, então quando a gente coloca “trabalho social com famílias”, ele está até mais amplo. Achou? **PRESIDENTE:** Coordenadora, ok? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Aqui na meta está falando que é “Realizar encontros regionais sobre trabalho social com famílias e ofertas da proteção social básica, para 100% dos municípios de Minas Gerais”. E ali está falando sobre realizar apoio técnico, né? Então a gente está falando de encontros regionais aqui, mas não está especificando se eles seriam, que tipos de encontros regionais seriam esses. Eu não, eu não sei. **PRESIDENTE:** Sim. Microfone, Conselheira, por favor. Fran. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Oh Luanda, mas é porque a sugestão do CEAS é encontros regionais, o que está no PEAS é encontros regionais. Não é isso. A única coisa que mudou ali é, ao invés de acompanhamento familiar, trabalho social com família. Está

igualzinho. Então, assim, a sugestão é outra? É apoio técnico? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Não, não, na redação não tem apoio técnico. **PRESIDENTE:** Microfone, Conselheiros. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Apoio técnico que está sendo discutido. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** A gente mantém apoio técnico, e se a gente está tratando de trabalho social com famílias, a gente troca ali “trabalho social com famílias”, e aí fica o apoio técnico, “realizar encontros regionais de apoio técnico sobre trabalho social com família”. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** E esse outro, gente, o 3 já tinha sido levantado na parte da manhã a supressão dele, só não foi feito naquele momento porque deixou-se para hora da discussão. Foi lembrado, né, Marta? Que inclusive isso já está vencido desde 2015, ok? **PRESIDENTE:** Ah sim, que é o plano de providência. Ok. Foi, realmente, nós discutimos isso. Suprime, por favor. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aí, do Cristiano, eu não entendi ainda esses outros encaminhamentos, os dois do Cristiano, e lá embaixo, gente, no parágrafo único, foi só uma redação, os órgãos, que eu vou voltar nos outros lá, tá? Do Cristiano e do Rodrigo. “Os órgãos mencionados no caput do artigo deverão promover ações para conseguir um percentual maior do fundo”, porque antes estava assim: “buscar ações”. **PRESIDENTE:** “Buscar percentual maior” **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É. **PRESIDENTE:** “Do fundo de erradicação da miséria, para o PEAS”. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É só mudou que é os órgãos que vão fazer, tá bom? Só isso. Agora tem aí o seu, Rodrigo, que eu não sei qual que foi o encaminhamento, e nem o do Cristiano, esses dois. **PRESIDENTE:** Não é uma recomendação, o que a gente discutiu ontem é a ampliação das metas, inclusive nós discutimos que – não é recomendação, é ampliação – porque nós discutimos que 2020 seriam preparados os arcos, usar a tecnologia da UAITEC, e outras necessárias, que seriam ampliadas a partir de então, em 2021. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Oh Rodrigo, mas em 2020 você, falou que recomenda. **GABRIELLE - SEDESE:** Não, já tem um artigo falando do aumento de meta, gente. O 9, do artigo 2º, inciso A. É a mesma coisa? **PRESIDENTE:** Ah não, aqui ó, Consolação já está me lembrando, certo, a questão da recomendação aqui foi, você está certa, Consolação, perdoa, eu retiro, e mantém Gabi, que a recomendação era que, aí entraria como recomendação mesmo, por causa da EAD a partir de 2020, se possível. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Porque era 4 e 500 e você falou “arredonda”. **PRESIDENTE:** Isso, mas a ação que foi determinada, que foi deliberada – determinada não, deliberada pelo Conselho – é 2021. Mas aí nós recomendamos envidar esforços para 2020, tá? Então está correto. **CONSELHEIRA ANA CLÁUDIA BOTELHO:** Rodrigo me deixa fazer uma fala, rapidinho? Só antes de passar, é porque eu gostaria de antes de a gente passar, a gente não deixar o 2 como um apoio técnico de acompanhamento familiar, porque acompanhamento familiar, ele é uma parte do trabalho social com famílias. Se for deixar, bota “trabalho social com famílias”, que é mais amplo. Mas é porque não corrigiu, tá. **PRESIDENTE:** Lá é trabalho social com famílias, seguindo o eixo, é que talvez ela falou baixinho... Vamos lá. Então, Wilson tinha feito um destaque, Consolação, só do “r” no inserir, né? Estava na segunda linha, não sei se mudou. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aonde? **PRESIDENTE:** Inciso X, alínea f. Inserir está “inserir”, uma correção. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Agora o do Cristiano. Embaixo eu entendi que não era só mineradora, que a gente teria que colocar “barragens”. **PRESIDENTE:** Já está nele, vamos zerar ele, ele é mais simples, inclusive. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aí a questão embaixo estava condicionada a multa ontem à relação com as mineradoras, era uma coisa específica, aí eu quero saber se a gente mantém ali “atingidos por barragem” ou “mineradoras” retirando a questão da VALE ali, o nome da VALE. **PRESIDENTE:** Aí, como foi uma proposta minha, eu sei dizer muito bem o quê que eu defendi, a questão das mineradoras. A minha sugestão, e o que foi amplamente discutido ontem, a minha sugestão é tirar apenas a “VALE”, deixar “mineradoras”. Como prioridade, lembrando que a Juanita ainda discutiu muito a questão

da regionalização, né? E aí então essa, a regionalização perpassaria pela priorização, uma vez que a gente estaria buscando, inclusive, recurso para ela. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** É só para não ficar assim, porque áreas atingidas por mineração, a mineração em si, e aí... Não, porque a mineração é uma atividade econômica, né? O que nós estamos querendo dizer é: impactos gerados por situações de emergência ou calamidade em decorrência de atividade econômica minerária, não sei. Porque, na verdade, não é a mineração, né? **PRESIDENTE:** Coloca aí, Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Atividades mineradoras. **PRESIDENTE:** Não, não é “atividades”, não é atividades mineradoras. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Áreas, espera aí, regionais, em áreas impactadas por situações de emergência ou calamidade pública. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Áreas o que? **PRESIDENTE:** Impactadas por calamidades públicas ou emergências... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Em decorrência de... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Onde vocês estão falando? Não estou entendendo... **PRESIDENTE:** Só o Cristiano, por favor. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Áreas em situação de emergência e calamidade pública atingida... nós estamos padronizando os termos, que é: situação de emergência em decorrência de desastres que geram essas situações de emergência e calamidade pública. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** E calamidades, não é isso? Situação de emergências e calamidade **PRESIDENTE:** Por ações de mineradoras. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Pode ser. **PRESIDENTE:** Por ações de mineradoras, porque aí é diferente (Inaudível) **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Então ficou “inserir ação específica à proteção social especial de média complexidade para referências técnicas e CREAS regionais nas áreas em situação de emergências e calamidades por ações de mineradoras”. Agora o que está faltando, Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Ali eu proponho suprimir, porque, como eu falei, no plano a gente já tem na Proteção Especial diversas ações voltadas para públicos prioritários, não aqueles públicos que estão ali, apesar de que criança e adolescente já estão contemplados lá no plano, e PPCAAM também, mas assim, se a gente for detalhar todos os públicos, lembrando que os públicos da proteção especial, são públicos em situação de violência ou violação de direitos que atingem claro, determinados públicos, mas tem outros ali, se a gente for colocar ali, teria que entrar também mulheres em situação de violência, nutrízes e gestantes... **PRESIDENTE:** Oh Cristiano, um etc. não dá conta? Porque eu penso o seguinte... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Mas um “etc.”, eu acho que deixar “etc.” em uma resolução é meio esquisito. **PRESIDENTE:** Não, tá, mas vejam bem... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Não, não, Rodrigo... **PRESIDENTE:** Não, me deixa terminar, me deixa concluir, me deixa concluir. Se você conseguir fechar todo complexo de sociedade, você me fala como, entendeu? Mas, não, eu entendi me deixa concluir, eu entendi que é impossível a gente abarcar toda a gama de público. Agora, também não dar visibilidade e deixar simplesmente aberto, se você fizer uma ação apenas para o PPCAAM... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Não, mas no plano tem “pessoa em situação de rua, adolescentes ameaçados de morte, mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência”, que são os públicos prioritários. Ações que envolvem outros públicos... **PRESIDENTE:** E as comunidades tradicionais, que são públicos prioritários? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** LGBT, negros, eu acho que... **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Na proteção básica tem ações também voltadas para a comunidade... Porque aí você tem que lembrar o seguinte, não, entendo a importância, só que deixar “etc.” ali é excluir outros públicos que também têm uma importância muito grande, é só isso. **PRESIDENTE:** Então a gente no lugar de etc., “e demais públicos prioritários”, e tira o “etc.” Ok? Oh gente, mas aí, assim, a gente discutiu isso ontem, **VOZES 05:22** aí recordar toda a discussão, não lembro. Aí teria que recordar o que foi na comissão ontem, né? **VOZES).** **[00:50:30]** **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** No plano... Posso falar? **PRESIDENTE:** Pode, por favor, Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:**

No plano ontem, na hora que a gente discutiu e aí voltou à discussão sobre o plano de regionalização, que no plano de regionalização tem a previsão de serviços de alta complexidade, e tudo a mais, uma das coisas que eu disse é que lá no plano tem ações voltadas para a proteção social especial de alta complexidade, inclusive, fomentando outras estratégias para além da regionalização que é também como consórcios públicos que no plano tem essas ações. Se quiser eu falo aqui quais são os itens que estão no plano falando sobre isso, sobre a alta complexidade. É, porque no plano já está contemplando, a gente já incluiu essas ações. Já tinha, antes dessa discussão de ontem, e já está incluída a questão do fomento a serviços de alta complexidade regionalizados, entendendo a regionalização também como consórcios públicos. Então, assim, é só para ficar claro, minha proposta é retirar. **PRESIDENTE:** Então eu proponho que... **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Minha proposta é manter e aí encaminhar para votar, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Vejam bem, Conselheiros, nós fizemos os destaques e as supressões, então, eu vou colocar em votação então, se a gente está de acordo com as supressões que foram discutidas ponto a ponto aqui. Pois não, Cristiano. Ah, verdade, perdão, Cristiano, verdade. Inciso X, alínea d, pois não, Cristiano. Inciso X, alínea d, Consolação, por favor. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** É só pra, é um comentário, d. Inciso X, alínea d: "Inserir no eixo 2 meta de criar plano de enfrentamento à pobreza no campo e realizar ações de apoio técnico e financiamento que visem promover a equidade, inclusão da população rural nos serviços e benefícios socioassistenciais", é só para lembrar, porque a SEDESE, essa ação é uma ação que não envolve só a Subsecretaria de Assistência Social, essa é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Social, por quê? Porque ela é intersetorial, ela envolve inclusive a Subsecretaria de Trabalho e Emprego, porque tem ações lá de economia solidária e outras ações envolvendo o Trabalho e Emprego. Então, assim, é uma ação que não depende exclusivamente da Assistência Social, é uma ação que depende de outras Subsecretarias, é uma ação da SEDESE, não só da SUBAS. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** É do Plano de Enfrentamento à Pobreza. **PRESIDENTE:** Mas vai entrar no PEAS o que for de responsabilidade da SUBAS, tá? **VOZES [00:53:16].** Nas ações de enfrentamento à pobreza no campo existem ações que são da SUBAS, e aí uma coisa é criar o plano... **VOZES [00:53:31]** Ah, tá. Então, no que compete à SUBAS, a gente pode colocar, é, tá. **GABRIELLE SEDESE:** Criar um plano, Rodrigo, que ele está propondo a supressão, porque o plano anterior, inclusive, era várias secretarias. **PRESIDENTE:** Inserir no Eixo duas meta de enfrentamento... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** De ações para enfrentamento. **PRESIDENTE:** Ok, ah não, ok. É, porque é projeto, projeto que é de enfrentamento à pobreza. Então não é ações, projetos de... Vamos seguir o que está na LOAS, projetos de enfrentamento à pobreza. De fato, Marta, bem lembrado. Aí é o que está na LOAS, ok? Tá certo, Cristiano, obrigado. Então, Conselheiros, eu vou colocar em votação as supressões que já foram riscadas e discutidas, ok? Então, Conselheiros, estamos aptos? Chamo atenção do Conselho. Questão de ordem, não é nem questão de ordem regimental, questão de ordem de ordem, de ordem. Pela ordem, silêncio. Em regime de votação, estamos esclarecidos para votar? Alguma consideração? É agora, Conselheiros. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Deixa eu só ver aqui, porque, ali, volta, Consola, por favor. Isso. O artigo 2, por quê que ele tá marcado? Artigo 2º. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eu vou desmarcar, foi só a redação aqui, você lembra? Da divisão, estava na diretoria aqui, e aqui estava CADSUAS. Eu vou desmarcar tá? **PRESIDENTE:** Vejam bem, nós não estamos não é o que está em verde mais, é o que está riscado, tá? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aqui, a gente falou disso aqui, é a questão só da... Já estava lá. Eu já salvei. Eu já salvei a primeira versão... **PRESIDENTE:** É. Porque o ofício, a gente está com o original aqui também, dá pra, na hora de assinar, eu comparo com ela. Aí tem questões do gráfico, algumas questões. Então é o que está riscado, tá, Conselheiros? Não é mais o verde ou amarelo, tá? Sim, nós vamos aprovar as supressões. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aqui também vai ser de

ofício; aqui viu que estava contemplado; aqui só especificou “educação permanente”, tá vendo? Ficou, vou até botar em branco agora. Aqui mudou a redação, desmembraram as metas. Aqui também “propor construção integrada” ficou né? Então isso aqui vai tirar, porque isso aqui ficou. Aqui, ó, esse aqui já estava contemplado, foi visto aí. E aqui também só porque ele não tinha, não falava, não mencionava os órgãos aqui, o CEAS. Então “Os órgãos mencionados no caput do artigo deverão promover as ações”, porque estava ação solta, sem falar de quem que iria fazer. **PRESIDENTE:** Vou ler: “Buscar percentual maior do Fundo de Erradicação da Miséria para o FEAS”. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Isso. **PRESIDENTE:** Era assim que estava. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aí só colocou isso, buscar e ações, porque buscar o aumento como? Então foi só... Para conseguir um percentual maior, aumento... Está lá, percentual maior. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiros, então? Então, em regime de votação, nós vamos votar as supressões, o que está riscado então, se a gente concorda com as supressões. Estamos esclarecidos? Conselheiros que aprovam as supressões. Contrários? Abstencões? Luanda e Patrícia, e João, Ivone e Arlete. Aprovado. Ok, então aprovadas as supressões. Agora nós vamos aprovar então a resolução e aí já cientes das supressões. Então Conselheiros que aprovam a resolução, com as devidas supressões? Em regime de votação, né, Marta? Me ajuda, me ajuda. **(Inaudível) [00:58:09] PRESIDENTE:** Ah, tá, por obséquio. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Porque isso aí vai ser com ressalvas, não é isso? Então está escrito lá: “O Plano Estadual, com os aspectos destacados nessa resolução”, com as “ressalvas destacadas nessa resolução”. **VOZES [00:58:24]: PRESIDENTE:** Com os aspectos, com os aspectos, eu acho que tá... Com os apontamentos, então, vamos lá. Não é recomendação, Conselheiros. Gente está claro, em regime de votação. Conselheiros que aprovam a resolução 679 com as devidas supressões? Contrários? Abstencões? Resolução aprovada, o que significa que nós estamos então aprovando o PEAS, não é isso? Então, PEAS aprovado, com as considerações. Vamos lá. Nós temos uma questão aqui, que está Conferência Estadual ou Conferência Democrática. A ordem está invertida, porque os assuntos da conferência democrática impactarão nos aspectos da conferência estadual, não tem como a gente definir para depois redefinir, né? Então vou colocar as questões da Conferência Democrática primeiro, ok, Conselheiros? Estamos de acordo? Ok. Então vamos lá, primeiro aspecto da Conferência Democrática, nós temos garantido pela organização da Conferência Nacional Democrática 9 vagas para este Conselho. Dentre as 9 vagas deste Conselho estão então intituladas: 4 para a sociedade civil, 4 para o governo e 1 para a presidência, tá? Para o Presidente, tá? E aí, diante da notificação da Conferência Nacional Democrática, da comissão organizadora, iniciamos então a tratativa com a subsecretaria e com a secretaria Elizabeth Jucá, para garantir o financiamento dos Conselheiros. E aí entramos em uma longa discussão da legalidade, porque o FUNACEAS e a Secretaria Nacional, FUNACEAS, CITI, dizem outra coisa, dizem que não poderia gastar o IGD para custeio da Conferência Nacional, e aí então entrei em um processo de entendimento, que não se tratava de custeio da Conferência Nacional Democrática, porque isso nós já falamos, inclusive, que não faríamos. Não se trata de delegação, porque não tem delegado, delegado você tira na conferência estadual, que diz da representação deste Conselho enquanto diária, direito do Conselheiro, para participação. E aí desde então Janaína, Jucá, estão em tratativas com o governador, com o jurídico – depois eu abro a palavra para você, tá, Janaína? – estão nas tratativas para conseguir legitimar essa questão. Então até agora eu não tive retorno deste custeio. Fizemos dois documentos, um é um pouco mais sucinto, para subsidiar a Secretária e a Subsecretária nas negociações. Depois nós fizemos um outro dizendo da legalidade disso, dizendo, inclusive, e aí eu disse por telefone para ambas, que quem aprova o recurso, a execução do recurso, é o próprio Conselho, que quando o Conselho aprova o recurso, o fundo nem questiona. Pode usar o IGD sim, e dos cuidados que nós fizemos. Então eu fiz um ofício colocando as bases legais, e mais, pegamos então um caminho do meio, que para além das questões de legalidade que estão postas, e eu tenho certeza dela, nós então pegamos o caminho que é incontestável, que é o direito à educação

permanente no âmbito do SUAS e que o Conselheiro tem, para além dos preceitos já do decreto e tudo o mais. Então, o novo documento, ele passa pelo direito da educação permanente. Por que esse caminho do meio? Para que não vire uma batalha jurídica da advocacia, de outros agentes, dizendo “Ah, mas pegar a legislação, mas é um caderno, é não sei o quê”, então o caminho da educação permanente, ele é incontestável, né? E aí então eu estou aguardando retorno. O fato é: nós temos que deliberar a participação do Conselheiros e quem irá, e aí, em cima disso, aguardar a sinalização, o retorno da secretaria. Se ela não vai, como a Janaína, a gente discutiu, nós aprovamos, mas ela que ordena a despesa e ela está tentando fazer esse meio de campo. E aí, em cima disso, diante, se caso haja uma negativa, a gente pauta essa negativa na plenária do dia 20, né? E aí já com os indicativos que o Conselho achar prudente. Então nós precisamos hoje deliberar se vamos ou não vamos, e quem vamos, se vamos, né? Então essa é a questão. A outra questão, aí eu vou colocar em votação, tá? Que aí depois, eu tenho uma proposta para fazer, se o pleno assim acatar, né? A outra questão é, a Frente Mineira, da qual eu faço parte também, Francielly faz parte, me pediu, e nós desde um tempo nós estamos fazendo vaquinhas para custeio da delegação – aí sim é delegação – para a Conferência Nacional Democrática, CREAS e CRP também arcarão com essa participação. A Frente Mineira então pede para que na Conferência Estadual, porque a gente poderia determinar um ciclo de apeladores que nós temos, não são poucos, né? A Comissão de Assistência tem vários, de todos os Conselhos, então não seria difícil para a gente elencar quem iria. Mas, não é democrático, né? Então a Frente Mineira pede para que a gente abra um espaço na Conferência Estadual, deixando claro que não é o estado, não é delegado do estado, a SEDESE não tem responsabilidade com isso, quem são os financiadores, que abra o espaço para que a gente faça então a eleição na programação. Ah, fora, abra um espaço para, no momento da reunião dos Fóruns, bem lembrado, Francielly, para que a gente possa então, é uma permissão para que a gente possa então fazer este ato, né? Então é simplesmente uma, é um pedido e uma oficialização desse ato enquanto movimento social, na conferência, e abrindo oportunidade para que as pessoas que venham das regionais, também sejam contemplados, né? Porque senão a tendência é a gente pegar os apoiadores da nossa região metropolitana aqui e, já que vai ter o cofinanciamento por nossa parte, então eu acho que é democrático e é fazer justiça. Então, são esses dois pedidos. Francielly. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Só complementando que essa delegação, a gente está priorizando os usuários. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Então, está em discussão. Vamos por partes então? Vamos primeiro falar da nossa participação na conferência, tá? Eu vou colocar em votação se vamos participar ou não, como representação, tá? Conselheiros que aprovam a participação na Conferência Nacional Democrática? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Contrários à participação do CEAS na Conferência Democrática. Ninguém? Abstenções? 1, 2, 3. 3 abstenções. Wilson, (trecho incompreensível) [00:07:04] e Janaína. Ok, então nós vamos participar. A minha proposta agora, tá? Não enquanto presidente, enquanto Conselheiro também. São 4 vagas para sociedade civil, 4 vagas para o governo. Minha proposta: governo faça a discussão no interior do governo quem vai, tá? Sociedade civil faça a discussão na sociedade civil quem vai, de preferência ainda hoje ou o mais rápido possível, porque eu preciso passar os nomes para a Conferência Nacional Democrática. Vou permitir. E aí, lembrando, qual que é a proposta? Que seja 1 trabalhador, 1 CMAS, 1 usuário e uma entidade, essa é a proposta. Agora, podemos também trabalhar as 4 vagas. A outra proposta que eu trago é: trabalhar as 4 vagas na sociedade civil, a sociedade civil se veja com ela lá, e governo se veja com ela lá, que eu acho que é a melhor. 25 e 26 de novembro, tá? Então, podemos fazer assim? Conselheiros que aprovam as 4 vagas... Patrícia, pois não. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Antes de você colocar em votação dos Conselheiros que aprovam 4 vagas para um segmento e 4 para o outro, eu acho que a gente tem que pensar em uma possível situação, de que determinado segmento não vá, por exemplo, né? Então, pactuando que se, por exemplo, se tiver determinado segmento, por exemplo, se não tiver 4 governo, então ceda para a sociedade civil. E tem que entender também como que seria esse formato de diária, se

seria passagem aérea, porque tem Conselheiros que estão impossibilitados de viajar de transporte rodoviário. Então essas coisas a gente tem que pensar também antes, porque, dependendo, passa a vaga para outro segmento.

PRESIDENTE: Vejamos bem, nós fizemos uma estimativa de custo – né, Consolação? – pensando, inclusive, sendo coerente com o que a gente estava discutindo na Frente e coisa, de passagem rodoviária, tá? Até mesmo porque não sabia se a questão da passagem aérea estaria resolvida. Então o que eu negocieei com a Secretária e com a Subsecretária era passagem rodoviária. E aí eu até fico muito feliz, Patrícia, por você colocar essa questão do Conselheiro que não pode viajar de ônibus, é o meu caso, né? Por isso que eu disse 4 vagas para a sociedade civil, e aí a sociedade civil se veja com ela lá, o governo se veja com ela lá, e aí eu acho interessante que se um segmento não puder, passe para o outro, não preencher as vagas, passe para o outro. O fato é: são 9 representações do CEAS, tá? O que a gente tá, são 9 representações do CEAS que nós aprovamos. 9, e a Presidência. **VOZES[01:10:04]:** Ah, tá, a presidência você não falou.

PRESIDENTE: Falei, falei. Por isso que eu estou falando, 9 vagas do CEAS, tá? Ok? Podemos... Esclarecidos? Podemos votar a aprovação de ser sociedade civil... Então, o que nós estamos votando? Vamos lá, né? Vamos lá, está certo, as 9 vagas nós já aprovamos, nós vamos. Agora nós vamos aprovar que a sociedade civil se arranja com ela lá, governo se arranje por ele lá, e as vagas remanescentes de um ou de outro que seja passado para outro segmento, ok? 9 vagas. 4 lá, 4 cá e uma da presidência. Na hipótese de eu não ir, que eu tenho consulta, na hipótese de eu não ir, passaria para outro segmento, entendeu? Para outro segmento. **VOZES [01:11:11]:** Pode ser não tem problema, pode ser. São 9 representações. E o que nós vamos votar agora é como que a gente vai **(inaudível) [01:11:29]**. Isso, isso. Nós estamos votando como nós vamos reorganizar os 9. Proposta: 4 lá e 4 cá. Sobrou de um segmento? Passa-se para outro segmento. A minha vaga sobrou? Eu passo para a Mesa Diretora, membros da Mesa Diretora, ou Comissão Ampliada, a mesa diretora ampliada, ok? Beleza? 9 vagas no total. Ok? Conselheiros, em regime de votação, Conselheiros que aprovam a divisão 9 vagas no total, 4 para um, 4 para outro, sobrando de um segmento – vou repetir – por favor, não tumultuem. Vou repetir de novo. 9 vagas no total, 4 para um segmento, 4 para outro segmento. Sobrando a vaga, se passa para outro segmento. A minha vaga passa-se para a Presidência Ampliada. 9 vagas no total, ok? Conselheiros que aprovam o encaminhamento? Contrários? Abstenções? Ninguém, unanimidade, muito obrigado. Frente Mineira. Oi? Microfone.

CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO: Na verdade, eu quero fazer uma defesa, por quê? A gente sabe que o Rodrigo, ele fez uma cirurgia e ele não pode ir de ônibus, isso é questão de saúde. E ele é o presidente do CEAS, não é gente? É controle social. Então eu queria colocar aqui deliberado que para o Rodrigo fosse passagem aérea. Não é privilegiando ele, não é nada disso, é porque ele está em uma condição de saúde que nem um de nós estamos. Então eu gostaria deixar aprovado aqui que a passagem do Rodrigo fosse aérea para que possibilitasse ele de ir na Conferência Nacional Democrática.

PRESIDENTE: Sim, gente, eu estou só organizando. Questões técnicas aqui. Sim, sim, é porque nós votamos aqui, Sandra, passagem rodoviária para todos. Então é uma excepcionalidade, votação. Até pela segurança, né? Conselheiros então que aprovam o encaminhamento proposto pela Francielly – e já gratidão – Contrários? Abstenções? Janaína. Abstenção Janaína. Então, muito obrigada, Conselheira Francielly. Frente Mineira. Vejam bem, então eu expus a questão e aí eu gostaria de saber se tem algum esclarecimento a ser feito do pedido da Frente Mineira. Como a Consolação disse: é fora da programação, é no momento em que os fóruns, que é o nosso movimento social mesmo, trabalhador, usuário e entidade, estarão reunidos para as discussões. E aí, lembrando que a gente pode sim, a todo momento, frisar essa isenção do estado para não buscar nenhuma responsabilização, Janaína. Muito embora já existe isso em documento, tá? Consolação.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: É só, Rodrigo, eu gostaria realmente de reforçar isso, né? Porque experiência é uma coisa que a gente adquire com o tempo. Então, assim, aquilo que for deliberado significa: Conselho é uno, tem que ser defendido por todos que aqui

estão, porque eu já presenciei acordos e que na hora de uma conferência estadual, não foram cumpridos. Estou falando assim, para a gente fazer, deixar isso muito claro, porque na hora que tiver o grupo e falar: “Ah, por quê que o estado”, o Conselheiro que lá está, eu acredito que não é jogar a peteca para o estado, é falar: “Olha, o Conselho deliberou, realmente entendendo que há falta de recurso, então deliberou-se por isso”, então assumir o papel de Conselheiro, porque, às vezes, a pessoa chega e já joga para o outro, e aí aquilo, o fogo que poderia ser contido, ele vira, né? Obrigada. **PRESIDENTE:** Bem ponderado, Consolação. Essa responsabilidade do Conselheiro em orientar porquê que a gente tomou essas decisões. Por mais que nos doa, tomamos a decisão, não concordamos com ela, mas é a que foi possível. Simples assim. Ninguém está falando que a gente concorda que não tem que ter delegação. Nós estamos aqui, ó, aprovando a Conferência Nacional, que a gente queria nacional mesmo, né? Mas, é o que temos para hoje, é o que é possível diante do cenário. E aí eu gostaria de dar muita tranquilidade para o Conselho. Vejam bem, existe muito estigma, muito disse-me disse, muita falazada no teor dessas discussões, que são desnecessárias, porque a Frente Mineira, ela poderia tomar de assalto a conferência, levantar questão de ordem lá no regimento, modificar o regimento na hora. Não, o processo está sendo dialógico, transparente, aberto, então estamos todos em uma mesma sintonia, sabe? De construção, de entender. Então passar por aqui é uma escolha. Se existisse uma disputa... **CONSOLAÇÃO:** Escolha e respeito. **PRESIDENTE:** E respeito, porque se fosse, existisse uma disputa leviana, tomaríamos de assalto a conferência, inclusive, destituindo o que estava lá e estabelecendo uma outra conferência, é possível, é possível. Na aprovação do regimento a gente já levava uma minuta de regimento prontinha, contrária a tudo que estava ali, né? Então, achei muito bacana. Não é porque eu estou, não, mas eu conheço as pessoas, ninguém está aqui para destruir, está todo mundo aqui para construir realmente a vanguarda que Minas Gerais sempre teve. Não vamos deixar de ter, tá? Então eu gostaria de, só para tranquilizar mesmo, sabe? Então gostaria de colocar em votação o pedido da Frente... Estamos esclarecidos? Alguma questão ainda? Então... Marta. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** A organização pode ser questionada, né? Disso, não precisa constar daquela programação, que a gente sempre abriu debates para os Conselhos regionais, de categorias profissionais, isso não precisa estar escrito lá “eleição de delegados”, entendeu? Mas isso vai ser aberto espaço, é um espaço. Tá? No momento do fórum, porque isso não precisa estar na programação. Para ficar bem claro, Rodrigo, para todo mundo ter esse entendimento claro, tá? Porque na hora que ver a programação “Ah, aqui não está o espaço que vai votar.”, não vai estar porque é um espaço. **PRESIDENTE:** E a única coisa, gente, isso é questão óbvia, que nós vamos precisar sim... **PRESIDENTE:** Mas, vai estar lá, tem que divulgar, mas é “Momento do Fórum”, não vai estar lá “Eleição de delegados”, até mesmo para não comprometer, não criar nenhum tumulto, e às vezes até mesmo mal estar ou algumas questões jurídicas, porque a gente já falou que a gente não vai cofinanciar, né? Então, é para não contrapor o que a gente já disse lá atrás, né? Então vai estar lá: “Momento do Fórum”, é isso que vai estar na programação, ok? João. No microfone, por obséquio, Conselheiro. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** É só uma dúvida mesmo, para a gente sair daqui também esclarecido, que às vezes a gente sai com dúvida e fala besteira, e eu com dúvida eu não gosto de sair. Com relação a essa proposta da Frente Mineira, que eu não consegui entender direito ainda. A proposta da Frente é custear a ida de alguns delegados daqui de Minas para a Conferência Democrática? Não, é isso, mas só usuário? **PRESIDENTE:** Preferencialmente usuários. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** É porque aí eu queria dizer que também tem o outro público, que são da sociedade civil, que não é só usuário. Então é isso que eu queria sair daqui esclarecido. **PRESIDENTE:** Tá, mas a opção da Frente é favorecer o usuário. Francielly. Olha o microfone do lado lá, Fran. **CONSELHEIRA FRANCIELLY CAETANO:** Acho que é importante o questionamento do João. Oh João, é por causa do recurso. Nós fizemos vaquinha, nós fizemos rifa, nós saímos passando chapéu, então o sentimento da Frente Mineira é de levar toda sociedade civil, mas infelizmente nós não temos recurso. E diante do recurso pequeno,

nós estamos preferencialmente levando o usuário. E aí, se a gente arrecadar mais recurso até a data, aí a gente pode ser que abra para os outros segmentos. Mas, a princípio, nós estamos priorizando eles, porque é o recurso que a gente tem. A princípio, até agora, a gente arrecadou 17 mil. Ah, quantos? Então, a princípio, a gente está fazendo as contas, com as doações do CRP, do CREAS, do SINDIPREV, do SINDIBEL, das entidades, nós, parece que a gente vai conseguir levar 20 pessoas. Mas não é um número ainda certo, porque a gente tem mais uma reunião que a gente precisa fechar esses valores, que a gente precisa fazer cotação de hospedagem, essas coisas, para ver se o recurso que a gente tem dá para levar 20 pessoas, 20 usuários, tá? **PRESIDENTE:** Obrigado, Fran. Então, esclarecidos? Conselheiros que aprovam então o momento pedido pela Frente Mineira nos fóruns? Contrários? Abstenções? Unanimidade. Obrigado a todas e todos. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Rodrigo? **PRESIDENTE:** Pois não, Sandra. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Eu só queria saber o seguinte, essa questão das vagas, que já passamos né? As vagas para participar da Conferência Nacional, a do governo, quando que a gente poderia discutir? Porque, assim, eu tenho interesse em ir, mas eu gostaria de saber se vai ter vaga, porque aí eu preciso olhar minha agenda, as coisas, tem muita atividade agora em novembro, então... Só isso. **PRESIDENTE:** Eu peço que, assim, gente, vamos tentar zerar essa questão da Conferência Estadual, que é resolução, é regimento, né, Consolação? Mesa e regimento. Por favor, lá. E aí, se puder ficar um pouquinho aqui cada segmento e resolver entre si, né? Eu acho que seria ótimo, aí já zera isso hoje, até porque tem que fazer inscrição, precisa me passar os nomes para eu passar para a organização da Conferência Nacional ainda, de preferência ainda hoje. **VOZES [00:04:11].** Sim, vamos lá, Conselheiros. Enquanto projeta, enquanto projeta ali, qual Conselheiro governamental gostaria de ir, a princípio? Não vou nem pensar na questão da SEDESE, que aí você organiza com o... se vocês vão. Então nós temos aqui Soyla, Sandra, Helder e Ivone. Entendi. Vamos ser objetivos. Então os 4 aqui, (trecho incompreensível) [00:04:56] Ivone, que já comprou passagem, então é uma economia, né? Regimento interno já está projetado aí? Então, Janaína, já tem esses 4 aí para você decidir esse imbróglio com sua equipe, tá? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Podemos? **PRESIDENTE:** Vamos lá, Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Troca os nomes não. Eu quero. Oh gente, a Marta vai sentar aqui, vai ler e fazer os destaques, ela vai fazer minha vez aqui. Então, o quê que nós vamos agora ver? É a proposta do regimento interno da Conferência Estadual, então eu preciso de ter isso definido e, em seguida, gente, nós vamos falar sobre as mesas, e eu quero dar uma notícia que eu fiquei muito feliz, porque eu fiquei muito triste no início da tarde, porque estava tendo um evento concorrendo com a conferência estadual, e a Eleonora estava assim quase que impossibilitada de vir. Eles adiaram o evento e ela vai poder participar da Conferência Estadual, ok? O evento foi adiado, de segunda-feira, que estava coincidindo, concorrendo com a conferência, o evento foi adiado, a Eleonora já me informou, e ela vai estar na Conferência Estadual. Muito bom. Vamos lá, Marta. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Vamos brincar que nós estamos na Conferência? Vamos pegar o espírito da coisa? Então, vamos lá. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Só esclarecendo, só esclarecendo, gente... **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Vamos empolgando, vamos empolgando. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Aqui, oh gente, só esclarecendo que isso foi feito baseado na resolução do Conselho, 667. Se falar assim “De onde surgiu isso?”, então não inventamos a roda não, tem tudo, né, foi feito pelas normativas. **CONSELHEIRA MARTA MARIA DA SILVA:** Vai lá, Luanda, empolga aí. Proposta de Regimento Interno, texto da resolução 667 de 2019, capítulo 1: Do Objetivo e temário. Nós vamos tirar isso aí depois de aprovado. “Artigo 1º: A comissão organizadora da Conferência Estadual é responsável pela condução dos trabalhos, sob a coordenação” da Presidente, do presidente – conserta lá, por favor, Consolação, artigo 1º, “do presidente e da vice-presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Artigo 2º: A XIII Conferência Estadual de Assistência Social foi convocada pela resolução conjunta da

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE – e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – número 01 de 2018, de 7 de dezembro de 2018, e ocorre nos dias 18 e 19 de novembro, no Hotel Actuell, em Contagem. Artigo 3º: A XIII Conferência Estadual de Assistência Social, constitui-se em instância máxima de mobilização, participação social e deliberação e tem a finalidade de avaliar a situação da Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento e para o planejamento do estado. Parágrafo único: São objetivos da XIII Conferência Estadual de Assistência Social: 1 – Analisar, debater e deliberar sobre as propostas aprovadas nas conferências municipais para o estado e para a União, observando os três eixos que orientam a discussão e sobre os temas de conferência de assistência social em 2019. Propor e aprovar propostas para a União; dar conhecimento das deliberações das conferências regionais de assistência social de 2019; dar visibilidade à organização, a luta e a resistência em relação a ameaça ao desmonte do SUAS; avaliar a situação da assistência social na perspectiva do Sistema Único em Minas Gerais; e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento; e eleger os representantes da sociedade civil, dos representantes governamentais dos Conselhos municipais para compor o CEAS para a gestão 2019 e 2021. Artigo 4º: a XIII Conferência Estadual de Assistência Social tem como tema geral: ‘A assistência social: direito do povo, com financiamento público, e participação social’. Parágrafo 1º: O lema da XIII Conferência Estadual de Assistência Social é: Nas Minas, o SUAS é das Gerais. Parágrafo 2º: Os eixos da conferência estadual são: 1: Os desafios para consolidação do SUAS frente os impactos da crise financeira da União, do estado e dos municípios, a emenda constitucional número 95, a proposta da reforma da previdência e a reforma trabalhista. A rede de proteção social do SUAS e a relação com os órgãos de garantia de direitos. Democracia participativa, controle social e protagonismo do usuário do SUAS, nada sobre nós sem nós. Artigo 5º: A XIII Conferência Estadual de Assistência Social, normatizada pelas resoluções do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – números 653/2019; 655/2019; 663/2019; 664/2019; 667/2019; 669/2019, 671;2019; 675, 676, 678, todas de 2019, ocorrerá conforme estabelecido neste regimento interno. Capítulo II – Do Credenciamento. Artigo 6º: O credenciamento dos/das participantes da XIII Conferência Estadual de Assistência Social será efetuado no dia 18 de novembro, de 8h às 15h, e tem como objetivo identificar sua condição de participação. Artigo 7º: O crachá de delegado ou delegada ao instrumento que dá o direito ao voto na conferência, e não poderá ser utilizado por outra pessoa que não seu titular. Artigo 8º: A identificação do crachá é definidora do segmento do participante para todos os fins, inclusive para os processos de eleição para composição do CEAS. Artigo 9º: Em caso de perda do crachá, o mesmo poderá ser substituído uma única vez. Artigo 10º: Os/as convidados e convidadas e os/as delegados e delegadas, escolherão no ato do credenciamento a plenária temática que desejam participar, conforme as vagas disponíveis. Capítulo III – Da Mesa Temática. Artigo 11: A XIII Conferência Estadual de Assistência Social contará com uma mesa temática, conforme disposto no Capítulo III, da Mesa Temática, da resolução do CEAS número 667. Artigo 12: A Mesa Temática ‘Ato de conferir’ e ‘Assistência Social: direito do povo, com financiamento público e participação social’ têm por objetivo analisar o cumprimento das propostas deliberadas na XII Conferência Estadual de Assistência Social, ocorrida em 2017; apresentar o tema da Conferência Estadual e apresentar as deliberações das conferências regionais de 2019. Parágrafo único: a mesa temática apresentará também o cenário da transferência de renda beneficiários e Cadastro Único. Artigo 13: A Mesa Temática contará com coordenador e expositores. Inciso I: O coordenador terá atribuição de coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos os participantes e todas participantes. Inciso II: Os/as expositores e expositoras terão atribuição de apresentar o tema para qualificar o debate. Artigo 14: Os/as delegados, delegadas e convidados devidamente credenciados e credenciadas poderão fazer inscrição para intervenção oral após apresentação do tema, ou encaminhar perguntas por escrito. Parágrafo único: cada intervenção oral terá duração de, no máximo, 2 (dois) minutos. Capítulo IV – Das Plenárias Temáticas. Artigo 15: As plenárias temáticas

serão organizadas conforme disposto no capítulo IV – Das Plenárias Temáticas, da resolução CEAS número 667. Artigo 16: A XIII Conferência Estadual de Assistência Social ocorrerá com três plenárias temáticas, realizadas simultaneamente, de caráter analítico, propositivo e deliberativo, compostas pelos/pelas delegados/delegadas e convidados da conferência. São objetivos das Plenárias Temáticas: 1 – Apresentar subsídios para qualificar os debates; apreciar e deliberar sobre as propostas sistematizadas oriundas das conferências municipais, considerando o instrumental de resolução CEAS número 663; e apresentar e deliberar novas propostas sobre o eixo para a União. As plenárias temáticas discutirão os eixos: ‘Os desafios para a consolidação do SUAS frente ao impacto da crise financeira’ – não vou ler de novo não, tá gente? – “A rede de proteção, democracia participativa.” Aonde que eu estava? “Parágrafo 3º: Os/as delegados escolherão previamente a plenária temática que desejam participar, conforme orientação do CEAS, observando-se a capacidade total do espaço físico. Parágrafo 4º: Os convidados escolherão, no ato do credenciamento, a plenária que participarão, conforme as vagas disponíveis. Artigo 17: As plenárias temáticas da XIII Conferência Estadual de Assistência Social ocorrerão da seguinte forma: Parágrafo 1º: As Plenárias Temáticas obedecerão o seguinte processo: 1 – Apresentação dos temas dos eixos para aprofundar os debates; 2 – Apreciação e debate e deliberação das propostas oriundas das conferências municipais de assistência social, dirigidas para o estado, para a União, registradas no sistema eletrônico no prazo estabelecido pelo CEAS e compilados pela Comissão Organizadora da Conferência Estadual, de acordo com o conteúdo e com a frequência. 3 – Apresentação, debate e deliberação de novas propostas para o estado e União. Parágrafo 2º: As Plenárias Temáticas contarão com expositores, coordenadores, relatores e apoiadores. Inciso I: Os coordenadores indicados pela comissão organizadora, terão as atribuições de conduzir a plenária, ajudar a esclarecer dúvidas e coordenar os debates. II – Os expositores indicados pela Comissão Organizadora terão atribuições de apresentar o tema e esclarecer dúvidas. III – Os relatores indicados pela Comissão Organizadora terão atribuição de registrar as propostas aprovadas, alteradas e excluídas, e as novas propostas. IV – Os apoiadores da coordenação, eleitos pela Plenária – terão atribuição de contribuir com a coordenação da Mesa. Parágrafo 3º: As Plenárias Temáticas avaliarão as propostas esquematizadas para o estado, oriundas das conferências municipais, da seguinte forma: 1 – Se favorável à proposta; 2, se contrários à proposta; 3, se abstém de votar. Parágrafo 4º: Os participantes das Plenárias Temáticas poderão apresentar à equipe de relatoria novas propostas dentro do eixo de discussão. Entende-se por novas propostas aquelas apresentadas com conteúdo distinto das propostas esquematizadas oriundas das conferências municipais. Também serão elaboradas propostas para a União, que serão apreciadas da seguinte forma: favorável à proposta, contrário à proposta, se abstém de votar. Serão consideradas aprovadas as propostas com votos favoráveis de 50% mais 1 dos votantes presentes da plenária temática. Artigo 18: As propostas deliberadas pelas plenárias temáticas para o estado e União serão objeto de deliberação na plenária final. Artigo 19: As plenárias temáticas contarão com a Mesa de Apoio indicada pela Comissão Organizadora. Capítulo V – Do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade Civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social Para Compôr o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Artigo 20: O processo eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos municipais de assistência social para compôr o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – gestão 2019-2021 é regido pelas resoluções CEAS número 675, 676 de 2019. Parágrafo único: As ações relativas ao processo eleitoral serão apresentadas à 9h do dia 19 de novembro, perante toda plenária da XIII Conferência Estadual de Assistência Social. Capítulo VI – Das Moções. Artigo 21: As propostas de moções deverão ser elaboradas em formulário próprio, classificadas por sua natureza, apoio, congratulação, repúdio, entre outras, preenchidas com letra legível, letra de forma. Parágrafo primeiro: as moções deverão ser entregues até as 12h do dia 19 à comissão organizadora. Parágrafo 2º: As moções deverão ter o nome, o número de identidade e a assinatura de, no mínimo, 10% dos participantes devidamente credenciados na XIII Conferência Estadual de Assistência Social. Parágrafo 3º: Serão

encaminhadas para plenária final, para fins de deliberação, as moções que atenderem ao disposto nesse artigo. Capítulo VIII – Da Plenária Final. Artigo 22. A Plenária Final da XIII Conferência Estadual de Assistência Social é constituída de delegados e convidados. Terão direito a voz e votos os delegados devidamente credenciados na Conferência Estadual, que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes da Conferência Estadual de Assistência Social, será garantido o direito à voz. Artigo 23: A Plenária Final deliberará sobre as propostas para o estado e para a União, oriundas das plenárias temáticas e das moções. 1 – As propostas para o estado serão em número de 15 para cada eixo. As propostas para a União serão em número de 5 para cada eixo. Não poderão ser apresentadas novas propostas na Plenária Final. Artigo 24: O processo de apreciação e priorização das propostas de Plenária Final dar-se-á da seguinte forma: 1 – Os coordenadores das Plenárias Temáticas apresentarão as propostas; 2 – As propostas serão apresentadas e votadas por eixo; 3 – O coordenador da Plenária Final colocará as propostas em votação; 4 – Os delegados escolherão, por meio de crachá, mediante orientação da Mesa Diretora. Parágrafo 1º: Na Plenária Final não se admitirá apresentação de proposta nova. Parágrafo 2º: As propostas poderão ter duas defesas, uma a favor e uma contrária, antes da votação. Parágrafo 3º: Cada intervenção oral deverá ser de, no máximo, 2 (dois) minutos. Artigo 25: A votação será realizada por meio de crachá, sendo os votos apurados por contraste ou por contagem, em caso de dúvida. Artigo 26: Após a votação das propostas, serão votadas as moções. Parágrafo 1º: O texto das moções não poderá sofrer alterações na Plenária Final. Parágrafo 2: Serão consideradas as propostas na XIII Conferência Estadual de Assistência Social as moções que obtiverem voto favorável de 50% mais 1 dos votantes presentes na plenária final. Artigo 27: A plenária final contará com uma Mesa de Apoio, indicada pela Comissão Organizadora. Capítulo IX – Das Disposições Gerais. Artigo 28: Assegurar-se-á à Plenária o questionamento à Mesa pela ordem, para reestabelecer os trabalhos, ou no caso em que o regimento não esteja sendo cumprido. Parágrafo 1º: As questões de ordem precederão as demais. Parágrafo 2º: Quando a Plenária estiver em regime de votação, não poderão ser levantadas questões de qualquer natureza. Artigo 29: Os casos omissos nesse regimento serão resolvidos pela comissão organizadora da XIII Conferência Estadual de Assistência Social, devidamente identificada e presente na sala de soluções. Artigo 30: O presente regimento interno entrará em vigor após a sua aprovação em plenária da XIII Conferência Estadual de Assistência Social. Definição dos participantes.”

Consolação, é só até aí? É, eu achei estranho. Falei, uai, me deu branco aqui. Tá bom.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: É a súmula da reunião de ontem, que eu vou extrair o regimento daqui. Depois tem mais um ponto, que é a definição dos participantes. **PRESIDENTE:** Oh Marta, eu vou levar você para a mesa do regimento, que vai que essa *vibe* cola e lá não tenha nenhum destaque, que passe assim, fluindo. Torcer para isso. Não teve destaque, né, Conselheiros? Vou colocar em votação só para pro forma, registro em ata, mas, uma vez que não teve destaque, pressupõe da aprovação. Conselheiros que aprovam a minuta de regimento interno da Conferência Estadual. Contrários? Abstenções? Minuta aprovada, por unanimidade. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Definição de participantes. Então a gente vai lá agora, rapidinho, que também foi o trabalho da comissão. Dia 18, na abertura, foi definido, a gente vai ter uma homenagem do nosso colega aqui, o servidor Márcio Jardim, o assessor de comunicação está ajudando, como a gente fazer, projetar uma foto dele e fazer só uma menção, entregar uma placa para a família. Isso nessa abertura, viu, Rodrigo? Você que vai ter que conduzir, me chamar lá na hora. Vai ter uma homenagem ao servidor Márcio Jardim, *in memoriam*. Então, nós já fizemos até uma placa para ele, para entregar à família, né? E então a gente pensou de projetar a foto dele, pequenas palavras, só para falar o que está na placa e falar o que ele representava na equipe do CEAS, porque ele participou, a gente considera que ele fazia parte dessa equipe. E aí entrega a placa à família, ok? **PRESIDENTE:** Ok. Cristiano. É na abertura ainda, né? Eu também tenho um pedido de na questão da abertura. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Eu não sei se, é para avaliar, sabe? Porque, assim, quando falou

“homenagem” ali, acho muito justo e tal, para o Márcio Jardim, mas como esse ano a gente teve a questão toda lá de Brumadinho, de todos os outros municípios, eu não sei se caberia uma homenagem, alguma coisa, sabe? Relacionada às vítimas, não só de Brumadinho, mas a todas as pessoas que foram vítimas ou estão sofrendo os impactos de desastres e calamidades e tal. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** 1 minuto de silêncio em homenagem. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Não sei, não sei se cabe, mas, assim, é só por que... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** 1 minuto de silêncio. **PRESIDENTE:** Acho legal 1 minuto de silêncio, né? Acho respeitoso, né? Eu gostaria também, não sei se agora, tá, Consolação? Se não for, você joga na hora que você achar melhor aí. Mas eu gostaria de pedir abertura, vejam bem, duas questões, não precisa ser na abertura, pode ser durante aquele momento de organização de chegada. Existe um vídeo que foi produzido em parceria com o CREAS, que são depoimentos da população de rua, ficou muito bom, eu posso na plenária do dia 20 trazer para vocês, eu fiquei de pegar, eu esqueci, vou lembrar agora na Frente Mineira, e eu gostaria que esse vídeo fosse exposto. Eu já conversei com o CREAS, já me autorizou, já conversei com o pessoal do movimento, está autorizado, mas é lógico que a gente vai oficializar, e aí eu queria deixar esse vídeo passando, chamar atenção da questão da população de rua, que é uma questão que está crescendo demais, né? Lógico que existem outros vídeos que a gente pode juntar, sobre depoimento de outras categorias, catadores, faça essa juntada de vídeos e vai passando naquele momento da acolhida, no momento da chegada. Eu não vejo que tem que ser só esse, tá? Na abertura, nós temos que pensar também, nós fizemos uma roda de conversa e foi uma menina, se não me engano, do Morro do Papagaio, de uma área, de uma comunidade, eu não lembro qual, mas não vem ao caso. Ela escreveu e cantou um rap muito bacana, que diz sobre a vida, posso pegar a letra dela também, emocionou todo mundo, foi uma roda de conversa que a gente transmitiu. Eu gostaria que antes da composição da mesa, o ato de abrir a conferência, é lógico, eu que declaro a conferência aberta, mas eu estou dizendo assim, aquele ato de concentração para composição da mesa, a primeira apresentação fosse a dela. A gente pode até pensar no MOBS, também convidar o MOBS, se tem alguma apresentação legal. Eu não sei também, o Eliseu fez um trabalho muito bacana na conferência de BH, mas eu acho que ele cobra. É caro, né? Mas a gente tem que pensar em algo de mobilização. O MOBS é sempre parceirão, então eu acho que deveria convidar o MOBS também, mas aí eu passo o contato dessa menina e eu posso pegar a letra, talvez até passar o vídeo. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Ela é de onde? **PRESIDENTE:** Ela é daqui de BH. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Então convida ela para fazer. Você não quer fazer isso? **PRESIDENTE:** Não. Eu estou querendo colocar isso como sugestão, aí eu vou pegar no vídeo, na roda de conversa do CREAS, vou pedir o CREAS para me enviar, e aí eu passo talvez também no dia 20, para que vocês conheçam, mas eu posso garantir que não tem nada... **VOZES [00:26:00]** Ah é, verdade, então eu peço que confiem em mim, ou então, quem quiser, vai lá no Youtube e vê na roda de conversa do CREAS. Eu posso tentar achar a roda de conversa e tentar mandar o link também no grupo, mas eu gostaria de já deixar pontuado isso aí, pode ser? **VOZES [00:26:20]** Oh, eu vou ser sincero, eu acho que não é isso que é patriotismo. **CONSOLAÇÃO** É, mas eu acho que isso move as pessoas de uma forma. **PRESIDENTE:** Eu acho que começa a organizar. **CONSOLAÇÃO:** Eu acho. Tem pessoas que valorizam. **PRESIDENTE:** Eu particularmente, eu sou avesso a alguns protocolos demasiados, tanto é que a gente está buscando fazer uma mesa mais simples, uma mesa mais objetiva, para ouvir mais, né? Mas eu sei que alguns protocolos são necessários. Nós estamos falando de uma instituição estadual, então, não sou contra, mas... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** A gente tem que se lembrar do tempo, viu, Rodrigo? **PRESIDENTE:** Isso. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Que a gente falou, então, por exemplo, essa concentração, ela tem que ser aí antes das 9h mesmo, essa apresentação cultural, para ir chamando as pessoas, porque nós fizemos

a conta aqui e se cada um falar 15 minutos na abertura, quer dizer, 5 minutos na abertura, já é aí 1 hora cada um desses convidados. Então, a gente tem que ver como que a gente faz. Mas eu acho que pode ser essa concentração. Vamos lá, posso ler o...

PRESIDENTE: Ivone tinha uma sugestão aqui, rapidamente, alguma questão, não sei, sugestão. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Eu queria duas coisas, primeiro era, Cordisburgo, nós temos uma banda que toca vários repertórios, mas também o hino nacional. Se tivesse condições de cobrir a passagem do ônibus para eles virem, são adolescentes que fazem um trabalho muito bonito lá com uma banda de música militar. Mas é uma música, uma música interessante, eles têm vários repertórios e também tem o hino nacional, eles poderiam estar fazendo animação antes de abrir. E lá também nós temos um grupo de adolescentes e crianças, que são o Grupo Miguilim. Também eles trazem muito a questão do Guimarães Rosa. E eu queria sugerir, mas a dificuldade que a gente tem é a do transporte, né? Porque eu não tenho transporte licitado, então é muito complicado para mim arcar com o transporte. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É, nós vamos pensar em uma coisa mais simples, Ivone, eu acho, por causa do tempo. **CONSELHEIRA IVONE FIORE:** Com relação ali, na Assembleia Legislativa, eu queria sugerir, por que não colocaremos lá a Frente Parlamentar de Defesa do SUAS? Ou alguém, um deputado que representa a defesa do SUAS, quem for presidente ou alguém da comissão? **PRESIDENTE:** Oh Ivone, o que a gente pensou, por questão de lanche, que eu acredito né? De (trecho incompreensível) [00:29:20] a gente convidou a Assembleia, e acreditamos que ela vai indicar alguém da Frente Parlamentar mesmo, por causa do tempo. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** E é institucional, né? **PRESIDENTE:** E aí, assim, porque é muita gente, e a gente está tentando, já tem muita gente. A gente falou que queria uma mesa enxuta e, mesmo assim, a princípio eu queria Jucá, Janaína, eu e o governador, mais ninguém, beijo querido. Mas a gente sabe que não funciona assim, né? Infelizmente existe uma institucionalidade, uma valorização, um respeito aos poderes. Mas a gente tem que tentar fazer uma coisa mais curta, eu entendi o que você está colocando, mas aí a gente teria que chamar a Frente Mineira em defesa do SUAS. Não, entendi, mas nós temos hoje a Frente Mineira, ela nem é de hoje, ela data do desmonte lá atrás, então teria que chamar outros agentes. Eu acho que a gente poderia, assim, registrar presença e dizer da importância, mas foi o que a gente pensou. Sandra, por favor. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** Então, eu só quero que, eu só queria dizer o seguinte, pense que nós temos que seguir com o mesmo formato das nossas conferências municipais e regionais, que foram as, teve toda uma referência para que fossem conferências de trabalho, de fato, e menos essa questão política. Porque a mesa, na verdade, é um momento político, né? E aí então, as nossas mesas nas aberturas das conferências municipais e regionais foram extremamente enxutas, privilegiamos o debate, a discussão. Então eu só quero alertar para isso, penso que é importante que a gente continue nesse formato. Coloco, Ivone, assim, nada contra nenhum parlamentar, são parceiros, mas pense que eles já estão representados ali quando a gente coloca a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ela é maior, eles já estão ali. Penso mais, quem esteve na conferência de 2017 viu o desgaste que foi a abertura. A vontade que eu tive foi de ir embora, não só eu, como outras pessoas, porque foi extremamente desgastante aquilo ali. Lembrar que tem que, quem estiver coordenando esse momento, tem que avisar sim as pessoas o tempo que eles têm e pedir para que não ultrapasse o tempo, porque isso é falta de respeito, tá? Isso é falta de respeito, dizer “eu vou falar”, não, tem tempo, tá? Ele foi convidado para estar ali, então ele não tem que ultrapassar o tempo não, se é 3 minutos, é 3 minutos; se é 5 minutos, é 5 minutos. Então acho que nós temos que tomar muito cuidado com isso daí. A mesa de abertura, ela dá a conotação do que vai ser a conferência. Então eu penso que nós temos que ser muito objetivos nisso daí. **PRESIDENTE:** Sandra, você foi cirúrgica. E eu ainda acrescento mais, eu ainda acrescento mais, Ivone, eu queria só que você entendesse, nós temos 1 dia a menos. Nas conferências passadas, a gente tinha aquele momento que as pessoas iam chegando, credenciando, comprar livro, a gente tinha uma série de ações que dava para

ter essa acolhida, as pessoas iam para o hotel, hoje nós temos que chegar trabalhando. Eu entendo. E aí, gente, eu vou falar com muita tranquilidade aqui, tá? E vou citar nomes, vou aproveitar e vou citar nome. Me dói, me dói não ter ali o André Quintão em cima de uma mesa, por quê? Vou dizer, não é por partido, todo mundo sabe que eu não sou partidário, nem filiado a partido eu sou. Muita gente acha que eu sou petista, nem sou petista, tá? Deixar claro isso aqui, não tenho vinculação partidária. O meu partido é o SUAS, né, Patrícia? Que a gente brinca sempre, né? Vou fundar um partido então para mim, SUAS, tá? Para vocês verem minha bandeira de luta, estou dizendo: minha bandeira de luta é o SUAS, para ser mais transparente, né? Então, vamos lá, e aí então me dói, por quê? É assistente social, participou da consolidação e está aqui, a assessoria dele está aqui em toda reunião. Cadê os outros? Então não é questão de privilegiar também não, entendeu? Está lá defendendo o SUAS. Não estou dizendo de partido, volto a dizer, mas não está ali. Está ali a Assembleia. Se a Assembleia indicar o nome dele, é outra questão, tá?

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Podemos?

PRESIDENTE: Podemos.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Bom, então a Mesa de Abertura, a gente tem aí o Rodrigo; a Secretária Elizabeth Jucá; Janaína; Assembleia Legislativa; Ministério Público; CNAS; Fóruns Estaduais – trabalhadores, entidades e usuários; e o COGEMAS. Ok? Nós vamos conversar com o cerimonial e vai ser pedido para as pessoas, acordar 5 minutos de fala, ok? Falar com eles que a Mesa está grande, que a nossa programação é extensa, e que eles respeitem os 5 minutos. Votação do regimento. A Luanda, ela não me respondeu se ela vai estar na conferência estadual, mas a gente está falando que se ela estiver nessas datas, seria a Luanda ou o Márcio, a Janaína, ou alguém da equipe dela, o Helder ou a Suzane foram indicados para estar na mesa do regimento interno.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Eu não vou estar, então...

PRESIDENTE: Então aciona o Márcio, Consolação, por favor. Veja a disponibilidade dele, tá? Que a gente, olha um plano C.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Ok. Não converso com a Luanda mais. Mesa Temática, a gente, então, o Ato de Conferir, a Eleonora, ela vai ter mais tempo, logicamente, que ela vai falar do tema geral; o CEAS vai ser responsável pelo Ato de Conferir, deliberações regionais. Tem que ser escolhido um nome de quem que vai estar falando pelo CEAS, acho que é o Rodrigo, né, Rodrigo? Nesse momento. A SEDESE, o cenário da transferência, beneficiários e cadastro único, e contribuir aí com a questão do tema da mesma forma que foi nas conferências regionais, ok? Com os dados e tudo. Aí o debate, nós fizemos o cálculo, vai dar 1h20 o debate, que ele vai iniciar às 11:40, se tudo correr como previsto, né? 13h o almoço. De 14 às 15, plenárias simultâneas, e aí foi definido para todas as plenárias vai ter um Conselheiro coordenador, e esse Conselheiro faz a introdução sobre o tema. Então, e cada um desses eixos tem, no máximo, 15 minutos de fala. O eixo 1, que é os desafios da consolidação, eu também não vou ler o tema todo, o Helder, nosso Conselheiro Helder vai ser o coordenador. Participantes: o FET SUAS, então nós vamos mandar o convite e eles vão indicar quem que vai estar. A SUBAS vai indicar um especialista; COGEMAS; ANM. CMAS a Aldenora, se ela declinar o convite, vai ser o Fórum Estadual de Usuários.

CONSELHEIRO ISAC LOPES: Eu já conversei com a Aldenora, ela já tem agenda para essa data, então ela não vem. Então vai para o Fórum de Usuários.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Então nós vamos formalizar isso.

CONSELHEIRO ISAC LOPES: Sim.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Ok, Isac, obrigada. No Eixo 2, a rede de proteção, coordenadora: a Janaína, vice-presidente do Conselho. Participantes: o CREAS, nós estamos repetindo mais ou menos aquela mesa que a gente teve aqui na plenária, que foi assistência social: relação com o sistema de justiça. Então, é o Conselheiro do CREAS – ele não é Conselheiro – do CREAS, é o Leonardo Curi; da SUBAS, o Cristiano foi indicado porque a Janaína vai coordenar, então da SUBAS quem estaria falando é o Cristiano; CRP, o Fabrício Ribeiro, que foi ele que participou; a Andréa Braz, de Matozinhos; o CAO da Infância, Doutora Paola.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Só queria dar a sugestão, porque do CRP da outra vez, é porque o CRP tem uma comissão que discute especificamente isso, então a

minha sugestão é convidar o CRP, pedir o CRP para indicar novamente um nome.

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: E não já chama-lo, né?

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Isso, isso. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Mas ele foi tão interessante.

CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Sim, sim, mas aí... Eu estou dizendo isso, porque o convite precisa passar pelo trâmite lá da comissão, a comissão está discutindo isso muito, muito, muito. Então... A minha sugestão é essa, tá? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Tá bom.

CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Então, eu penso o seguinte, se a gente já tem, teve experiência com a pessoa, a pessoa é boa, fez a discussão bacana, eu penso que pode ser sim convidada a pessoa, porque, assim, é um tiro no escuro, né, gente?

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: E é conferência, né?

CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: É, e é conferência. Nós temos que levar em conta, é conferência estadual, aí a gente manda para entidade, a entidade, não sei, é tiro no escuro, viu? **PRESIDENTE:** Oh, gente, eu tenho uma sugestão então. Nós gostamos da pessoa, eu entendo a questão, até porque eu sou de Conselho também, eu entendo essas burocracias, então a gente não chama o CRP e chama a pessoa. **CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO:** É isso mesmo, eu estou defendendo isso, chame a pessoa. **PRESIDENTE:** Eu acho ruim. Vou dar um outro encaminhamento, para a gente tentar manter o diálogo com o CRP, que sempre tivemos. É possível, Luanda, existe alguma questão, vou nem perguntar isso, é possível de fazer esse diálogo e dar essa resposta rápida para o CEAS, extraoficialmente? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu não consigo fazer isso enquanto CRP, porque eu não sou aqui representante do CRP, mas eu vou fazer o contato aqui com quem é, Marleide, que agora está na diretoria, inclusive, e pedir para ela dar esse retorno rápido. **PRESIDENTE:** Isso, porque aí se o CRP, a gente agradece, não é porque a gente não quer o CRP, deixar claro, muito antes pelo contrário, parceirão, é porque nós tivemos uma experiência e a gente queria a deliberação, inclusive, foi: dar continuidade à roda que nós fizemos. Então, como a experiência foi exitosa, a gente convida a pessoa. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Tá. É só porque o convite, ah, gente... **PRESIDENTE:** Não precisa. **VOZES [00:40:03].**

PRESIDENTE: Não vamos discutir gente, porque senão acaba que a gente vai colocar relações institucionais em uma situação... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Vamos lá. Eixo 3: Democracia Participativa, ficou a coordenadora Arlete – né, Arlete? – participantes: o Fórum de Usuários, o Fórum de Trabalhadores, o Fórum Estadual de Entidades, um especialista. Nossa indicação até então, foi indicada a Carla Bronze. E alguém da SUBAS também, ok? Bom, debate, depois apreciação das propostas oriundas das conferências municipais e proposições de novas, aí já nos grupos. Lembrando que a Comissão de Relatoria vai que escalar dentre seus membros da comissão quem vai acompanhar cada um desses eixos para fazer a relatoria, porque o trabalho continua, né? E ter a forma de como fazer metodologia e tudo. Às 19h nós temos as reuniões simultâneas dos Fóruns Estaduais de Usuários, Trabalhadores e Entidades, nesse momento entra a escolha da Frente Mineira. Às 20h jantar. No dia 19, estou tão satisfeita de colocar data agora, no dia 19 na parte da manhã nós temos a reunião 8h da manhã, reunião das uniões de Conselhos. De 9 Às 11h, a eleição – isso é uma atividade paralela, viu, gente? – a gente vai fazer não como da outra vez, parar tudo para fazer eleição, porque o período da conferência é menor. Então, em atividade paralela, nós vamos fazer a eleição. 9h inicia a eleição dentro, todo mundo dentro do auditório, a comissão de eleitoral pediu para fazer os esclarecimentos e as apresentações do candidato em plenária. E depois eles têm o momento da eleição, ok?

PRESIDENTE: Consolação, eu tenho uma questão, e aí, assim, eu entendi agora o que você colocou, mas eu queria problematizar o risco disso. Primeiro, é que na outra vez, é lógico, a gente tinha um dia a mais, né? Mas, na outra vez, colocou-se no plenário e foi feita eleição lá no plenário. Acho que pode ser contestado, e aí é complicadíssimo demais, a questão da transparência, a gente deixar uma urna lá para as pessoas irem votando processualmente, sair e ir votando. Da vez que, acho que, se não me engano,

teve uma conferência que foi assim, eu achei complicadíssimo, achei pouco transparente, questionável, né? E aí, assim, eu acho que é mais problema. Existe outra saída?

CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA: Não. Não é questionável, porque a gente faz igual processo eleitoral, a pessoa vai, ela assina naquele segmento certo, existe urna específica, então, assim, existe cabine, a gente monta uma logística como se fosse uma eleição mesmo do TRE. A gente até pede ao TER sessão de cabine, a gente vai fazer isso da urna, entendeu? **PRESIDENTE:** Tá, você me esclareceu como é o processo, agora me esclarece: existe alternativa para a gente pensar um processo mais rápido talvez? Um momento específico. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Não tem eleição eletrônica, então é cédula, não tem como eu fazer assim uma contagem, tem que ser cédula, eu não pode fazer por aclamação as eleições, entendeu? E nem um tempo específico.

MARTHA: É porque na última conferência a gente reservou espaços em que reuníamos usuários, trabalhadores, entidades, só que era por votação por *tolken*. Não sei se pode também criar espaços específicos, que aí também ficam espaços específicos de usuários, trabalhadores e tal. Eles depositam ali na urna e depois recolhe isso, entendeu? Ou alguém pode acompanhar. É isso que você tinha pensado? Ou espaço espalhado por lá? Tá, só para esclarecer, para não ter dúvida. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É um espaço único que a gente coloca, a Secretaria Executiva, então vai ter pessoas com lista específica, lista de Conselho, lista de trabalhador, de entidade e usuários. **PRESIDENTE:** Isso eu entendi. E é simultâneo, por quê? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Nós temos que continuar o trabalho das plenárias. A gente conseguiu fazer um espaço, porque nossa programação, ela era maior, a gente tinha mais tempo. Agora não, se eu tiro uma ou duas horas disso aqui, é complicado, e a própria comissão eleitoral já está utilizando um pouco desse horário simultâneo, porque a apresentação dos candidatos vai se dar para toda plenária, foi o que pediu a comissão. **PRESIDENTE:** Não, espera aí, agora, porque era outra pergunta. Eu estou querendo materializar isso no dia, tá? Porque o processo ali de votação eu entendi, agora, o que eu estou questionando é o momento, esse momento alongado de votação, porque vai ter atividades paralelas, a pessoa sai da atividade, vai lá e vota. Isso eu estou questionando, que eu acho que deveria ser o momento por segmento ali naquela hora. A outra questão é quando que vai se dar o conhecimento dos candidatos. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** 9h da manhã foi pedido... **PRESIDENTE:** Por toda a plenária. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Nós lemos, acabamos de aprovar o regimento interno, que diz esse horário. O regimento interno lido consta que as 9h do dia 19, mediante a plenária, a presença da plenária, apresentação de todos os candidatos. Isso já está no regimento. Não, ele está falando da apresentação. Apresentou os candidatos. Aí tem a votação. O resultado, a gente faz apuração, eles vão poder acompanhar, a gente chama todo mundo "Olha, agora fechou 11h", a apuração se dá, chama o Ministério Público, nós contamos as cédulas, tem já um formulário de registro de cédulas, e apresenta na parte da tarde, que consta ali também para plenária. **PRESIDENTE:** Eu entendi. Eu vou explicar agora porquê que eu estou fazendo confusão, me perdoem, porque eu estava naquele momento de tiragem do delegado, que é um mundaréu de gente. Eu estou esquecendo que os candidatos que vão ser apresentados são os candidatos à composição do CEAS. É menor, não é? É muita gente, mas é um momento menor. Porque eu estava imaginando, aí eu me confundi, me perdoem, tá? Mas foi bom, que clareou para mim e eu acho que clareou para todo mundo. É um momento menor, então vai se conhecer todos os candidatos trabalhador, usuário e entidade, e aí o momento de tiragem de delegados que era um trem doido, assim, para a gente conseguir, porque era muita gente querendo ir. Era quase a plenária inteira vai para o palco e o resto vem para a plenária, de tanta gente. Agora eu entendi. Pode ir, Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** O Cristiano está falando, a resolução saiu eleição, a programação que a gente vai imprimir, aí ele está sugerindo para a gente colocar aqui "Apresentação dos candidatos e orientações", perfeito, por isso

que a gente pôs eleição naquele momento ali, porque não tinha essas coisas definidas, a comissão na época da resolução não tinha. Então, “Apresentação dos candidatos e orientação da eleição”. **PRESIDENTE:** Obrigado, viu Consolação? Inclusive pela paciência. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Não, tá todo mundo cansado. Aí às 9h, aí continua-se o trabalho, 12h almoço, na plenária final. Aí está, tá vendo? Apresentação dos Conselheiros estaduais eleitos, apresentação deliberação das propostas oriundas dos grupos e apresentação e deliberação das moções. A forma que isso vai se dar, estava lá no regimento, a parte da eleição é resolução também específica. É isso. A outra parte, para finalizar, a questão dos convidados. Então, os convidados, nós temos na resolução 667 – pode passar? Desculpa, gente, eu também estou cansada, eu estou no 220 aqui – então está nessa resolução, 100 convidados, critérios: parceiros nas conferências regionais, entidades/atores da política de assistência social para fortalecimento, comissões ou frentes que defendem o SUAS, fortalecer gestores da sociedade civil que defendem o SUAS, privilegiar participação dos usuários. Não está com o mesmo verbo porque foi saindo ontem e não deu para organizar não. Solicitações de municípios que o gestor não realizou conferência, permitir a sociedade civil. Proposta então, os apoiadores, a gente fechou em 64 vagas, que são os locais cedidos, as pessoas que cederam os locais, são 9; SINDIPREV, 2, que é Divinópolis e Juiz de Fora; prefeitura de Araçuaí, (trecho incompreensível) [00:49:57] Federação das APAES, 1, mais 11, que foram as APAES locais também, a cadeira de roda; ASSPROM 1; FETAEMG, 1; Secretaria de Educação e Instituto São Rafael, 1 vaga; todos os CMAS, sedes junto com o órgão gestor da assistência social, cessão de 11 servidores; diretorias regionais da SEDESE, 22; e tinha duas usuárias de Juiz de Fora que também contribuíram ativamente e foi comprometido isso para elas lá. Ex-Conselheira Maria do Carmo, que também em plenária houve um compromisso com ela nesse sentido. As solicitações, a gente vai analisar de acordo com os critérios que foram levantados lá, ver se realizou conferência, qual que é a situação de cada um desses CMAS que pediram. E os outros casos já fornecidos as vagas, que vão ser comunicados: à Frente de Defesa do SUAS, 1 vaga. ANM, 1 vaga; CREAS, 2 vagas, institucional e comissão de assistência; CRP, 2, institucional e comissão de assistência; Secretaria Municipal de Nova Lima; Frente Parlamentar de Defesa do SUAS; PSIND; (trecho incompreensível) [00:51:02] Diamantina; Copasa; Secretaria Municipal de Pedro Leopoldo. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Rodrigo, Consola. É só porque foi um pedido do Hugo antes de ele ir embora, ele precisou ir para pegar o ônibus... **PRESIDENTE:** Já está lá, Juiz de Fora. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** São as duas usuárias, realmente houve um compromisso com elas, tá? Estava eu e o Rodrigo lá, teve gente que teve um compromisso com elas. Duas usuárias de Juiz de Fora, convidadas, porque elas trabalharam o tempo inteiro, gente, até terminar a conferência, ajudou na tiragem de delegado. Não, não tem que somar 1 por 1 não, aqui em cima é 64, com 12, 76. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Rodrigo, eu posso... **PRESIDENTE:** Pode. **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Queria fazer uma... **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Oh gente, eu queria só voltar naquela questão que vocês me pediram do retorno do CRP, porque eu já tenho, já conversei com a Marleide, é o seguinte: eu conversei com ela mesma, porque a gente tem algumas perspectivas em estudos lá no CRP, e o Fabrício, ele é muito especializado, muito bom no estudo da perspectiva da saúde. Então o que a Marleide explicou é que se for pedir o CRP, a comissão do CRP no SUAS não vai indica-lo, por ele estar nesse estudo, nessa perspectiva voltada para a saúde. Então fica aí uma escolha do Conselho mesmo, tá? **CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE:** Eu queria só fazer uma sugestão de incluir ali como convidado, a gente tem 4 CREAS regionais e eles apoiaram também as regionais, as conferências regionais de Araçuaí e outra conferência que eu não lembro qual que foi, a de Peçanha. E aí são os 4 coordenadores, mais pelo menos 1 técnico de cada CREAS regional, para eles poderem vir também para a conferência, mais 8. **PRESIDENTE:** Veja bem, nós... Quer fazer a proposta? Conselheira Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Como não fechou 100, os 100 convidados

ainda, a minha sugestão seria aumentar as vagas para as comissões de assistência social do CREAS e do CRP. **PRESIDENTE:** Frente Mineira? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Vamos deixar algumas vagas para os Conselhos municipais, para esses pedidos, que a gente tem que fazer uma análise. **PRESIDENTE:** Tá. Nós fechamos em quantas vagas, Consolação? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Oh, agora, estavam quantos? 76, né? Com 8, 82. Então nós temos 18 vagas. 84. **PRESIDENTE:** Então vamos arredondar 82... **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** 84, eu fiz a conta errada. **PRESIDENTE:** 84? Vamos arredondar 90? Passando então essas 6 vagas para a Frente Mineira? E aí o resto a gente deixar para os municípios que pedirem, desde que, aí tem que avaliar dentro dos critérios. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** 7 vagas para Frente então. **PRESIDENTE:** 7 ou 6? Acho que são 6. 84. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** 6, já tinha 1. 7. **PRESIDENTE:** Isso. Aí fecha 90 vagas e a gente deixa 10 vagas para os pedidos, e outras, às vezes. E aí eu gostaria também de frisar, porque pode existir às vezes outras situações importantes de parceiros, até mesmo da SEDESE, que precise de um convite, né? Pode aparecer alguém que precise, então a gente tem que pensar. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Lembrando, Cristiano me perguntou aqui, convidado é tudo por conta dele. **PRESIDENTE:** Sim. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Absolutamente tudo. Na nossa resolução, até alimentação é só para os delegados governamentais e sociedade civil, então tudo, absolutamente tudo por conta deles. **PRESIDENTE:** Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Eu queria tirar uma dúvida, não é em relação aos convidados, é aos próprios delegados, são delegados representantes de usuários de Belo Horizonte, residem no município de Belo Horizonte, e aí eles me perguntaram e eu não soube responder, se eles vão poder hospedar no local do evento. E aí argumentando da necessidade disso, porque eles não vão ter como ficar se deslocando, inclusive perguntaram assim: “Mas ué, e da rodoviária leva, mas e até a rodoviária, como é que eu vou fazer para ir?”, então, eu estou colocando esse questionamento e já com essa questão colocada. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** A questão do transporte é da rodoviária mesmo, aí Belo Horizonte costuma inclusive dar o vale, eu sei que a Prefeitura, inclusive, apoia os seus próprios usuários. Agora, a questão da hospedagem, inclusive é outro município, gente. Então não vai ter problema na normativa, porque a normativa da hospedagem que estava sendo discutida era do mesmo município, agora nós estamos no município de Contagem, ok? E é sociedade civil, está garantida para toda a sociedade civil. **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** A hospedagem está garantida para toda a sociedade civil, mesmo moradores de Belo Horizonte? **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** É, porque ali no caso ele vai ficar de um dia para o outro, justifica-se, está dentro dos critérios do decreto, é outro município, entendeu? **CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA:** Só para ficar bem esclarecido, para eu informar bem aqui os usuários. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Não, isso não está no decreto de diária. A diária, ela é justificada, inclusive, quando há, quando você ter pernoite, isso consta no decreto. O questionamento, inclusive, era outro, né? Mas aí nesse caso é sociedade civil, está contemplando dentro do termo, que está todo mundo da sociedade civil a questão da hospedagem, ok? **PRESIDENTE:** Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES:** Então eu queria só esclarecer essa dúvida, então os delegados governamentais e da sociedade civil de Contagem podem hospedar? E também em relação aos delegados estaduais, se seria diária, se seria hospedagem, queria esclarecer essa dúvida, as duas dúvidas. **CONSOLAÇÃO DA CONCEIÇÃO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Eu vou ter uma reunião com a empresa amanhã, que é o primeiro contato que eu vou ter formal, assim, presencial, vou ver essas questões. Eu estou pensando, como sempre, lá vai ter alimentação para todo mundo, isso já daria conflito na diária de Conselheiro, então o certo é hospedagem dos Conselheiros, para não recebimento de diária, para não gerar duplicidade e falar: “Ah, o Conselheiro almoçou”, mas você tem uma logística de almoço, entendeu? Então seria a hospedagem,

alimentação é lá, inclusive, dos governamentais, que é de interior ficar todo mundo lá. Eu vou verificar o restante dos Conselheiros governamentais, o Wilson fez essa pergunta aqui, o Conselheiro, se ele poderia estar também hospedado lá. Então nós vamos fazer essa consulta dos demais Conselheiros governamentais que não são do interior. Contagem é um município, aí eu não tenho como hospedar, entra naquele critério. Eu vou estar pesquisando a questão da sociedade civil, tá? Não do governo de Contagem, mas eu vou pesquisar a questão da sociedade civil com os mesmos argumentos que a gente levantou na plenária. Se não houver a possibilidade, a gente vê a questão da logística de transporte, por isso que eu preciso conversar com a empresa e colocar para ela as situações e ver como a gente pode resolver ok? **PRESIDENTE:** Ok. Mais alguma coisa, Conselheiros? Mais alguma coisa, Consolação? Nada, né? Não tem mais nada não, né? Conselheiros, muito obrigado, bom retorno para casa. Obrigado. 8h da noite até a conferência. Obrigado, Secretaria Executiva.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Antônio Hugo Bento	CMAS Juiz de Fora	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Cláudia Maria B. Falabella	Sedese	
Cristiano de Andrade	Sedese	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Francielly Ferreira Caetano	FMT-SUAS/BH	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Janaina Reis do Nascimento	SEDESE	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fetsuas	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das Apae's	
Marleide Marques Castro	CRP	

Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	
Rosália Aparecida Martins Diniz	SEE	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	
Wilson de Sales Lana	SEF	